



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO (IE)
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AMBIENTAL (PPGEA)
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



ELISÂNGELA LAZZARI

**(RE)EXISTÊNCIAS AMBIENTAIS NO GRUPO DE
AGROECOLOGIA ECONORTE DE SÃO JOSÉ DO NORTE
(RS): DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E
AGROECOLOGIA**

Rio Grande - RS

2021

ELISÂNGELA LAZZARI

**(RE)EXISTÊNCIAS AMBIENTAIS NO GRUPO DE
AGROECOLOGIA ECONORTE DE SÃO JOSÉ DO NORTE
(RS): DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E
AGROECOLOGIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

Linha de Pesquisa: Educação Ambiental não formal.

Orientador: Prof. Sérgio Botton Barcellos.

Rio Grande - RS

2021

Ficha Catalográfica

L432r Lazzari, Elisângela.

(Re)existências ambientais no grupo de Agroecologia Econorte de São José do Norte (RS): diálogos entre Educação Ambiental e Agroecologia / Elisângela Lazzari. – 2021.

184 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2021.

Orientador: Dr. Sérgio Botton Barcellos.

1. Educação Ambiental 2. Agroecologia 3. Grupo de Agroecologia Econorte 4. São José do Norte 5. Contexto Rural I. Barcellos, Sérgio Botton II. Título.

CDU 504:37(816.5)

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

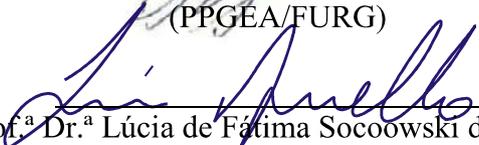
ELISÂNGELA LAZZARI

“(Re)Existências ambientais no grupo de agroecologia Econorte de São José do Norte (RS): diálogos entre educação ambiental e agroecologia”

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:



Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos
(PPGEA/FURG)



Prof.ª Dr.ª Lúcia de Fátima Socoowski de Anello
(PPGEA/FURG)



Prof.ª Dr.ª Patrícia Alves Ramiro
(PPGA/UFPB)



Prof.ª Dr.ª Carmen Janaina Batista Machado
(EFASUL)

Ao grupo de agroecologia Econorte.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas (es) (os) que passaram em algum momento em minha jornada e contribuíram para que eu chegasse até aqui. Os caminhos que andei, as palavras, conversas e histórias compartilhadas com pessoas que cruzei nestes caminhos, também são um pouco de quem sou e fazem parte da minha compreensão de mundo, até aqui.

Em especial agradeço:

A minha família, minha mãe Maria de Fátima, mulher, agricultora, guerreira da vida, ao meu pai Vital, agricultor, caminhoneiro, que me afetam de maneira essencial, que sempre incentivaram as suas filhas ao estudo e lutaram para que elas estudassem o que realmente gostassem. As minhas irmãs, Eliane, cabeção, grande inspiração em sua jornada acadêmica, a Edinéia, por todos os conselhos e conversas profundas sobre a vida. Ao meu cunhado Alan, por toda ajuda e apoio.

Aos mestres que passaram em minha vida, em especial ao professor Miguel Accioly que me proporcionou junto ao grupo de pesquisa da UFBA uma experiência em educação ambiental que foi “divisora de água” no meu percurso acadêmico. Ao meu professor orientador Sérgio Botton Barcellos, que esteve presente no meu processo de construção dessa dissertação quando era ainda uma ideia, uma possibilidade. Por toda sua paciência em me ensinar desde o início em como fazer pesquisa, por todos seus incentivos, apoio, conselhos e orientações.

Ao grupo de pesquisa Dinâmicas Política Estado e Movimentos Sociais (DIPEM) por todas as formações, trocas de conhecimento e experiência, foi de grande importância estar neste grupo durante minha formação no mestrado.

As (aos) colegas, professoras (es) e amigas (os) da pós-graduação em educação ambiental. Em especial as amigas do grupo de escrita que me ajudaram a manter o foco, organizar minhas tarefas, que foram de grande importância como um apoio no compartilhamento das angústias do processo de escrita acadêmica, principalmente durante a pandemia, onde os espaços de corredor e de café foram trocados pelas telas do computador. Por vocês tornarem esse processo menos solitário.

Um agradecimento especial ao grupo de agroecologia Econorte, e por cada participante que tive contato neste percurso de pesquisa, que me acolheram, me permitindo entrar um pouco em suas rotinas e trabalho. Por todas as conversas de pesquisa e extra pesquisa, por todas as trocas e aprendizagens construídas com esse grupo, sinto uma grande satisfação em ter feito esta pesquisa com vocês, esta pesquisa também é de vocês.

Aos meus amigos que também são família, principalmente quando mudamos de cidade e estes se tornam uma referência. Ao grupo dos amigos zoados, por todos os ombros oferecidos para desabafos, ideias trocadas, aventuras, diversões e rodas de coco. Aos meus amigos da graduação em biologia, em especial aos amigos Rio-grandinos, que viram e fizeram parte de muitas das minhas transformações. As amigas da casa do estudante. Ao movimento estudantil da FURG, onde construímos muitas lutas e reivindicações, procurando construir uma universidade de permanência, um espaço onde pude conhecer e construir outros saberes, para além da sala de aula.

“Aquele que sabe o sufoco de um jogo tão duro e apesar dos pesares ainda se orgulha de ser brasileiro, aquele que sai da batalha entra no botequim, pede uma cervinha gelada e agita na mesa uma batucada. Aquele que manda o pagode e sacode a poeira suada da luta e faz a brincadeira, pois o resto é besteira. Eu acredito é na rapaziada que segue em frente e segura o rojão. Eu ponho fé é na fé da moçada, que não foge da fera e enfrenta o leão. Eu vou à luta com essa juventude que não corre da raia a troco de nada. Eu vou no bloco dessa mocidade que não tá na saudade e constrói a manhã desejada” (GONZAGUINHA).

A Universidade pública, gratuita, de qualidade que busca ser plural, a todas as pesquisas de qualidade que são construídas dentro desta instituição, mesmo sofrendo ataques e desmontes. Ao financiamento da Capes que proporcionou que eu permanecesse no mestrado e pudesse concluir essa etapa.

A colônia, de onde eu venho, e que me vejo em quem eu sou.

A capoeira por me levar a outras viagens e me fazer presente.

Talvez não mais um agradecimento, mas um FORA BOLSONARO.

Flores de Alvenaria

Dá-me tua mão, amor
a madrugada tem olhos que machucam
e as ruas estão cobertas de pequenas estrelas
anunciando que o passado sombrio
caminha contra a liberdade do futuro.

A neblina tem olhos que delatam
e noites sem pão nem flores
querem de novo sentar à nossa mesa
já tão farta de antigas dores.

Corpos negros sangram nas calçadas
e enquanto o asfalto trama o fim da paz,
o sangue dos famintos escorre surdo
no rap triste e nas filas dos hospitais.

No calendário os dias marcham com velhas botinas
é inverno em plena primavera, e o outono não tem fim
deixando marcas profundas em nossos corações
que sonharam ser orquídea com a mesma força do capim.

Não te larga de mim, amor
entre cegos e tiranos modernos,
entre rosas e espinhos
de mãos dadas tenho força pra caminhar.

O vento sopra os fantasmas para as praças
o ódio com gás é servido nas mesas dos bares
os lobos clamam a carne da desgraça,
e sorrir já não é permitido em nossos lares.

Chama teu amigo, amor
a irmã do teu irmão
a amiga do teu amigo
do prédios altos às flores de alvenaria
chama todo mundo
seja lá quem for.

Eles não sabem que de tanto sangrar
nessa pele dura de mãos calejadas
escorre vinho em nossas veias
e se servem na taça que a vida está por um triz.
Cantemos em nossa festa:
bora lutar, bora ser feliz.

(Flores de Alvenaria, Sérgio Vaz, 2016)

RESUMO

A presente pesquisa tem como temas a educação ambiental e a agroecologia e foi construída com as (os) participantes do grupo de agroecologia Econorte do município de São José do Norte, Rio Grande do Sul (RS). O objetivo geral foi compreender como ocorrem as ações em educação ambiental entre as (os) participantes do grupo de agroecologia Econorte no município de São José do Norte (RS). Para essa investigação discutimos o contexto geral acerca da temática agroecologia e educação ambiental, buscamos compreender o contexto socioambiental em que o grupo Econorte está inserido e analisamos como ocorre a educação ambiental no processo de construção da agroecologia no e pelo grupo Econorte. Realizamos a pesquisa com uma abordagem qualitativa (FLICK, 2009), utilizando como métodos a observação participante nos espaços de comercialização e organização do grupo (BRANDÃO, 2007), entrevistas semiestruturadas com cinco participantes do grupo Econorte e um questionário com as (os) freguesas (es) da feira Econorte (FLICK, 2009). Os dados do campo foram interseccionados e discutidos a partir do campo teórico da agroecologia e da educação ambiental pelas (os) autores (as) Caporal e Costabeber (2004) e Caporal e Azevedo (2011), e Carvalho (2012) e Layrargues (2020), respectivamente. A partir da pesquisa percebemos que o grupo de agroecologia Econorte constrói ações em educação ambiental a partir de uma ideia de ambiente e vida saudável nas experiências de produção, organização e comercialização, que ocorrem entre o grupo, nas trocas entre produtoras (es) e fregueses, entre familiares, na participação política no município, na construção de movimentos ambientalistas e na relação da (o) sujeita (o) com a natureza, por meio de um olhar ecológico sobre o ambiente.

Palavras chave: Educação ambiental. Agroecologia. Grupo de agroecologia Econorte. São José do Norte. Contexto rural.

ABSTRACT

The present research has as topic the environment education and agroecology and it was carried out together the participants of Econorte agroecology group from the city of São Jose do Norte, Rio Grande do Sul state (RS). The general goal was to understand how the actions in environment education happen among the participants of the group of Econorte agroecology. In order to reach it, we discuss the general context of the topics: agroecology and environment education, seeking to understand the social environment context in which the Econorte group is inserted, as well as analyzing how the environment education occurs in the agroecology creation process in and by the Econorte group. Researches were carried out by qualitative approach (FLICK, 2009) using as method, the observation of the participants into a commercialization spaces, the organization of the group (BRANDÃO, 2007) as well as semi-structured interviews with five participants belong to Econorte group and with the customers of the Econorte feira (FLICK, 2009). The field data collected were inter-selected and discussed through the theoretical field of the agroecology and environment education mainly based on the authors Caporal & Costabeber (2004), Caporal & Azevedo (2011) and Carvalho (2012), Layrargues (2020), respectively. Through the present research we realize that the group of agroecology Econorte build their actions in environmental education based in the idea of environment and healthy life which related to the experiences of production, organization and commercialization. All this happen among the group, in the exchanges between grower and costumers, among relatives, in the political participation in the city, in the construction of environmental movements and in the relationship of (the) subject with nature, through an ecological look at the environment.

Keywords: Environmental education. Agroecology. Econorte agroecology group. São José do Norte. Rural context.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Número de estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Sul.	36
Figura 2: Estabelecimentos associados às cooperativas por Unidades da Federação.	37
Figura 3: Iniciativas à agroecologia distribuídas por Bioma.	44
Figura 4: Imagem da chegada em São José do Norte pela Laguna dos Patos.	79
Figura 5: Localização de São José do Norte na figura ilustrativa do Brasil e Rio Grande do Sul.	80
Figura 6: Localização do município de São José do Norte na imagem do <i>Google Earth</i> aproximado.	81
Figura 7: Imagem da vegetação do município de SJN, com destaque a plantação de Pinus, em vermelho.	93
Figura 8: Localização do Estaleiro EBR no município de São José do Norte.	95
Figura 9: Imagem da implantação do empreendimento minerário de SJN.	96
Figura 10: Grupo Econorte durante uma reunião na casa de uma das participantes na comunidade do Retiro.	101
Figura 11: Quiosque de madeira onde é realizada a feira do grupo Econorte.	108
Figura 12: Antiga feira do grupo Econorte.	108
Figura 13: Variedade de produtos da feira Econorte do dia 23 de abril de 2021.	113
Figura 14: Variedades de produtos da feira Econorte do dia 21 de maio de 2021.	113
Figura 15: Participante do grupo Econorte em atividade de pesca na Praia do Mar Grosso (SJN).	116
Figura 16: Reunião na casa de uma das participantes do grupo Econorte.	127
Figura 17: Comercialização de produtos na feira Econorte.	140
Figura 18: Mudanças de plantas, na porta do quiosque, que foram distribuídas para as (os) freguesas (es) no aniversário do grupo Econorte.	146
Figura 19: Símbolo do feminismo em flores de hortênsia, enfeite da ação do dia da mulher com o grupo Econorte e MAM.	151
Figura 20: Produção de base agroecológica de uma das participantes do grupo Econorte, na comunidade do Retiro.	161

LISTA DE SIGLAS

AEUP	Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Ecológica Urbana e Periurbana na aglomeração urbana do Sul
AGRECO	Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
AMA-Gravatá	Associação dos Amigos do Meio Ambiente de Gravatá
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ARGO FURG	Sistema de Administração de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BA	Bahia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação
CAIC	Centro de Apoio Integral à Criança
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIMOS	Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social
CMP	Conselho Municipal de Produção
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOAFAN	Cooperativa de Agricultores Familiares de São José do Norte LTDA
EBR	Estaleiro do Brasil Ltda
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
Ejatlas	Environmental Justice Atlas
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GEPAN	Grupo de Preservação Ambiental Nortense
GO	Goiás
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
MST	Movimento Sem Terra
NUDESE	Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico
OCS	Organização de Controle Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PANC's	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PIB	Produto Interno Bruto
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PR	Paraná
RBA	Revista Brasileira de Agroecologia
RGM	Rio Grande Mineração
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
Sema	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SC	Santa Catarina
SJN	São José do Norte
SMAP	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
SMMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SP	São Paulo

TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo
ZPEI	Zona Portuária e de Expansão Industrial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA: DEBATE TEÓRICO PARA A CONSTRUÇÃO DE CIÊNCIAS CONTRA HEGEMÔNICAS	32
1.1 Educação ambiental, agroecologia e a realidade do contexto rural brasileiro: dados censitários, históricos e as políticas públicas.	33
1.1.2 Políticas Públicas rurais ambientais: a relação entre a agroecologia e a educação ambiental	42
1.2 Inter relacionando a educação ambiental e agroecologia a partir das produções científicas nesses campos do conhecimento	51
1.3 Contexto teórico de pesquisa: ruralidades, agroecologia e educação ambiental	59
1.3.1 Da revolução verde a construção da agroecologia: novas ruralidades possíveis	60
1.3.2 Perspectivas teóricas da educação ambiental não formal, popular, de resistência e para a transformação social	68
CAPÍTULO 2: ABISMOS HORIZONTAIS: TERRITÓRIO, GRUPO E SUJEITAS (OS) DE PESQUISA	77
2.1 São José do Norte: o pampa salgado	79
2.1.1 Contexto mais atual de SJN	85
2.1.2 Projetos desenvolvimentistas do município de SJN: entre o discurso do progresso e as diferentes formas de viver no território	91
2.1.3 Entre os projetos desenvolvimentistas: a tentativa de instalação da Rio Grande Mineradora	96
2.2 O grupo de agroecologia Econorte	101
2.3 Histórias de vida, ações e relações ambientais das (os) sujeitas (os) de pesquisa: a educação ambiental da vida coletiva e cotidiana	116
2.3.1 Francisca	116
2.3.2 Márcia	118
2.3.3 Cleberson e Heitor	121
2.3.4 Dona Ana e seu Antônio	123
CAPÍTULO 3: (REL)AÇÕES AMBIENTAIS DAS (OS) PARTICIPANTES DO GRUPO ECONORTE	126
3.1 Construindo conhecimento no e pelo grupo Econorte: educação ambiental e educação popular.	127
3.2 Educação ambiental no espaço da feira do grupo Econorte.	140

3.3 Intersecção entre agroecologia e as mulheres rurais do grupo de agroecologia Econorte	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	175
ANEXO A - Entrevistas semiestruturadas com as (os) participantes do grupo Econorte de São José do Norte (RS).	182
ANEXO B: Questionário aplicado com as (os) freguesas (es) da feira do grupo de agroecologia Econorte.	184

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como temas a educação ambiental e a agroecologia e foi realizada junto com as (os)¹ participantes do grupo de agroecologia Econorte do município de São José do Norte (SJN) no Rio Grande do Sul (RS). Este estudo, em uma dimensão pessoal, emerge devido a minha história de vida², influenciada pelos meus pais, a cidade onde cresci, os caminhos que andei que me formam e me transformam como pessoa. Nasci e fui criada em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul – Garibaldi. Desde criança sou mais acostumada a colher o alimento da terra do que comprar no supermercado, vínculos que meus pais mantêm até hoje. Meu pai saiu do campo para trabalhar como caminhoneiro no ano de 1973, segundo ele, porque estava cansado de trabalhar o ano inteiro com plantio de uva e não receber salário das vinícolas. Minha mãe relata nunca ter saído do campo, mesmo indo morar na cidade e casando com meu pai, ainda se sente parte da colônia, plantando, colhendo e fabricando produtos como doces, compotas, sucos, vinho etc.

Saí do interior em 2014 para cursar a graduação de licenciatura em ciências biológicas na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em Rio Grande. Durante o curso e com a mudança de cidade percebi como mantinha meu vínculo interiorano forte, conhecendo outras realidades, reconheci parte de minhas raízes. Durante este percurso me aproximei de comunidades agricultoras quando participei de um projeto de extensão no interior da Bahia, no ano de 2016, e da horta escolar do Centro de Apoio Integral à Criança (CAIC), como bolsista de extensão, nos anos de 2017 e 2018. A partir dessas experiências e pesquisando sobre formas de produção de alimento menos prejudiciais ao ambiente, tive contato com a agroecologia e participei de dois encontros regionais³. Durante minha formação em biologia licenciatura meus interesses se direcionaram para a área da educação, assim meu processo de formação foi

¹Utilizo durante a escrita da pesquisa o pronome feminino como principal e o pronome masculino entre parênteses. Esta escolha de escrita foi inspirada pela Diniz (2013) que utiliza em seu trabalho somente o pronome feminino, como uma subversão da ordem de que o pronome masculino é o generalista. Quando li o trabalho da Diniz (2013) me senti confortável e acolhida pela escrita, assim também escolhi dar ênfase ao pronome feminino durante a escrita.

²Durante a escrita desta pesquisa utilizamos a primeira pessoa do singular e do plural, procurando evidenciar nossas subjetividades e nosso olhar de pesquisa, a partir de nossas compreensões sobre os fenômenos estudados. Compreendemos que a pesquisa não é neutra, passiva, imparcial nem impessoal, mas sim é realizada por pessoas, eu e meu orientador como pesquisadores e as (os) participantes do grupo de agroecologia Econorte como sujeitas (os) de pesquisa. Assim entendemos o ato de escrever como ativo, procurando romper com a forma cartesiana de produzir conhecimento a partir de uma ciência neutra, impessoal marcada pela voz passiva.

³III ERGA SUL, realizado no ano de 2018 na cidade de Antonina – PR, em uma comunidade assentada do MST e IV ERGA SUL, 2019 realizado em Maquiné, RS, em uma comunidade indígena.

principalmente por meio de projetos de ensino e extensão na área da educação, dentro das escolas.

Meu primeiro contato com o município de SJN foi no meu primeiro ano de graduação da FURG, quando junto ao movimento estudantil participei da audiência pública da Rio Grande Mineradora (RGM), na cidade de Rio Grande. Em 2018, tive um contato mais profundo com o campo de pesquisa, o município de SJN, o espaço rural e algumas (uns) agricultoras (es) e pescadoras (es) de São José do Norte durante o I Encontro sobre Impactos da Mineração nos Pescadores Artesanais e no II Seminário Regional sobre os Impactos dos Projetos de Mineração⁴, o qual participei como parte da organização. No último dia do encontro, percorremos o interior de São José do Norte, conhecemos algumas propriedades de agricultoras (es) e pescadoras (es) e após fizemos um almoço com produtos locais na igreja da comunidade do Retiro.

O município de São José do Norte é localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul, uma restinga alongada e estreita entre Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico. É dividido em três distritos: 1º distrito Sede; 2º distrito: Estreito e 3º distrito: Bojuru, têm uma população de 25.503 habitantes sendo que entre estes 68% vivem na cidade e 32% em áreas rurais (IBGE, 2010). A larga faixa territorial é ocupada principalmente por comunidades pesqueiras, que se localizam no limite com a Laguna dos Patos e vivem principalmente da safra do camarão, e por comunidades agrícolas, sendo conhecidos como a capital nacional da cebola, por ter o maior cultivo deste bulbo do país até os anos de 1990 (SANTOS, 2007). Atualmente, o cultivo de cebola ocorre principalmente de forma familiar no primeiro distrito, sendo que no segundo e terceiro distrito a pecuária e o cultivo de arroz são predominantes (FREITAS, 2019).

Na matriz econômica de São José do Norte estão ocorrendo mudanças com a abertura para grandes empreendimentos. A partir de 1970 o município passou a ser alvo do plantio de monocultura de *Pinus elliotti* e, em 1997, sede da empresa Âmbor, tornando-se o local com a maior produção de oleorresina do estado do RS e uma das maiores do país⁵, com a segunda maior plantação de *Pinus elliotti* do estado (IBGE, 2010). Em 2011 o município foi alvo da indústria naval, como expansão da sede do município do Rio Grande, abrigando o Estaleiro do

⁴Promovidos pela Seção Regional do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) e pelo Sindicato dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande (Aprofurg), aconteceu no dia 13 a 15 de dezembro de 2018 na cidade de Rio Grande e São José do Norte.

⁵ Informações do site Âmbor Florestal. Retirado em: http://www.ambarflorestal.com.br/?page_id=2; Acesso em 15 de maio de 2020.

Brasil SA (EBR). Além disso, atualmente está ocorrendo a tentativa de instalação da mineradora pela empresa RGM que pretende extrair os minérios Ilmenita, Rutilo e Zirconita em uma área de 80 quilômetros entre a região do Retiro ao Bojuru (CPEA; HAR, 2014), o que corresponde a praticamente toda a faixa territorial do município.

Nesse município também está organizado o grupo de agroecologia Econorte, um movimento ambientalista que tem um histórico de luta e participação política que contesta a exploração destrutiva da natureza. Como exemplo, houve uma manifestação contra a tentativa de instalação da mineradora proposta para o município de São José do Norte, com a elaboração de um processo administrativo enviado como nota de repúdio ao empreendimento, colocado pelas (os) participantes que “Não acreditamos nesse tipo de progresso”, participação em audiências públicas, manifestação pelo município de SJN e ações formativas nas comunidades. O grupo Econorte busca outras formas de se relacionar com o ambiente, através do plantio de produtos de base agroecológica e da comercialização direta com fregueses⁶.

A iniciativa à agroecologia no município de SJN começou no ano de 2000, mas foi em 2008 que o grupo de agroecologia Econorte foi conformado. Inicialmente com formações internas a partir do projeto de extensão Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Ecológica Urbana e Periurbana na aglomeração urbana do Sul (AEUP), por meio do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE)⁷ da FURG com financiamento do Ministério Social de Combate à Fome (MDS). O projeto de extensão do NUDESE terminou em 2009 por conta do fim do financiamento pelo MDS, quando as (os) participantes começaram a se organizar por conta própria, criando seu regimento, cadeiras⁸ e construindo outros apoios, como a própria FURG, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca (SMAP), Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Cooperativa de Agricultores Familiares de São José

⁶ Utilizamos a palavra freguesas (es) para se referir às pessoas que frequentam o espaço da feira do grupo Econorte pois é assim que o grupo se refere a essas pessoas.

⁷ O NUDESE foi formado em 2003, com o objetivo de oferecer apoio a projetos que tenham enfoque na promoção do desenvolvimento através de geração de trabalho e renda. Faz parte da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da FURG e tem projetos para o atendimento de grupos na área da pesca artesanal, agricultura e empreendimentos de economia popular solidária. Atualmente faz assessoria a cooperativas, associações e grupos informais nos municípios de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas, São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar, Arroio Grande, Jaguarão e Piratini. (Informações retiradas no site do NUDESE; disponível em: <https://nudese.furg.br/> Acessado em 10 de agosto de 2021).

⁸ As cadeiras ou cargos do grupo Econorte são de tesoureira (o), secretária (o) e coordenadora (or), que serão especificados no capítulo 2.

do Norte (COOAFAN). O grupo é certificado junto à Organização de Controle Social (OCS)⁹ desde o ano de 2014, realiza feiras semanais desde 2010, sendo que em 2019 conquistaram um quiosque¹⁰ de madeira como espaço físico para comercialização de seus produtos.

Atualmente, o grupo Econorte é formado por oito famílias de produtoras (es) orgânicos de base agroecológica do município de SJN, que constroem um processo de transição agroecológica. O grupo considera que estão no início da transição de base agroecológica, seja por ainda dependerem de insumos biológicos comprados, ou por conta de que suas plantações estejam em meio a monocultivos com uso de agroquímicos e as plantações de pinus.

Entre essas oito famílias que fazem parte do grupo Econorte, as (os) sujeitas¹¹ (os) da presente pesquisa são: Francisca, produtora, agroecológica desde sua infância, faz parte do grupo Econorte desde sua formação, já participou e ainda participa de outras organizações coletivas de SJN. Márcia, agricultora desde que nasceu, faz parte do grupo Econorte e da COOAFAN, sendo que foi diretora da cooperativa por dois anos, entregando a diretoria no ano de 2021. Ana, que escolheu SJN para viver a aposentadoria com seu companheiro, seu Antônio, já tiveram uma feira em Porto Alegre e atualmente é produtora e feirante do Econorte. Cleberson, estudantes de letras da FURG, artista, músico, participante do movimento político ambientalista de SJN desde a década de 90, e do grupo Econorte como consumidor cadastrado junto a OCS e Heitor, 16 anos, filho de Cleberson, está em processo de entrada para o Econorte, como o primeiro jovem do grupo, vendendo mudas.

Nesta pesquisa, buscamos entender a agroecologia sob uma perspectiva científica, a partir dos autores Caporal e Costabeber (2004) e Caporal e Azevedo (2011). A agroecologia se aproxima da educação ambiental em um viés popular, na busca da construção do conhecimento a partir de saberes científicos e populares e da transformação da sociedade. A partir da perspectiva da educação ambiental compreendemos o ambiente como um espaço múltiplo e complexo, em que transpassam as relações sociais, econômicas, culturais, históricas, políticas e naturais. É nesse ambiente complexo e nas relações que o permeiam que ocorrem os processos

⁹A Organização de Controle Social (OCS) é um cadastro realizado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, certificando a produção como orgânica e regulamentando-a para a venda.

¹⁰O quiosque é uma casinha de madeira cedida pelo poder público municipal ao grupo Econorte para a comercialização de seus produtos. No capítulo 2, o espaço é detalhado e mostrado em fotos.

¹¹Durante a escrita da dissertação utilizamos a palavra “sujeita” como substantivo feminino de sujeito. Compreendemos que o vocábulo sujeitas tem uma conotação de sujeição, submissão, ao contrário da palavra sujeito. Mesmo assim utilizamos “sujeitas” para dar ênfase ao pronome feminino e com isso trazer as mulheres, que fizeram parte desta pesquisa, como sujeitas de pesquisa. Esse termo também é utilizado por outras (os) autoras (es) (SAGGIOMO, 2020; CARDOZO, 2009; D’ANDREA, 2020)

educativos. Sendo assim, compreendemos o contexto rural e a construção da agroecologia como espaços que podem ser construídos diferentes tipos de educação ambiental, nas práticas agrícolas e nas relações construídas nesses espaços, que são intensificadas quando compartilhadas em coletivo.

Entendemos que é importante interseccionar a temática da educação ambiental com a agroecologia, pois são dois temas que tratam das questões ambientais que são emergentes na sociedade atual. Na presente pesquisa direcionamos nossos olhares para as questões ambientais que ocorrem no contexto rural. O contexto rural é marcado por desigualdades, por exemplo, na distribuição de terras, sendo que 0,04% dos estabelecimentos possuem uma maior quantidade de terras do que os mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2017). Essa desigualdade é marcada pelos processos históricos de má distribuição de terras.

Além disso, compreendemos que as problemáticas ambientais no contexto rural também emergem da industrialização no campo com a revolução verde. Esta iniciou no Brasil por volta dos anos de 1970, com a implementação de monoculturas, sementes selecionadas, adubos químicos, mecanização, para que o cultivo excedente, principalmente de soja, milho e arroz, seja, em sua maioria, exportado. Com isso, a agricultura deixou de ter como princípio fundamental a alimentação das famílias e comunidades que produzem os alimentos, para ter como primeiro motivo a produção de excedentes para exportação (ZANONI, 2004), a fim de gerar lucro imediato ao mercado e Estado.

Esse processo teve como uma das consequências a exclusão social da (o) agricultora (or) do campo, evidenciado pelo êxodo rural alguns anos após a implementação da revolução verde. Essa exclusão das (os) sujeitas (os) do campo aconteceu por diversos motivos, como, por exemplo, pela não adaptação das (os) agricultoras (es) ao novo modelo de produção e pelos grandes investimentos necessários para a implementação e manutenção da produção. Além disso, esse modelo de produção agrícola causou diversas formas de invisibilidade dos saberes populares construídos com as técnicas agrícolas, transformando o conhecimento sobre os ciclos da natureza, em sinônimo de atraso e retrocesso. Esses tipos de produção mostram uma única forma de ser e se relacionar com o ambiente como a certa, a moderna, assim os lugares não desenvolvidos eram um lugar atrasado, sem progresso, e a construção de uma sociedade moderna implicava necessariamente a eliminação do mundo "arcaico" (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

Compreendemos que estes projetos e propostas de desenvolvimento no mundo e no Brasil causam uma série de danos e conflitos socioambientais, por diferentes interesses no uso e apropriação dos ambientes. Ainda, o modelo de desenvolvimento imposto no contexto rural com a revolução verde não leva em consideração as múltiplas formas de viver neste meio, considerando uma única como a “certa”. Entendemos que, no caso do município de SJN, a abertura a grandes empreendimentos prejudica a economia local, principalmente de agricultoras (es) e pescadoras (es) que dependem das boas condições de solo e água para a continuidade de suas culturas, economia, histórias e relações. Essas mudanças na economia ocorrem dentro de um quadro de desigualdades socioambientais historicamente instaurados na região (SANTOS et al., 2016), que acarreta na exclusão social das (os) sujeitas (os) do campo como, por exemplo, com o êxodo rural.

A partir do contexto de pesquisa apresentado, busca-se compreender como ocorrem as ações em educação ambiental entre as (os) participantes do grupo de agroecologia Econorte no município de São José do Norte? Para responder a questão de pesquisa, buscamos compreender as ações em educação ambiental construídas pelas (os) participantes do grupo Econorte. Para isso temos como objetivos específicos discutir o contexto geral acerca da temática agroecologia e educação ambiental, compreender o contexto socioambiental em que o grupo Econorte está inserido e analisar como ocorre a educação ambiental no processo de construção da agroecologia no e pelo grupo Econorte.

Para a investigação levantamos outras questões orientadoras de pesquisa para compreender o fenômeno estudado como: Quais mudanças nas relações sociais, familiares, entre a comunidade e na esfera pública ocorreram na vida das (os) participantes do Econorte após a entrada para o grupo? As (os) participantes do grupo Econorte transformaram seus modos de ver e se relacionar com a natureza a partir transição agroecológica? Por quais relações e em que contexto ocorrem os aprendizados das (os) participantes sobre a agroecologia? A partir da pesquisa percebemos que o grupo de agroecologia Econorte constrói as ações em educação ambiental em diversos meios e diversas práticas, no plantio de base agroecológica, construindo uma relação mais saudável com a natureza, na comercialização e relação construída com fregueses e na organização e participação política no município de SJN.

Para chegarmos a estas considerações realizamos uma pesquisa com uma abordagem qualitativa, sendo que “a pesquisa qualitativa é de particular relevância aos estudos das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida [...] essa pluralização exige uma nova

sensibilidade para o estudo empírico das questões” (FLICK, 2009, p. 21). Assim, escolhemos esta abordagem metodológica pois a presente pesquisa tem como objeto as relações sociais e ações em educação ambiental construídas no e pelo grupo de agroecologia Econorte. Entendemos que as relações sociais são complexas e podem ser diferentes conforme os ambientes, grupos, regiões em que acontecem e “a pesquisa qualitativa leva em consideração que os pontos de vista e as práticas no campo são diferentes devido as diversas perspectivas e contextos sociais a eles relacionados” (FLICK, 2009, p. 24-25). Sendo que, no estudo sobre relações sociais em meio a sociedades complexas, as metodologias dedutivas e de formação de hipóteses não dão conta de acompanhar a diferenciação e fluidez das relações humanas (FLICK, 2009).

Para o início da pesquisa de campo¹², entrei em contato com Cleberson, consumidor¹³ cadastrado junto a OCS do grupo Econorte, o qual já conhecia da FURG. Quando conversei com ele sobre a intenção de realizar a pesquisa junto com o grupo Econorte, ele me convidou para participar da feira do grupo que acontece todas as sextas-feiras pela manhã. Assim, no dia 13 de dezembro de 2019 fui à feira do grupo Econorte. Neste dia havia seu Ciranda, me apresentei a ele falando que era da FURG, ele me olhou e disse que sabia que meu rosto era conhecido. Após, chegou Cleberson com quem conversei sobre a minha proposta de pesquisa, que ainda estava em construção, em um momento que estava procurando “deixar o campo me levar”. Cleberson me contou como percebe o grupo Econorte e me convidou para participar da reunião que aconteceria na próxima semana. Participei da reunião,¹⁴ onde me apresentei e falei um pouco sobre minha proposta de pesquisa, meu objetivo e expliquei que pretendia realizar a pesquisa com um olhar etnográfico, acompanhando o grupo em suas atividades de produção, organização e comercialização de base agroecológica. O grupo Econorte me “aceitou” como participante das atividades, pois eu era amiga do Cleberson e confiavam nele, e falaram que já estavam acostumados a ser “alvo” de pesquisas acadêmicas, pois o grupo é um dos únicos da região que possui certificação junto a OCS.

¹²A pesquisa de campo foi construída seguindo as normas do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da FURG, passando por todos os procedimentos necessários, como o cadastramento do projeto junto a Plataforma Brasil, a construção, leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelas (os) participantes do grupo Econorte. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e ao final será enviado um relatório de pesquisa.

¹³No caso do Cleberson, utilizo o termo consumidor, pois é assim que ele se reconhece dentro do grupo Econorte. Sendo este também o termo do seu cadastro junto à OCS.

¹⁴A primeira reunião que participei do grupo de agroecologia Econorte foi no dia 18 de dezembro de 2019, na sede da Emater, centro da cidade de São José do Norte.

A partir de minha apresentação ao grupo, comecei a participar das feiras semanais e das reuniões mensais do Econorte. A pesquisa foi construída percorrendo um caminho considerado indutivo-dedutivo, ou seja, nos primeiros encontros com o grupo procurei perceber o campo, para a partir disso ir construindo meus objetivos específicos, sendo que mesmo com o objetivo geral formulado, estava aberta para os caminhos que a investigação poderia levar a pesquisa. Assim, neste primeiro momento, procurei construir um vínculo com o grupo, e com isso passei por um período de vivência, percebendo o lugar, em contato pessoal, me envolvendo nas atividades, sem entrar diretamente na pesquisa (BRANDÃO, 2007). Utilizando como método de pesquisa a observação participante, que segundo Brandão (2007, p. 20)

É esse conviver mais livre, mais pessoal, com a situação que implica um envolvimento pessoal, e implica um participar de momentos, de uma discussão com as pessoas que conversam no sindicato; ou participar de uma dança; ou participar de um ritual religioso; ou participar de um trabalho.

Brandão (2007) coloca que a observação participante acontece no convívio com grupos e pessoas de forma mais livre e pessoal, criando e se envolvendo com as (os) sujeitas (os) de pesquisa nos ambientes ocupados por estas (es). Assim, nas primeiras observações participantes utilizei como roteiro a sensibilidade e o ouvir as pessoas (BRANDÃO, 2007), procurando ter olhos e ouvidos atentos às relações construídas no e pelo grupo Econorte, sendo que

tanto o olhar como o ouvir não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação. Ambos se complementam e servem para o pesquisador como duas muletas, que lhe permitem caminhar ainda que tropeçadamente na estrada do conhecimento (OLIVEIRA, 1996 p. 18).

Como colocado por Oliveira (1996), o olhar e ouvir são indissociáveis, fazem parte da inserção no campo e são técnicas da observação participante. A partir disso, durante as observações participantes procurei construir uma relação de proximidade e reconhecimento com o grupo Econorte, sendo que a interação é criada no diálogo, quando os dois mundos, do pesquisador e dos sujeitos de pesquisa, se encontram trocando ideias, sem medo de contaminar o discurso do outro, pois a pesquisa e a pesquisadora não são neutras (OLIVEIRA, 1996). Após esse período de reconhecimento do grupo, procurei ter um olhar atento às questões que nos interessavam no campo, assim em meio a tantas conversas que tivemos nos espaços da feira e das reuniões, direcionei meu olhar, principalmente, nas relações e ações de educação ambiental que aconteciam nesses espaços, nas trocas e construção de conhecimento.

A investigação de campo foi interrompida em março de 2020 quando me afastei do campo de pesquisa por conta do distanciamento social necessário para diminuir o contágio da

pandemia causada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2). Por conta da pandemia fiquei dez meses afastada do campo, mantendo contato somente por *Whatsapp* com algumas (uns) participantes do grupo. No período em que fiquei afastada, aprofundi a pesquisa sobre a realidade de SJN a partir de dados secundários. Fizemos um levantamento no IBGE cidades procurando investigar diferentes indicadores socioeconômicos que constam na dissertação. Foi realizada também uma revisão bibliográfica de pesquisas que haviam sido construídas sobre o município de SJN como Freitas (2019), Martins (2019) e Farinha (2017), Bunse (1959) e Costamilan e Torres (2007) procurando compreender as relações socioambientais do município de SJN que transpassam as relações construídas pelo grupo Econorte. Comecei a participar e acompanhar o grupo de *Whatsapp* “produtor(a) e freguês”, o canal do *Youtube* “Agroecologia em foco”¹⁵, o grupo de *Facebook* do Econorte e algumas *lives* em que as (os) sujeitas (os) de pesquisa participaram, que me auxiliaram a compreender as histórias das (os) participantes e algumas ações e relações ambientais destas (es) pelo município de SJN.

Após ter passado dez meses sem contato com o campo, voltei a realizar as observações participantes nas feiras do grupo Econorte, com todos os cuidados e distanciamento necessários, já conhecendo um pouco mais sobre como acontece o contágio do Coronavírus. Quando retornei, as ansiedades e inseguranças também retornaram como se fosse à primeira vez que estava indo a campo. Mas chegando à feira do Econorte no dia 15 de janeiro de 2021 percebi que já havia construído um vínculo com o grupo, pois fui bem recebida e conversamos sobre uma diversidade de assuntos. No retorno a pesquisa de campo procurei explicar de forma mais objetiva minha pesquisa e os próximos passos que pretendia realizar, como a realização do questionário com as (os) freguesas (es) da feira e a entrevista com as (os) participantes do grupo Econorte.

Após a segunda semana de retorno às feiras, Francisca me falou que eu “fui esperta em ir com calma nas entrevistas” e que já estava na hora de eu ser mais “produtiva” no meu trabalho, e fazer as perguntas sobre o que eu precisava saber. Com isso percebi que ela estava se sentindo à vontade, o que é importante para começar as entrevistas sendo que a entrevista é uma via de mão dupla, antes é preciso ganhar a confiança do entrevistado (BEAUD; WEBER, 2007). Nesta via de mão dupla, após o primeiro dia de entrevista com Francisca, ela me pediu para que eu contasse um pouco sobre minha vida, quem eu era e como cheguei até SJN. Assim

¹⁵Canal no youtube construído por uma das participantes do grupo Econorte. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCyvLLALh6gbYcJ9knQfjVRw> Acessado em 5 de maio de 2021.

contei sobre o lugar que nasci, um pouco sobre minha infância, quem é minha família, minha adolescência, como cheguei a Rio Grande e como me achei na educação.

A partir do vínculo com o grupo já formado, procurei levantar mais questionamentos, sobre o que estavam fazendo, como faziam, porque faziam daquele jeito, neste momento ocorreu mais trocas, o grupo também começou a me questionar em como eu e minha família plantamos, fazemos, por exemplo, suco de uva, tinturas etc. Assim tivemos muitas conversas, trocamos receitas, como quando liguei para minha mãe para que passasse a receita de suco de uva, trocamos mudas, quando comprei e levei para duas participantes do grupo mudas de Stévia que as (os) agricultoras (es) não encontravam em SJN e elas me deram outras mudas e ramas como a salva-do-rio-grande-do-sul¹⁶ que eu não conhecia. Essas trocas foram intensificadas por eu ser de uma família de agricultores e, mesmo morando em Rio Grande tenho uma horta e assim, trocamos experiências enriquecedoras para além da presente pesquisa.

No total, realizei observação participante em dez feiras e três reuniões, sendo uma delas (19 de fevereiro de 2020) na casa de uma das participantes do grupo, na comunidade do Retiro, na qual conhecemos sua propriedade e terminamos com um café com os produtos feitos por ela. Também participei de uma ação do dia da mulher (8 de março de 2020), que foi construída pelo grupo Econorte em parceria com o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), no salão comunitário Santa Bárbara. Passei um final de semana (14, 15 e 16 de fevereiro de 2020) na casa de uma família que participa do grupo, na comunidade da Quinta Secção da Barra, onde pude participar um pouco do trabalho e lazer da família.

Além da observação participante e questionário com as (os) freguesas (es), realizei entrevistas semiestruturadas (FLICK, 2009) com questões abertas¹⁷, com cinco participantes do grupo Econorte, os quais tive maior contato durante o período de observação participante, pois são os que mais frequentam o espaço da feira, e aquelas (es) que consideramos de importância,

¹⁶A Salva do RS é uma planta medicinal, utilizada principalmente para patologias no sistema gastrointestinal, de nome científico *Lippia citrata*, pertence à família Verbenaceae.

¹⁷Para a realização das entrevistas, me embasei em Thompson (2002), que traz que o entrevistador precisa sentir o campo e perceber qual é o melhor método da entrevista, isso varia de pessoa para pessoa e de campo para campo. Uma boa entrevista segundo Thompson (2002) é aquela que há flexibilidade nas relações, a capacidade de demonstrar compreensão das opiniões dos entrevistados e a disposição de ficar calado e escutar. Para obter sucesso nas entrevistas segundo o mesmo autor é preciso deixar o entrevistado livre, fazer poucas perguntas, procurando deixar fluir a história e deixar ser guiado pelo entrevistado, conforme suas falas. Assim, a entrevista não pode se transformar em uma conversa em que o entrevistador fica dando sua opinião sobre o fato, mas sim uma escuta. Ainda, Thompson (2002) traz que as perguntas não devem ser direcionadas a alguma resposta, mas sim o mais neutras possíveis, para compreender o que o entrevistado acha sobre o assunto, estimular o subjetivo do entrevistado.

pois além de participar do grupo Econorte participam de outras organizações coletivas de SJN. Sendo que, como procuramos compreender as ações em educação ambiental não formais construídas pelo e no grupo Econorte, entendemos que as organizações coletivas são importantes espaços de construção de saberes.

As entrevistas semiestruturadas são recomendadas para reconstruir e/ou formular teorias subjetivas das (os) sujeitas (os) de pesquisa para a análise do conhecimento cotidiano (FLICK, 2009). Para a realização deste tipo de entrevista é necessário que a (o) pesquisadora (or) possua uma carga de conhecimento sobre o tema e o grupo a ser entrevistado, pois

[...] esse conhecimento, suposições que são explícitas e imediatas, que podem ser expressas pelos entrevistados de forma espontânea ao responderem perguntas abertas sendo estas complementadas por suposições implícitas (FLICK, 2009, p. 149).

No caso da presente pesquisa os conhecimentos prévios foram das observações participantes e dos dados secundários. Com isso, construímos um roteiro temático de perguntas (Anexo A) que foi formulado pensando no objetivo geral da pesquisa, no que pretendemos investigar, nas questões norteadoras de pesquisa e nas questões que surgiram no campo durante as observações participantes que são consideradas de importância para mim e o grupo.

O primeiro roteiro de entrevistas semiestruturadas que construí apliquei com a Francisca. Para a entrevista com Cleberson tive que adaptar o roteiro de entrevista, pois ele tem outra relação com o grupo, sendo o consumidor cadastrado na OCS. Também fiz algumas alterações no roteiro para a entrevista com Heitor, assim tivemos outra conversa, por ele estar mais recentemente no grupo Econorte, sendo que entrou no grupo em 2021 e tem 16 anos. Além disso, com duas participantes do grupo realizei pesquisa on-line, pelo *Whatsapp*, pois uma delas não estava participando da feira no ano de 2021 e a outra não tinha um tempo livre na feira. Segundo Flick (2009, p. 243) “A entrevista online é uma espécie de simulação da entrevista do mundo real e a espontaneidade da troca verbal é substituída pela reflexividade das trocas escritas”. Assim, fui adaptando o roteiro de entrevistas conforme a pessoa que era entrevistada e o modo como realizamos a entrevista. Essa variabilidade no roteiro de entrevista faz parte das entrevistas semiestruturadas, sendo que o mais importante das entrevistas é que as questões propostas respondam o que investigamos.

Por conta do distanciamento social necessário na contenção da pandemia, não consegui fazer visitas às casas das (os) participantes do grupo como gostaria, assim optei por retirar a temática de gênero da pesquisa, pois não conseguiria compreender as relações de gênero que acontecem nos núcleos familiares das (os) participantes do grupo Econorte e no próprio grupo

sem participar da rotina, do trabalho diário como as (os) agricultoras (es), dentro da casa das (os) participantes do grupo. Mesmo assim, por conta de observar que as mulheres do grupo Econorte estão mais presentes na comercialização e organização do grupo, realizamos uma análise da intersecção das mulheres rurais com a agroecologia, que formam o subitem 3.3, procurando aproximar as ações e práticas das mulheres rurais à agroecologia, estas vistas como a construção de uma educação ambiental. Também por conta do distanciamento social as reuniões mensais do grupo não aconteceram no ano de 2020 e 2021, assim direcionei meus olhares nas relações e construções de aprendizagens que acontecem no espaço da feira, pois era onde conseguia participar com os cuidados e segurança necessários. Para isso, realizei um questionário com as (os) freguesas (es) da feira Econorte (Anexo B), conseguindo atingir um número de 12 fregueses, além das observações participantes neste espaço que construíram o subitem 3.2 Educação ambiental no espaço da feira do grupo Econorte.

Após o fim do campo, realizamos uma análise de conteúdo das entrevistas transcritas, dos questionários com as (os) freguesas (es) da feira, dos dados secundários e dos diários de campo. Os diários de campo ajudaram a repensar e buscar compreender a realidade e as relações que aconteciam nos encontros que tive com o grupo. Beaud e Weber (2007) trazem que o diário de campo é a principal ferramenta do trabalho de campo com olhar etnográfico pois “só o diário de campo transforma uma experiência social ordinária em experiência etnográfica” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 67).

Para a análise de conteúdo me embasei nas teorias de Bardin (1977), que traz a análise de conteúdo como aquela que “visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares.” (BARDIN, 1977, p. 44). Utilizamos este tipo de análise pois procuramos entender as relações históricas, sociais, culturais, educacionais que transpassam a construção e continuidade do grupo Econorte. Assim, procuramos compreender e analisar as transcrições e o diário de campo para além das palavras escritas, pois “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (BARDIN, 1977, p. 44). Para isso, inicialmente li e reli os diários de campo e as transcrições das entrevistas, procurando encontrar em meio a tantas anotações as relações que nos interessavam para a compreensão das ações em educação ambiental do grupo Econorte. Sendo que “a principal utilidade do diário de campo está na releitura dele que se fará,

a qual revelará a distância entre o que foi anotado e o que se relê” (BEAUD; WEBER, 2007 p. 68).

Após a leitura, percebemos que algumas ideias se repetiam nas falas das (os) participantes do grupo Econorte, com isso separamos o material em categorias e subcategorias, são elas: 1. SJN (a. conflitos socioambientais; b. monoculturas e agroquímicos; c. percepção do grupo sobre o município; d. futuras gerações e jovens no campo) 2. Grupo Econorte (a. formação do grupo; b. certificação e burocracias; c. percepção sobre; d. relações com externos; e. visão sobre organização; f. motivo pessoal por ter entrado no grupo; g. dificuldades do grupo; h. adoecimento e envelhecimento das (os) participantes; i. produção em quantidade; j. quem da família participa do grupo; k. como lidam com “pragas”; l. espaço da feira) 3. Histórias de vida (a. Francisca; b. Heitor; c. Cleberson; d. Ana e Antônio; e. Márcia); 4. Saberes (a. Como, onde, com quem aprendem; b. manejo com plantas medicinais; c. relação das (os) participantes com a feira; d. relação produtora (or) fregueses; e. relação das (os) participantes com a agroecologia; f. relações de gênero; g. percepção sobre a construção de conhecimento no e pelo grupo Econorte). Com os conteúdos separados realizamos a codificação de dados. Segundo Bardin (1977, p. 103)

A codificação corresponde a uma transformação – efectuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto transformação esta, que por recorte, agregação e enumeração permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto.

Assim, na codificação transformamos o material de campo em texto e, a partir do texto, fomos interligando com o campo teórico e formando as teorias e análises que estão presentes principalmente no capítulo 3 da presente pesquisa. Além da análise de dados, realizamos uma pesquisa bibliográfica temática com o objetivo de investigar as produções científicas que vêm sendo construídas em volta da temática: agroecologia, educação ambiental e grupos e associativismo. Para isso, foi realizada uma revisão de artigos, teses e dissertações no Banco de Teses e Dissertações da plataforma ARGO FURG¹⁸, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e

¹⁸A plataforma ARGO-FURG abrange os trabalhos realizados dentro da FURG, assim pesquisamos os trabalhos publicados do PPGEA. Disponível em: <https://argo.furg.br/?BDTD>

dissertações (BDTD)¹⁹, Plataforma Scielo²⁰, Revista Educação e Ambiente²¹ e a Revista Brasileira de Agroecologia²².

Também realizamos uma revisão teórica a fim de trazer as perspectivas, os conceitos e autoras (es) chaves utilizados na pesquisa. Para isso realizamos uma contextualização do espaço rural a partir das (os) autoras (es) Lourenço et al. (2016), Ferreira et al. (2016), Zanoni (2004), Brandenburg (2005) e Porto-Gonçalves (2011). O conceito de ruralidades por Wanderley e Favareto (2013) e Souza e Lima (2006), de agroecologia na visão dos autores Caporal e Costabeber (2004) e Caporal e Azevedo (2011). No campo da educação ambiental utilizamos principalmente a (o) autora (or) Carvalho (2012) e Layrargues (2020). Compreendemos que estes têm perspectivas teóricas diferentes, enquanto Layrargues (2020) traz a educação ambiental para pensarmos nas estruturas sociais, políticas e econômicas, Carvalho (2012) traz a educação ambiental voltada a (ao) sujeita (o), mas trazemos estas (es) autoras (es) pois entendemos que é importante compreender as pessoas como sujeitas (os) de ação e também o grupo Econorte como um todo, diante da realidade de SJN. Além disso, realizamos um levantamento de dados no IBGE cidades e no Censo agropecuário 2017, a fim de compreender um pouco sobre a realidade do contexto rural brasileiro e especificamente do município de SJN.

É importante destacar que durante a escrita utilizamos os nomes verdadeiros das (os) participantes do grupo Econorte, com exceção de Heitor e Francisca, que preferiram não utilizar seus nomes e escolheram um nome que gostaria que eu usasse. As (os) outras (os) participantes escolheram utilizar o nome verdadeiro por diferentes motivos, como estratégia política, sendo que um dos participantes se sentiu mais seguro em manter seu nome em suas manifestações políticas, as outras participantes escolheram utilizar seus nomes por poderem ver as suas histórias escritas. O uso dos nomes verdadeiros das (os) sujeitas (os) de pesquisa facilita o retorno da pesquisa a estes, e o estudo pode se tornar mais promissor para futuras pesquisas na mesma região (FONSECA, 2010).

Além da introdução a presente pesquisa está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo realizamos um debate teórico acerca da temática educação ambiental e agroecologia. Iniciamos traçando um panorama do contexto rural brasileiro, sua formação histórica e algumas

¹⁹Desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia. Disponível em: <https://bdt.d.ibict.br/vufind/>

²⁰ Disponível em: <https://scielo.org/>

²¹É uma revista vinculada ao PPGEA-FURG que possui publicações de pesquisadores de todo o Brasil. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc>

²² Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia>

políticas públicas rurais e ambientais. Após, trazemos a revisão bibliográfica temática e a revisão teórica que utilizamos na presente pesquisa.

No segundo capítulo contextualizamos o município de São José do Norte a partir do histórico de formação e os dados mais atuais sobre o município, e o grupo de agroecologia Econorte, traçando um histórico de formação e continuidade do grupo, como o grupo se entende dentro da agroecologia, as principais dificuldades e o espaço da feira. Também descrevemos um pouco sobre as histórias de vida, as ações e relações ambientais construídas pelas (os) participantes do grupo Econorte que tivemos contato durante a pesquisa.

No terceiro capítulo discutimos o conhecimento construído no e pelo grupo de agroecologia Econorte, nas suas buscas, com agentes externos, na participação política dentro do município e com suas redes de apoio. Em um segundo momento, focamos na educação ambiental construída no espaço da feira, a partir das relações que acontecem neste espaço. Por último, trazemos a intersecção entre a educação ambiental e as mulheres rurais, buscando analisar a percepção sobre a agroecologia do grupo Econorte, e identificando as mulheres do grupo como as iniciadoras da agroecologia no município de SJN.

CAPÍTULO 1: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA: DEBATE TEÓRICO PARA A CONSTRUÇÃO DE CIÊNCIAS CONTRA HEGEMÔNICAS

Neste primeiro capítulo realizamos uma reflexão e contextualização mais ampla da temática educação ambiental e agroecologia no contexto de pesquisa para a elaboração dessa dissertação. Compreendemos que a pesquisa em educação ambiental crítica e no campo científico da agroecologia abrangem os processos históricos, sociais, políticos e culturais. Com isso, abordamos neste capítulo o contexto rural brasileiro, as políticas públicas e pesquisas acadêmicas acerca destas temáticas. Iniciamos trazendo um pouco sobre o contexto rural brasileiro, sua formação e continuidade ao longo do tempo no Brasil. Para isso, utilizamos dados censitários do último censo agropecuário de 2017, compreendemos que os dados censitários trazem uma realidade numérica que não abrange a complexidade das relações sociais, mesmo assim, consideramos que os estudos com dados censitários são de importância para o fomento de políticas públicas e ações governamentais de interesse para cada município. Assim, buscamos cruzar alguns dados entre as variáveis de número e tamanho dos estabelecimentos, idade, sexo, adubação, cooperação, agricultura familiar, produção orgânica, entre outros.

Para a discussão histórica do contexto rural trazemos alguns autores como Mattias (2016) e Martins (1994), que traçam a formação do espaço rural no Brasil. Entre essas discussões, damos destaque às ideias desenvolvimentistas hegemônicas que buscam um tipo de progresso para o campo que não leva em consideração os diferentes modos de viver neste espaço e as diferentes realidades ambientais, com isso trazemos os conflitos ambientais como diferentes interesses de apropriação do ambiente. Após, abordamos um pouco sobre as políticas públicas ambientais que envolvem a agroecologia, a produção orgânica e a educação ambiental, procurando compreender a formação e continuidade destas em âmbito federal, estadual e municipal, e os desmontes das políticas públicas federais nos últimos anos.

No segundo momento, no subitem 1.2, realizamos uma revisão teórica mais ampla sobre as temáticas da educação ambiental, agroecologia, grupos e associativismo, a partir de uma busca das pesquisas que vêm sendo construídas, nos últimos anos, em diferentes plataformas e revistas em educação ambiental, que especificaremos no subitem. Compreendendo que as pesquisas científicas são construídas a partir do que vem sendo discutido dentro dos campos de pesquisa, selecionamos trabalhos que nos ajudam a compreender o fenômeno estudado na presente pesquisa, para isso traçamos algumas relações entre os trabalhos selecionados e a

presente pesquisa. Entre os trabalhos achados e selecionados, identificamos a construção da educação ambiental a partir da agroecologia nos processos de construção, organização e comercialização de grupos de agroecologia, seja com o próprio grupo ou ainda em diálogo com agentes externos que participam de diversas formas, como consumindo produtos de base agroecológica, apoiando e integrando como entidades. Também são destacados os processos educativos nas diferentes práticas agrícolas.

Finalizamos este capítulo trazendo alguns conceitos e pesquisadoras (es) que consideramos de importância para a análise dos dados da presente pesquisa. Como a identificação do que entendemos como ruralidades, a partir das (os) autores Wanderley e Favareto (2013) e Souza e Lima (2006); sobre agroecologia com os autores Caporal e Costabeber (2004) e Caporal e Azevedo (2011); sobre ambiente, movimentos ambientalistas e educação ambiental, dialogando com Carvalho (2001; 2012) e Layrargues (2012; 2020). Identificamos estes conceitos e autores como os mais apropriados para a compreensão das ações em educação ambiental construídas pelo e no grupo de agroecologia Econorte em São José do Norte (RS). A partir destes, traçamos um histórico da formação e transformação do campo a partir da revolução verde, a formação de novas ruralidades e novos modos de se relacionar com o ambiente rural. Entre diferentes formas de se relacionar no contexto rural, damos destaque a construção da agroecologia pelas (os) sujeitas (os) rurais. No campo da educação ambiental, buscamos compreender a construção dos movimentos ambientalistas, que foram chave para a construção da educação ambiental. As diferentes formas de fazer e refletir sobre esta educação em diferentes ambientes, estes compreendidos de forma complexa e heterogênea. Também damos destaque a nossa compreensão sobre educação, sob um viés popular, crítico e libertador, que ocorre no diálogo e nas relações entre pessoas e destas com seu ambiente, apoiado nas ideias de Paulo Freire (1983) e de autores da educação ambiental.

1.1 Educação ambiental, agroecologia e a realidade do contexto rural brasileiro: dados censitários, históricos e as políticas públicas.

Iniciamos contextualizando o espaço rural brasileiro, sua formação e divisão de terras, fazendo um panorama das políticas públicas nacionais estaduais e municipais que são de importância para o fomento da agroecologia, da produção orgânica e da construção da educação

ambiental. Para isso, utilizamos os dados do censo agropecuário de 2017, do site Ejatlas²³, um mapeamento realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Londres et al. (2021), e alguns estudos de Martins (1994), Mattias (2016), Wanderley e Favareto (2013) e Barcellos et al. (2021). Escolhemos utilizar estes dados e estudos a fim de compreender as relações históricas, sociais e políticas que transpassam a formação e continuidade do espaço rural e a construção e permanência de grupos de agroecologia brasileiros, com enfoque no Rio Grande do Sul. Aspectos que consideramos relevantes na presente pesquisa a fim de compreender as ações em educação ambiental que são construídas pelo grupo de agroecologia Econorte, sendo que a educação ambiental, em um viés crítico, precisa estar contextualizada na realidade.

Sobre a realidade rural, o censo demográfico brasileiro até 2010 se diferenciava do resto do mundo na categorização entre rural e urbano, enquanto que os critérios de categorização do urbano era por conta de sua infraestrutura e equipamentos, o espaço rural era definido por exclusão do espaço urbano (WANDERLEY; FAVARETO, 2013). Essa separação ocasionou ao longo dos anos uma disparidade quanto à população urbana e rural no Brasil. Até o censo de 2010 às áreas consideradas urbanas representavam 84% da população brasileira (BARCELLOS, et al., 2021), e as regiões rurais 16%, o que corresponde a 30 milhões de brasileiros (WANDERLEY; FAVARETO, 2013). Segundo Wanderley e Favareto (2013), por exemplo, se os dados apresentados no censo de 2010 fossem colocados segundo as tipologias internacionais, o número de brasileiros que seriam considerados rurais seriam de 50 milhões, o que corresponderia a 25% dos brasileiros.

No censo agropecuário de 2017, há uma nova metodologia para a classificação do espaço urbano e rural. Este último passa a ser definido levando em consideração: “a densidade demográfica, a localização em relação aos principais centros urbanos e o tamanho da população” (BARCELLOS et al., 2021, p. 42), deixando de ser somente uma exclusão do espaço urbano. Assim, fizemos uma pesquisa no censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) a fim de levantar os dados numéricos da população rural no Brasil pela quantidade de pessoas, de estabelecimentos, acesso à infraestrutura como energia elétrica, idade, sexo das (os) moradoras (es), quantidade de terras distribuídas, a nível nacional e em específico no RS. Além

²³O Ejabatlas é uma plataforma que faz parte do projeto Environmental Justice Organisations, Liabilities and Trade (EJOLT), do qual participam mais de 100 especialistas e pesquisadores de 23 universidades e organizações não-governamentais de 18 países pelo mundo Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/titanium-mining-project-projeto-retiro-in-sao-jose-do-norte-rio-grande-do-sul-brasil>. Acesso em: 5 maio 2021.

de levantar os dados sobre a agricultura familiar, produção orgânica, cooperação e associativismo presente no rural brasileiro que consideramos importante para a construção da presente pesquisa em educação ambiental.

Segundo o censo agropecuário de 2017, há um total de 5.073.324 estabelecimentos agrícolas no país, com uma soma de 351.289.816 hectares e 15,1 milhões de pessoas que vivem ocupadas nesse território, estes dados mostram uma diminuição de 8,8% da população rural em comparação ao censo de 2006. Sobre a quantidade de terras por hectares, 70% dos estabelecimentos têm área entre 1 e 50 hectares, correspondendo a 44,8 milhões de hectares, enquanto que 2.450 (0,04%) de estabelecimentos têm mais de 10 mil hectares, e uma área de 51,8 milhões de hectares. Dos estabelecimentos, 85% são de terras próprias, 784.538 (15,5%) estabelecimentos obtiveram financiamento para a produção agrícola ou agropecuária, 4.217.362 (84%) possuem energia elétrica, enquanto 830.785 (16%) não possuem. A respeito da idade das (os) produtoras (es), 74,8% estão entre as faixas etárias de 25 a 65 anos, sendo que a maior quantidade de estabelecimentos corresponde a pessoas com 55 a 65 anos, com o número de 1.186.702 (23%), enquanto que a população jovem, de até 25 anos, é a menor, correspondendo a somente a 2%, com 100.357 estabelecimentos. As pessoas com mais de 65 anos correspondem a 23,2% com 1.171.767 estabelecimentos (IBGE, 2017). A partir destes dados, é possível perceber que a população mais velha é a mais presente no espaço rural, o que pode estar relacionado com a renda obtida pela aposentadoria, enquanto que as (os) jovens são os menos presentes no campo.

Quanto ao sexo da população, 81% dos estabelecimentos são administrados por homens, comparados aos 18,7% administrados por mulheres, sendo que 0,3% não se aplica, o que evidencia que a maioria das propriedades são geridas por homens. Os estados de Pernambuco e Bahia têm o maior percentual de estabelecimentos administrados por mulheres, correspondendo de 25% a 30%, enquanto que a região sul do Brasil (RS, SC, PR) e os estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás são os que têm menor índice de propriedades administradas por mulheres, entre 10% a 15%²⁴. Ainda 20,3% dos estabelecimentos agropecuários são dirigidos por casais, dividindo as responsabilidades relativas à propriedade²⁵.

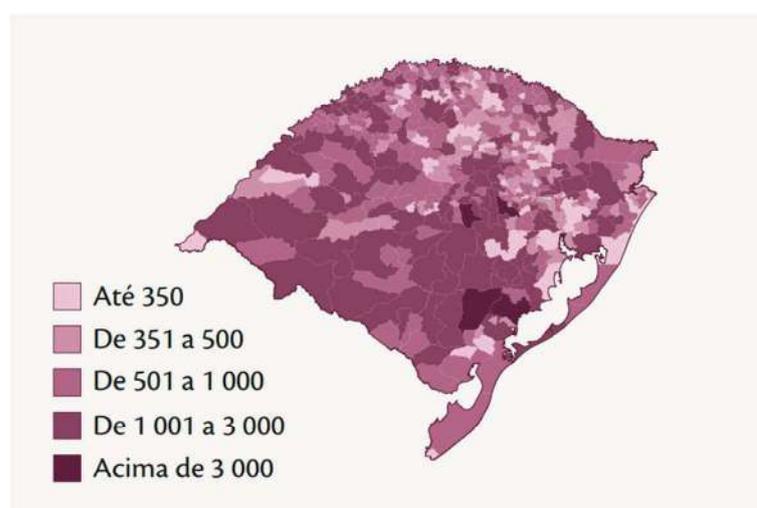
²⁴Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/genero.pdf Acesso em: 06 maio 2021.

²⁵A condição de casal na direção dos estabelecimentos foi incluída como instrumento de dados no censo agropecuário pela primeira vez em 2017, o que aumenta o registro da presença de mulheres na condição de produtoras (HORA; NOBRE; BUTTO, 2021).

Quanto à cor/raça da população do campo, 45,43% das pessoas se consideram brancas, 44,47% da população rural se considera parda, 8,37% pretas, 1,12% indígenas e amarela 0,62% (IBGE, 2017)

No caso do Rio Grande do Sul, 992 mil pessoas estão ocupadas em atividades nas regiões rurais, com 365 mil estabelecimentos agropecuários em uma área de 21,7 milhões de hectares. Divididos em municípios, conforme a figura abaixo (Figura 1), é possível visualizar que a metade sul, na microrregião de Pelotas onde se encontra São José do Norte, é uma das áreas que mais possui número de estabelecimentos agropecuários por município. A maior produção do estado é de soja, com 95,5 mil estabelecimentos que produzem este cereal, somando uma produção de 17 milhões de toneladas, sendo que houve uma expansão da produção de soja no RS nos últimos anos. Seguida pela produção de arroz com 9,3 mil estabelecimentos agropecuários e uma produção estimada de 8,4 milhões de toneladas. Na lavoura permanente, a produção de uva se destaca com 756 mil toneladas em 12,7 mil estabelecimentos e pêssego em uma produção de 104 mil toneladas.

Figura 1- Número de estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Sul.



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

Sobre a agricultura familiar, os dados do censo agropecuário de 2017 mostram que são 10,1 milhões (67%) de pessoas ocupadas no território rural que fazem a gestão da propriedade de forma familiar. O número de estabelecimentos da agricultura familiar corresponde a 77% dos estabelecimentos (3,9 milhões), que estão distribuídos em uma ordem decrescente nas regiões Nordeste (46,6%), Norte (15,4%) Sudeste (16,5%), Sul (16%) e Centro-Oeste (5,5%). A agricultura familiar ocupa uma área de 80,9 milhões de hectares, correspondendo a somente

23% da área de total de territórios rurais, mesmo produzindo 70% dos alimentos consumidos no Brasil, sendo que os estados de Pernambuco, Ceará e Acre têm as maiores proporções de área ocupada pela agricultura familiar, e os estados do Centro-Oeste e São Paulo têm as menores. A agricultura familiar no Brasil tem uma produção com valor de 107 bilhões, correspondendo a 23% da produção de todo o país (IBGE, 2017).

A produção orgânica do país é realizada por 1,2% dos estabelecimentos (64.690) com uma produção florestal de áreas plantadas em 62.780 estabelecimentos. Dos estabelecimentos que fazem adubação, 590.834 (36%) fazem adubação orgânica, enquanto que 1.015.429 (64%) estabelecimentos fazem adubação química. Sobre a associação dos (os) agricultores a cooperativas ou entidades de classe, há 1.996.422 (39,4%) estabelecimentos com associados, e 3.076.902 (60,6%) que não são associados. Entre os associados, 579.438 (29%) estão em cooperativas, 1.064.907 (53%), em entidades de classe e sindicatos, 406.552 (20%) associação/movimento de produtores e 385.651 (19%) em associação de moradores. Sendo que 70,6% das (os) participantes em cooperativas possuem propriedade com até 50 hectares. Ainda, 71,2% dos cooperados são da agricultura familiar, o que equivale a 11,4% de todos os estabelecimentos agropecuários. Estes números mostram que houve um aumento de 67,3% de cooperados em comparação ao censo agropecuário de 2006, como mostrado na figura abaixo (Figura 2). (IBGE, 2017). A região Sul é o local que há mais associações e cooperações, mas também é a região com menor quantidade de propriedades geridas por mulheres e pela agricultura familiar.

Figura 2 - Estabelecimentos associados às cooperativas por Unidades da Federação.



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

Sobre a questão da distribuição de terras, é possível observar que há uma grande acumulação de terras nas mãos de poucas pessoas como consequência da má distribuição destas durante todo o processo histórico do Brasil. São 0,04% dos estabelecimentos que possuem uma

maior quantidade de terras do que os outros 80% dos estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2017). Ainda, destacamos que por mais que a agricultura familiar corresponda a 77% dos estabelecimentos do rural brasileiro, possuem somente 23% da área territorial (IBGE, 2017).

Ressalta-se que a manutenção dessa estrutura agrária, para Martins (1994), é relativa a uma persistência das estruturas sociais do passado no Brasil moderno, principalmente no que diz respeito à questão agrária. Essas relações se mantêm por estruturas políticas como o clientelismo²⁶ e mandonismo,²⁷ que impedem que aconteça uma reforma agrária social. Ainda como colocado por Mattias (2016) o histórico da formação do espaço rural no Brasil é marcado

[...] pela concentração de terras, da renda e da riqueza, pela dominação política e econômica de oligarquias tradicionais, pela dependência das empresas transnacionais, pela destruição dos recursos naturais pelo elevado grau de desigualdade que geram fome, miséria, pobreza e exclusão social (MATTIAS, 2016, p. 171).

O elevado grau de desigualdade, trazido por Mattias (2016) também é gerado pela má distribuição de terras. No século XV, a formação do espaço rural-urbano brasileiro aconteceu com a colonização quando houve a ocupação do litoral, para a posterior entrada no interior do Brasil, a partir do século XVI, com a exploração minerária. Aos poucos houve a formação de pequenas aglomerações em volta do espaço de exploração de matérias-primas que reflete no contexto rural moderno. Os povoamentos começaram a se transformar em vilas com a constituição de câmaras pelos “homens bons” da localidade que ficavam responsáveis pela aplicação da justiça e cobrança de impostos, o que demarca uma relação da dominação social (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

As primeiras divisões de terra, ou ainda como coloca Martins (1994), a apropriação de terras privadas aconteceu por interesses do rei, na separação das Sesmarias, ainda no século XV, a partir do vassalo, como uma troca de favores (clientelismo), entre a catequização dos indígenas por concessões de terras, a fim de poder político e econômico (MARTINS, 1994). Após o fim do reinado e início da regência em 1831, houve a criação da Guarda Nacional que tinha o poder de fazer a manutenção dos grandes donos de terra. Em 1850, criou-se a Lei de Terras, a fim de garantir o trabalho escravo para os donos da terra, através de sua posse, assim

²⁶É uma troca de favores entre políticos e sociedade civil que indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto (CARVALHO, 1997).

²⁷Característica da política tradicional, que sempre esteve presente na política brasileira, sendo que o mandão, por conta de seu controle em algum recurso estratégico, exerce um domínio sobre a população, que é impedida de ter livre acesso ao mercado e a sociedade política (CARVALHO, 1997).

as terras poderiam ser apropriadas sem ser necessária a concessão de título como justificativa do trabalho (MARTINS, 1994). Em nenhum momento houve uma divisão das terras que foram apropriadas no período do reinado.

No período desenvolvimentista, que se inicia no Brasil por volta dos anos de 1950 com o governo de Juscelino Kubitschek, há o incentivo à industrialização e a formação de grandes centros urbanos, com isso ocorrem diversas transformações sociais e políticas no Brasil (MARTINS, 1994). É neste período que as (os) trabalhadoras (es) rurais começam a se movimentar politicamente e formam a Liga Camponesa, inicialmente no Nordeste, com incentivo da igreja católica e do partido comunista, que acabou se espalhando pelo resto do Brasil (MARTINS, 1994). A Liga Camponesa tem como luta a reivindicação de terras, em resposta à grilagem e em contraposição aos grandes donos de terra, lutando para uma reforma agrária. Com as pressões das (os) camponesas (es) organizadas (os), as elites começam a sentir-se ameaçadas e se juntam aos militares, para dar o golpe de estado que aconteceu em 1964. Foi nos primeiros anos do golpe que aconteceu a criação do Estatuto da Terra (MARTINS, 1994).

Baseado na teoria de Martins (1994), entendemos que o Estatuto da Terra pretendia uma reforma agrária em prol das elites econômicas, utilizando o discurso da Liga Camponesa. A apropriação de terras proposta pelos militares teve forte apoio e influência dos donos de terra, com critérios bastante precisos que consideravam a função social da terra para a modernização econômica e aceleração do progresso. Houve a classificação do uso e extensão de terras e propriedades mapeando os locais não explorados, formando assim uma política de ocupação de terras, quando muitos empresários do Sudeste do país começaram a investir, principalmente na Amazônia, com incentivos fiscais do Estado (MARTINS, 1994). Os últimos anos do século XX são marcados pela redemocratização do país e pelo protagonismo político no meio rural, em parte decorrente do processo de organização e luta das (os) trabalhadoras (es) rurais (MATTEI, 2017).

Após essa breve contextualização, direcionamos os olhares para o estado do Rio Grande do Sul, onde é percebido que o discurso desenvolvimentista é evidenciado na divisão do estado entre metade sul e norte, por exemplo, ou ainda metade não desenvolvida e desenvolvida. Considera-se que esse discurso foi oficializado com a criação, em 1996, da Comissão Especial para o Desenvolvimento da Metade Sul, e em 1998 com a criação do Plano de Ações para a Metade Sul, que instituiu oficialmente a denominação Metade Sul (FREITAS, 2019). Politicamente há uma separação dicotômica entre a metade sul e a metade norte do estado,

sendo que esta primeira é considerada pobre, atrasada, com baixo índice populacional e menor Produto Interno Bruto (PIB), já a segunda é considerada desenvolvida, com maior índice populacional e empresas de pequeno e grande porte. A metade sul é caracterizada principalmente pela agropecuária e arrozaís com grandes concentrações de terra, diferente da metade norte, em que as terras são mais distribuídas e há os policultivos, o que pode ser considerado como um dos motivos para o não desenvolvimento da região sul do RS. Apoiada na pesquisa de Freitas (2019), é possível perceber que esta divisão e caracterização da metade sul e norte do RS, é marcada por alguns aspectos históricos, entre eles, a quebra da indústria de Charque, a perda por concorrência com as indústrias da Serra Gaúcha, a perda de importância do porto de Rio Grande para o porto de Porto Alegre, que se tornou o novo dinamizador do escoamento do estado.

Com isso, a metade sul do RS passou por um processo de migração interna dentro do estado, a partir dos anos de 1940, principalmente para a metade norte no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul (FREITAS, 2019). Assim, “no final da década de 1980, a Metade Sul passou a figurar como alvo de políticas públicas e de intervenções de desenvolvimento” (FREITAS, 2019, p. 74). Ao longo da história dentre essas várias políticas, como o estímulo à silvicultura, arrozaís e sojicultura, por exemplo, recentemente na metade sul está acontecendo a tentativa de instalações de grandes empreendimentos, como os projetos minerários Três estradas, que abrange os municípios de Bagé e Lavras do Sul e o Complexo Minerário de São José do Norte. Em São José do Norte é percebido que acontecem alguns ciclos de desenvolvimentos trazidos por grandes empreendimentos, que se utilizam da justificativa da pobreza no município, como com a indústria de cebola, após da silvicultura, o estaleiro e mais recentemente com a tentativa de instalação de uma mineradora.

Em uma busca no site Ejabatlas, é observado que o Brasil é o segundo país do mundo com maior notificação de conflitos socioambientais, são 173 conflitos auto notificados, atrás somente da Índia, com 343 conflitos. Já na plataforma Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde do Brasil²⁸, elaborado pela Fiocruz, há 611 conflitos ambientais registrados. Do total de conflitos, 25 estão localizados no estado do RS, 195 envolvem agricultoras (es)

²⁸O mapa de conflitos foi disponibilizado na internet em 2010 e tem como proposta inicial levantar casos de conflitos em todo o território brasileiro e ainda tornar público vozes que luta por justiça ambiental de populações invisibilizadas e discriminadas pelas instituições e mídia. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=rs-dezenas-de-familias-lutam-contr-a-estaleiro-que-expulsou-as-e-por-indenizacoes-justas>. Acesso em: 5 maio 2021.

familiares, dos quais oito se encontram no RS (FIOCRUZ, 2010). Ainda, do total de conflitos registrados no site da Fiocruz, 44 agricultoras (es) rurais sem-terra e 17 agricultoras (es) rurais assalariados são atingidos, sendo o restante dividido em diversas categorias. Comparando com os dados de Barcellos et al. (2021), até o ano de 2017 haviam 580 conflitos no Mapas de Conflitos da Fiocruz e 159 conflitos registrados no Ejabatlas, uma diferença de 31 e 14 conflitos respectivamente, em um período de quatro anos.

Os conflitos ambientais são caracterizados por Acselrad (2004) como diferentes interesses sobre a apropriação do ambiente que entram em disputa, e são possíveis de serem negociados, normalmente entre a sociedade civil organizada ou não antagônica a grandes empreendimentos e o próprio Estado. As disputas que geram conflitos são por diferentes modos de trabalho, significados, apropriação e vida em determinados ambientes. Zhouri e Laschefski (2010) colocam que há três modalidades de conflitos ambientais, os distributivos, que surgem das desigualdades do acesso e utilização de recursos naturais, os espaciais, que são gerados pelos efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam o limite do território e os territoriais, pela apropriação capitalista do território dos grupos sociais.

Os conflitos ambientais presentes em um território têm de um lado a formação de grupos e resistências que lutam por diferentes propostas de viver o ambiente, opostos aos modelos de desenvolvimento e progresso impostos hegemonicamente. Segundo Acselrad (2004) a presença de conflito não gera somente uma ampliação do mercado, mas também a capacidade de grupos sociais de se organizarem em defesa do território, praticando e exercitando a democracia. Como exemplo da construção de resistência no espaço rural brasileiro há a formação da Liga Camponesa, apontado anteriormente, construída pelas (os) sujeitas (os) que foram excluídos do processo de distribuição de terras durante a constituição do Brasil colônia e desenvolvimentista. As reivindicações da Liga Camponesa até os anos de 1960 foram por uma reforma agrária social, por direito e acesso às terras que foi construída a partir do conflito ambiental sobre a posse de terra, entre grileiros e pequenas (os) agricultoras (es) e que se mantém até os dias de hoje com outros movimentos sociais como o Movimento Sem Terra (MST).

Outro exemplo de conflito presente no espaço rural, que poderia ser classificado segundo Zhouri e Laschefski (2010) como espaciais, são as diferentes formas de produzir alimentos. O uso de agroquímicos, utilizados em massa na produção de alimentos a partir da revolução verde, transpassam o lugar que é aplicado, contaminando águas, solos que acabam prejudicando terras e águas de agricultoras (es) que procuram produzir de forma orgânica.

Também prejudica o próprio consumo de água, como apontado por Zhouri e Laschefski (2010) no caso de Minas Gerais, que foi encontrado metais pesados e agentes contaminantes nos cursos de água que abastecem comunidades.

Neste aspecto, os grupos de agroecologia também podem ser vistos como grupos de resistência, pois de certa forma surgem buscando outras formas de se relacionar com o ambiente e de produzir alimentos, diferente da imposta pelos modelos hegemônicos da revolução verde. Os grupos de agroecologia podem se mostrar um tipo de resistência contra o modelo de desenvolvimento imposto nesse contexto, seja pela produção de alimentos sem o uso de agroquímicos, pela organização horizontal, com busca para uma maior equidade social, inclusive a de gênero, a comercialização em circuitos curtos e com preços justos, a luta contra a apropriação do território, entre outros. Além de diversos casos no Brasil (como alguns que mencionaremos posteriormente), no contexto dessa pesquisa no município de SJN, há o grupo de agroecologia Econorte que busca diferentes modos de produção de alimento no extremo sul do país, o qual também defende o território, por exemplo, ao se manifestar contra a tentativa recente de instalação do empreendimento minerário proposto para o município²⁹.

Após o panorama geral a partir dos dados censitários, a contextualização histórica da construção do espaço rural brasileiro, com foco nos conflitos ambientais deste processo e da atualidade, no próximo subitem traremos de algumas políticas públicas rurais e ambientais de incentivo à agroecologia, a produção orgânica e as (as) pequenas (os) agricultoras (es). As políticas públicas são ações de Estado construídas no processo histórico de formação do contexto rural brasileiro a fim de garantir os direitos básicos a estas (es) sujeitas (os) rurais, mas também se formaram a partir de relações desiguais de acesso à terra. Ainda, as políticas públicas que buscam incentivar a produção e comercialização não convencional de alimentos, também são uma forma, mesmo que contraditória, de garantir outros modos de viver o contexto rural.

1.1.2 Políticas Públicas rurais ambientais: a relação entre a agroecologia e a educação ambiental

²⁹O Grupo de agroecologia Econorte vem se mobilizando contra a tentativa de instalação da mineradora desde 2014, com participação em audiências públicas, construção de uma nota de repúdio, organização de uma passeata no município de SJN, elaboração de um processo junto à ao Ministério Público Federal pedindo a suspensão do licenciamento ambiental. Além disso, o grupo Econorte se organiza junto e faz parte dos movimentos ambientalistas do município, participam do Conselho do Meio Ambiente, e as (os) sujeitas (os) do grupo já fizeram ações formativas contra mineração nas comunidades no município.

A fim de contextualizar um pouco sobre as iniciativas à agroecologia a partir de políticas públicas que percorrem estas organizações e suas localidades no Brasil e Rio Grande do Sul, trazemos o levantamento feitas por Londres et al. (2021) através da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), com a pesquisa “Municípios Agroecológicos e Políticas de Futuro - iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional”. Neste levantamento foram encontradas 950 iniciativas de agroecologia pelo Brasil, destas Londres et al. (2021) realizou um refinamento de dados, conforme as iniciativas que recebem apoio do poder público municipal, chegando ao número de 721 iniciativas municipais que apoiam, direta ou indiretamente, a agroecologia com políticas públicas, ações, programas, leis, portarias e instruções normativas (LONDRES, et al., 2021).

Das iniciativas, Londres et al. (2021) faz a classificação quanto ao número por bioma, estado, microrregião, município, número de habitantes, as políticas públicas de incentivo e os principais temas. Em uma separação de iniciativas por estado foram encontrados em ordem decrescente

143 no Paraná, 81 em Santa Catarina, 58 no Rio Grande do Sul, 43 no Maranhão, 41 no Rio de Janeiro, 39 no Ceará, 38 em São Paulo, 37 em Pernambuco, 36 na Paraíba, 33 em Minas Gerais, 23 no Rio Grande do Norte, 22 no Espírito Santo, 19 no Mato Grosso do Sul, 18 no Mato Grosso e no Tocantins, 17 na Bahia, 10 no Piauí e em Sergipe, 8 em Alagoas, 7 em Rondônia, 5 no Pará, 4 em Roraima e Goiás, 3 no Amazonas e 2 no Amapá e Acre (LONDRES, 2021, p. 12).

A partir destes dados é possível perceber que a região Sul do país é a que mais possui iniciativas à agroecologia, mesmo que, como apontado anteriormente, seja uma região com menor índice de propriedades geridas por mulheres e pela agricultura familiar. Quando comparado à distribuição das iniciativas pelos municípios, a região Nordeste ultrapassa a Sul, com 42,94%, depois a Sul com 32,02% seguida pela Sudeste (12,24%), Norte (7,16%) e Centro-Oeste (5,65%). A separação por bioma é ilustrada na figura abaixo (Figura 3), que tem importância para este trabalho pois essa separação evidencia as iniciativas agroecológicas na metade sul do RS, que abrange o município de SJN. No bioma pampa há oito iniciativas que são consideradas pela pesquisa, entre elas não é considerado o grupo Econorte porque, atualmente, este não recebe incentivo governamental municipal de políticas públicas³⁰.

³⁰Mesmo que o grupo tenha sido criado a partir de financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), através da universidade (FURG) e atualmente receba apoio da Emater/RS, como colocado pelo grupo em diversas falas.

Figura 3- Iniciativas à agroecologia distribuídas por Bioma.



Fonte: Londres et al. (2021)

Sobre o mapeamento dos municípios com iniciativas agroecológicas, Londres et al. (2021) constatou que entre os 5.570 municípios do Brasil, 531 possuem iniciativa em agroecologia. Os municípios que mais se destacam, pelo maior número de iniciativas são, em ordem decrescente, Anchieta (SC), (5.557 habitantes) São Paulo (SP), (12,3 milhões de habitantes) Caxias (MA), (165.525 habitantes), Piquet Carneiro (CE), (17.086 habitantes), Brejo da Madre de Deus (PE), (50.138 habitantes), Cachoeira do Itapemirim (ES), (210.589 habitantes). Itanhaém (SP), (101.816 habitantes), Curitiba (PR), (1.948.626 habitantes) e Florianópolis (SC), (508.826 habitantes), sendo que entre esses municípios o que mais tem são 16 iniciativas e o que menos têm é sete. A partir desta classificação é possível observar que há a presença de três capitais entre as maiores iniciativas à agroecologia, o que demonstra a fusão entre o espaço rural e o urbano e aproxima das ideias sobre ruralidades, abordadas mais adiante neste capítulo.

A partir desses dados, no contexto dessa pesquisa em educação ambiental, foram levantados dados junto ao grupo Econorte de SJN, e foi relatado por participantes do grupo e por fregueses da feira Econorte da necessidade de maior incentivo das autoridades públicas municipais à agroecologia e a produção de orgânicos. Um dos frequentadores da feira que respondeu o questionário coloca a falta do poder público para incentivar mais as (os) produtoras (es) a participar da feira, e para mostrar para o público a importância do produto orgânico. Ainda um dos entrevistados do grupo Econorte coloca a dificuldade de diálogo sobre a questão ambiental com o poder municipal, que coloca o progresso como oposto a agroecologia

Outra questão é que seguinte né, tem um “frentão” político muito forte de vereadores, que eu vou chamar aqui de vereadores da direita, como PP. Estes dizem que não dá para produzir sem agroquímicos, e que essa história de falar que plantar sem

agrotóxicos é contra o progresso, então que quem planta com veneno com fertilizante químico [...]. Bom mas não vamos muito longe, que na plateia da câmara, um ou dois vereadores subiram nesse plenária e disseram que odeiam o meio ambiente. Então eles odeiam o meio ambiente, no contexto seguinte né, o meio ambiente atrapalha o progresso, eu odeio o meio ambiente as leis que protegem o meio ambiente então olha o nível da discussão (Cleber, consumidor).

É possível perceber que há uma dificuldade de apoio público municipal para o grupo Econorte, por conta do “frentão” político do município de SJN. Compreendemos que a ocupação dos espaços de poder público por ambientalistas é essencial para procurar transformar as correntes de poder colocando diferentes opiniões em debate. Para a ocupação destes espaços a organização da sociedade é indispensável. A fim de buscar relações entre a organização das (os) produtoras (es) rurais e a produção de forma orgânica, realizamos uma comparação de dados entre as (os) agricultoras (es) orgânicos que fazem adubação orgânica e os cooperados, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017. Consideramos pertinente essa comparação para a presente pesquisa, sendo que o grupo com o qual a pesquisa foi construída, é formado por agricultoras (es) familiares, que produzem alimentos de forma orgânica e com base agroecológica e algumas (ns) participantes do grupo, além de fazerem parte do grupo Econorte, também fazem parte da COOAFAN³¹, de associações de bairro, como os amigos do Gravatá, Raízes da Terra e de outros movimentos ambientalistas.

Nesta busca, encontramos que do total de agricultoras (es) que praticam a agricultura orgânica, 23.963 (37%) são associados e 40.727 (62%) não são associados (IBGE, 2017). O número de produtoras (es) que fazem adubação orgânica só ultrapassa os que fazem adubação química quando estes estão associados a movimentos de produtoras (es) e associação de moradores. Em associação/movimento de produtoras (es) são 406.552 destes 176.540 fazem adubação, sendo 64.853 realizam adubação química e 66.945 adubação orgânica. Ainda dos que fazem parte de associações de moradores são 385.651, destes 126.182 fazem adubação e dentro destes 35.455 realizam adubação química e 64.131 adubação orgânica (IBGE, 2017). Dos outros tipos de associação ou não associados a maioria faz adubação química em comparação a adubação orgânica.

Sobre os dados apresentados acima, é possível perceber que a produção orgânica é baixa em comparação a produção convencional, como também o uso de adubos orgânicos em comparação aos adubos químicos. Sendo que a adubação orgânica só ultrapassa a adubação

³¹O grupo Econorte se considera um apêndice da COOAFAN, como relatado por um dos participantes do grupo.

química com produtoras (es) que são associadas (os). Assim é possível dizer que a organização de agricultoras (es) favorece a produção orgânica e o não uso de produtos químicos, ou ainda que as (os) produtoras (es) orgânicos estão mais organizadas (os) do que as (os) produtoras (es) convencionais. Como exemplo da importância da organização das (os) produtoras (es) orgânicos e ou de base agroecológica, nas observações realizadas junto ao grupo Econorte, as (os) participantes relataram a dificuldade que é comprar adubo orgânico, seja pela burocracia ou ainda pela grande quantidade que precisam comprar para compensar o frete, assim as (os) produtoras (es) do grupo se juntam à agricultoras (es) orgânicos de municípios vizinhos para fazer a compra coletiva. Mostrando que para as (os) agricultoras (es) do extremo sul do país a organização auxilia na compra de adubos orgânicos, por exemplo.

Após, esse exemplo no contexto empírico dessa pesquisa, trazemos algumas políticas públicas ambientais e rurais. Consideramos de importância trazer as políticas públicas ambientais e rurais na presente pesquisa em educação ambiental, pois compreendemos que estas são uma forma de transformação ou remediação das estruturas sociais desiguais vigentes no Brasil atual. Assim, utilizamos a pesquisa de Londres et al. (2021) para trazer os temas das políticas públicas que mais se destacaram nas regiões e municípios do Brasil. Os temas de políticas públicas mais mencionados são: comercialização em circuitos curtos, compras institucionais da agricultura familiar, outros instrumentos de geração de demanda pela produção da agricultura familiar, além de outros temas como educação ambiental³², compras institucionais por meio da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e da Política de Aquisição de Alimentos (PAA), incentivo à produção de base agroecológica por meio do apoio da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), entre outros. Especificamente na região sul, os temas que mais ganham destaque são

fomento à produção, educação alimentar e nutricional e fomento à alimentação adequada e saudável, alimentação escolar, apoio às feiras e circuitos curtos de comercialização, e Compras institucionais da agricultura familiar e outros instrumentos de geração de demanda pela produção da agricultura familiar (LONDRES, et al., 2021, p. 16).

Na presente pesquisa damos destaque às políticas públicas citadas na pesquisa de Londres et al. (2021) que também fazem parte da realidade do grupo Econorte. Sobre o tema da comercialização em circuitos curtos, Londres et al. (2021) destaca os apoios que aparecem

³²O tema da educação ambiental na pesquisa realizada por Londres et al. (2021) teve 28 citações, em diferentes municípios do Brasil. Estas estão associadas principalmente à conservação ambiental, educação alimentar e nutricional, promoção da alimentação adequada e saudável.

nas iniciativas à agroecologia para a construção de feiras, entre eles a cessão de espaço público, a construção de um ponto fixo para comercialização, a organização e gerenciamento do espaço das feiras por entidades públicas. A pesquisa de Santos, Oliveira e Bernardes (2018), presente no próximo subitem, também mostra como a maior dificuldade para o grupo de agroecologia estudado é um espaço fixo para comercialização. Em SJN, como destacado por um dos participantes do grupo Econorte entrevistado, devido a formação histórica, não possui um espaço de feiras, o que prejudica a comercialização do grupo

[...] porque a cidade não pensou em um espaço de feiras. Não existe um espaço próprio para feiras livres na cidade, então a cidade é uma cidade histórica e nunca foi pensada a questão das feiras. Então muita gente vende seus peixes e seus produtos, agricultores e pescadores, avulsos, no avulso, as pessoas vendem na esquina né. Não sei como é que a legislação se relaciona com esse tipo de gente né, mas eu acredito que seja muito informal (Cleber, consumidor).

Por não haver um espaço adequado para as feiras no município de SJN, agricultoras (es) e pescadoras (es) vendem seus produtos nas esquinas e calçadas, sem um incentivo ou direcionamento público. Esse aspecto também foi trazido por algumas (uns) freguesas (es), no caso da feira de SJN (que será mais detalhada no capítulo 2), sendo que consideram o lugar de comercialização pequeno, e em um espaço não muito apropriado, por ficar muito perto da rua, que é movimentada, trazendo como observações do questionário aplicado as (os) freguesas (es) colocam “só o espaço que é pequeno”; “É preciso aumentar a feira para dar uma renda aos produtores e uma diversidade para quem consome”; “Facilitar um local para vender”. O município de SJN cedeu provisoriamente o espaço do quiosque para a comercialização dos produtos da Econorte, mesmo assim o gerenciamento e organização do espaço é responsabilidade integral do grupo.

Damos destaque na presente pesquisa a outro tema levantado na pesquisa de Londres et al. (2021), sobre as compras institucionais, por meio da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e da Política de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública relevante no incentivo à agroecologia, que também faz parte da realidade do grupo de agroecologia Econorte que vendem seus alimentos para o PNAE. O PNAE foi criado por uma lei nos anos de 1990, sendo que em 2009 se tornou obrigatório a destinação de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo governo federal para aquisição de alimentos escolares, oriundos da agricultura familiar. O PAA é um programa criado em 2003, com as finalidades de promover o acesso à alimentação para pessoas que vivem com insegurança alimentar, a partir de compras de produtos da agricultura familiar para serem distribuídos pelas redes socioassistenciais, como

hospitais, restaurantes populares, creches, escolas entre outros, sendo que esta política pública foi essencial para tirar o Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014 (MATTIAS, 2016)³³.

No município de São José do Norte, que será mais discutido a seguir no trabalho, uma parte da alimentação escolar é oriunda, por exemplo, da agricultura familiar e da agroecologia a partir do PNAE e do PAA, que por intermédio deles são comprados os produtos da COOAFAN e do grupo Econorte, das (os) participantes que escolhem vender para estes programas. Esta venda, como colocado abaixo por um dos sujeitos de pesquisa, garante uma parte da renda pela produção do grupo

[...] porque o PNAE, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, ele prioriza o agroecológico. Então a gente vende a nossa xepa pro PNAE, a gente não tem perda, se a gente produzir bastante e sobrar, o PNAE absorve né. Então, claro que o ano de 2020 foi um ano que trancou tudo, que parou tudo, então o PNAE não se manifestou neste ano, de 2020 e acho que 2021 vai continuar por aqui, mas tradicionalmente o PNAE sempre comprava isso de nós (Cleberson, consumidor)

A venda para o PNAE funciona para o grupo como um escape para o que não é vendido no espaço da feira do Econorte. Mesmo considerado de importância à compra dos produtos pelo PNAE, durante a pandemia o grupo de Econorte não teve acesso a essas vendas, pois o estado do Rio Grande do sul, no ano de 2020, não adquiriu os 30% de produtos da agricultura familiar garantidos pelo PNAE, “destinando a totalidade dos recursos (cerca de 22 milhões) na compra de alimentos industrializados de uma grande rede varejista do estado” (CASSOL, et al., 2020, p. 2). O representante do município de São José do Norte, em entrevista junto à Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) no início do ano de 2020, colocou que o PNAE seguia disponibilizando alimentos às escolas que repassavam aos representantes familiares, o que não se manteve ao longo da pandemia.

O PNAE e PAA são políticas públicas do âmbito federal criadas a partir do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)³⁴. O mesmo foi extinto em 2016, após o impeachment da presidenta Dilma, e suas funções foram transferidas para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), com a criação da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do

³³Essas duas leis são de âmbito federal, mas podem receber financiamento estadual e como colocado por Londres (2021) nos municípios de Laranjal do Jari (AP), Crateús (CE), Cáceres (MT), Tomé-Açu (PA), Tamandaré (PE), Rolim de Moura e Vilhena (RO) Viçosa (AL), Chiapeta (RS), entre outros recebem também apoio do poder municipal.

³⁴O MDA foi criado, em 1999, a partir das pressões das lutas populares após a redemocratização, que proporcionou a construção de políticas públicas destinadas ao fortalecimento do sistema familiar de produção, apoio aos assentamentos, e apoio a diversos segmentos sociais considerados excluídos da sociedade (MATTIAS, 2016).

Desenvolvimento Agrário que agregou uma série de secretarias. Com isso houve uma grave diminuição dos recursos destinados ao PAA chegando a cancelar os recursos direcionados para esta política pública (MATTIAS, 2016).

Cabe destacar que o início da formação do grupo de agroecologia Econorte também aconteceu por meio de uma política de incentivo à produção orgânica de base agroecológica, do MDS, quando inicialmente as (os) produtoras (es) receberam um kit com sementes, pulverizadores e estrutura para construção de estufas. O fomento à produção orgânica e agroecológica nos municípios, e o incentivo à infraestrutura rural (como disponibilização de câmaras frias, construção de sistemas ecológicos de saneamento e de sistemas de obtenção de energia), também é trazido na pesquisa de Londres et al. (2021) como o terceiro tema que mais ganhou destaque entre as políticas públicas.

Trazemos ainda como destaque de políticas públicas de incentivo à produção de base agroecológica o apoio da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). No estudo de Londres et al. (2021) é colocado que a maioria das políticas relacionadas a ATER são ações pontuais de fomento, porém a região Sul ganha destaque quanto às políticas relacionadas à extensão técnica, pelos estados e municípios, “mostrando que os municípios podem avançar em relação a políticas municipais de ATER que fortaleçam as entidades estatais e também as organizações da sociedade civil” (LONDRES et al., 2021, p. 38). A Emater se destaca no Rio Grande do Sul por conta de seu histórico de fomento à produção orgânica e à agroecologia. Nos anos de 1999 a 2002, a Emater definiu os princípios agroecológicos como prioritários para a agricultura familiar, redefinindo seus objetivos e metodologias de ação por meio de processos educativos e participativos (MOURA, 2017).

Mas em continuidade aos desmontes das políticas públicas que vem acontecendo no Brasil nos últimos anos, em 2016-2017, cabe mencionar que houve o cancelamento da chamada pública da Ater e a exoneração do presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), que havia sido criada em 2013. Mesmo assim, em SJN, a Emater é o maior apoiador atual do grupo, como relatado pela maioria dos participantes do Econorte. O apoio técnico da Emater é realizado através de visitas nas casas das (os) produtoras (es), esclarecendo dúvidas quanto a produção, além de fazerem os cadastros anuais das (os) produtoras (es), com atualizações sobre a produção, venda e organização do grupo e também por terem sido essenciais para a formação da OCS do grupo no período da transição, com ajuda na burocracia.

Em âmbito nacional há a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) que foi instituída em 2012 a partir das reivindicações apresentadas pelas mulheres do campo e da floresta durante a 4ª Marcha das Margaridas, realizada em 2011 e em longo prazo com as comunidades eclesiais de base e os movimentos de agricultura alternativa (CASSOL, et al., 2017). A política tem como principal objetivo “integrar, articular e adequar as diversas políticas, programas e ações desenvolvidas no âmbito do governo federal que visam induzir a transição agroecológica e fomentar a produção orgânica e de base agroecológica” (INPEA, 2017, p. 11). O Pnapo aconteceu principalmente por meio do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que teve seu último projeto de 2016-2019. No ano de 2020 e 2021 não foram encontradas ações envolvendo o Planapo e o Pnapo.

A partir do mapeamento realizado por Londres et al. (2021) é possível perceber a importância das políticas públicas municipais de incentivo à agroecologia para a promoção destas junto às comunidades, com produtoras (es) rurais, em centros urbanos e rurais, em espaços de comercialização, produção e organização. O Brasil vive atualmente um desmonte das políticas públicas federais, tanto das questões de segurança alimentar com o fechamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o fim da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário, em 2016, entre outros (LONDRES et al., 2021). Como também no campo ambiental, como o esvaziamento das funções do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e exportação deste para o Ministério da Agricultura, limitação da participação da sociedade civil ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e o fim da Política Nacional de Educação Ambiental (PNAE), com o desligamento do Órgão Gestor do PNAE e suspensão das funções do Comitê Assessor do PNAE (LAYRARGUES, 2020). Estes desmontes na PNAE são colocados por Layrargues (2020) como possíveis consequências históricas na formação de sujeitas (os) e na própria construção epistemológica da educação ambiental, o que de um lado pode transformar os rumos da educação ambiental, deixando de ser conservadora para ser mais radical.

O meio ambiente é visto pelo governo atual como oposto à econômica e ao desenvolvimento, ou ainda, como colocado por Layrargues (2020), impregnado pela agenda ideológica de esquerda com o interesse de sabotar a soberania da economia brasileira. Como consequência da política antiecológica, em 2019 o Brasil viveu um grande período de

queimadas na Amazônia e no Pantanal³⁵, sendo que na Amazônia, houve o chamado dia do fogo³⁶, com incentivos às queimadas pelos fazendeiros, legitimadas pelo presidente. Neste momento de retrocesso das políticas ambientais nacionais, as políticas municipais e estaduais se tornam essenciais para a manutenção da agricultura familiar, da agroecologia, da produção orgânica, das questões ambientais e da própria educação ambiental. Sendo que essas são fundamentais para buscar minimizar as desigualdades sociais, como por exemplo a má distribuição de terras durante todo o processo histórico de formação do Brasil. Além de garantir um ambiente saudável para a manutenção e continuidade da vida das (os) sujeitas (os) que dependem diretamente dessas condições para seu trabalho, como agricultoras (es), pescadoras (es) artesanais, ribeirinhas (os), caiçaras, indígenas, quilombolas, entre tantos outros povos e comunidades tradicionais³⁷.

A questão ambiental está diretamente ligada a agroecologia e com grupos de base agroecológica, sendo que estes buscam além de uma produção de alimentos que não prejudique o ambiente, relações mais saudáveis com a natureza, a fim de construir novos modos de ser e estar no ambiente. Após um apanhado geral sobre os incentivos à agroecologia, as políticas públicas ambientais e agrárias e seus desmontes, no próximo subitem deste capítulo trazemos uma revisão bibliográfica sobre os temas: agroecologia, educação ambiental e grupos/associativismo com o objetivo de investigar o que vem sendo trabalhado nestes campos do conhecimento, procurando similaridades e lacunas entre os trabalhos selecionados e a presente pesquisa.

1.2 Inter relacionando a educação ambiental e agroecologia a partir das produções científicas nesses campos do conhecimento

Após o diálogo com o contexto mais amplo de pesquisa relacionado à questão agrária, agroecologia e educação ambiental no Brasil, nessa parte do capítulo o objetivo é dialogar e

³⁵O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) constatou que no mês de outubro de 2020 a Amazônia e o Pantanal sofreram com os maiores índices de queimadas da história, sendo que foi o maior registro de queimadas no Pantanal desde que começou a medição pelo instituto em 1998.

³⁶No dia 10 de agosto de 2019, é trazido como o dia do fogo, quando alguns grupos ruralistas do Norte do país criaram um movimento de incentivo às queimadas na floresta Amazônica.

³⁷Os povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições culturais, sociais, econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente o qual estão inseridos, respeitando os princípios da sustentabilidade (MPMG; CIMOS, 2014) trazemos o conceito de povos e comunidades tradicionais do Ministério Público de Minas Gerais, mas pesquisadores como Little (2002) colocam que os conceitos e classificações de povos e comunidades tradicionais como generalistas pois não abrangem as diversidades que existem dentro das comunidades.

investigar as pesquisas científicas que trabalham com os temas que transpassam esta pesquisa: educação ambiental, agroecologia e grupo/associativismo. Na seleção dos trabalhos encontrados, damos destaque às pesquisas que abrangem as duas temáticas: educação ambiental e agroecologia, trabalhos de educação nos espaços não formais, que pesquisam junto a grupos, coletivos, comunidades e que abordam as questões sociais da agroecologia. Com os trabalhos selecionados, inter-relacionamos as pesquisas e autoras (es) e discutimos sobre o conhecimento construído com a agroecologia relacionado com a educação ambiental, (LARANJEIRA et al., 2019; MORAES; SILVA; SORRENTINO, 2019; SILVA, 2013). Após trazemos o trabalho de Herdt (2013) e Monteiro Filha (2009) que pesquisam junto a grupos e associações de produtoras (es) de base agroecológica. Duas pesquisas sobre as aprendizagens e trocas que acontecem em espaços de comercialização (SANTOS; OLIVEIRA BERNARDES, 2018; SANTOS; CHALUB-MARTINS, 2013) e por último uma pesquisa sobre os espaços agrícolas como espaços de aprendizagem.

Nas buscas que realizamos, percebemos pouca disponibilidade de pesquisas que relacionam a educação ambiental e a agroecologia com um enfoque social. A maioria das pesquisas com a agroecologia são sobre as questões de produção, de manejo, e de alternativas para melhorar a produtividade. Na Revista Brasileira de Agroecologia (RBA), fizemos uma revisão dos artigos, das edições de 1996 a 2021 e dos resumos dos Congressos Brasileiro de Agroecologia. A maioria dos artigos publicados nesta revista são voltados a técnicas de produção de base agroecológica, como uso de certas plantas e adubos biológicos. Dos trabalhos encontrados que relacionam a educação e a agroecologia, a maioria é sobre o ensino formal (ANDRADE et al., 2018) ou ainda sobre a construção de conhecimento nas técnicas de produção, práticas agrícolas e da diversificação de alimentos (NEVES; AUGUSTO; GERASEEV, 2013; LUZ; KUBO; MARQUES, 2014). Sobre educação ambiental e agroecologia, encontramos um resumo dentro do XX Congresso Brasileiro de Agroecologia que relacionava os temas junto às escolas na construção de mandalas e espirais de ervas (MULLER et al., 2009).

Essa observação também foi feita por Laranjeira et al. (2019), em sua pesquisa as (os) autoras (es) realizaram uma revisão bibliográfica de artigos e resumos publicados na Revista Brasileira de Agroecologia e nos Cadernos de Agroecologia, desde sua criação até o ano de 2018, a partir das palavras chaves “construção” e “conhecimento”. Como resultado, Laranjeira et al. (2019) encontraram 21 artigos completos dentro de 12 edições da RBA, de 2009 a 2018.

Realizaram uma análise qualitativa e perceberam que a maioria das experiências relatadas se concentram dentro das instituições de ensino superior de pesquisa. “15 tiveram a participação das universidades federais, três da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), um de empresa de extensão rural e um de uma cooperativa do MST” (LARANJEIRA et al., 2019, p. 72). Laranjeira et al. (2019) na Revista Cadernos de Agroecologia revisaram de forma quantitativa 248 resumos de 26 eventos de 2003 a 2018. Destes resumos a maioria é sobre relatos de experiências que tratam dos modos de produção, principalmente sobre a construção de hortas. Dos 248 resumos, somente um tratava de um ensaio teórico, o que é colocado pelas (os) autoras (es) como um indicativo da necessidade de uma maior reflexão das práticas agroecológicas. Ainda sobre os resumos, três pesquisas tratavam de povos e comunidades tradicionais e todas em uma perspectiva da etnociência, procurando diagnosticar os sistemas de produção e identificar os conhecimentos locais.

Procurando articular a agroecologia e a educação ambiental, utilizamos o trabalho de Moraes, Silva e Sorrentino (2019), que fazem essa aproximação compartilhando duas pesquisas de trabalhos acadêmicos do Laboratório de Educação e Política Ambiental Oca da Universidade de São Paulo (USP). Nas pesquisas trazem que a educação ambiental pode auxiliar a construção da agroecologia em diferentes territórios, por promover uma reflexão e consciência crítica as (aos) sujeitas (os) de ação, como colocam

Esta abordagem de pesquisa reforça, por exemplo, que a Agroecologia não é somente mudança na técnica agrícola, e sim de paradigma, e que a educação ambiental pode ser de grande auxílio para promover a consciência crítica nos territórios de ação” (MORAES; SILVA; SORRENTINO, 2019, p. 231).

Este novo paradigma posto pelos autores necessita de uma reflexão crítica acerca das questões ambientais, que pode ser promovida pela educação ambiental, em grupos e espaços que constroem a agroecologia. Para isso, as pesquisas que se propõem a construir um novo paradigma científico precisam estar junto e construir espaços com o protagonismo destes grupos. Sendo que, essas duas ciências procuram se aproximar dos conhecimentos populares, com a “integração interdisciplinar e o diálogo de saberes para a compreensão dos sistemas socioambientais complexos” (MORAES; SILVA; SORRENTINO, 2019, p. 213). A fim de caminhar em direção ao enfrentamento da crise socioambiental em que vivemos.

Procurando a aproximação entre a educação ambiental em uma vertente popular, ou ainda crítica e a agroecologia como uma ciência para a transformação social, trazemos o trabalho de Silva (2013). A pesquisa é sobre os processos formativos e práticas educacionais

relacionadas à agroecologia e a busca por soberania alimentar e justiça ambiental. Em sua tese, Silva (2013) junto ao projeto de agricultura urbana e periurbana do NUDESE da FURG, coloca que com limitações do capitalismo, a agroecologia contribui para a soberania alimentar. Com fundamento na educação ambiental sob uma perspectiva crítica, afirma que esta tem um papel importante na agroecologia por se tratar da construção de um novo paradigma e na mudança de vida no contexto rural.

Assim, é preciso mudar a ideia da agricultura convencional com base no uso de agroquímicos, o que requer uma mudança no entendimento da sociedade, como uma forma de superar o plano político da revolução verde, destacando que a educação ambiental tem papel fundamental nesse processo junto com a agroecologia para a construção de uma utopia e de um novo paradigma (SILVA, 2013). O trabalho de Silva (2013) é importante para a construção da presente pesquisa pois além de relacionar a educação ambiental em uma vertente crítica à agroecologia em perspectiva científica para a transformação da sociedade, também faz uma análise do projeto desenvolvido pelo NUDESE. Este projeto foi o responsável inicialmente por criar o grupo de agroecologia Econorte de São José do Norte, que é o grupo social com quem construímos a presente pesquisa.

Ressalta-se que as pesquisas que envolvem grupos que interseccionam ações em educação ambiental e agroecologia têm uma maior relevância para a construção deste trabalho, pois além de se aproximarem dos objetivos da presente pesquisa, também é possível compreender com mais profundidade as realidades que permeiam o contexto rural. Assim, sobre experiências com grupos e comunidades que vivem a agroecologia, trazemos o trabalho de Herdt (2013) e Monteiro Filha (2008).

A pesquisa de Herdt (2013) tem o objetivo de interpretar a percepção ambiental dos agricultores agroecológicos que pertencem à Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO) e da Acolhida na Colônia no município de Santa Rosa de Lima (SC). Herdt (2013) percebeu que o início da produção no município começou por pressão do mercado que estava carente de um nicho ecológico. Assim, um dos maiores motivos das (os) agricultoras (es) em participar da AGRECO foi pelas questões financeiras, pois já havia um mercado interessado em seus produtos, além de maior segurança no trabalho, preocupação com a sucessão rural, com a grande quantidade de jovens que estavam saindo do campo. Na pesquisa, Herdt (2013) percebeu que a produção de base agroecológica pode ser uma alternativa para a permanência das (os) jovens no campo.

No seu trabalho, Herdt (2013) coloca que a educação acontece com as trocas de afeto entre as (os) visitantes das propriedades e as (os) produtoras (es), dos saberes passados de pais para filhos, e também coloca que as (os) produtoras (es) “promovem a educação ambiental construindo a sustentabilidade nas relações do ser humano com o meio ambiente no espaço de convivência cotidiana” (HERDT, 2013, p. 83). No âmbito da educação formal, Herdt (2013) evidencia que as universidades utilizam os espaços das propriedades para visitas técnicas e pesquisas, já as escolas de ensino básico ainda não aproveitam o espaço das (os) produtoras (es), que tem várias atividades de turismo pedagógico, por uma certa resistência das (os) professoras (es) em procurar esses meios para a aprendizagem.

A pesquisa de Monteiro Filha (2008) é um estudo de caso que analisa a trajetória da Associação dos Amigos do Meio Ambiente de Gravatá (AMA-Gravatá), Pernambuco, com o objetivo de investigar a influência da associação na mudança de concepção de práticas de preservação do meio ambiente na comunidade de São Severino de Gravatá. Tem como objeto de estudo as práticas de agroecologia e educação ambiental na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, e para obter seus resultados utiliza como instrumentos da pesquisa: observação direta, diários de campo, entrevista com 17 agricultoras (es) e análise documental.

Monteiro Filha (2008) observa a formação da educação ambiental das (os) produtoras (es) do AMA-Gravatá, nos processos de trabalho entre elas (es) e com consumidores e visitantes dos espaços agroecológicos. Colocando que as aprendizagens da associação não acontecem somente nas formações, em momentos formais, mas “é resultado de um processo de acumulação de conhecimento e estímulo à prática” (MONTEIRO FILHA, 2008, p. 73). Como considerações finais traz que as (os) participantes da associação ao entrarem nos espaços coletivos aumentaram seu sentimento de pertencimento e de autoestima como produtores (as) de base agroecológica, o que evidencia a formação de uma educação ambiental a partir da agroecologia. Também traz a valorização do trabalho da mulher a partir da entrada na associação, mesmo que nos espaços de feira ainda são frequentados majoritariamente por homens, o que reforça o homem como representante da família.

Trago os trabalhos de Monteiro Filha (2008) e Herdt (2013) a fim de pensar a educação ambiental que acontece nos espaços construídos por grupos, coletivos, associações que envolvem a agroecologia. A troca de saberes entre as (os) participantes nas organizações e a construção de saberes em espaços de comercialização direta entre produtoras (es) e consumidoras (es), faz parte dos objetivos da presente pesquisa. Direcionado às questões

educativas nos espaços de comercialização, selecionamos dois artigos: Santos, Oliveira e Bernardes (2018) e Santos e Chalub-Martins (2012) que envolvem as aprendizagens nos espaços de comercialização direta entre produtoras (es) e consumidoras (es). Estes espaços aproximam a (o) consumidora (or) da realidade rural e também podem proporcionar espaços de ensino e aprendizagem sobre as questões do meio ambiente. Ou seja, considero que são de importância para o desenvolvimento desta pesquisa já que um dos espaços de investigação é o espaço de comercialização nas feiras da Econorte.

Santos, Oliveira e Bernardes (2018) fazem uma análise da comercialização das feiras de agroecologia do Parque do Sabiá em Uberlândia, Minas Gerais (MG), que ocorreu junto a pesquisas que envolvem agroecologia na Universidade Federal de Uberlândia. As pesquisadoras têm como objetivo conhecer a trama que envolve a produção e a comercialização desta feira. Para isso, as autoras fizeram a análise das visitas e observações durante a feira, entrevistas com as (os) feirantes e uma revisão bibliográfica sobre a temática de feiras, agroecologia e educação ambiental. Com isso trazem alguns questionamentos como: Existem muitas (os) vendedoras (es) na feira? Quais as motivações para o trabalho de comercialização e produção agroecológica? Quais as dificuldades das (os) feirantes? Quais alimentos são comercializados? Existe a demanda da sociedade sobre esses alimentos? A agroecologia é compreendida no trabalho como uma prática, sob um viés científico e como uma ferramenta da educação ambiental quando age como “agente conscientizador que desenvolve o pensamento crítico nas pessoas acerca da produção e consumo consciente” (SANTOS; OLIVEIRA; BERNARDES, 2018, p. 387).

Na feira analisada foi iniciada a comercialização dentro do parque e em geral as (os) produtoras (es) trabalham com agroecologia há pouco tempo, assim as (os) feirantes perceberam a feira, no período de estudo, como um espaço de divulgação. As pesquisadoras perceberam como resultados que a maior dificuldade das (os) feirantes é ter um lugar fixo para a comercialização de seus produtos, ainda a maioria das (os) feirantes produz produtos de base agroecológica por conta da “saúde, por amor e por consciência ambiental e alimentar” (SANTOS; OLIVEIRA; BERNARDES, 2018, p. 391). Santos, Oliveira e Bernardes (2018) perceberam que na primeira visita que fizeram a feira havia muita procura de produtos, já na segunda visita não havia tanta procura, segundo as (os) feirantes isso ocorre por conta do período do ano, sendo que no frio as pessoas saem menos de casa à noite. Com isso é possível perceber que as feiras são dinâmicas, não mantêm um nível de procura e de oferta de produtos,

o que também foi observado, por exemplo, nas feiras da Econorte e será mais discutido adiante. Na pesquisa de Santos, Oliveira e Bernardes (2018) trazem como considerações finais que a feira é um espaço de oportunidade de mudanças, de novas perspectivas, podendo proporcionar uma visão sobre a conservação dos recursos naturais.

Santos e Chalub-Martins (2012) fazem um estudo de caso com um grupo de consumo coletivo de produtos agroecológicos chamado Trocas Verdes localizado em Campinas, São Paulo (SP). A fim de responder a hipótese da existência de comunidades aprendentes nesse tipo de prática econômica, os autores realizaram uma pesquisa participante com o grupo Trocas Verdes, durante o período de 23 meses, nos anos de 2007 e 2008, utilizando como fontes primárias a reconstituição do histórico de atividades do grupo. Utilizaram como categorias de análise as três dimensões da sustentabilidade: econômica, social e política. Os autores constataram que as práticas econômicas desenvolvidas pelo grupo também caracterizam um processo de educação ambiental, sendo que a prática contribui para a “construção de conhecimento por meio da vivência dos saberes ligados à agroecologia, em processo de autoformação de coletivos ou comunidades” (SANTOS; MARTINS, 2012, p. 471).

Ainda constataram que a possível contribuição para a sustentabilidade do grupo é a autogestão do mesmo, sendo que uma das maiores dificuldades das (os) produtoras (es) é chegar até o mercado de consumidores, pois por questões de logística, muitas vezes acabavam dependendo de atravessadores, o que diminuía o rendimento na venda dos produtos de base agroecológica. Assim, o grupo mantém relações semanais de venda dos produtos e também reuniões sobre a organização do grupo, onde acontecem muitas trocas de saberes e organização coletiva, além de proporcionar um consumo consciente e um comércio justo.

Ainda sobre os espaços agrícolas como espaços de aprendizado, trago a tese de Martins (2013) que em sua pesquisa propôs a reflexão acerca das relações pedagógicas presentes em três tipos de agricultura: tradicional, convencional e agroecológica, dando enfoque para a última, em um estudo junto ao projeto Associação Ecológica das Encostas da Serra Geral (AGRECO), no sudoeste de Santa Catarina (SC). De acordo com o autor, cada forma de organizar a produção no meio rural corresponde a um processo de ensino e aprendizado que antecede ou acompanha as mudanças de paradigmas tecnológicos na agricultura. A diferença entre os três tipos é de método, intencionalidade, de tipos de conhecimento produzidos e os tipos de interesses que podem ser econômicos, políticos, sociais, ecológicos e as cosmovisões (MARTINS, 2013).

Na agricultura de base agroecológica há a aproximação entre os saberes populares e os científicos, tendo esse diálogo como o método fundamental (MARTINS, 2013). Assim, a participação da (o) agricultora (or) na construção do conhecimento é essencial na formação de sujeitas (os). O mesmo também analisa o pouco apoio do Estado na promoção da agroecologia em relação ao grande fomento às técnicas, insumos e produção agrícola na revolução verde. Além do apoio do Estado, o interesse do mercado também é colocado como um fator de importância por Herdt (2013) para a produção de alimentos orgânicos e na formação de grupos de base agroecológica. Ao mesmo tempo, em Leff (2002), que será abordado de forma mais detalhada a seguir, coloca que os princípios da agroecologia não podem ser incorporados conforme o planejamento centralizado do Estado ou ainda os mecanismos de regulação do mercado. Assim, a agroecologia precisa ser formulada pelas (os) sujeitas (os) que vivem o território, baseados em suas culturas e seu ambiente.

A partir das pesquisas trazidas neste subitem como uma revisão bibliográfica temática, foi percebido que há poucos trabalhos dentro da área da agroecologia em uma perspectiva social, sobre a construção de conhecimentos e de transformação de vidas em espaços não formais. A maioria dos trabalhos se direcionam mais as técnicas agrícolas, ou a espaços escolares com a construção de hortas, por exemplo. No campo da educação ambiental, os trabalhos encontrados que relacionam a agroecologia mostram que os espaços de organização em grupo, de comercialização e até as práticas agrícolas são lugares de construção de saberes, seja pelas trocas entre produtoras (es), com estes e os ciclos da terra, entre as (os) consumidores que frequentam os espaços de comercialização, ou ainda visitantes das propriedades, tanto escolas, instituições de ensino superior ou ainda turistas.

Com isso, no próximo tópico realizamos algumas reflexões junto de algumas (ns) autoras (es) que tratam das questões rurais Wanderley e Favareto (2013), Porto-Gonçalves (2011), Lourenço (2016), Brandenburg (2005), da agroecologia Caporal e Costabeber (2004) e Caporal e Azevedo (2011) e da educação ambiental, Layrargues (2020), Layrargues e Lima (2014) Carvalho (2001, 2012) Freire (1983) e Leff (2002), que formam o marco teórico da presente pesquisa. A fim de tecer um diálogo entre as (os) autoras (es), alguns conceitos trazidos por estes direcionando e selecionando partes da teoria que fazem parte da realidade do grupo Econorte.

1.3 Contexto teórico de pesquisa: ruralidades, agroecologia e educação ambiental

Neste item procuramos situar e discutir as perspectivas teóricas utilizadas na presente pesquisa para compreender as ações em educação ambiental construídas pelo e no grupo de agroecologia Econorte. Para isso, iniciamos realizando uma contextualização do espaço rural a partir das mudanças causadas pela revolução verde, que trouxeram transformações na vida das (os) sujeitas (os), em seus trabalhos e no modo de produzir alimentos, que também influenciam nas relações socioambientais que são construídas neste espaço. Para compreender este fenômeno utilizamos o conceito de ruralidades, a partir das (os) autoras (es) Wanderley e Favareto (2013) e Souza e Lima (2006), que compreendem o espaço rural como um lugar de moradia, de vida, de heterogeneidade e mobilidade, que se transforma conforme as transformações da sociedade. As ruralidades construídas e transformadas ao longo do tempo são compreendidas neste trabalho a partir da perspectiva ambiental. Entendemos o ambiente como um espaço múltiplo e diverso, em que transpassam as relações políticas, econômicas, sociais, culturais, históricas, naturais, educativas e que formam, transformam e são transformados a partir das (os) sujeitas (os) que vivem no ambiente. Os ambientes desta pesquisa são os construídos e ocupados pelas (os) participantes do grupo Econorte, que se encontram a partir da agroecologia.

A agroecologia é outro conceito trazido neste trabalho, que surge no espaço rural como uma contraposição a revolução verde, em uma forma alternativa de viver no campo. Como perspectiva teórica da presente pesquisa, a agroecologia é compreendida sob um viés científico, apoiado em diversas ciências, buscando relações mais saudáveis com o ambiente, transformações nas relações sociais, políticas, econômicas e também na mudança de técnicas e modos de plantio de alimentos. Na compreensão do grupo Econorte, a agroecologia se dá por diversos meios, na produção de alimentos sem uso de agroquímicos e em sistemas agroecológicos, que lembram os plantios de seus avós, ainda como uma alternativa ambientalista ao sistema hegemônico de produção de alimentos, como ideias e posicionamentos políticos ecológicos.

Após a discussão sobre o contexto rural e a agroecologia, buscamos contextualizar a perspectiva da educação ambiental utilizada na presente pesquisa. Para isso, buscamos compreender as estruturas sociais que percorrem e influenciam a construção da educação ambiental, a fim de buscar entender como estas ocorrem no território de SJN, e na formação e construção do grupo Econorte. Para esta visão mais macro da educação ambiental, utilizamos

como referencial principal Layrargues (2012; 2020), dialogando com sua compreensão sobre a construção dos movimentos sociais, da educação ambiental institucional. Para compreender a educação ambiental construída pelas (os) sujeitas (os) de pesquisa, em uma perspectiva da formação e construção das (os) sujeitas (os) utilizamos como referencial Carvalho (2001; 2012). Esta última perspectiva é utilizada para compreender a construção da educação ambiental pelas (os) sujeitas (os) do grupo Econorte, sendo que compreendemos que as estruturas são construídas por sujeitas (os), assim é importante a compreensão das duas perspectivas, macro e micro, a fim do entendimento do fenômeno ambiental.

1.3.1 Da revolução verde a construção da agroecologia: novas ruralidades possíveis

Neste subitem procuramos nos debruçar em alguns conceitos do campo dos estudos rurais a fim de compreender os fenômenos que percorrem as (os) sujeitas do grupo Econorte, a própria formação do grupo e o território de SJN. Para isso, utilizamos o conceito de ruralidades a fim de compreender como as (os) sujeitas (os) do grupo Econorte se relacionam com o rural, entendendo este como um modo de vida, um espaço que acontecem relações e ações ambientais. Neste sentido, consideramos o espaço rural não como algo parado no tempo, mas também como algo que está se movimentando e se modificando, principalmente a partir da modernização no campo. Abordamos a modernização no campo a partir das ideias de Lourenço et al. (2016), Ferreira et al. (2016) e Porto-Gonçalves (2011) trazendo o conceito de revolução verde, como um projeto político do Estado que implementou modos de produzir alimentos no campo, o que também implica outros modos de se relacionar com o ambiente. As transformações causadas pela revolução verde são lembradas pelo grupo Econorte, e a construção da agroecologia pelo grupo de pesquisa também é uma contraposição a este modelo.

O espaço rural é compreendido na presente pesquisa a partir do campo ambiental, calcado nas ideias de Brandenburg (2005), como um lugar onde as (os) sujeitas (os) que vivem neste espaço tem uma maior relação com o ambiente, por dependerem dele diretamente para a reprodução da vida e do trabalho. Por último, trazemos o conceito de agroecologia, sua construção como contraposição a revolução verde e suas diferentes vertentes. A partir disso, nos localizamos na perspectiva da agroecologia como uma ciência, conceituando a partir dos autores Caporal e Costabeber (2004) e Caporal e Azevedo (2011) e identificamos como o grupo Econorte compreende a agroecologia.

As primeiras formas de agricultura nas sociedades humanas foram construídas a fim de garantir a soberania alimentar das populações, com o extrativismo, criação de animais e cultivo de vegetais. A produção de alimento incluiu uma série de conhecimentos, como o entendimento sobre os ciclos da água, sol, lua, frio, calor, se adaptando ao ambiente em que são realizadas, sendo passado por gerações e formando culturas (PORTO-GONÇALVES, 2011). Para Porto-Gonçalves (2011) garantir a segurança alimentar é sobretudo garantir o domínio do processo de produção e reprodução dos alimentos.

Com a modernização da agricultura, o domínio dos processos de produção e reprodução não é mais exclusivo da (o) agricultora (or), há uma maior dependência da indústria para a produção, e do mercado para a comercialização (LOURENÇO et al., 2016). Assim, a segurança alimentar é modificada pela lógica mercantil, pois esta não visa alimentar quem produz e sim a mercantilização do produto. Neste processo as atividades agrícolas são separadas, como por exemplo, a criação de gado é separada da pesca, da produção de trigo, simplificando os modos de produção complexos do trabalho agrícola, substituindo gradativamente os processos biológicos pelos processos de industrialização (FERREIRA et al., 2016). Como também os conhecimentos a respeito da agricultura que são substituídos pelo valor centralizado do conhecimento técnico científico (PORTO-GONÇALVES, 2011).

A modernização na agricultura é implementada no mundo com a revolução verde, após a segunda guerra mundial em 1945, quando as empresas bélicas ficaram sem mercado com o fim da guerra e começaram a produzir produtos agroquímicos para suprir a necessidade do novo modelo de produção, que se perpetua até os dias atuais. Esse modelo de produção teve grande incentivo e investimento governamental mundial e surge com o discurso e objetivo de produzir mais alimentos em termos quantitativos, a fim de garantir a autossuficiência alimentar e o equilíbrio econômico dos países por meio da exportação de alimentos e importação de equipamentos (ZANONI, 2004), o que diminui a autonomia sobre o plantio e alimentação das (os) agricultoras (es). No Brasil, a revolução verde surge por volta dos anos de 1970, chegando ao campo como um prolongamento do período desenvolvimentista dos anos de 1950, abordado no início deste capítulo.

O pacote desenvolvimentista da revolução verde chega no campo com sementes selecionadas, adubos químicos, mecanização, plantações de cultivos em lugares considerados antes desapropriados, como promessas de uma modernização e industrialização do campo. Esse

modelo pretendia colocar um único modo de vida como o “certo”³⁸, o moderno, assim os lugares não desenvolvidos eram um lugar atrasado, sem progresso “o desenvolvimento na sociedade moderna, é então, entendido como a necessária eliminação desse mundo “arcaico” pelas forças progressistas sediadas nas cidades” (WANDERLEY; FAVARETO, 2013, p. 432). Neste contexto, as (os) agricultoras (es) eram vistos como atrasadas (os), com modos de vida que não eram correspondentes aos modos desenvolvidos, de um ideal de progresso, como trazido por Wanderley e Favareto (2013, p. 435)

A exclusão do camponês e do trabalhador rural se manifesta, igualmente, pela negação de seus modos de vida e de suas tradições, considerados incompatíveis com as mudanças social e do progresso, que a grande propriedade, apoiada pelo Estado, pretende, contraditoriamente, representar.

Como colocado pela (o) autora (or), o camponês foi excluído do seu próprio espaço e seus modos de vida foram colocados como atrasados, precisando ser superados, a partir da implementação de um novo modo de se relacionar com seu ambiente. Essa exclusão teve como consequência social o êxodo rural, seja pela não adaptação das (os) agricultoras (es) ao novo modelo de produção, pelos grandes investimentos que eram necessários para sua implementação e também pela busca por uma modernização nas grandes cidades. Mesmo com o êxodo rural, o espaço rural se transformou a partir da modernização. Dialogando com os textos de Wanderley e Favareto (2013) é possível compreender que o rural não ficou parado no tempo, com as mudanças desenvolvimentistas da revolução verde o rural também se modernizou, sendo que este espaço não é uma categoria a-histórica mas que se transforma conforme as mudanças da sociedade, se tornando igualmente moderno e não somente pelos modos de produção mas também pelos estilos de vida.

Em busca da compreensão das mudanças e das questões sociais presentes no contexto rural, entre os anos de 1940 e 1970 o espaço rural passou a ser objeto de estudo de inúmeros e diversas pesquisas acadêmicas, sendo implementada em várias universidades com destaque nas de São Paulo (WANDERLEY; FAVARETO, 2013). A (o) mesma (o) autora (or) colocam o estudo sobre o espaço rural como o estudo sobre **ruralidades**³⁹, pois não há somente uma forma de ver o espaço rural, mas sim diversas. O termo ruralidades ganha evidência nos estudos a partir dos anos 90, sendo um dos temas mais estudados no meio acadêmico, como um novo movimento de um novo rural a partir do entendimento sobre as mudanças modernas no espaço

³⁸ Utilizamos durante a escrita da dissertação conceitos eurocêtricos, como “certo”, “correto” entre aspas.

³⁹ Destacamos em negrito as palavras que consideramos conceitos chave na construção desta pesquisa.

rural (SOUZA; LIMA, 2006). Nessa perspectiva, as ruralidades são entendidas a partir do tempo e espaço, com uma fusão entre o campo e a cidade em uma relação de interdependência e não como dicotômicas. Assim, o rural é visto para além das atividades agrícolas, como um lugar de moradia e de vida, de heterogeneidades, de mobilidade (WANDERLEY; FAVARETO, 2013). Percepções que utilizamos na presente pesquisa, pois ao analisar as ações em educação ambiental que as (os) sujeitas (os) vivem nos espaços de construção da agroecologia, o rural é compreendido para além do plantio e técnicas agrícolas, mas também nos modos e histórias de vida, nas relações que são construídas, entre pessoas, dessas pessoas com seu ambiente e nos processos educativos que surgem destas relações.

Brandenburg (2005) coloca que há duas correntes de pensamento científico em torno do contexto rural, a primeira é correspondente a um rural que tende a desaparecer com a industrialização, sendo que a terra perde importância como recurso produtivo. A segunda corrente traz uma reconstrução das ruralidades, em que o mundo rural não deixa de existir, mas sim há uma reorganização das relações socioambientais no espaço rural que não correspondem aos valores urbanos. Essa segunda perspectiva que se encontram os estudos sobre ruralidades. Em análise na presente pesquisa, compreendemos que as (os) sujeitas (os) que vivem o espaço rural tem uma relação de maior proximidade com a natureza, por dependerem diretamente de recursos naturais para seu trabalho, além das relações cotidianas de trabalho com a terra e os ciclos naturais. Mesmo que o espaço rural tenha uma infraestrutura considerada urbana e moderna, o qual é necessário para a garantia de direitos básicos como de mobilidade e acesso a recursos, as relações e os modos de vida ainda se mantêm diferentes neste espaço. Segundo Brandenburg (2005) debruçado nas ideias de Wanderley (1989 apud BRANDENBURG, 2005, p. 8)

O ambiente rural é reconstruído mediante uma diversidade de atividades e com os processos produtivos que combinam diferentes tipos de saberes (BRANDENBURG, 1999 e WANDERLEY, 1989). Ao combinarem saberes diferenciados, os agricultores constroem relações com a natureza que retomam processo de gestão que fazem uso de recursos naturais e não necessariamente industriais” (BRANDENBURG, 2005, p. 8).

Como colocado pela (o) autora (or) acima, os saberes construídos no espaço rural a partir da diversidade de atividades produtivas, das diferentes relações com o ambiente, com o trabalho e com as pessoas que vivem o espaço rural, são diferenciados das relações urbanas e industriais, sendo a ruralidade como uma reconstrução da relação sociedade natureza (BRANDENBURG, 2005). Assim, compreendemos o espaço rural como um lugar construído diariamente e

historicamente pelas (os) sujeitas (os) que vivem esse território em relação com o **ambiente**⁴⁰ e natureza. Na presente pesquisa os diferentes ambientes ocupados e construídos pelas (os) sujeitas (os) do grupo Econorte são compreendidos como espaços de construção de conhecimento, a partir de relações ambientais, pessoais e com a natureza.

O espaço rural começa a ser estudado a partir do campo ambiental, quando devido ao modelo de desenvolvimento imposto para o contexto rural desencadeiam debates públicos sobre o papel da agricultura na sociedade e suas relações com as questões ambientais. A partir da revolução verde desencadeiam-se estudos sobre desertificação, poluição das águas, terra, ar, erosão, perda de solo, aumento do risco de incêndios e perda de paisagens (ZANONI, 2004), consequências ambientais causadas pelo uso de agroquímicos e o modelo industrial de agricultura como um todo. Sendo que a destruição ambiental é sentida diretamente pelas (os) sujeitas (os) rurais, pois estes têm uma maior dependência no ambiente natural para manter suas atividades primárias, que ainda são o principal meio de economia no território rural.

O debate sobre as questões ambientais no contexto rural é iniciado por pequenas (os) agricultoras (es) que reivindicavam o modelo de modernização imposto para o campo com a revolução verde (BRANDENBURG, 2005). Após, há um avanço no debate ambientalista no Estado, sociedade e mercado que passam a agir ambientalmente, embora com perspectivas distintas (BRANDENBURG, 2005). Na década de 1970, grupos organizados, sindicatos e líderes de associação, principalmente de movimentos por uma agricultura alternativa, começaram a questionar o modelo de desenvolvimento proposto para o meio rural, surgindo movimentos críticos à revolução verde, propondo uma agricultura com princípios a partir da ecologia.

Durante os anos de 1970 e 1980, desenvolveu-se um vigoroso movimento crítico com relação à dinâmica da Revolução (nas relações de poder por meio da tecnologia) Verde. Desse movimento crítico se originou um movimento de agricultura alternativa, de agricultura orgânica, de agroecologia, que consagrou expressões como agrotóxico e emprestou sentido negativo a toda a agroquímica (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 108)

Como colocado por Porto-Gonçalves (2011), a revolução verde também deu origem a movimentos críticos a este modelo de produção de alimentos, isso também acontece, pois, este modelo de produção surge como um conflito no contexto rural, sobre diferentes modos de viver

⁴⁰Compreendemos o ambiente a partir de autores como Carvalho (2001, 2012), como um espaço de interações que transpassam as questões históricas, culturais, econômicas, sociais, políticas, pedagógicas e naturais, um espaço múltiplo e heterogêneo, que abordamos com maior profundidade no próximo item.

neste ambiente. Como já colocado no primeiro item deste capítulo, os conflitos ambientais também geram como consequência a construção de resistências e organizações a fim de reivindicar e defender seus direitos e sua posição frente ao conflito.

Os movimentos formados em contraposição a imposição da agricultura convencional, surgem e resistem no campo com inúmeras tentativas de produção de alimentos de forma mais coerente com o ambiente, como, por exemplo, a permacultura, produção orgânica, biodinâmica, ecológica etc. Entre esses movimentos alternativos surge a agroecologia que com o tempo se destaca pelo seu enfoque socioambiental de forma mais ampla, carente nas outras formas de agricultura (CAPORAL; AZEVEDO, 2011). A agroecologia pode ser vista como um movimento social, uma utopia, uma prática agrícola, ou uma ciência.

Na formação da agroecologia, é possível distinguir duas correntes mais expressivas: a norte-americana que inicia com os estudos principalmente na Califórnia, com autoras (es) como: Suzana Hetch, Gliessman e Miguel Altieri, sendo que os trabalhos de Altieri foram de importância para a consolidação da agroecologia como uma ciência. E a vertente europeia, consolidada na Espanha, dentro do Instituto de Sociologia e Estudos Campestres da Universidade de Córdoba, com destaque ao autor Guzmán, sendo que esta última vertente tem viés mais sociológico (LOURENÇO et al., 2016). No Brasil, a agroecologia, como enfoque científico, surge primeiramente nas universidades, principalmente em alguns cursos de agronomia (CAPORAL; AZEVEDO, 2011), sendo que, a partir dos anos 90, houve a abertura de inúmeros cursos e programas de pós-graduação em agroecologia, com um grande número de publicações sobre o tema.

Na presente pesquisa utilizamos como perspectiva teórica a **agroecologia** como um viés científico, dialogando com a teoria de Caporal e Costabeber (2004) e Caporal e Azevedo (2011) que percebem a agroecologia como uma ciência em contraposição ao reducionismo da revolução verde. Neste sentido, a agroecologia se apoia em diferentes ciências de forma mais humanizada, por levar em conta os saberes das (os) agricultoras (es) e ao mesmo tempo propondo a construção de um projeto alternativo de sociedade, que seja mais sustentável, igualitária e justa. Nesta pesquisa, analisamos a agroecologia construída pelo grupo Econorte, a partir dos saberes populares das (os) participantes, integrando aos saberes científicos.

Em um viés científico, a agroecologia não tem seu enfoque apenas nas questões técnicas de produtividade de alimentos e renda, mas também nas questões sociais, econômicas e

políticas que cercam as comunidades rurais, como descrito por Caporal e Azevedo, (2011, p. 93-94):

Mais do que mudar as práticas agrícolas, trata-se da mudança de um processo político, econômico e sócio-cultural, na medida em que a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômica-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema mas também de mudanças nas atitudes e valores dos atores sociais com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais e nas relações sociais entre os atores implicados.

Assim, a agroecologia por meio de um viés científico, considera as mudanças sociais tão importantes como as mudanças nas técnicas agrícolas, procurando ir além da substituição de insumos agrícolas, para a construção de um novo paradigma com a preservação da diversidade cultural, das tradições, igualdade de gênero nos processos produtivos, mais autonomia para as (os) agricultoras (es), menos dependência do mercado, entre outras. Ou seja, também tem como base a produção e comercialização dos alimentos de acordo com as especificidades e necessidades locais, tanto físicas quanto sociais, a fim de retomar o significado etimológico do termo agri-cultura, diversificando os modos de ser e estar no ambiente. Como destacam Caporal e Azevedo:

A agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com o conhecimento de diferentes ciências, permitindo a compreensão, análise e crítica ao atual modelo de desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agricultura mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística (CAPORAL; AZEVEDO, 2011, p. 88-89).

Como colocado pelos autores acima, a construção da agroecologia em um viés científico precisa ocorrer de forma transdisciplinar, buscando recuperar os saberes construídos pelas (os) agricultoras (es) de suas práticas e agregando os saberes técnicos científicos produzidos pelas ciências ambientais, agrônômicas, sociais. Para isso, parte do conhecimento local que integrado aos conhecimentos científicos propõem a formação de um novo paradigma científico, em contraposição a ciência positivista. Como colocado no estado da arte por Martins (2013), às formas de organizar e a produção no meio rural correspondem a um processo de ensino e aprendizado que antecede ou acompanha as mudanças de paradigmas tecnológicos na agricultura. Assim, na agricultura de base agroecológica, segundo o mesmo autor, o método fundamental está na aproximação e diálogo entre os saberes populares e os científicos.

Voltando nossos olhares para o contexto de pesquisa, no grupo de agroecologia Econorte, as (os) sujeitas (os) de pesquisa compreendem a agroecologia em diversas perspectivas. Para as (os) sujeitas (os) entrevistados, a agroecologia remete a um modo de

produzir simples, em uma recuperação dos modos de plantio de gerações anteriores à revolução verde, como seus avós produziam. Esse modo de plantio é diverso, a agroecologia como o trabalhar com a diversidade, sem uso de agroquímicos e tendo como primeiro objetivo a alimentação da família. Ainda, a agroecologia é compreendida pelo grupo Econorte como um posicionamento político, um modo de construir um novo modelo de sociedade a partir de uma visão ecológica, como um novo modo de se relacionar com seu ambiente. Em muitos momentos utilizam a palavra **ecologia** para falarem de suas atividades agrícolas e de suas relações com o ambiente.

A palavra ecologia foi designada pela ciência natural, em 1866 por Ernest Haeckel como uma ciência das relações dos organismos com o mundo exterior (CARVALHO, 2012). Mas seu uso não é exclusivo da ciência, também passa a ser usada pelos movimentos sociais, com um outro sentido, como colocado por Carvalho (2012, p. 40) “o movimento ecológico que se caracteriza pela compreensão holística de mundo e defende a construção de relações ambientalmente justas com a natureza e entre os seres humanos”. Nesse sentido, a ecologia é entendida como uma visão para com as questões ambientais de forma ecológica, que seria assim construindo relações mais saudáveis com o ambiente.

Para a agroecologia ser um movimento efetivo no campo é preciso que haja incentivo governamental para sua implementação, como ocorre com os modelos da revolução verde e como colocamos no primeiro subitem deste capítulo com a formação de políticas públicas. Para isso, é preciso que a agroecologia seja uma opção política e esteja dentro de um plano político de incentivo as (aos) agricultoras (es), com a concessão de créditos rurais, extensão rural, menor burocracia para comercialização de produtos, políticas públicas efetivas e construídas junto com as comunidades rurais. Porém, como colocado por Leff (2002), as decisões não podem ficar centralizadas no Estado, pois as decisões precisam ser tomadas pelas (os) sujeitas (os) sociais que vivem a agroecologia.

Leff (2002) traz que as práticas de agroecologia remetem a recuperação dos saberes tradicionais, assim a agroecologia se encontra em um novo paradigma, por não ficar limitada aos saberes científicos e sim no diálogo de saberes. O mesmo autor traz a construção do saber agroecológico como uma hibridização de técnicas, conhecimentos e práticas, a fim de construir uma agricultura socialmente justa e ecologicamente sustentável. Para Leff (2002, p. 39),

A agroecologia não é somente uma caixa de ferramentas ecológicas para ser aplicada pelos agricultores [...] as condições culturais e comunitárias em que estão imersos os agricultores, sua identidade local, e suas práticas sociais são elementos centrais para a concretização e apropriação social de suas práticas e métodos.

Esse é um dos fatores que diferencia a agroecologia da revolução verde por exemplo, pois segundo Leff (2002) as práticas agroecológicas são uma recuperação do trabalho como saber e fazer e não somente como reprodução. Assim, a agroecologia como ciência precisa ser construída na realidade do contexto rural, pois são as (os) diversas (os) sujeitas (os) sociais no campo junto com técnicas (os) e pesquisadoras (es) que podem fazer da agroecologia uma ciência, uma prática agrícola, uma cosmovisão, uma posição política, uma utopia com outros modos de se relacionar com o ambiente.

A agroecologia e a educação ambiental vêm se mostrando campos científicos complementares na construção de uma ciência contra hegemônica, em contraposição à visão reducionista da ciência positivista. Com uma visão complexa da realidade e do ambiente, compreendendo o ambiente integrado com as questões sociais, políticas e econômicas. A fim de construir o conhecimento pelos saberes populares junto aos saberes científicos. A partir da discussão desse conjunto de aspectos sobre a agroecologia, percebe-se que esta tem maior proximidade com a educação ambiental crítica, como também apontado por pesquisas no estado da arte (SILVA, 2013) e também por autores da educação ambiental como (CARVALHO, 2001), a fim de questionar a realidade para sua transformação por meio da participação das (os) sujeitas (os) envolvidos no processo.

No próximo subitem procuramos situar a educação ambiental neste trabalho. Para isso utilizamos como principais referenciais teóricos Carvalho (2001; 2012) e Layrargues (2020; 2014). Os autores trazem a educação ambiental em perspectivas diferentes, enquanto Carvalho (2012) traz esta educação em uma perspectiva da (o) sujeita (o) ecológica (o), Layrargues, traz a educação ambiental para pensarmos nas estruturas sociais, políticas e econômicas. Escolhemos utilizar estes dois referenciais para a presente pesquisa com o grupo Econorte - SJN pois entendemos que é importante compreender as (os) indivíduos (os) como sujeitas (os) de ação e também o grupo Econorte como um todo, diante da realidade de SJN.

1.3.2 Perspectivas teóricas da educação ambiental não formal, popular, de resistência e para a transformação social

Iniciamos este subitem do marco teórico abordando um pouco da história do movimento ecologista, internacionalmente e no Brasil, sendo que o grupo Econorte se considera um movimento ambientalista e algumas (uns) participantes do grupo já se organizavam e se

organizam em outros movimentos em defesa do ambiente antes da Econorte. Após, abordamos um pouco do histórico da educação ambiental, com seus diferentes momentos, a fim de compreender que há uma multiplicidade de práxis em educação ambiental. Com isso destacamos mais especificamente a educação não formal crítica, que acontece nos espaços coletivos de resistência e para a transformação social, pois é a perspectiva que utilizamos na presente pesquisa.

O movimento ecologista surge nos anos de 1960, inicialmente nos Estados Unidos da América, como um movimento contracultural sobre a ordem desenvolvimentista instituída. Esse movimento, inicialmente coloca o desenvolvimento como oposto ao ambientalismo, com contribuição nos anos de 1970 dos chamados novos movimentos sociais com a ascendência dos movimentos étnicos (CARVALHO, 2012). Segundo Layrargues (2020) o movimento ambientalista

se funda como um anteparo para estancar o processo de degradação ambiental, o que faz naturalmente carregar a chaga da subversão por ousar contestar a ordem instituída. E assim em plena era desenvolvimentista, nos anos 60, surge o ecologismo, uma estraga prazeres que invadiu a festa da prosperidade econômica, dizendo que a balbúrdia da economia desgovernada acabou (LAYRARGUES, 2020, p. 66).

Como apontado por Layrargues (2020), o movimento ambientalista surge em contraposição à ordem instituída, como um movimento de subversão. Layrargues (2020) coloca que a obra do Clube de Roma intitulada “Limites do Crescimento”, alimentou a narrativa apocalíptica do colapso ambiental. Nesse contexto, o desenvolvimento é visto como antagonico à sustentabilidade com uma delicada tensão político-ideológica (LAYRARGUES, 2020). Na Rio 92 o movimento ambientalista fica mais apaziguador, trazendo uma ideologização mais conformista e de conciliação entre o desenvolvimento e a sustentabilidade, com tratados feitos entre sociedade civil, mercado e Estado que não foram cumpridos. Layrargues (2020) coloca que atualmente no movimento ambientalista é predominante menos ousadia e mais resignação, do que nos tempos de origem na questão ecológica, mas que com a nova conjuntura política ecocida que vivemos nos anos de governo Bolsonaro, que prega o anti ecologismo⁴¹ e o negacionismo da ciência⁴², inclusive das mudanças climáticas, há a possibilidade de a questão

⁴¹O anti ecologismo é colocado por Layrargues (2017) como um fenômeno social que se expressa por meio de práticas discursivas, simbólicas, políticas, institucionais, criminais, que tem como propósito afetar negativamente aspectos da prática ecológica e do imaginário social. Ainda Layrargues (2017) coloca que o anti ecologista é aquele que vê a defesa ambiental como uma limitadora do mercado, como algo que é preciso superar.

⁴²O negacionismo científico é basicamente a negação da ciência e dos métodos científicos como um modo de construir o conhecimento.

ambiental voltar a ser subversiva. Como exemplo utiliza a semana do meio ambiente de 2019, na qual as manifestações nas diferentes mídias, como internet e televisão trouxeram o slogan “nada a comemorar” pela primeira vez na história.

A **educação ambiental** é procedente do debate ecologista, vindo como uma alternativa à crise ambiental, concebida inicialmente como preocupação da área da ecologia, instituída “como uma prática de conscientização capaz de chamar a atenção para a finitude e a má distribuição no acesso aos recursos naturais e envolver os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriadas” (CARVALHO, 2012, p. 51-52). Assim, inicialmente a educação ambiental surge com um viés comportamentalista, buscando mudanças individuais, com ações que se voltam aos aspectos do cuidado, da preservação da natureza, da sensibilização dos indivíduos para com a natureza.

No debate internacional a educação ambiental é legitimada pela ONU através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Traçando um breve histórico da educação ambiental, destacamos a Conferência de Estocolmo, (1972) quando a educação ambiental foi considerada um elemento crítico para pensar a crise ambiental, o Congresso em Educação Ambiental em Jammi (1974) que reconheceu a educação ambiental como permanente. O Congresso em Belgrado (1975) que traçou as metas e princípios da educação ambiental, e a Conferência internacional da Educação Ambiental em Tbilisi, (1977) que é considerada o marco da educação ambiental pois estabeleceu os princípios norteadores, objetivos e estratégias das práticas desta educação.

No Brasil as primeiras medidas em relação à educação ambiental acontecem por pressões internacionais, em 1970 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), em uma perspectiva preservacionista. Em 1990 com a redemocratização do país, a educação ambiental é tomada pelos movimentos sociais que começam a agregar as lutas sociais às questões ambientais. Segundo Carvalho (2012), os movimentos ecologistas surgem criticando o progresso ilimitado “tanto do ponto de vista de duração e da qualidade da existência humana quanto a permanência dos bens ambientais e da natureza em que vivemos” (CARVALHO, 2012, p. 68).

Nesse mesmo período, autores da educação ambiental insatisfeitos com os rumos conservacionistas que esta estava tomando, começaram a pensar e construir uma educação ambiental "alternativa" à conservadora considerando que não bastam mudança na relação do

humano com a natureza, mas que são necessárias transformações com a sociedade (LAYRARGUES; LIMA, 2012). Apoiados e com grande influência em Paulo Freire e sua pedagogia crítica e libertadora,⁴³ a educação ambiental se volta para a formação humana, assim para o conhecimento ecológico, científico e político-social (LOUREIRO, 2012).

Nessa perspectiva, o ambiente é visto de forma complexa como um lugar em que ocorrem relações sociais, políticas, econômicas, culturais, históricas e naturais. Carvalho (2012) coloca o ambiente “como um campo de interações entre cultura e sociedade e a base física e biológica dos processos vitais nos quais todos os termos dessa relação se modificam dinamicamente e mutuamente” (CARVALHO, 2012, p. 37). Assim, é importante pensar o ambiente como um “sistema complexo de relações e interações de base natural e social e sobretudo definido pelos modos de suas apropriações pelos diversos grupos, populações, interesses sociais, políticos e culturais que aí se estabelecem” (CARVALHO, 2002, p. 45). Com isso se torna relevante para o campo da educação ambiental compreender os sistemas para além do ecossistema natural, mas também constituído por relações sociais, políticas e econômicas historicamente localizadas.

É nesse ambiente complexo e nas relações que se formam a partir dele que acontecem os processos educativos. O encontro do ambiente com a educação, no caso da educação ambiental, é um movimento da vida, das relações reflexivas entre humanos e do humano com o não humano. O espaço rural é um espaço de intensa e frequente interação entre o ser humano e o ambiente sendo que a própria produção agrícola é resultado da relação humano natureza, que se prolonga nas relações culturais, históricas, do humano com seu espaço, como condicionantes da produção (CARVALHO, 2012).

Como o ambiente pode ser compreendido de diversas formas, dependendo das realidades e culturas que o permeiam, a educação ambiental também passa a ser compreendida como múltipla e diversa, assim não há a educação ambiental e sim as educações ambientais. Sendo que existem vários modos de fazer e pensar a educação ambiental e, se reduzidos a somente um, ocorre um contraponto reflexivo em busca de um padrão a ser seguido por todos

⁴³Em uma perspectiva crítica e libertadora a educação pretende que as percepções sobre o mundo sejam observadas, compreendidas, discutidas, problematizadas e incorporadas em todo tecido social, a fim de uma liberdade sobre o ser e estar no ambiente, contrária a um modo hegemônico de se relacionar e viver no ambiente, negando uma verdade única (LOUREIRO, 2012). Paulo Freire traz essa percepção como oposta a uma educação bancária, que seria aquela que procura manter os padrões normativos da sociedade.

educadores (LOUREIRO, 2012). Layrargues e Lima (2014) colocam ainda que a educação ambiental

deixou de ser vista como uma prática pedagógica monolítica e começou a ser entendida no plural, podendo assumir diversas expressões. Nesse processo, o desenvolvimento dessa prática educativa e sua respectiva área de conhecimento se ramificam em várias possibilidades de acordo com a percepção e formação de seus protagonistas, com os contextos sociais os quais se inserem e com as mudanças experimentadas ao longo do tempo e do próprio ambientalismo (LAYRARGUES e LIMA, 2014, p. 27-28).

Como colocado pelos autores acima, a educação ambiental pode acontecer de diversas formas, pois está relacionada diretamente aos contextos sociais em que os grupos sociais que fazem a educação ambiental estão inseridos. Ainda sobre a percepção das educações ambientais, Carvalho (2001) questiona a ideia de existir uma única educação ambiental, pois essa como outros tipos de atuações ambientais sofrem generalizações e imprecisões, assim é importante expor diferentes matrizes teóricas pedagógicas que orientam a educação ambiental. Assim, na presente pesquisa nos localizamos em uma educação ambiental crítica e popular, que busca a transformação das relações sociais hegemônicas, procurando construir novos modos de se relacionar com o ambiente. Carvalho (2001) coloca que as práticas de mudanças sociais e culturais no contexto rural, como com a agroecologia, estão muitas vezes associadas a ações em educação ambiental, assim, esta faz parte dos processos de transição ambiental. Ainda, a mesma autora traz que a educação ambiental popular no contexto da extensão rural se torna uma mediação educativa mais apropriada para se trabalhar com a agroecologia, pois a “educação ambiental popular com o marco da nova extensão rural remete a vocação de uma educação ambiental que pretende promover mudanças nos níveis mais profundos das relações ambientais” (CARVALHO, 2001, p. 49)

Destaca-se que, em relação a essa discussão de educação ambiental, é possível associar com a discussão sobre a agroecologia, que discute além da relação do ambiente humano, o ambiente não humano quando as (os) sujeitas (os) que produzem com base na agroecologia procuram compreender os diferentes ciclos naturais, as especificidades de cada lugar, a fim de plantar de forma mais equilibrada com o meio natural. Como foi observado com o grupo Econorte e colocado por uma participante do grupo durante a entrevista “mas a gente tem que respeitar a terra, tal qual ela é, e não querendo que ela saia produzindo o que a gente quer” (Francisca, produtora). Freire (1983) coloca que quanto mais se aproximou das (os) camponesas (es) mais percebeu que estas (es) se entendem como parte da natureza, mais do que como

transformadores da natureza, mas com um forte cordão umbilical que os liga. A relação de reciprocidade e de acolhimento com o ambiente não humano é contrária e questionadora da postura onipotente e controladora que tem orientado o processo civilizatório da (o) sujeita (o) moderna (o) (CARVALHO, 2012). Assim pensar o ambiente não humano em relação com o humano é pensar de forma contra hegemônica.

A fim de compreender a relação do humano com o ambiente e com outros humanos como uma construção de saberes e de conhecimentos, trazemos as ideias de Freire (1983), que coloca que o conhecimento está na confrontação com o mundo, não só entre os humanos, mas também dos humanos com os outros animais e seres vivos em geral, pois além de se perceber e andar pelo mundo a (o) sujeita (o) precisa ser uma (um) sujeita (o) de ação (Carvalho, 2012) e questionar os modos de vidas impostos pela sociedade. Para isso o ser humano precisa ser entendido em seu mundo, pois não é possível dicotomizar essa relação sendo que um não existe sem o outro, com isso, o processo educativo precisa estar localizado na realidade como coloca Freire (1983, p. 14) “não é possível, portanto, entender as relações dos homens com a natureza, sem estudar os condicionamentos histórico-culturais a que estão submetidos suas formas de atuar”.

Situada na realidade, a práxis educativa pode surgir a partir de mudanças e ações nas (os) sujeitas (os) e nas estruturas da sociedade. Como (trans)formação de sujeitas (os) Carvalho (2012) coloca a construção utópica da (o) **sujeita (o) ecológica (o)**, que é a formação de “um sujeito ideal que sustenta a utopia dos que creem nos valores ecológicos, tendo, por isso, valor fundamental para animar a luta por um projeto de sociedade bem como a difusão desse projeto” (CARVALHO, 2012, p. 67). O que implica que essas (es) sujeitas (os) não fiquem somente em mudanças individuais e comportamentais pois, por exemplo, não é possível alterar o padrão de consumo sem alterar a lógica de produção (LAYRARGUES, 2020).

Sob essa perspectiva, procuramos com essa pesquisa, olhar para as (os) sujeitas (os) de pesquisas organizadas (os) no grupo Econorte, diante das suas realidades, o território de SJN, as diferentes comunidades que pertencem e os grupos com quem se mobilizam, a fim de compreender as ações em educação ambiental que perpassam o grupo Econorte. O grupo Econorte ao se organizar em torno das questões agroecológicas, socializando saberes e práticas ambientais, como nos espaços de comercialização, em eventos, reuniões, nas trocas com técnicos, ou ainda criando meios e ações para resistir a grandes empreendimentos podem ser vistos como agentes da educação ambiental.

Em diálogo com Layrargues (2020), em uma perspectiva não comportamental, discutimos que é preciso mudar o perfil da (o) sujeita (o) ecológica (o), a partir da nova realidade, não somente como aquele que busca comportamentos ambientais “corretos”, mas também como aquele que denuncia, que milita politicamente na esfera política e social, cobrando responsabilidade do Estado. Sendo que

Não adianta apenas trabalhar pela regeneração da vida sem ao mesmo tempo militar contra a destruição da vida. Mutirões de limpeza, boicotes aos canudinhos plásticos, plantios agroflorestais, painéis solares, carros híbridos, soluções tecnológicas e ações individuais positivas que nos aproximam na sustentabilidade são fundamentais, mas não são garantia alguma de uma mudança societária definitiva, exclusivamente guiada pela ética da sustentabilidade ou pelo simples bom senso de sobrevivência (LAYRARGUES, 2020, p. 53).

Como colocado por Layrargues (2020), as ações individuais são importantes, mas não são o suficiente para garantir a transformação social, para que isso aconteça, são necessária a organização social e a ação coletiva. As práticas educativas não formais são parte da educação ambiental comunitária ou popular e “dizem respeito a uma intervenção que, de modo geral, está ligada à identificação de problemas e conflitos concernentes às relações dessas populações com seu entorno ambiental, seja ele rural ou urbano” (CARVALHO, 2012, p. 159). A educação ambiental antes de ambiental é educação, e a educação acontece no coletivo, nas trocas e relações construídas em determinados ambientes. “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1983, p. 46).

Entendendo o conhecimento como fruto do encontro com o outro, no diálogo, na troca e na capacidade humana de produzir sentidos para com a relação com a natureza (CARVALHO, 2012). Para isso, é preciso construir conhecimentos em diálogo com os conhecimentos científicos, e outros saberes sociais, populares, tradicionais, de gerações, artísticos e poéticos, como coloca Carvalho (2012, p. 125)

A educação ambiental crítica seria, portanto, aquela capaz de transitar entre os múltiplos saberes: científicos, populares e tradicionais, alargando nossa visão do ambiente e captando os múltiplos sentidos que os grupos sociais lhe atribuem. Ao superar a prevalência do conhecimento científico sobre os outros saberes, acionaria nova perspectiva de produção de conhecimento (CARVALHO, 2012, p. 125).

A partir do diálogo com o texto de Carvalho (2012) é possível compreender que a educação ambiental precisa ser construída no diálogo de saberes, superando a percepção da centralidade do conhecimento científico, e assim, construindo uma outra forma de conhecimento. A construção destes conhecimentos está na contracorrente da ciência positivista,

assim como a agroecologia. Esses dois campos científicos surgem por não conseguirem responder a problemas modernos, como as questões ambientais, que são transversais a diferentes ciências. Buscando compreender a realidade para além das dicotomias do humano natureza, natureza cultura, mas sim em uma perspectiva complexa. Em busca de construir esta ciência contra hegemônica e dar voz e visibilidade aos saberes populares, em conjunto aos saberes técnicos e científicos, a presente pesquisa é realizada junto ao grupo Econorte.

Neste primeiro capítulo procuramos contextualizar o espaço rural e trazer as perspectivas teóricas sobre a agroecologia e educação ambiental que dialogam para a construção da presente pesquisa. A partir das reflexões deste capítulo é possível perceber que o contexto rural brasileiro é formado historicamente por relações de poder específicas, que também são específicas da política brasileira. Como exemplo, a má distribuição de terras do período colonial se perpetua na desigualdade de acesso à terra até os dias atuais, o que é observado a partir dos dados do censo agropecuário de 2017. Estas relações também formam e transformam o contexto rural atual, que mesmo com a modernização, que segundo Martins (1994) é uma modernização conservadora, as estruturas de poder se mantêm. A modernização e os discursos sobre desenvolvimento acabam por des-envolver⁴⁴ (PORTO-GONÇALVES, 2011) os grupos e comunidades que buscam outras formas de viver e se relacionar em seus ambientes, diferentes das impostas hegemonicamente.

Uma das formas de diminuir a desigualdade no acesso a recursos naturais e bens materiais é a construção de políticas públicas, mesmo que como medidas paliativas. Como colocado no início do capítulo, as políticas públicas estão em processo de desmonte nos últimos anos, principalmente as de âmbito federal. As políticas públicas são construídas por pressões populares, por sujeitas (os) que lutam pelos seus direitos, exercendo a cidadania. Assim, é possível observar que há inúmeras iniciativas de resistência contra a crise ambiental que vivemos atualmente, com grupos e organizações em volta da agroecologia, que buscam outros jeitos de se relacionar com o ambiente, de forma mais equilibrada com a natureza e que produzem práxis em educação ambiental. Como por exemplo as 950 iniciativas de agroecologia

⁴⁴Para Porto-Gonçalves (2011) o des-envolver significa tirar o envolvimento e autonomia da cultura que cada povo mantém com seu território, na relação entre pessoas e destas com seu ambiente.

nos diferentes municípios brasileiros, e ainda as 721 políticas públicas municipais de agroecologia no território brasileiro.

Por último, neste capítulo procuramos localizar a perspectiva teórica que trabalhamos para a análise das ações em educação ambiental que ocorrem no grupo Econorte. Para isso, compreendemos como pertinente compreender o ambiente rural, as ruralidades de forma complexa, um espaço heterogêneo, múltiplo, no qual ocorrem diversas relações tanto naturais, como na observação e convivência com os ciclos da natureza, como nas relações sociais entre sujeitas (os). Estas relações são construídas e transformadas ao longo do tempo pelas (os) sujeitos (os) que vivem neste território e que tem uma maior relação com as questões ambientais, por dependerem diretamente de boas condições naturais para manterem suas atividades, principalmente quando trabalham com a agroecologia, que pode propor um modo de se relacionar com o ambiente de forma considerada mais saudável e equilibrada.

Esta compreensão nos ajuda a analisar o espaço de SJN, sendo este formado e formando sujeitas (os), que nesta pesquisa são as (os) participantes do grupo Econorte. As ações e relações construídas pelas (os) sujeitas (os) de pesquisa neste ambiente são compreendidas como relações educativas, pois compreendemos a educação sob uma perspectiva freiriana, que acontecem no diálogo, na palavra, na práxis ambiental. Assim existem diferentes formas de fazeres da e na educação ambiental, dependendo do lugar, território e suas especificidades em que as sujeitas que constroem esta educação se encontram.

Após a contextualização geral sobre as questões que envolvem o contexto rural brasileiro, e as perspectivas teóricas da presente pesquisa, no próximo capítulo aprofundaremos a contextualização do município de São José do Norte, sobre o grupo de agroecologia Econorte e de alguns das (os) participantes do grupo, a partir de suas histórias de vida, ações e relações ambientais.

CAPÍTULO 2: ABISMOS HORIZONTAIS⁴⁵: TERRITÓRIO, GRUPO E SUJEITAS (OS) DE PESQUISA

Neste capítulo realizamos a contextualização dos espaços ocupados e construídos pelo grupo de agroecologia Econorte, pois compreendemos que pesquisas em educação ambiental precisam estar localizadas na realidade local do grupo com quem a pesquisa é construída. Assim, neste trabalho utilizamos a contextualização do município de SJN, do grupo Econorte e da vida das (os) sujeitas (os) de pesquisa. Iniciamos pela contextualização do município de São José do Norte, dividindo o subcapítulo em três partes: 2.1 São José do Norte: pampa salgado território de riquezas e conflitos, 2.1.1 Contexto mais atual de SJN, 2.1.2 Projetos desenvolvimentistas no município de SJN: entre o discurso do progresso e as diferentes formas de viver o território e 2.1.3 Entre os projetos desenvolvimentistas: a tentativa de instalação da Rio Grande Mineradora. Após, contextualizamos o grupo de agroecologia Econorte de São José do Norte, sua formação e continuidade, e o espaço da feira. Por último, contamos um pouco sobre as histórias de vida e envolvimento com os movimentos ambientalistas das (os) participantes do grupo, que também fazem parte das relações que constroem atualmente com a agroecologia e educação ambiental. A fim de compreender primeiramente os espaços que formam as (os) sujeitas (os) para depois compreender como essas (es) sujeitas (os) se formam e organizam no território a partir da agroecologia.

Para a contextualização do município de São José do Norte, trazemos primeiramente alguns dados geográficos, sobre sua localização, posição, características físicas e biológicas, formação geológica e paisagem do extremo sul do Brasil. Alguns aspectos históricos, sobre as primeiras ocupações do território, pré e pós colonização e a perda da importância política econômica da região, no século XIX, quando houveram inúmeras migrações. Com isso, trazemos a formação e mudanças nas atividades econômicas primárias de agricultura e pesca dentro do município de SJN como, por exemplo, a queda da produção de cebola pela abertura do Mercosul e produção extensiva deste bulbo em outros estados do Brasil. Consideramos de importância compreender os aspectos históricos e geográficos que formam e transformam o município, em uma pesquisa em educação ambiental, pois estes aspectos também nos apontam como o município se encontra atualmente, como formam suas diferentes culturas, economias, processos políticos, que são fatores de importância para compreender as ações em educação

⁴⁵ O título “Abismos horizontais” é utilizado para fazer referência a vasta e retilínea planície costeira do sul do Rio Grande do Sul, inspirada no poema “Os abismos horizontais” de Sérgio Campos.

ambiental que acontecem no município. Como exemplo, o município tem atualmente como principais atividades primárias à pesca e agricultura, que é oriundo da geografia do espaço, sendo rodeado por águas e também por conta de que as primeiras imigrações da colonização foram de povos e comunidades portuguesas que eram pescadores e agricultores.

Após realizarmos um apanhado mais histórico sobre SJN, fizemos uma contextualização mais atual do município. Para isso realizamos uma pesquisa nos dados do IBGE cidades, trazemos alguns dados sobre a população, atividades econômicas, espaço rural, inter cruzando estes dados com algumas pesquisas sobre o município, com Freitas (2019), Martins (2019) e Farinha (2017), e alguns dados primários da pesquisa de campo. Apontamos alguns temas como a quantidade e diversidade de comunidades do município, algumas de suas características, transformações na economia, entre outros. Para finalizar a primeira parte do capítulo, de contextualização do município de SJN, trazemos algumas das mudanças nas atividades econômicas que vem acontecendo no município nos últimos anos, com a abertura a grandes empreendimentos. Entre essas, damos destaque a produção de *Pinus elliottii* para a retirada de resina, a instalação do Estaleiro EBR e a tentativa de instalação de uma mineradora. Essas mudanças no município também transformam os modos como as (os) sujeitas (os) vivem no território, principalmente quando este tem sua economia voltada a atividades primárias.

No segundo momento deste capítulo realizamos a contextualização do grupo de agroecologia Econorte. Para isso, utilizamos principalmente os dados primários da pesquisa de campo, contando a história do grupo, sua formação e transformação ao longo dos últimos anos a partir da percepção das (os) participantes do grupo Econorte. Assim, abordamos a iniciativa da agroecologia dentro do município de SJN, antes mesmo da formação do Econorte. A formação do grupo Econorte, que aconteceu por um projeto de extensão da FURG, por meio do NUDESE, e com financiamento do MDS, suas transformações após o fim do projeto, com formação de novas parcerias e organização interna do grupo, quando se cadastraram junto à OCS e construíram seu regimento interno. Neste processo de transformações do grupo, apontamos que o grupo se percebe atualmente em uma transição agroecológica de produção orgânica e de base agroecológica. Também abordamos um pouco sobre a feira do grupo Econorte, seu início e como a partir das lutas e reivindicações o grupo conquistou o espaço do quiosque, no qual a feira é realizada desde 2019. Ainda sobre a feira destacamos um pouco da diversidade de produtos que são comercializados neste espaço, a partir de uma tabela e de algumas imagens.

Por último, trazemos as histórias de vida, relações e ações sociais e ambientais das (o) sujeitas (os) de pesquisa. Sendo que a formação como sujeita (o), que trabalha com a agroecologia, no grupo Econorte, não diz respeito a somente o período de tempo que estas (es) participantes entraram para o grupo, mas em experiências como agricultoras (es), em organizações, coletivos e associações. Assim, trazemos um pouco da história de vida das (os) participantes, sua relação com as ruralidades e as organizações que as (os) sujeitas (os) estavam e estão inseridas para além do grupo Econorte. Também trazemos como as (os) participantes se conheceram e entraram para o grupo Econorte e como encaminharam suas vidas para a agroecologia, buscando discutir como essas participações em organizações fazem parte de ações em educação ambiental.

2.1 São José do Norte: o pampa salgado

“A terra é o nosso corpo, a água é o nosso sangue, o vento é o nosso alento e o fogo é o nosso coração” (Grito de luta do movimento: “Não queremos mineração em SJN”).

Figura 4 - Imagem da chegada em São José do Norte pela Laguna dos Patos.

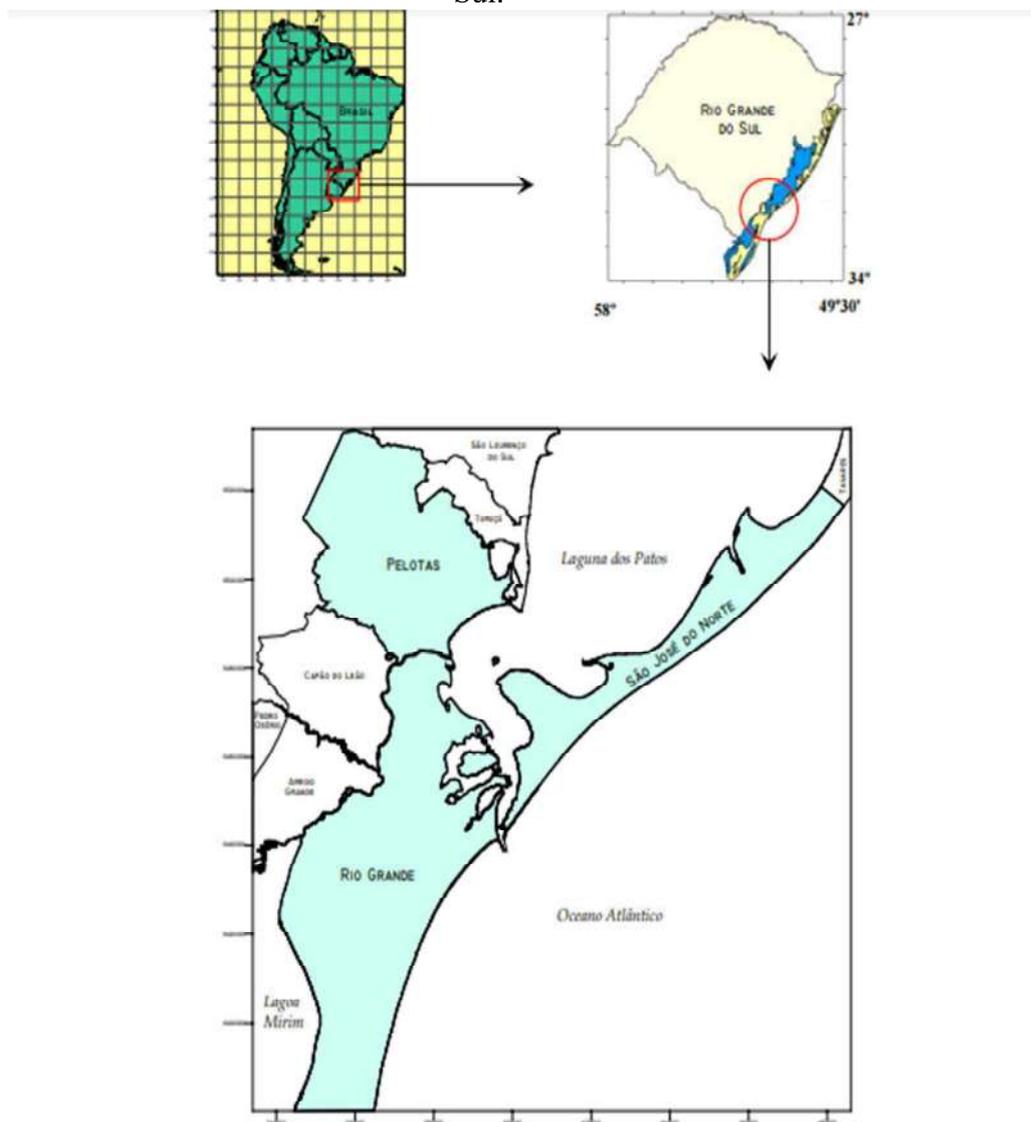


Fonte: autora (2021)

São José do Norte é localizado no litoral do extremo sul do Rio Grande do Sul (Figura 5), em uma restinga estreita e alongada rodeada por águas. Ao norte, oeste e noroeste está a Laguna dos Patos, ao nordeste o município de Tavares, ao leste o Oceano Atlântico, ao sul o canal do norte e molhes da barra e ao sudeste está o estuário da Laguna dos Patos (Figura 6). A cidade mais próxima é Rio Grande, com apenas sete quilômetros divididos por águas da Laguna dos Patos, sendo sua ligação somente por meio de balsa. De Porto Alegre são 360 quilômetros,

ligados pela BR 101, a antiga estrada do inferno⁴⁶. Possui uma área territorial de 1.071,824 km (IBGE, 2010), com aproximadamente 80 quilômetros de comprimento, uma largura que varia de 25 a 8 quilômetros (BUNSE, 1959) e altitude de quatro metros (COSTAMILAN; TORRES, 2007).

Figura 5 - Localização de São José do Norte na figura ilustrativa do Brasil e Rio Grande do Sul.



Fonte: Tagliani (2002)

⁴⁶A estrada que liga São José do Norte a Porto Alegre, localizada entre Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, passando pelas cidades de Tavares, Mostardas e Palmares do Sul, era chamada até o final do século passado, de Estrada do Inferno, por conta de ser feita de areia fofa e ter muitos buracos pela falta de manutenção. No ano de 2009 toda a estrada estava asfaltada, melhorando assim as condições de mobilidade neste percurso.

Figura 6 - Localização do município de São José do Norte na imagem do *Google Earth* aproximado.



Fonte: *Google Earth* editada pela autora.

Faz parte do bioma Pampa na planície costeira rio-grandense com formação geológica recente, a partir da sedimentação marinha e continental da idade holocênica. Por conta disso, a maioria do território é constituído por campos com vegetação rasteira e herbácea, rodeado por lagoas, marismas e dunas que chegam a 20 metros, mas variam bastante por conta da ação do vento⁴⁷. Essas características tornam o ambiente peculiar e com uma biodiversidade de flora, principalmente com gramíneas e leguminosas e fauna, com mais de 400 espécies de aves, mamíferos entre outros. Este bioma teve uma grande perda de diversidade a partir dos anos de 1970 com a expansão da agricultura, agropecuária e as monoculturas florestais (CORADIN; SIMINSKI; REIS, 2011). De solo arenoso é caracterizado popularmente como uma terra “pobre”, característica que é rejeitada pelas (os) participantes do grupo Econorte, como colocado por uma das participantes, quando perguntado sobre a percepção que ela tem do município de SJN:

Acho que depende do ponto de vista também, porque, por exemplo, eu vejo uma terra muito fértil. Tem gente que chega e diz que a terra é muito fraca, (risos), ah, aqui não presta porque aqui o solo é fraco. Não é fraco, é diferente né, nosso solo é diferente né. Nosso solo é arenoso, não tem areia grossa, não tem pedra. Não enxergo assim como um solo fraco, eu enxergo como um solo especial, porque se ele é diferente do resto do estado, então ele é muito mais rico do que o resto do estado, porque eu acho

⁴⁷O vento é presente e característico da região, por ser uma planície de encosta com o Oceano Atlântico. Sendo que já aterrou a comunidade do Estreito por duas vezes (BUNSE, 1959).

que se seria tudo igual não teria graça. Então em relação a fertilidade é só isso (Francisca, produtora).

O solo do município de São José do Norte tem suas próprias características, pela sua localização geográfica e formação geológica recente. Os primeiros habitantes do território foram os indígenas, Umbu, Tradição Vieira, Tupiguarani, Charruas, Minuanos que estavam presentes a aproximadamente 11 mil anos atrás, sendo que os Tupiguarani foram os últimos que povoaram a região antes do período colonial (COSTAMILAN; TORRES, 2007). Estes povos indígenas eram caçadores, coletores e pescadores que viviam próximos a lagoas, banhados e entre as dunas, sendo que os Tupiguarani também produziam uma diversidade de cultivos, como milho, mandioca, batata, tabaco, amendoim, abóbora, entre outros (COSTAMILAN; TORRES, 2007). Segundo Costamilan e Torres (2007) há poucos estudos sobre essas comunidades, pois a maioria de seus vestígios estão submersos na Laguna dos Patos e Oceano Atlântico. Antes da ocupação colonial também viviam pela região tropeiros que levavam seu gado pelo litoral, e começaram a formar a chamada estrada do inferno, e aventureiros de São Paulo e Minas Gerais (BUNSE, 1959).

A ocupação colonial foi tardia no Rio Grande do Sul em comparação com o resto do país, por conta de sua posição geográfica, sendo que a barra de Rio Grande, onde se encontra SJN, já foi chamada de “barra diabólica”, considerada uma zona de difícil acesso (BUNSE, 1959), e também por não ter um produto de grande valoração para exploração e exportação (FREITAS, 2019). Assim, a colonização do extremo sul do RS inicia somente pelo século XVII, após a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, quando essa região se torna um ponto estratégico político e geograficamente nas lutas entre espanhóis e portugueses, por representar um elo entre a Laguna e a Colônia do Sacramento (BUNSE, 1959).

Com isso, a frota de João Magalhães, com seus 31 lagunistas, estabeleceram um ponto de vigia onde hoje é SJN, com o objetivo de ocupar a região para impedir a invasão dos espanhóis e para auxiliar nas travessias dos tropeiros que transportavam gado (COSTAMILAN; TORRES, 2007). A frota de João Magalhães marca o início do povoamento colonial, que aconteceu antes das divisões de sesmarias no país, por conta disso, SJN é considerado um dos municípios mais antigos do estado do RS. Em 1732, no início das divisões de sesmarias, a frota de João Magalhães se dispersou e houve a formação de aproximadamente 27 fazendas no extremo sul do país. Em 1737 o povoamento oficial de SJN é marcado com a chegada de José da Silva Brigadeiro Paes, em Rio Grande, garantindo a posse da região, quando instalou a

Fazenda Real de Bojuru, que deu o nome ao terceiro distrito de SJN, e foi a primeira estância real fundada (BUNSE, 1959).

O início do povoamento com imigrantes aconteceu em 1763 quando foi publicado um edital para ocupação da comunidade de Estreito⁴⁸, de casais oriundos da Ilha de Açores (Portugal), que viviam de agricultura e pesca. Com isso chegaram aproximadamente 814 casais para ocupar a região (BUNSE, 1959), elevando SJN a freguesia mais antiga do estado. A hidrografia do município atraiu também imigrantes portugueses de Póvoa de Varzim, no final do século XIX e meados do século XX, quando já estavam instalados os açorianos (MARTINS, 2011). Quando esses grupos chegaram à península havia uma diversidade de povos como portugueses, remanescentes da Colônia do Sacramento, de SP e RJ, africanos escravizados e indígenas (COSTAMILAN; TORRES, 2007).

No período colonial, a pecuária era a principal atividade econômica da região, mas com a chegada de imigrantes portugueses, o cultivo de trigo e cebola e a pesca se tornaram as atividades econômicas de subsistência local, além do cultivo de lentilha, milho, feijão, mandioca, centeio, alpiste, vinha, legumes, verduras e a lida de gado (FREITAS, 2017). A região se tornou o local com maior produção de trigo do RS e, em 1832, a freguesia de Estreito foi desmembrada de Rio Grande e elevada a vila do Estreito. No século XIX uma diversidade de fatores, como a substituição da estrada que ligava o município a Porto Alegre, pelo transporte marítimo, a revolução farroupilha em 1835, entre outros, desfavoreceu a economia do local, levando a diversas migrações para outros municípios do estado. Assim, o município passou por um tipo de isolamento, chegando a ter a menor densidade demográfica do estado do RS.

Jamais o município reconquistou a antiga importância. O povoamento do Estado processou-se em outras direções, referindo a imigração regiões mais indicadas para o desenvolvimento de uma nova fase da agricultura rio-grandense. O município de SJN teve de ficar à margem destes movimentos, e vemos a sua estagnação: não se tornou foco de expansão, tão pouco era visada pela imigração. Por conseguinte não houve multiplicação de povoados, apresentando a região uma das cifras mais baixas quanto a densidade populacional. Por outro lado, devido a estes fatores, o município conservou, como poucos, os traços de sua origem antiga (BUNSE, 1959, p. 18).

Como colocado por Bunse (1959), o município sofreu altos índices de emigração para o restante do estado do RS, em uma nova fase da agricultura rio-grandense, mantendo o município com algumas características históricas. Com a decadência da produção de trigo, em 1957 as (os) agricultoras (es) se especializam no plantio de cebola a partir do século XX. Entre

⁴⁸A comunidade de Estreito recebeu esse nome por designar uma estreita faixa de areia entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico (FREITAS, 2019).

o período de 1949 a 1988 as (os) agricultoras (es) familiares tiveram bastante lucro com a produção de cebola, incentivadas (os) a investir em maquinários e iniciando a produção com insumos agrícolas, o que aumentou consideravelmente a produção e tornou o município conhecido como a capital nacional da cebola, por ser o maior produtor do bulbo do país (SANTOS, 2007).

Em 1990 o estado de SC e SP ultrapassaram a produção de cebola do RS, e em 2000 a Bahia também ultrapassou a produção do RS (SANTOS, 2007). Isso ocorreu pela grande especialização da produção, de forma extensiva e em grande escala nos estados de SC, SP e BA, enquanto SJN mantinha uma produção de cebola pela agricultura familiar, mesmo utilizando maquinários e pesticidas. Com a perda de valor da produção de cebola de SJN, houve intenso êxodo rural pelos anos de 1990 e 2000 sendo que SJN passou de uma população predominantemente rural (75%) para uma população majoritariamente urbana, sendo que em no ano 2000 havia somente 25% da população no meio rural (SANTOS, 2007). Santos (2007) entende que entre as dificuldades do mercado de cebola, além da produção extensiva em outros estados como colocado acima, a abertura do Mercosul promoveu a concorrência com os preços de cebola da Argentina, além da produção em SJN passar por atravessadores, o que diminui a renda da (o) produtora (or) sobre o produto. Em relação ao momento atual em SJN um dos participantes do grupo Econorte durante entrevista para essa pesquisa declarou:

[...] entrou uma cebola que concorreu com a cebola daqui, a cebola argentina, a cebola de Santa Catarina né, então essa concorrência a gente perdeu o título de capital produtora da cebola. Com o desaparecimento dos depósitos no centro da cidade, e com a quebra da safra, e a diminuição do preço, o setor começou a entrar em falência. Aí, entrou o setor industrial dos pinus que começou a absorver essa mão de obra. Então sofreu dos anos 90 pra cá essa transformação, a cidade continua produzindo cebola só que entrou outros empreendimentos que começou a pegar essa mão de obra (Cleberson, consumidor).

Como declarado pelo sujeito de pesquisa, a queda na produção de cebola, por motivos apontados acima, causou a abertura de setores industriais no município. O primeiro destes foi a industrial de *Pinus elliottii*, que se mantém até hoje no município, a qual será abordada mais adiante neste capítulo como um dos processos de desenvolvimento impostos em SJN. Após esse apanhado geral sobre as questões da formação histórica do município de SJN, no próximo subitem abordaremos a situação mais atual da cidade de SJN, para isso utilizamos os dados censitários, do IBGE Cidades (2010) e no Censo agropecuário de 2017. A partir destes dados, trazemos as questões econômicas, demográficas, populacionais, de infraestrutura rural, os diferentes cultivos e modos de produção (convencional e orgânica), que consideramos de

importância trazer nesta pesquisa, pois estes dados também dizem respeito a como as (os) sujeitas (os) se relacionam com o ambiente. Além disso, abordamos um pouco sobre a diversidade de comunidades presentes no município, algumas atividades e características destas, a partir dos estudos de Farinha (2017), Martins (2019) e Freitas (2019), trazendo também algumas colocações das (os) participantes do grupo Econorte sobre estas estruturas.

2.1.1 Contexto mais atual de SJN

Em relação à demografia e seus dados censitários, atualmente o município de SJN tem uma população estimada de 27.568 pessoas (IBGE, 2019), sendo que segundo o último censo de 2010 a população era de 25.503 pessoas com a densidade demográfica de 22,81 hab/km², o que mostra um aumento de 2.065 pessoas nos últimos nove anos. Quanto à cor/raça da população, a maioria se considera branca (90%), mas também há a população parda, preta e amarela, em ordem decrescente. O salário médio da população é de 2,8 salários mínimos (IBGE, 2018), tendo neste mesmo ano 3.390 pessoas ocupadas, 12% da população do município, ficando na posição de 401 das 497 cidades do estado do RS. Dados que não abrangem a diversidade de atividades econômicas. Já a população que tem rendimento de até 1/2 salário mínimo, corresponde a 35,4% da população (IBGE, 2010). Quanto a taxa de escolarização, de 6 a 14 anos de idade o município de encontra na 414ª posição do RS, com 96,6% da população alfabetizada, com 20 escolas de ensino fundamental e 3 de ensino médio (IBGE, 2018).

O município é dividido em três distritos, 1º distrito Sede, 2º distrito Estreito e 3º distrito Bojuru, e dentro destes há uma diversidade de comunidades, inclusive uma comunidade quilombola no 3º distrito. O primeiro distrito abrange a cidade, sede do governo e as comunidades de Arroio do Inhame, Barranco, Canastreiro, Capão dos Bois, Capão das Cariocas, Capela, Capivara, Cocuruto, Fazenda Tamandaré, Jacinto Ignácio, Lagoão, Medengue, Mercilda, Miguelita, Parobé, Passinho, Pontal da Barra, Praia do Mar Grosso, Quinta secção da barra, Retiro, Retovado, Rincão do Barbosa, Tesoureiro, Três Capões, Várzea e Vila Nova. O segundo distrito tem como sede a Vila do Estreito abrangendo as comunidades de Campo de Honra, Gravatá, Ponta Rasa, São Caetano e Saraiva e o terceiro distrito como sede a vila de Bojuru e as localidades de Barra Falsa, Capão de Areia, Capão do Meio, Divisa, Cavalhada, Curral Velho, Farol da Conceição, Garupeira, Parobé, Ronda, Contrato e Tupim (FARINHA, 2017). O que mostra uma grande quantidade de pequenas comunidades.

Sobre as comunidades pesqueiras de SJN, Martins (2019) fez um estudo caracterizando 13 das 44 comunidades pesqueiras de SJN, com uma análise sobre os aspectos de saúde, educação, a distância da sede, número de domicílios com energia elétrica, obtenção de água e banheiro, infraestrutura (comércio, igrejas, restaurante, mecânica, comércio para pesca), moradores, salário médio da população e pessoas que dependem do cadastro único. Como resultado evidencia-se que a 5^o Secção da Barra é a comunidade com maior número de pessoas, pescadoras (es), maior infraestrutura, e também a comunidade onde há mais número de pessoas cadastradas no cadastro único. A região de Passinhos, Capivaras, Várzeas, Barranco e São Caetano possuem menos infraestrutura e se tornam dependentes umas das outras. As comunidades de Cocuruto, Povoação da barra, Pontal da barra, Arroio do Inhame, Retiro e Estreito são as mais fragilizadas devido aos poucos recursos em geral.

Sobre a caracterização do espaço rural de SJN, fizemos um levantamento de dados no censo agropecuário de 2017. No município de SJN, há uma área agropecuária de 64.636 hectares com 1.649 estabelecimentos agropecuários. Quanto à condição legal das (os) produtoras (es) 25% dos hectares e 35% dos estabelecimentos são de condomínios, consórcio ou união de pessoas, e 51% dos hectares e 64% dos estabelecimentos correspondem a produtoras (es) individuais. Quanto à condição da (o) produtora (os) em relação à terra, 93% dos hectares e 84% dos estabelecimentos são de proprietárias (os) inclusive as (os) coproprietárias (os) de terras tituladas coletivamente, 3% dos hectares e 4,5% dos estabelecimentos correspondem a arrendatários, 1,6% dos hectares e 6% dos estabelecimentos correspondem a parceiros e 1,2% dos hectares e 4,1 % dos estabelecimentos correspondem a comandatário.

Quanto à lavoura, a maioria é temporária com uma diversidade de produtos como: abóbora, abacaxi, alho, amendoim, arroz com casca, batata inglesa, cana de açúcar, cebola, ervilha, feijão (preto, fradinho, verde), fumo, mandioca, melancia, melão, milho (grão e forrageiro) (IBGE, 2017). Mas o arroz com casca e a cebola se destacam com a maior quantidade produzida, chegando a 67% dos estabelecimentos. Em 2017 a cidade era a maior produtora de cebola do estado do RS, com 44.699 toneladas e a 5^o cidade do Brasil⁴⁹ (IBGE, 2017). Segundo os dados do IBGE (2017), em um período de 2003 a 2018 a área plantada de cebola se manteve, assim como a área colhida, porém o valor da produção é variado, assim

⁴⁹Segundo os dados do IBGE (2017) o município de SJN é o quinto maior produtor de cebola do Brasil, atrás dos municípios de Ituporanga SC, Cristalina GO, Alfredo Wagner SC e Imbuia SC, a maioria na região sul do país.

como o rendimento médio. O arroz é a segunda cultura mais produzida no município, se encontra na posição de 72° no estado do RS e 131° no Brasil.

A lavoura permanente corresponde a 1,6% dos estabelecimentos com destaque na plantação de ameixa e banana, mas com uma diversidade de produtos como: figo, pêssego, pera e uva. A área destinada às matas ou florestas naturais corresponde a 3%, tendo 277 estabelecimentos, os naturais destinados à preservação permanente ou reserva legal correspondem a 5,7% com 357 estabelecimentos, as florestas plantadas correspondem a 17% tendo 359 estabelecimentos. Quanto aos sistemas agroflorestais, a área cultivada com espécies florestais corresponde a 0,2% com 61 estabelecimentos. No sistema de preparo de solo, a maioria utiliza o convencional (976 estabelecimentos), enquanto seis estabelecimentos utilizam o plantio direto na palha e 175 estabelecimentos o cultivo mínimo.

Quanto aos modos de produção, segundo os dados do IBGE (2017), 67% dos estabelecimentos (1.103) fazem adubação enquanto 33% (543) estabelecimentos não a realizam. Quanto à utilização de agrotóxicos, 964 (59%) estabelecimentos fazem o uso de agrotóxico e 543 (41%) não utilizam, o que mostra um percentual de maior produção orgânica comparado aos dados do Censo Agropecuários (2017) do país. Quanto ao maquinário utilizado para a produção, 40,5% (669 dos 1649) dos estabelecimentos possuem maquinário, totalizando 783 unidades. Os maquinários são: tratores (519 estabelecimentos e 612 unidades), semeadeiras e plantadeiras (36 estabelecimentos e 44 unidades), colheitadeiras (17 estabelecimentos e 26 unidades), adubadeiras e distribuidoras de calcário (97 estabelecimentos e 103 unidades). Estes dados mostram que alguns estabelecimentos possuem mais de um maquinário do mesmo tipo. Quanto ao financiamento e empréstimo, a maioria dos estabelecimentos não obteve (1.292 dos 1.649), sendo que somente 357 fizeram algum tipo de empréstimo. Sobre a assistência técnica, 80% (1.335) dos estabelecimentos não recebem e 20% (305) estabelecimentos recebem assistência técnica, o que evidencia um baixo número de propriedades que recebem assistência técnica no município de SJN.

A pecuária também é uma atividade econômica de importância na região, (BUNSE, 1959). Segundo o Censo Agropecuário de 2017, os animais criados no município são: asininos, bovinos, caprinos, equinos, muares, ovinos e suínos. É possível perceber que a produção de bovinos, efetivo rebanho, se manteve ao longo dos anos de 2004 a 2018, mas a produção de leite caiu consideravelmente no ano de 2015 (IBGE, 2017). A produção de suínos e galináceos também diminuiu em comparação com os anos de 2004 a 2018.

Sobre os diferentes tipos de produção no município, Freitas (2019) identifica três sistemas de produção que são característicos de cada distrito. No primeiro distrito, a maior produção de cebola predomina em propriedades pequenas e da agricultura familiar. No segundo e terceiro distrito há maiores propriedades, com predomínio da rizicultura, sendo que quanto mais ao norte, 3º distrito, mais se destaca a pecuária. Características que também são trazidas pelas (os) agricultoras (es) do grupo Econorte nessa pesquisa, sendo que a produção de cebola, acontece principalmente no primeiro distrito, mas também no segundo, e é intercalada com a captura de camarão, sendo que de maio a janeiro há a semeadura, plantio e colheita de cebola e de fevereiro a abril a captura de camarão. Evidenciado uma pluriatividade de atividades das (os) sujeitas (os) que vivem no contexto rural de SJN.

No que diz respeito ao gênero do produtor, 1.330 (80%) estabelecimentos são de produtores homens e 310 (18%) são de produtoras mulheres, sendo que nove (2%) estabelecimentos não se aplicam, porcentagens que se assemelham a média nacional. Quanto a idade da (o) produtor (a), é perceptível que há um envelhecimento da população do campo, a população com mais de 65 anos corresponde a 30% (511) dos estabelecimentos rurais, entre 45 e 65 anos são 50% (826) dos estabelecimentos, e somente 16,8% (303) dos estabelecimentos a (o) produtora (or) tem menos de 25 e até 45 anos (IBGE, 2010), dados que comparados com a média nacional mostram um maior envelhecimento das pessoas que ocupam o espaço rural de SJN (IBGE, 2017).

O envelhecimento no campo também é uma preocupação das (os) participantes do grupo Econorte, inclusive na própria construção do grupo, como colocado por um dos participantes durante entrevista,

[...] no ano retrasado a gente já perdeu um membro e ele morreu de velho, morreu com 80 e poucos anos. A esposa dele continua viva, mas ela já tá parando de plantar, ela já parou de plantar. Teve um outro casal que morreu a mulher, morreu de câncer mas ela já estava idosa, o marido dela está desistindo porque ele já passou por um câncer agora ele está com Alzheimer né. De jovens tem eu com 43 anos, que já to em uma transição indo para uma velhice daqui uns tempo. O meu filho, ele ta fazendo mudas, meu filho tem 16 ano, é o menino mais jovem do grupo, ele tá entrando agora como produtor de mudas e é o único exemplo de jovem do grupo. A gente transita entre 50 anos e 60, o mais jovem é eu e meu filho. Ah tem uma outra produtora que ela não vende na feira, que ela tem quase 40 anos, mas ela é membro do grupo, mas ela não produz para vender né, mas ela tá insistindo e acho que um dia ela vai participar sim. E como futuro eu evito pensar assim porque pra não ficar pessimista, então eu quero continuar otimista (Cleberson, consumidor).

Neste ano de 2021 um jovem está no processo de entrar no grupo Econorte, vendendo mudas de chás, temperos e plantas medicinais que ele produz. O que é comemorado e

incentivado pelo grupo Econorte, como uma esperança de entrada de novas pessoas ao grupo, já que este tem muitas pessoas de mais idade, o que é uma preocupação do grupo. Ainda, uma das participantes coloca que é preciso ter um olhar atento para com os jovens que tem uma “vocação” para o campo, a fim de chamar estes para a produção agroecológica.

[...] então eu acho que a gente tem que buscar não nos nossos filhos, mas procurar ter um olhar atento aos jovens que tem essa voca o, digamos assim né, porque ser agricultor   uma voca o, assim como tu tem voca o pra ser dentista, pra ser médico, pra ser qualquer outra profissão, pra ser político. Tu tem essa tendência, tu tem essa voca o n ,   uma voca o. Então, porque que não pode ter uma voca o daqui a pouco ter uma voca o de agricultor em uma pessoa que não   filha de agricultor, né. Eu acho que a gente que ter muito esse olhar, o que que o jovem quer? O que que o jovem está buscando? Eu acho que a pandemia trouxe isso de positivo, porque as pessoas ficaram muito mais preocupadas com comer (Francisca, produtora).

Ainda, a participante entrevistada considera que a crise sanitária da pandemia de Coronavírus, que veio acompanhada com a crise econômica, pelo aumento dos preços dos alimentos, pode fazer com que algumas pessoas percebam a importância da produ o de alimentos para o consumo. Compreendemos a partir das conversas com as (os) sujeitas (os) da pesquisa que o envelhecimento da popula o do campo, no caso de SJN, também está relacionada   entrada de grandes empreendimentos na cidade que acabam retirando os jovens do contexto rural para a mão de obra nessas indústrias, o que também   colocado por um dos participantes do grupo

O agricultor tradicional, produtor de cebola, ele tá envelhecendo e ele não está deixando sucessores. Porque os seus filhos estão sendo absorvidos pela indústria dos pinus e pela indústria naval do estaleiro EBR, que ele acabou fazendo o canto da sereia, porque ele acabou puxando essa popula o do campo jovem, mas acabou não empregando essa popula o, e essa popula o acabou ficando periférica da cidade. Muitos foram embora, muitos caíram nas drogas, muitos ficaram empregados avulsos, então houve esse impacto da popula o do campo. Então o que eu quero dizer   que a popula o da agricultura familiar enfraqueceu no campo, ela perdeu seus jovens e ela está envelhecendo e isso eu acho grave n . Na agricultura também, na agricultura agroecológica também, o pessoal t  envelhecendo e não ta deixando sucessores (Cleberson, consumidor).

O envelhecimento no campo, no município de SJN, está relacionado com a industrializa o pois a abertura de empregos na cidade, com promessas de moderniza o, acaba retirando os jovens do espaço rural para ocuparem os centros urbanos. Estes aspectos estão diretamente relacionados com as questões históricas do município como, por exemplo, a queda da produ o de cebola pela abertura do Mercosul e com o início da produ o em grandes escalas em outros estados do Brasil. Com isso, o município não recuperou sua importância agrícola nacional, sendo que pela falta de incentivos e mercados para outras produ es acaba se tornando cada vez mais dependente de grandes indústrias para atividades laborais.

Trazemos estes dados censitários pois compreendemos que é importante refletirmos acerca das questões estatísticas e geográficas do município em estudo. Estas questões cumprem um papel instrumental para avaliação da situação brasileira e podem inclusive servirem para a identificação das fragilidades e potencialidades, assim como características gerais do município, como população, nível de escolaridade, produção agrícola, saúde, entre outros. Estes dados são importantes para, por exemplo, a criação de políticas públicas direcionadas às necessidades de cada município, assim como para destinação de verba federal para cada município.

Neste ano de 2021, o censo que era para ter acontecido em 2019, interrompido por conta da pandemia, não será realizado por falta de verba federal, assim os dados censitários estão atrasados em mais de 10 anos. Por conta disso, entendemos que os dados censitários são instrumentos de importância para as pesquisas, inclusive nas pesquisas em educação ambiental. Mesmo compreendendo que estes dados não abrangem a complexidade das relações sociais e ambientais que transpassam a construção de sujeitas (os) que vivem no município de SJN. Ainda estes dados são generalizados para todas as comunidades do município, não levando em consideração as diferentes realidades, sendo que, por exemplo, os dados sobre a pobreza e o número de pessoas empregadas, no caso de SJN, é um dos mais baixos do estado do RS, mas não levam em consideração outros modos de trabalho, e a periodicidade destes, como no caso da agricultura e pesca.

Por conta disso, compreendemos que para além dos dados censitários, a pesquisa em educação ambiental precisa estar acontecendo em contato direto também com a comunidade estudada, para que as questões sociais mais profundas e complexas a respeito da ocupação do território sejam contadas por quem vive neste. Mesmo assim, trazemos estes dados para essa pesquisa em educação ambiental pois consideramos de importância trazer as questões mais gerais relacionadas à população, economia e espaço rural de SJN. Sendo que com esses dados conseguimos mapear de forma geral a realidade do município. Esta realidade, no caso de SJN, é usada como justificativa para a abertura a grandes empreendimentos que, por meio de projetos de desenvolvimento, acabam trazendo um único modo de se relacionar com o ambiente. No próximo subitem abordaremos a abertura a grandes empreendimentos no município de SJN, que teve seu início nos anos de 1970 com a queda da produção de cebola, e início da produção de *Pinus elliottii*, passando pela construção do Estaleiro EBR e recentemente a tentativa de instalação de uma mineradora.

2.1.2 Projetos desenvolvimentistas do município de SJN: entre o discurso do progresso e as diferentes formas de viver no território

São José do Norte vem passando por um processo de abertura a grandes empreendimentos que dizem trazer um tipo de progresso e desenvolvimento ao município, através de empregos oferecidos, construção de rodovias, melhorias na infraestrutura do município, como justificativa para a pobreza da região e a crise econômica. Este processo iniciou por volta do ano de 1970, junto à queda do valor da cebola, sendo que a plantação de cebola, por exemplo, é considerada como um dos motivos de “atraso” do município (FREITAS, 2019). Em relação a isso um dos participantes da Econorte coloca que

[...] essas empresas agora, em frente à crise que a gente vive atualmente, elas estão se apresentando como salvadoras, porque elas estão dando empregos, mas o povo se esquece que estas empresas desempregaram as famílias no passado, devido os impactos. Então a cidade ta em um processo de dependência econômica, porque como existe um grande desemprego e essas empresas estão oferecendo emprego, então elas estão passando como boazinhas nesse processo (Cleberson, consumidor).

As empresas entram no município com promessas de “salvar a economia”, criando um processo de dependência econômica da sociedade nortense⁵⁰ com essas empresas. Além disso, o participante manifesta que as empresas ocasionaram o desemprego de agricultoras (es), como por exemplo ao incentivar a plantação de Pinus em suas propriedades, deixando os espaços menores e solo exauridos para a produção de alimentos. Nos anos de 1970 inicia a plantação de *Pinus elliottii* pelo território e, em 1997, São José do Norte passa a ser sede da empresa Âmbor. Por volta do ano de 2008, a empresa Aracruz Celulose tenta instalar um terminal portuário no município para escoar a produção de polpa de papel de Porto Alegre para São José do Norte, para após exportação. O projeto foi refutado pelos grupos ambientalistas de SJN que venceram a disputa, como colocado por um dos participantes do grupo Econorte em entrevista

Por volta de 2008, mais ou menos, eu, a gente, tinha um grupo ambientalista, e a gente fez resistência à Aracruz celulose. A Aracruz celulose, na época, ela queria colocar um terminal portuário aqui na cidade, pra escoar a polpa de papel de Porto Alegre, lá de Guaíba. Então também, a gente meio que se engajou junto com as plantações de eucalipto e de pinus, mais especificamente de pinus que é a maior parte das plantações são de pinus aqui na região. Mas também existe um projeto aí para plantações de eucalipto, para polpa de papel, e, também existe um projeto antigo de se instalar uma fábrica de celulose aqui na região (Cleberson, consumidor).

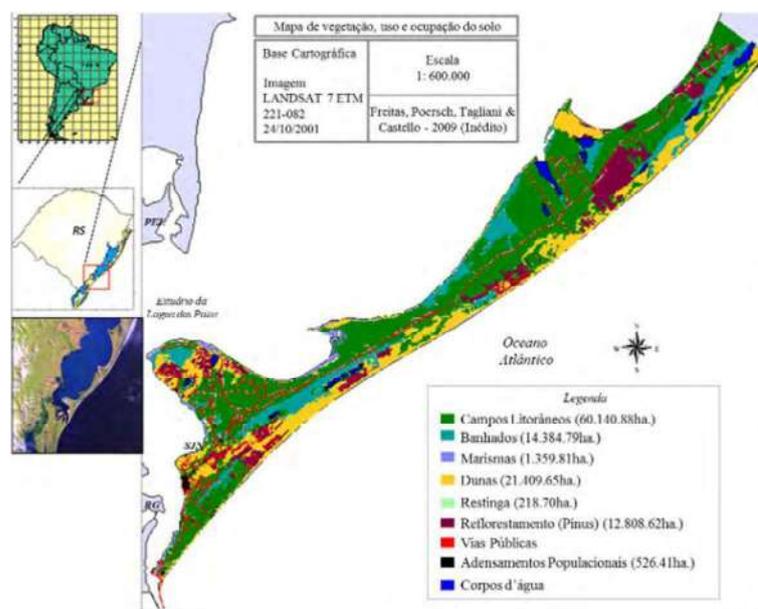
⁵⁰Termo utilizado para chamar as pessoas que nascem em São José do Norte.

Atualmente no município de SJN há uma área de 9.008 hectares de silvicultura com reflorestamentos de eucalipto (203 hectares) correspondente a 3% da área e principalmente de pinus com 8.805 hectares, 97% da área (IBGE, 2017) (Figura 7). O município ocupa a oitava posição do RS de plantação de pinus, que é utilizado principalmente para a retirada de resina, totalizando 4.938 toneladas, sendo o segundo município de maior retirada de resina do estado do RS, atrás somente de Santa Vitória do Palmar, também no extremo sul do país (IBGE, 2017). Em uma série histórica é percebido que a área de plantio de pinus e eucalipto continuou a mesma do período de 2014 a 2018, já a quantidade de resina produzida e, conseqüentemente, o valor de produção sofreu diversas alterações do ano de 2004 a 2018 (IBGE, 2017). Segundo um dos participantes do grupo Econorte, a plantação de pinus vem aumentando no município nos últimos anos, sendo que os agricultores levaram o pinus para dentro de suas propriedades.

[...] o que acontece é que eles estão convencendo a agricultura familiar, os agricultores, a plantar dentro de suas propriedades essas plantações. Então vai ser classificado como comida, entre aspás, então vai fazer parte do arranjo produtivo da agricultura familiar. Aí eu pergunto se o território está saturado dessas plantas, como é que os agricultores vão trazer para dentro de suas propriedades esse cavalo de troia, haja vista, que essas plantações acabam acidificando as águas subterrâneas acidificando, os solos, e causando todos esses impactos desses últimos 40 anos (Cleberson, consumidor).

Algumas famílias que vivem no interior acabam ficando dependentes da indústria de pinus para seu sustento, levando o pinus para dentro da propriedade, o que acaba exaurindo o solo e dificultando a produção de alimentos. Isso ocorre, pelo o que foi observado na pesquisa de campo, pois a retirada de resina funciona como uma alternativa as (aos) agricultoras (es), quando o plantio de cebola e a pesca de camarão não dão uma boa safra.

Figura 7: Imagem da vegetação do município de SJN, com destaque a plantação de Pinus, em vermelho.



Fonte: Freitas (2019)

O *Pinus elliottii* é uma espécie oriunda do sul e sudeste dos EUA que foi introduzida no Brasil a partir de 1936 para testes e em 1970 se inicia a plantação em grande escala, principalmente no sul e sudeste para retirada de resina⁵¹. Por ser uma planta exótica que se adaptou bem no clima subtropical, o *Pinus elliottii* se espalha facilmente por ações do vento, por exemplo. Ainda, a espécie tende a acidificar e empobrecer o solo, além de alterar a paisagem de planície do bioma pampa. Uma das participantes do grupo Econorte coloca a preocupação quanto ao pinus se espalhar pelo município “deu certo pro pinus né, porque ele vem muito, só que o problema não foi o pinus, foi a quantidade de pinus que colocaram no solo, porque daí o interesse outro né, outro interesse, acho que mais ou menos isso né” (Francisca, produtora). Como a participante coloca, ela não percebe a plantação de pinus um problema, mas sim a quantidade de pinus plantados.

Além das problemáticas naturais, um dos participantes do grupo Econorte traz em entrevista sua preocupação quando a mudança no espaço rural de SJN, que passa a trabalhar de

⁵¹Informações retiradas do site da Embrapa, disponível em: https://www.spo.cnpia.embrapa.br/conteudo?p_p_id=conteudoportlet_WAR_sistemasdeproducaoI6_1ga1ceporIlet&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=1&r_p_-76293187_sistemaProducaoId=3715&r_p_-996514994_topicoId=3229 Acesso em: 11 maio 2021.

forma assalariada para a empresa de pinus e perde sua autonomia de produzir alimentos para a subsistência, como posto abaixo:

[...] especificamente aqui no nosso território, a gente tem esses conflitos com as grandes plantações de pinus, que são imensas plantações que elas estão desaculturando os trabalhadores do campo. Eu digo desaculturando porque essas florestas estão a 40 anos na cidade, e elas estão impactando as outras terras. Esses impactos tá causando um desemprego, vai desempregando a agricultura familiar, a agricultura familiar vai falindo e esses trabalhadores vão migrando para dentro dessas empresas de pinus. Então do que antes a agricultura familiar ela prosperava, com suas safras e suas diversidades, essas pessoas estão entrando para dentro das empresas e estão ficando sobre regime de assalariados. Então existe essa desaculturação, as pessoas estão desaprendendo os modos de plantar antigos, de gerações e tão virando trabalhadores e trabalhadoras assalariados, no modelos industriais. Sem querer pensar teoricamente sobre isso, então está tendo até uma alienação, porque as pessoas estão esquecendo, ou melhor falando, elas vão esquecer dos seus modelos de produção, de cultivo e de cultura. Elas vão acabar esquecendo, porque os filhos já estão migrando para dentro dessas empresas. Mas o mais grave que eu vejo nisso é o seguinte, essas empresas estão se apresentando como salvadoras da economia, porque são 40 anos de desaculturação, e o povo vai meio que esquecendo que um dia foi próspero. A nossa cidade aqui foi um dia capital brasileira e ganhou títulos mundiais de produção de cebola né, e agora parece que esse passado ficou no campo do mito (Cleberon, consumidor).

Assim, as plantações de pinus vão substituindo a diversidade de produções no contexto rural de SJN, transformando o espaço rural cada vez mais em uma monocultura. Ainda, o participante traz que a produção de pinus causa uma “desaculturação” do campo, mas que compreendemos que não existe uma perda de cultura, mas uma transformação na cultura. O que podemos entender como a construção de novas ruralidades, em um processo de modernização do campo, que é transformado pela entrada de empresas e com a contratação de agricultoras (es) de forma assalariada.

O discurso desenvolvimentista proposto para SJN coloca a produção primária, de agricultura e pesca, como um dos motivos de atraso da região, desconsiderando os modos de vida das pessoas que vivem no território. Em continuidade ao processo de instalação de grandes empreendimentos no município de SJN, em 2011 inicia o processo para a instalação do Estaleiro do Brasil EBR SA, em 2013 o início das obras, finalizado em 2016. A EBR Estaleiros do Brasil SA é uma associação entre a empresa japonesa TOYO Engineering e a empresa brasileira SOG óleo e gás (Setal), que já são associadas e atuam no Brasil há cerca de 10 anos (FIOCRUZ, 2010).

O Estaleiro EBR teve um financiamento de 1,2 bilhões e foi instalado na Estrada Pública do Cocuruto, primeiro distrito, a cerca de 5 km da sede. Localizado na zona portuária do município que ocupa a margem leste do Canal de Rio Grande (Figura 8). A escolha do local,

segundo o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) em 2011, se justifica por ser banhado na Laguna dos Patos e pela proximidade com o porto de Rio Grande.

Figura 8 - Localização do Estaleiro EBR no município de São José do Norte.



Fonte: Costa (2017)

Em 2011, a Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento da Prefeitura de São José do Norte emitiu uma declaração garantindo que o empreendimento da EBR estaleiros estava dentro da Zona Portuária e de Expansão Industrial (ZPEI) do município, em conformidade com o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável e de Integração Urbano-Rural, excluindo qualquer impedimento quanto à sua implantação frente à legislação municipal (FIOCRUZ, 2010), o que mostra uma decisão hierárquica quanto a escolha dos investimentos ao município. Para a instalação foram retiradas aproximadamente 120 pessoas das 45 propriedades da comunidade de Vila Nova. As (os) moradoras (es) retiradas (os) se organizaram, criaram uma comissão e foram até a defensoria para ganharem valores justos pelas suas casas, sendo que na ocasião foram chamados de invasores e posseiros (FIOCRUZ, 2010). Mesmo com questionamentos sobre a remoção das pessoas que viviam na antiga zona de pesca e atual zona portuária, foi anunciado que a licença de instalação já havia sido emitida.

Além das remoções no RIMA houve a previsão de impactos no meio físico, biótico e socioeconômico como: alteração da qualidade das águas superficiais, pelo aporte de poluentes derivados do petróleo, esgotos industriais e domésticos, poluindo os cursos d' água, contaminação de águas subterrâneas, contaminação do solo, alteração da hidrodinâmica do Canal de Rio Grande em função da construção do cais e da retirada de sedimentos do fundo, o que prejudicou as (os) pescadoras (es) da região, pela diminuição da entrada de peixe no canal, também o sobrecarregamento dos serviços e das vias do município, aumento da passagem da balsa, aumento da procura e locação imobiliária, aquecimento do comércio, entre outros

(FIOCRUZ, 2010). Estes impactos sobrecarregaram a capacidade de suporte da cidade de SJN, e como colocado por vários participantes do grupo, teve um aumento considerável da violência na cidade, como pelo tráfico de drogas e homicídios que subiram, principalmente no ano de 2016.

2.1.3 Entre os projetos desenvolvimentistas: a tentativa de instalação da Rio Grande Mineradora

Recentemente o município passa pela tentativa de instalação do complexo minerário Atlântico Sul da empresa Rio Grande Mineração. Esta é a terceira tentativa de implantação de um empreendimento minerário em São José do Norte. A primeira ocorreu na década de 1970 e a segunda na década de 1990. Ambas foram barradas durante o processo de licenciamento ambiental (GAUTÉRIO; FREITAS, 2020). O projeto Atlântico Sul foi dividido em três projetos, o Projeto Retiro que pretende minerar da comunidade do Retiro ao Estreito, após o projeto Estreito e o projeto Bojuru, com isso praticamente todo o município de SJN pode ser minerado, como mostra a figura abaixo. (Figura 9).

Figura 9 - Imagem da implantação do empreendimento minerário de SJN.



Fonte: RIMA do projeto Retiro (2014)

O projeto Atlântico Sul foi dividido para o licenciamento, com permissão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o que impede de compreender o tamanho do estrago que pode acontecer caso os três projetos sejam aprovados. Além disso, o projeto Bojuru passa por uma comunidade quilombola do município, que foi totalmente desconsiderada. Assim, só há o Estudo de Impactos Ambientais (EIA) do projeto

Retiro, que teve início em 2011 e o processo de licenciamento com audiências públicas em 2014. Na primeira audiência pública não houve divulgação adequada para as comunidades de SJN, além de ser em um horário que não havia mais transporte público para o interior e nem a lancha de volta para Rio Grande. Como colocado por uma das participantes do grupo Econorte, durante uma *live* Megaprojetos de mineração.

[...] então quando surgiu essa notícia pra nós, assim porque até então a gente como agricultor, que vive o dia a dia da lida da roça, do campo, né, a gente não tem muita noção do que tá acontecendo, do que tão articulando né, do que já pesquisaram ao longo desses anos para explorar um material, que até então, a gente não sabia que existia. Ai, a gente descobre quando começa a sair essas audiências, e que de fato como foi dito mesmo pelo Caio, ah a primeira a gente, eu particularmente, eu não tive conhecimento. Eu morando aqui no interior, eu não tive conhecimento, porque uma que não foi muito bem divulgado para chegar ao nosso conhecimento, outra muitos agricultores quando soube que ia ter, não tinha o transporte para participar. Então bem como ele disse né, foi mais voltado para os universitários, algumas pessoas da cidade que tavam mais a par do assunto e participaram, e talvez não ter tanto acesso aos questionamento, que era logo o que a empresa não queria né (informação verbal).⁵²

O projeto minerário estava em andamento sem diálogo com a comunidade nortense, sendo que, por exemplo, a Márcia, moradora do interior e ativista ambiental, não tinha conhecimento do projeto até ser chamada à audiência pública. Mesmo assim, a audiência pública estava com muitos participantes nortenses, e também foi o local em que foi iniciada a formação do movimento de resistência “não queremos mineração em SJN”. Ainda, no RIMA haviam inúmeras inconsistências, apontados pelo Ministério Público Federal (MPF) para o Ibama que, em 2016, solicitaram mudanças e nova audiência pública. Mas, em junho de 2017, o Ibama concedeu licença prévia para a empresa que teria quatro anos para iniciar o projeto.

Em dezembro de 2018, o MPF ajuizou duas ações civis públicas contra o Ibama e a empresa RGM. Em um deles, afirma que o Ibama violou a ordem jurídica, os direitos à informação e a participação pública no licenciamento ambiental do projeto; em outra, defende as comunidades tradicionais de pescadores artesanais que seriam afetados pelo empreendimento (EJATLAS, 2019).

As inconsistências do Ibama, como por exemplo, ao violar a ordem jurídica, causam um conflito ambiental entre o poder público (Ibama) e as (os) moradoras (es) de SJN. Em 2019, após emenda apresentada à prefeitura municipal pelos movimentos ambientalistas contra mineração do município, o Plano Diretor Municipal foi alterado e a prefeita sancionou a lei proibindo novas tentativas de mineração no município a partir da promulgação do plano

⁵²SILVEIRA, Márcia da Silveira. Depoimento [julho de 2020]. Entrevistadora Sabrina Lima. Concedida ao Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul.

(EJATLAS, 2019). Essa mudança no plano diretor é importante como uma estrutura de combate a mineradoras, mas que não garante que a empresa RGM não instale seu projeto de mineração. Assim, o projeto Retiro teve até junho de 2021 para iniciar o projeto de instalação. Essa possibilidade causa preocupações junto ao grupo de agroecologia e à comunidade de SJN. Após o mês de junho deste ano, o grupo Econorte aponta que a empresa pediu mais um ano de prorrogação para iniciar o projeto de instalação, essa prorrogação até o final da presente pesquisa não havia sido anunciada nos sites oficiais do Ibama.

Por meio do projeto Retiro podem ser retiradas 323.000 toneladas por ano, em um período de aproximadamente 21 anos, dos minérios de Ilmenita, Rutilo e Zirconita (CPEA; HAR, 2014), em uma área de 30 quilômetros por 1.5 quilômetros (EJATLAS, 2019). O investimento da RGM chega a 500 milhões de reais, a fim de retirar 17 milhões de toneladas de minério pesado dos 531,2 milhões de toneladas presentes em todo o município de SJN (CPEA; HAR, 2014). O processo de retirada dos minérios será por meio de uma draga móvel que irá percorrer todo o território que pretende ser minerado. Ainda como colocado no RIMA, as águas subterrâneas do lençol freático serão utilizadas, caso o projeto seja instalado, o que preocupa os moradores e SJN, principalmente pescadoras (es) e agricultoras (es) que serão os principais afetados pelo empreendimento, por morarem na área de pretendida extração, e que dependem desta água tanto seu trabalho como para beber e para as atividades da casa. Ainda, segundo as (os) agricultoras (es) e pescadoras (es), o projeto significa o fim da produção de diversas hortaliças e produção agroecológica, com redução da qualidade e valor comercial dos produtos, por conta das contaminações (EJATLAS, 2019).

Assim, caso o projeto seja aprovado para execução, causará uma série de impactos ambientais como: poluição da água superficial, diminuição da qualidade da água (físico-química, biológica), poluição ou esgotamento das águas subterrâneas, insegurança alimentar (danos na cultura), perda de biodiversidade (vida selvagem, agrobiodiversidade), impactos a saúde como: exposição a riscos complexos desconhecidos ou incertos (radiação, por exemplo) (EJATLAS, 2019). Impactos socioeconômicos como deslocamento da população, aumento da violência e da criminalidade, falta de segurança no trabalho, absenteísmo do trabalho, demissões, desemprego, perda de conhecimentos/práticas/culturas tradicionais, problemas sociais (alcooolismo, prostituição, etc.), violações dos direitos humanos, desapropriação da terra, fim da produção de diversos vegetais e produção agroecológica (EJATLAS, 2019).

Como justificativa para a instalação do projeto retiro, segundo o RIMA há dois argumentos. O primeiro é sobre o abastecimento nacional dos minérios com atendimento às necessidades da nação brasileira. O segundo é sobre a necessidade de desenvolvimento de SJN, sendo que a intenção é de gerar seis mil empregos diretos e indiretos, o que não é visto como positivo por algumas (uns) integrantes da sociedade civil de SJN, como o grupo Econorte, sendo colocado por uma das participantes:

[...] porque tem muitas pessoas na cidade, que por causa do emprego, necessidade do emprego, se iludem que um processo minerário desses, uma grande empresa de mineração, que só vai explorar as nossas riquezas daqui, mas para mandar dinheiro para fora né do país, não deixar praticamente nada aqui. Ainda se iludem que isso vai gerar riqueza pro município. Não vai riqueza pro município, SJN sempre sobreviveu muito bem ao longo desses anos é com a pesca e com a agricultura. Tem dificuldade? Tem, com certeza, mas cabe ao poder público, as gestões públicas do município, do estado e federal, investir na agricultura, investir mais no campo. Ninguém vai comer pedra, ninguém vai comer minério, as cidades ninguém vai ser sustentada com minério, as cidades ninguém vai ser sustentada pelo minério (informação verbal).⁵³

Márcia considera que seja mais importante o investimento na agricultura e pesca do município, que são atividades já exercidas pela sociedade civil e garantem a alimentação destas (es) sujeitas (os), do que o projeto minerário. A comunidade de SJN vem se organizado a fim de impedir a instalação do projeto minerário, no ano de 2017 aconteceu uma passeata contra a mineração na qual estavam presentes a associação de moradores Raízes da Terra do Retovado, Projeto Semente da Esperança, a comunidade Retiro, Associação dos agricultores e pescadores do Tesoureiro, o grupo de agroecologia Econorte, a COOAFAN e demais moradores de SJN. O ato foi organizado pelo grupo de agroecologia Econorte, com apoio da COOAFAN e, como colocado por uma das participantes, durante a manifestação a ideia foi fazer um ato entre amigos, sendo que teve pouca divulgação a fim de ser um movimento pacífico, sem apoio político, somente “na cara e na coragem”. Como lembrado por uma das participantes do grupo Econorte,

[..] lembrando, eu, a gente, fez as passeatas na cidade e foi assim oh, gratificante de ver que embora tenha algumas pessoas, muitas pessoas, ainda na cidade, morando na cidade, mas que são oriundos do campo, que são daqui, que tão lá, mas que não deixarão suas raízes, continuam vindo pra fora plantar sua cebola, e plantar seu produto, e gerar mais renda no próprio município de SJN né. Essas pessoas na passeata tavam lá, junto com a gente, ajudando né, na conscientização [...] Não está definida, eu costumo dizer, eu ainda não tenho netos mas eu costumo dizer que isso vai ficar para as próximas gerações. Hoje a gente batalha pela nossa terra, pelo nossos solo, por onde a gente vive, mas passando para os nossos filhos e futuramente para os nosso

⁵³SILVEIRA, Márcia da Silveira. Depoimento [julho de 2020]. Entrevistadora Sabrina Lima. Concedida ao Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul.

netos, que teremos que continuar lutando. Aí no decorrer desses anos, que a gente vem se unindo a muitos companheiros, a muitos agricultores, e ajuda também de outros parceiros né, tem vários parceiros colaborando com a gente né, é que ah temos que continuar na batalha [...] (informação verbal).⁵⁴

Uma parte da sociedade civil de SJN, mesmo as que não moram no campo, e assim não serão atingidos diretamente pelo projeto minerário, como os grupos, as associações e as organizações de SJN estavam presentes nas ruas na manifestação contra o projeto minerário da RGM. Além da organização da passeata, o grupo Econorte construiu também uma carta de repúdio e um processo administrativo enviado ao MPF, na qual apontam “Não acreditamos neste tipo de progresso”. Esses movimentos de resistência organizados no município, por conta do conflito ambiental causado por diferentes interesses sobre o território de SJN, de um lado a RGM que pretende a extração de minérios a partir da destruição ambiental e de outros os grupos e comunidades que vivem neste ambiente e dependem diretamente de boas condições ambientais para manterem suas atividades. Essa organização são movimentos ambientais, que constroem uma educação ambiental.

Entendendo que não há somente um tipo de desenvolvimento e sim diferentes ideias e percepções sobre o que é desenvolver um município, ou ainda envolver as (os) moradores do território a fim de garantir qualidade de vida. Nos ambientes em que há a luta por um território livre e saudável, os movimentos e organizações que se formam a fim de garantir estes direitos também podem ser vistos como movimentos pela justiça ambiental.

No município de SJN, além do grupo Econorte há outras organizações coletivas como a Associação de Moradores Raízes da Terra do Retovado, o Projeto Semente da Esperança, a Associação dos Agricultores e Pescadores do Tesoureiro e a COOAFAN. A organização e construção coletiva desses movimentos, em prol das questões ambientais, podem ser vistas como ações e relações cotidianas educativas e ambientais. Quando as (os) sujeitas (os) se organizam em grupos, as ações em educação ambiental se formam em ações coletivas, essenciais para a transformação da sociedade. Nesta pesquisa focamos na organização e construção de uma educação ambiental no e pelo grupo Econorte, que será detalhado no próximo subitem.

⁵⁴SILVEIRA, Márcia da Silveira. Depoimento [julho de 2020]. Entrevistadora Sabrina Lima. Concedida ao Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul.

2.2 O grupo de agroecologia Econorte

Gratidão! pela terra e seus elementos que faz crescer alimentos quando nós humanos viemos a existir, o alimento já estava aqui, no começo a terra era vazia e sem forma mas tudo foi criado com perfeição para que nunca nos falte a sagrada refeição, ganhamos tudo de graça pela graça do criador mas é preciso semear e o cuidar com muito amor, a alegria vem na colheita, quanta satisfação! Em meio a tanta miséria colher o nosso próprio pão, fruto do nosso trabalho plantado com nossas mãos, alimentos com história passada de geração que quando chega à mesa é muito mais que refeição, sabemos de onde veio é fruto do nosso chão que alimenta o corpo e a alma e a palavra é gratidão. (Poema retirado do vídeo: Gratidão! Pela colheita! Do canal Agroecologia em foco)

Figura 10 - Grupo Econorte durante uma reunião na casa de uma das participantes na comunidade do Retiro.



Fonte: Facebook Grupo de Agroecologia Econorte. Disponível em: https://www.facebook.com/Grupo-de-Agroecologia-Econorte-1307021862691954/?ref=page_internal Acesso em: 20 maio 2021.

Nessa parte do trabalho contextualizamos sobre o grupo de agroecologia Econorte do município de São José do Norte. Iniciamos falando da iniciativa à agroecologia no município de SJN, da formação do grupo Econorte, da certificação junto à OCS. Também abordamos o espaço da feira, que é opcional no grupo Econorte, um pouco sobre a diversidade da produção do grupo e como o grupo se entende dentro do campo da agroecologia. Para esta contextualização, utilizamos principalmente os dados primários da pesquisa de campo, procurando contar a história e construção diária do grupo a partir das observações, percepções e falas das (os) sujeitas (os) de pesquisa.

A organização em torno da temática da agroecologia no município de SJN iniciou por volta dos anos de 2000, quando um pequeno grupo de agricultoras (es) se organizaram junto a um técnico⁵⁵ e iniciaram um grupo de agroecologia que durou cerca de seis meses. Segundo a

⁵⁵ Paulo Costa é o técnico que esteve presente na primeira iniciativa à agroecologia em SJN e também nos dois primeiros anos do grupo Econorte.

fala de uma das participantes do Econorte, mesmo após o fim deste primeiro grupo, uma família de agricultores continuou vendendo seus produtos ecológicos na frente de sua residência,

[...] mas aí seu Alvanir não desistiu, ele ficou fazendo feira orgânica na casa dele. Aí ele tinha, ou comprou depois, uma casa na cidade e continuou toda quarta, acho que é quarta e sexta. Ele vinha, botava a feirinha na porta da casa, fazia feira, e produzia orgânico, e vendia em casa, e produzia orgânico e vendia em casa, ele nunca abriu mão (Francisca, produtora).

A sujeita de pesquisa fala que esta família nunca desistiu de produzir com base agroecológica e que mesmo sem grupos, continuou vendendo seus produtos na porta de casa, essa mesma família depois entrou para o grupo Econorte. O grupo de agroecologia Econorte foi formado em 2008 a partir do projeto de extensão AEUP de Rio Grande e São José do Norte, por meio do NUDESE, da FURG. O início ocorreu com o mesmo técnico e família que já faziam parte do primeiro grupo e a Francisca, como a segunda participante do grupo, como ela conta na entrevista:

[...] aí um dia eu tava lá (reunião do fórum da Embrapa, estava presente por participar da Associação Raízes da Terra) e tals. Aí quando eu levanto os olhos para o telão tão eles falando de um projeto de periurbano, de agroecologia, e eu ah? Aí fiquei meia atenta. Não tava entendendo muito bem né, aí eles votando a cidade lá, tal cidade, tal cidade, e aí daqui a pouco eles falaram, na verdade eles ia distribuir os kit já que seria às barraca de feira, as estufas, as sementes, que eles já tinham feito todo o processo nos bastidores, e, aí eles trouxeram para o fórum, para resolver no conjunto o todo. Aí quando eles falaram São José do Norte, o Paulo Costa, que era na época o cara que tava pela FURG, ele levantou a mão, SJN sim. Aí eu olhei, cara SJN. Eu tava na esquerda, eu lembro como se fosse hoje, eu tava na esquerda do, como chama, as cadeiras, o auditório, e ele tava na direita, ele tava bem longe de mim. Eu pulei para o outro lado, eu fiz a volta por trás, e fui lá sentei do lado dele e disse assim: eu também quero! Ele olhou e disse assim, cara eu tinha pensado só no seu Alvanir, que bom, agora já tem dois (Francisca, produtora).

Francisca ficou sabendo do projeto a partir de uma reunião junto a Embrapa Clima Temperado da região sul do RS⁵⁶, que ia todos os meses como representante da Associação Raízes da Terra. O projeto AEUP foi aprovado em 2008 junto ao MDS e visava atender as famílias de agricultores dos municípios de Rio Grande e SJN a fim de fortalecer a produção e comercialização com base agroecológica nestes municípios. O projeto tinha 17 objetivos que

⁵⁶ Francisca participou dos fóruns da agricultura familiar da Embrapa/Pelotas Clima Temperado, por ser diretora da Associação Raízes da Terra de SJN. Os fóruns da agricultura familiar é um espaço de discussão e implementação de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável na região sul do RS (EMBRAPA CLIMA TEMPERADO, 2018). O fórum conta com a participação de entidades, de organizações da sociedade civil, dos poderes públicos municipais, estaduais e federais, representantes da agricultura familiar e assentados da reforma agrária, abrangendo toda a região sul do RS (EMBRAPA CLIMA TEMPERADO, 2018). Francisca e Márcia são sujeitas ativas como representantes da agricultura familiar, do município de SJN, nos fóruns da Embrapa Clima Temperado.

envolviam a área da agricultura, entre eles: incentivar a transição agroecológica, qualificar as (os) agricultoras (es) à agroecologia, oferecer cursos técnicos e assistência técnica, fortalecer o sistema de comercialização de produtos ecológicos, buscar aumento da renda das (os) agricultoras (es), entre outros (SILVA, 2013). O projeto buscava atender 800 famílias da região (SILVA, 2013). A partir do projeto, inicialmente as (os) agricultoras (es) receberam um kit de sementes, insumos biológicos, materiais para construção de estufas e de barracas para montar as feiras.

Segundo relatos, durante pesquisa de campo, das (os) participantes do grupo, o projeto inicialmente era voltado para a agricultura urbana, para incentivar a produção em quintais urbanos, mas como havia produtoras (es) do interior de SJN que tinham interesse na produção ecológica, o projeto se expandiu para periurbano, mesmo assim, as (os) agricultoras (es) que moravam nas comunidades mais afastadas, como as do segundo e terceiro distrito de SJN, não podiam participar. Para que estas famílias não ficassem de fora do grupo, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a Emater, ainda no início do projeto em 2008, entraram como apoiadoras e assumiram a responsabilidade técnica pelas famílias que moram mais afastadas do núcleo urbano, a fim de estas também poderem fazer parte do grupo, como conta uma das participantes do Econorte,

[...] o nosso começou pelo projeto NUDESE, não sei se tu sabe, o projeto AEUP, do NUDESE, que deu início ao grupo, de agricultura urbana e periurbana, que com muita briga a gente conseguiu avançar para os agricultores em torno da cidade, que não ficavam muito longe da cidade. Depois mais adiante, entrou outros agricultores, mais distantes, porque Emater e a Secretaria da Agricultura assumiram o compromisso de fazer a orientação técnica lá, porque o periurbano ele só te abriu um pouquinho além da cidade, porque eles queriam que fosse isso né. Aí foi feito uma modificação no projeto, se abriu um pouco, mas eles não te davam uma margem muito grande, pra ir muito além da cidade e aí então o pessoal do Gravatá pra lá que entrou, já foi a Secretaria da Agricultura que assumiu a responsabilidade, de acompanhar eles, já não era mais. Quando a gente começou a feira, o projeto AEUP, já não tinha mais recurso, porque eles não conseguiram renovação do projeto (Francisca, produtora)

A participante do grupo traz que o projeto teve fim após um ano de funcionamento, por conta de não conseguirem renovar o projeto junto ao extinto MDS por falta de verba federal. Mesmo com o fim do projeto, a FURG manteve a assistência técnica com o grupo por mais um ano. Após esse período, as famílias participantes do grupo Econorte se organizaram e fortaleceram o apoio com a SMMA e Emater para a assistência técnica e formaram novas

parcerias com a COOAFAN, com Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, Secretaria Municipal de Saúde e o próprio NUDESE⁵⁷.

[...] o projeto foi um ano. Ai se cadastrou 20 famílias, para se conseguir renovar o projeto, mas aí eu não sei com tanta coisa que se deu, com tanta burocracia, tanto erro, tanto desencontro que deu e politicagem eles não conseguiram renovar o projeto. Aí o seu Paulo e a FURG ainda trabalharam com nós, mais um ano mesmo sem ta recebendo, aí depois sim, aí depois a gente ficou por conta própria. Dois anos a gente ficou com a FURG, com a coordenação da FURG né, aí depois de dois anos a gente criou um grupo de coordenador, secretário e tesoureiro. Aí, a gente começou a fazer atas e caderno de prestação de contas e formou o regimento. Tudo por conta dos próprios agricultores, e foi bem debatido na época também, o pessoal do NUDESE não aceitaram de cara isso aí, porque eles não poderiam mais da assistência, mas a final, no final, até hoje eles dão assistência, mesmo a distância assim mas eles continuam. Mas aí, a Emater e a secretaria assumiram a responsabilidade técnica, e daí a gente foi, a gente rodou, foi rodando (Francisca, produtora).

Com a saída do projeto do NUDESE, o grupo começou a se organizar por conta própria, construiu seu regimento e formou as próprias cadeiras para organização, que ocorre a partir do que consideramos uma auto organização horizontal⁵⁸, sendo administrado e organizado pelas (os) próprias (os) participantes. O grupo tem três cadeiras que são substituídas entre os participantes a cada dois anos, uma (um) secretária (o)⁵⁹, uma (um) coordenadora (or)⁶⁰, e a (o) tesoureira (o)⁶¹.

O grupo Econorte tem como princípios gerais incentivar a agricultura familiar, comercialização direta com os consumidores a fim de criar novas relações sociais, assumir e valorizar os compromissos tratados de forma coletiva, vender os produtos com preço justo e solidário e ajudar na divulgação e incentivo à agricultura de base agroecológica⁶². Como conversado com as (os) participantes do grupo, o grupo não se vê ainda como uma agroecologia

⁵⁷Informações retiradas do Regimento interno do grupo Econorte. O regimento é escrito e revisado pelas (os) participantes do grupo assim como reelaborando quando necessário.

⁵⁸A organização de forma horizontal significa que todas (os) participantes têm o mesmo direito e peso no voto das escolhas sobre o grupo. A organização horizontal é oposta à vertical, em que há uma ou poucas pessoas que decidem pelo grupo ou que têm mais peso em seu voto.

⁵⁹A (o) secretária (o) é responsável por realizar as atas das reuniões, substituir o coordenador caso este não esteja presente em reunião, também responsável pelos documentos do grupo. (Informações retiradas do Regimento Interno do grupo Econorte).

⁶⁰A (o) coordenadora (os) é responsável por o que prescreve o regimento, deliberar as questões decididas em coletivo, aplicar penas às (aos) participantes quando necessário, supervisionar o bom andamento da feira, preparar as pautas da reunião, convocar as reuniões, zelar pelo bom uso dos equipamentos da feira. (Informações retiradas do Regimento Interno do grupo Econorte).

⁶¹A (o) tesoureira (o) tem como função administrar os recursos de acordo com o regimento interno, arrecadar fundos, manter o movimento monetário devidamente escriturado, arquivar os comprovantes, efetuar os balancetes mensais e o balanço anual e apresentá-lo nas reuniões, apoiar quando necessários outras atividades que não estão explicitadas, exigir os comprovantes de todos os gastos efetuados, comprar os materiais de higiene e de uso geral da feira (Informações retiradas do Regimento Interno do grupo Econorte).

⁶²Informações retiradas do Regimento Interno do grupo Econorte.

consolidada, mas como parte de uma transição ecológica, pois o grupo ainda depende de insumos biológicos comprados, por exemplo, ou ainda porque a tentativa de produção de base agroecológica está sendo construída em meio a plantações convencionais, como as de cebola e pinus, como colocado por um dos participantes do grupo:

O nosso grupo está um pouco longe de alcançar o ideal da agroecologia porque, ainda não está sendo viável por causa das contaminações, da água, do ar, do solo então, uma agroecologia é uma pequena ilha cercada por várias plantações de agroquímicos. Então é um ecossistema, um território que tá todo contaminado por agroquímicos. Então eu vejo que tá um pouco longe, nós nos classificamos como agricultura orgânica em transição, a gente está em transição orgânica. Eu acho que a gente vai ficar um bom tempo nesse processo de transição orgânica né (Cleberon, consumidor).

O grupo considera que ainda está em uma transição orgânica, sendo uma “pequena ilha cercada por várias plantações de agroquímicos”. A divisão entre a produção convencional e orgânica de base agroecológica também acontece nas propriedades das próprias famílias do grupo, sendo que em alguns casos as famílias e propriedades são divididas entre produção orgânica e produção convencional, no caso de duas famílias, que tive contato durante a pesquisa, que o marido produz cebola, de forma convencional e a mulher produz com base agroecológica. O que dificulta a produção de base agroecológica, pois esta produção fica com os espaços que sobram dentro da propriedade, que muitas vezes já estão com o solo exaurido, o que leva mais tempo para a recuperação e produção. Ainda na casa de uma das participantes, que fui visitar durante uma reunião do grupo em fevereiro de 2020, quase toda a produção de base agroecológica é em vasos e saquinhos, utilizando o adubo de sua composteira, mostrando sua adaptação ao local.

Em um vídeo apresentado no canal “Agroecologia em foco” Francisca mostra um cantinho que tem na sua propriedade, que considera um espaço de plantação de base ecológica, sendo que há uma variedade de plantas, todas misturadas, como bananeira, aroeira mansa, ameixa, batata cará, butiá, pêssego, maracujá, perila, arruda, manjeriço, physalis, salva do RS, guaco, mandioca, manjerona, variedades de pimentas, palma, poejo, limão, maçã, goiaba, figueira, abacaxi, entre outros. No final do vídeo, Francisca comenta

Esse cantinho aqui ele já está ecológico. Isso é a diferença da produção orgânica e da produção ecológica. Todo produto ecológico é orgânico, mas nem todo produto orgânico é ecológico. Ai tá a diferença, a diversidade, aqui não precisa estar aplicando fungicida e inseticida essas coisas todas aí porque já tem o equilíbrio. É um cantinho pequeno, eu estou fazendo a recuperação aos poucos aqui, era uma terra bastante arenosa né, como eu já expliquei em outros vídeos, não havia nada. Então a recuperação é lenta, mas já tenho alguns espaços assim bem legal, eu vou passando

para vocês outros vídeos, outras plantas, outros lugarzinhos que eu tenho aqui na propriedade (informação verbal).⁶³

A participante do grupo considera o espaço agroecológico, ou ainda ecológico, aquele que há uma diversidade de plantas misturadas, entre árvores, arbustos, plantas medicinais, temperos, plantas alimentícias não convencionais (PANCs),⁶⁴ entre outras. Já a produção orgânica, é aquela que é plantada em canteiros, uma atrás da outra, de forma mais “tradicional”, e que por conta de não haver um "equilíbrio" ainda é necessário à aplicação de adubos e inseticidas biológicos.

Nos primeiros anos, o grupo permaneceu como transição orgânica de base agroecológica, sendo que as famílias ainda estavam no período de adaptação, utilizando adubos químicos. Esse foi o momento em que o grupo tinha mais famílias participantes, chegando a 20 famílias, mas com o fim da transição, algumas famílias saíram do grupo por conta de não conseguirem se adaptar à produção totalmente orgânica, principalmente na substituição de adubos químicos. Após o período de transição, o grupo, junto com o apoio da Emater iniciou o processo de certificação orgânica a partir da OCS, como conta uma das participantes do grupo:

[...] aí depois de um tempo que ficou bem reduzido de produtores. Ai se foi procurar a certificação né, aí se foi formar a OCS. A OCS é bem mais nova que o grupo né, e o nosso grupo foi o primeiro grupo aqui da região que começou a se organizar pra OCS. No final o documento de Rio Grande veio uns dias antes do nosso, e no final a gente ficou no número sete no estado. Mas a gente foi o primeiro que eles começaram a trabalhar assim, a ver a possibilidade de formar uma OCS, de entrar na burocracia. A burocracia foi bem grande, foi bem demorada, bastante demorada, só que também a gente não tava com nenhuma pressa, porque a gente já tava fazendo feira né (Francisca, produtora).

A entrada para a OCS aconteceu depois que o grupo já estava realizando feiras, e na ativa há alguns anos. A OCS é uma organização que fornece a certificação de produção orgânica a famílias agrícolas organizadas em grupos, associações, cooperativas, e que produzem sem o uso de nenhum tipo de agroquímico. Além disso, tem como princípio a autorregulamentação do grupo, com participação de produtoras (es) e consumidoras (es) que realizam reuniões mensais, sendo que algumas acontecem nas casas das (os) participantes, assim a qualidade orgânica é garantida por meio do Controle Social e da Responsabilidade Solidária (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA e ABASTECIMENTO, 2020). No grupo

⁶³Informação verbal retirada do Canal agroecologia em foco. Vídeo: veja minhas plantas: é orgânico?! ou ecológico?!. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WxX5CtvIXVU> Acessado em 30 de março de 2021.

⁶⁴Termo criado pelos pesquisadores e botânico Valdely Ferreira Kinupp em sua tese de doutorado, para designar as Plantas Alimentícias Não Convencionais.

Econorte, inicialmente houve o cadastro de seis produtoras (es) e um consumidor. Após alguns meses enfrentando a burocracia, junto com o apoio da Emater, eles e elas relatam que conseguiram a certificação orgânica, e, no dia 16 de dezembro de 2015, os certificados foram entregues e as (os) participantes assinaram um termo de compromisso com a qualidade da produção orgânica.⁶⁵

Atualmente o grupo Econorte é formado por oito famílias de produtoras (es) orgânicos de base agroecológica do município de SJN. Todos os anos, as (os) participantes do grupo passam por um novo cadastro junto à Emater, para atualização da OCS. O cadastro atualiza as famílias que estão participando do grupo, quais famílias continuam ou não produzindo, qual a quantidade da produção, quem vai fazer feira ou não, se vai vender para o PNAE ou não, entre outras informações. Estes dados são atualizados com as informações de um relatório que é feito diariamente pelas (os) produtoras (es) do grupo. No ano de 2020 e de 2021, esse cadastro não foi atualizado por conta da pandemia, mesmo as (os) participantes fazendo seus relatórios diários.

Algumas (uns) participantes do grupo realizam uma feira todas as semanas nas sextas feiras, das 9 às 13 horas, na Rua General Osório, no Centro da cidade, dentro de um quiosque de madeira (Figura 11), sendo que a participação na feira é opcional para as (os) participantes do grupo. A feira iniciou em 2010, após um ano e meio da formação do Econorte, quando o grupo ainda estava na transição para a produção orgânica de base agroecológica e não havia certificação, pela demanda de alguns participantes que havia muita produção, e também porque desde o início a comercialização era um dos objetivos do grupo. Atualmente, foi comemorado no dia 21 de maio de 2021, os 11 anos que o grupo realiza a feira. Antes da conquista do quiosque, o grupo realizava as feiras montando barracas com lonas no meio da via pública e faziam a exposição de seus produtos para comercialização (Figura 12).

⁶⁵Informações retiradas do site da Emater/RS, Reportagem: Produtores recebem certificação de produção orgânica em São José do Norte, publicada no dia 21 de dezembro de 2015, Disponível em: http://www.emater.tc.br/site/noticias/detalhe-noticia.php?id=23453#.YC7R_mhKjIU Acessado em 18 de fevereiro de 2021.

Figura 11 - Quiosque de madeira que é realizada a feira do grupo Econorte.



Fonte: site da prefeitura de SJN. Reportagem do dia 17 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.saojosedonorte.rs.gov.br/noticias/executivo-e-cmp-investem-em-estruturas-de-comercializacao-dos-produtos-da-agricultura-familiar> Acesso em: 28 jan. 2021

Figura 12 - Antiga feira do grupo Econorte.



Fonte: Nascimento (2019)

A antiga feira do grupo Econorte é lembrada por uma das participantes do grupo com um período quando havia mais famílias participando da feira e com isso muitas trocas de informações, de mudas, sementes, de experiências, como colocado abaixo:

[...] aquilo é, era agradável pra mim. A gente chegar, a gente montava quatro barracas no meio da rua. Precisava de ajuda, de muita gente, desmontava, encontrava com gente, falava com gente, trocava mais experiência. Aí com a feira acontecendo, a gente chegou a ter oito famílias na feira, até 10, a gente chegou a ter em um período. A gente trocava muda, trocava semente, trocava ideia, trocava experiência, a gente foi ganhando mais e mais e mais vantagens digamos assim, pra mim, eu via como vantagem (Francisca, produtora).

Atualmente também há diversas trocas no espaço da feira, como abordaremos no próximo capítulo, mesmo assim é possível perceber com a fala da Francisca que o espaço das feiras nas ruas proporcionava maior socialização. Dona Ana também lembra do espaço da feira antiga como um espaço em que havia mais variedade e diversidade de produtos, assim como ela constata maior quantidade de vendas:

Olha, eu acho ótimo o ambiente do quiosque pra nós trabalhar, mas eu acho que quando, na minha opinião, que quando a gente tava na feira da rua, a gente vendia mais. Eu acho que era uma soma de tudo isso, era porque tinha mais gente participando, aí tinha mais variedade, tinha mais variedade mais gente participando, tinha mais aparência mais volume na feira, uma aparência melhor (Ana, produtora).

Mesmo assim, na fala da Ana é possível perceber que considera o espaço do quiosque mais confortável para as vendas. Sendo que na antiga feira tinha que montar as lonas, além da falta de infraestrutura e de um local seguro e adequado para a realização da feira. Cleberson também lembra da antiga feira como um período de luta e reivindicações para um espaço adequado de feira,

Então, a gente passou muito trabalho no meio da rua, montando feira, trancando trânsito né. A gente tava num lugar que era tradicional de feiras, só que a gente tinha que trancar o trânsito, botar cavalete. A gente passava muito trabalho porque tinha muito motorista que não respeitava sabe. Depois a prefeitura nos realocou para uma esquina, para uma outra parte da mesma rua, ficava na beira de uma lomba. Também tinha bastante transtorno né, que a gente tinha que fechar a rua e tinha motorista que não respeitava, e tinha a questão dos cães de rua, tinha uma série de questões higiênicas né. E a gente vem a tempos reivindicando um espaço de feiras (Cleberson, consumidor).

A partir das reivindicações do Econorte, após um tempo montando a feira no meio da rua, o grupo conquistou um container, a partir das sobras do EBR, para poderem guardar os instrumentos da feira, as lonas e os suportes, como explica um dos participantes:

[...] A gente sempre reivindicou um espaço das feiras né, e o nosso espaço enquanto feira agroecológica. Aí, a gente conseguiu um container, uma vez ele nos deram um container, quando o estaleiro EBR se alojou na cidade, a prefeitura lá conseguiu um container lá, que foi uma sobra deles lá. Não sei direito como foi o trâmite, e, a gente começou a guardar as coisas nesse container. Ai ta, o container foi arrombado, umas duas ou três vezes tal, tinha alguma complicações, mas mesmo assim era um container, e a feira não era no container, o container era só pra guardar as barracas e os materiais (Cleberson, consumidor).

O grupo lutou desde sempre por um lugar fixo para comercialização, e no ano de 2019 conquistaram o quiosque, que é o local onde realizam as feiras até hoje. O quiosque da feira foi construído através do fundo do Conselho Municipal de Produção (CMP) junto com o apoio da Secretaria de Agricultura e Pesca e entregue para o grupo no dia 7 de junho de 2019. Na entrega

do quiosque, ocorreu um evento no qual participaram a prefeita Fabiany, membros do poder executivo, a presidente do grupo Econorte Ana Maria Bullé Liperte e demais membros do grupo, vereador Neomar Guimarães, equipe da Emater de SJN, presidenta da COOAFAN, Márcia Silveira e os presidentes da Associação de agricultores nortenses⁶⁶. O quiosque de comercialização é visto como uma conquista do grupo Econorte mesmo que, como colocado por um dos participantes do grupo, esteja em um lugar não muito apropriado, por estar em um canteiro central de uma das ruas principais da cidade, o qual é considerado um lugar apertado, que não cabe muitas pessoas e não tem espaço para circulação.

[...] a gente continuou nessa luta de conquistar o lugar. Aí a gente se reuniu com o prefeito na época, era o prefeito Zeni, e ele ofereceu três lugares para nós, em três regiões da cidade para gente escolher. Não eram lugares bons, como a cidade nunca pensou em um espaço de feiras, nenhum espaço oferecido era um espaço ideal. Então foi muito complicado, aí a gente escolheu esse lugar, na rua General Osório no canteiro central [...] Mas assim, se a gente vê esse lugar e observar, não é um lugar ideal, porque a gente tá em um canteiro central no meio de uma rua super movimentada. Então é um transtorno, têm um risco também né dos clientes, fica apertado o espaço, em uma calçadinha, em um espacinho pra comprar da feira. Então eu acredito que a luta não para por esse quiosque, pela conquista esse quiosque, ao meu ver. Pode alguns outros membros do grupo achar que a luta parou e que foi uma conquista, que ficou valendo. Mas não eu acredito que esse quiosque tem que ser renovada, a concessão dele. Então tem um contrato que a gente assinou com esse quiosque, a gente corre o risco de entregar esse quiosque no dia que a gente não conseguir produzir mais, ou, que não tiver mais membros. A gente vai ter que entregar esse quiosque para a prefeitura, ou para algum outro grupo, então esse quiosque está cedido para nós né (Cleberson, consumidor).

Como apontado pelo sujeito de pesquisa, e também por alguns fregueses, já colocado no primeiro capítulo, o espaço e lugar do quiosque ainda não é o ideal, seja por estar no meio de um canteiro central de uma rua movimentada, ou por ser um espaço pequeno. Como colocado no capítulo anterior, nas pesquisas de Londres et al. (2021) e do estado da arte, um lugar fixo para comercialização é de grande importância para a manutenção e continuidade das feiras de produtos de base agroecológica. O grupo teve a conquista do lugar fixo de comercialização, o quiosque, que para alguns (uns) participantes é considerado uma luta ganha e para outros uma luta que continua.

Em questão da comercialização, foi observado que o transporte das mercadorias até o centro da cidade é uma dificuldade do grupo, sendo que algumas (uns) participantes não conseguem participar da feira por conta da distância entre a sede e alguns distritos, e isso é visto

⁶⁶Informações retiradas do site da prefeitura de São José do Norte, em notícias, reportagem: Executivo e CMP investem em estrutura de comercialização dos produtos da agricultura familiar; data na notícia: 17/06/2019 acessado em 28/01/2021 Disponível em: <https://www.saojosedonorte.rs.gov.br/noticias/executivo-e-cmp-investem-em-estruturas-de-comercializacao-dos-produtos-da-agricultura-familiar>

pelo grupo como uma das dificuldades. Como solução, uma das participantes fala que é possível pensar futuramente em feiras em outros distritos da cidade,

[...] a nossa dificuldade do grupo que sempre foi e continua sendo é a distância que a gente tem da cidade pro interior e quanto é caro chegar do interior para a cidade, quanto é caro. Tem muita gente que não vem pro grupo porque mora no Divisa, no Capão do Meio, no Gravatá, são mais de 50 km pra rodar. É muito caro tu vim pra cá, trazer pouca coisa, não é viável, e não é porque as pessoas não tem interesse, não é exatamente por isso. E é por isso que eu digo tudo se transforma, e eu acho que vai abrir outros horizontes, outras formas de tu de repente mais adiante, porque não ter uma feira em Bojuru também? Do grupo, né. Porque que a pessoa que sai lá de perto tem que vir vender aqui? Então tudo isso são coisas que a gente pode pensar mais pro futuro (Francisca, produtora).

Uma das dificuldades do grupo é o transporte das mercadorias, principalmente por conta da distância de algumas comunidades do centro da cidade, por conta de o município ser muito extenso. Também vejo a importância do incentivo do poder municipal em conseguir um transporte para as (os) produtoras (es) levarem e trazerem seus produtos para a comercialização. No ano de 2019 e 2020, nas primeiras observações junto ao grupo em algumas feiras, uma das participantes não conseguia participar, não porque não tinha produtos, mas sim porque não tinha quem a levasse para o centro da cidade para comercialização. Ainda, a mesma participante do grupo fica esperando até às 17h, mesmo a feira terminando às 13h, para poder pegar o ônibus de volta para sua comunidade.

A participação das (os) integrantes do grupo na feira é variável, como observado durante o período de observação de campo, sendo que no ano de 2019 e 2020 havia a família da Márcia, e da Francisca como mais presentes na feira, já no ano de 2021 a família da Ana, da Francisca e do Cleberson, estavam mais presente. Essa dinâmica acontece por vários motivos, alguns identificados foram às doenças nas famílias, sendo que no primeiro ano de observação a Ana estava com um problema de saúde e não conseguiu produzir muitos produtos, assim não conseguiu participar ativamente da feira. Já no segundo ano de observação, a família da Márcia estava com uma pessoa doente na família, sua sogra que Márcia estava cuidando, assim ficou sem tempo para ir à feira, além de não ter tempo por estar envolvida com a diretoria da COOAFAN. Ainda, as intempéries climáticas algumas vezes atrapalham a produção e como as produções são pequenas acabam diminuindo o fluxo de produtos na feira. Como aconteceu no final do ano de 2019 e início de 2020, quando o extremo sul no RS estava enfrentando uma seca rigorosa, o que diminuiu a oferta de produtos. Já no ano corrente, como teve um verão chuvoso, havia uma diversidade e abundância de produtos.

Entre as diversidades de produtos comercializados (Figura 13 e 14), que dependem da safra, época e intempéries climáticas, trago alguns exemplos de produtos observados durante as feiras visitadas em saída de campo e a partir das fotos compartilhadas no grupo de *Whatsapp*.

Tabela 1 - Variedade de produtos comercializados na feira Econorte durante o período de observação

dez/2019	fev/2020	jan/2021	fev/2021	abr/2021	maio/2021	jun/2021
batata doce	abobrinha	batata doce	abobrinha	abóbora	alface	alface
cebola	batata doce	cebola	alecrim - rama	alecrim - rama	batata doce	banana
feijão	cebola	couve	muda de camomina	alface	cebola	cebola
rúcula	couve	guaco -rama	muda de manjeriçã	batata doce	couve	cenoura
	tomate	manjeriçã -rama	muda de pimenta	cebola	feijão	feijão
		muda de alecrim	muda de suculenta	chuchu	guaco -rama	guaco -rama
		muda de camomina	palma -rama	guaco -rama	limão	limão
		muda de manjeriçã	pimentas	limão	manjeriçã -rama	pimentas
		muda de pimenta	repolho	manjeriçã -rama	maracujá	rúcula
		muda de suculenta	uva	maracujá	muda de alecrim	
		ora-pro-nobis -rama	abóbora	muda de morango	perila - rama	
		poejo -rama	alecrim - rama	perila - rama	pimentas	
		repolho	batata doce	poejo -rama	poejo -rama	
		rúcula	cebola	rúcula	rúcula	
		salva - rama	guaco -rama	salva - rama	salva - rama	
		tomate	manjeriçã -rama			
		abóbora	palma -rama			
		abobrinha	poejo -rama			
		alecrim - rama	tomate			
		manjerona - rama				
		ora-pro-nobis -rama				
		pepino				
		perila - rama				
		palma -rama				

Fonte: tabela elaborada pela autora a partir das fontes primárias de pesquisa e das fontes secundárias do Grupo produtor(a) consumidor do *Whatsapp*.

A tabela acima foi elaborada a partir dos dados primários da pesquisa de campo, nas observações das feiras da Econorte e também a partir das fotos dos produtos enviadas no grupo de *Whatsapp* produto(a) freguês. Levando em consideração que em janeiro de 2021 há na tabela acima uma maior variedade de produtos listados na feira porque houveram mais visitas de campo (três) à feira Econorte. Mesmo assim, foi possível perceber que no ano de 2021 teve uma maior variedade de produtos, isso aconteceu tanto por conta do clima, do verão chuvoso, quanto pela volta da dona Ana às feiras, sendo que, como colocado por ela, a produção foi muito boa e chegaram a colher 150 quilos de abóbora antes de terminar a safra. A partir de 2021, houve o início das vendas de chás e temperos em ramos por Francisca, que falou que mesmo que não tenha uma venda muito boa ela começou a trazer para mostrar as (aos) freguesas (es) da feira a variedade e benefícios das plantas medicinais, e também por conta da entrada para o grupo do

filho do Cleberson, o Heitor, que iniciou a comercialização de mudas de temperos, flores e ervas medicinais.

Figura 13 - Variedade de produtos da feira Econorte do dia 23 de abril de 2021.



Fonte: grupo de *Whatsapp* Produtor(a) e freguês. Enviada no dia 23 de abril de 2021.

Figura 14 - Variedades de produtos da feira Econorte do dia 21 de maio de 2021.



Fonte: grupo de *Whatsapp* Produtor(a) freguês, enviada em 21 de maio de 2021.

A lucratividade da feira não é vista como principal objetivo da produção e comercialização das (os) participantes, sendo que a feira é optativa e o grupo dá prioridade a produção de alimentos para a subsistência familiar e a alimentação saudável da família. Ainda, um dos participantes coloca que a feira não chega a ter prejuízos, já que o excedente é vendido para o PNAE. Como exemplo, em uma das feiras a Francisca trouxe um saco de ameixa preta, com uma expressão de felicidade, pois foi o primeiro ano que sua ameixeira estava produzindo, mas não levou a feira para vender, pois falou que sempre ganha muitos presentes e que queria dar as ameixas que tinha colhido, já que eram poucas e toda sua família estava se deliciando comendo as ameixas. Assim, ela foi distribuindo para algumas (uns) freguesas (es) que sempre aparecem na feira, para as (os) participantes da feira e levou o restante para sua mãe, que mora na cidade, o que também evidencia o espaço da feira, como um espaço que ocorre relações para além das econômicas. As (os) participantes do grupo Econorte possuem alguma renda extra feira, ou são aposentadas (os) ou o marido trabalha na cebola, ou trabalham em outra atividade, entre outros.

Durante as observações e conversas com as (os) participantes do Econorte, percebi que o lucro não é a questão mais importante para o grupo. Durante uma conversa na feira, uma das participantes do grupo Econorte falou sobre o que segundo ela todos falam, “que a agroecologia não dá lucro, que não se vê dinheiro, mas que ninguém pergunta se faz bem pra pessoa que planta, se dá qualidade de vida, se dá saúde”. A mesma participante falou que, por exemplo, na plantação de pimentões que ela fez no ano de 2021 ela utilizou as sementes e adubos que ela produziu em sua propriedade, assim não teve nenhum gasto na plantação, então mesmo que não dê uma produção em grandes quantidades, suficientes para a venda, terá pimentões para consumir em seu núcleo familiar. Neste processo não tem nenhum dinheiro envolvido, o que a participante fala com gratificação.

Assim, é possível perceber que mesmo que a produção do grupo Econorte não seja somente de base agroecológica, mas também orgânica, o grupo tem uma visão política e social que faz parte da agroecologia e da sua relação com o ambiente. Por não considerar o lucro como prioridade, mas sim a alimentação familiar, por buscar relações mais saudáveis com o ambiente, por uma comercialização justa e solidária, por manter sua organização de forma horizontal e com as decisões feitas pelas (os) participantes do grupo e por procurar produzir e comercializar produtos que são nativos do local. Também por se movimentarem e educarem politicamente e

ambientalmente dentro do município de SJN, seja na Cooperativa, em associações de bairro e também na luta contra os grandes empreendimentos do município, como colocado por um dos participantes,

[...] então, esse grupo tem essa dinâmica, esse tripé né, essa questão política filosófica e de produção de alimentos né. Então assim, o grupo pertence a frente contra a mineração né, foi um dos primeiros grupos a se posicionar contra a mineração, foi o primeiro grupo a fazer a passeata, foi o primeiro grupo a emitir documento de repúdio à mineração frente ao Ministério Público né. Então é um grupo bem ativo nesta parte, é um grupo que se posiciona nos conselhos politicamente, então nessa parte eu gosto muito porque o grupo ele é uma máquina de guerra, nessa parte aí nessa parte política (Clebson, consumidor).

O grupo tem uma organização política ambiental em construção, isso também acontece por conta de que a maioria das (os) participantes do grupo Econorte fazem parte de outros movimentos de luta, ambientalistas, políticos e sociais da cidade de SJN. Ainda muitos dos participantes se conheceram na luta ambientalista, em associações de bairro e de movimentos da igreja, pelo território de SJN. Compreendendo que a formação das (os) sujeitas (os) acontece a partir de suas relações, com a sociedade, ambiente e pessoas, por meio de vivências, experiências, ações e relações que ocorrem em determinados espaços. Entendemos que essas relações com o ambiente e entre sujeitas (os) podem ser compreendidas como educativas, e quando estas estão relacionadas com organizações coletivas, sobre diferentes formas de viver o ambiente, também são relações em que se educam e educam outras pessoas para além do grupo, ou seja, é uma forma como o grupo Econorte vivencia a sua educação ambiental. Com isso, no próximo tópico será abordada de forma breve a história de vida de cada um das (os) participantes e das famílias que participam do grupo Econorte e que foram entrevistadas, a fim de compreender as relações entre si e com ambiente que formam e transformam as (os) sujeitas (os) do grupo Econorte.

2.3 Histórias de vida, ações e relações ambientais das (os) sujeitas (os) de pesquisa: a educação ambiental da vida coletiva e cotidiana

Figura 15 - Participante do grupo Econorte em atividade de pesca na Praia do Mar Grosso (SJN).



Fonte: autora (2020)

Neste subitem abordaremos um pouco sobre a história de vida, ações e relações ambientais das (os) participantes e famílias entrevistadas, que fazem parte do grupo Econorte. Entendemos a importância de abordar a vida das (os) sujeitas (os) que fazem parte do grupo Econorte, sendo que suas relações cotidianas, e experiências de vida, nos ajudam a entender as ações em educação ambiental que as (os) sujeitas (os) da pesquisa constroem organizadas atualmente no grupo Econorte. Para isso, inicialmente serão descritas parte da história de vida das (os) sujeitas (os) de pesquisa, suas relações com a agricultura e com um diferente modo de produzir alimentos menos prejudicial ao ambiente, até se inserirem no campo da agroecologia. Também buscamos traçar um histórico das relações comunitárias destas (es) sujeitas (os) em SJN e com as organizações coletivas, como associações, movimentos da igreja, grupos, coletivos, até a chegada ao grupo Econorte. Compreendemos que as percepções das (os) sujeitas (os) sobre seu ambiente podem ser transformadas a partir de suas vivências, experiências e relações em uma relação dialética, em que as (os) sujeitas (os) transformam seu ambiente e também são transformadas (os) a partir do ambiente em que vivem. Essas percepções ambientais quando compartilhadas e tornadas em ação, também são processos e relação nos quais a educação ambiental acontece.

2.3.1 Francisca

Francisca é mulher, agricultora, feirante, faz agroecologia e mais uma lista, como ela mesma se apresentou no meu primeiro contato que tive com ela, em uma reunião do Econorte na sede da Emater. Filha de agricultores nasceu em 1969 na comunidade de Barranco em uma família humilde que, como ela coloca, a única riqueza que tinham era o que vinha da terra. Nasceu no mesmo ano em que chegava no interior de SJN, o anticoncepcional, que secou o leite materno de sua mãe após seu nascimento, e os insumos agroquímicos sem informação sobre seu uso e malefícios, que teve contato desde pequena. Francisca conta que quando ainda era um bebê ia ao cercado⁶⁷ com seu pai e mãe, e ficava no chiqueiro⁶⁸, enquanto seus pais trabalhavam com a produção de cebola. Teve uma irmã e se mudou com sua família para uma propriedade própria, na comunidade da Capela. Se casou, teve dois filhos e uma filha e se manteve no interior do segundo distrito de SJN.

Francisca conta que desde pequena é apaixonada pela natureza, que fugia do trabalho no campo para fazer trilha no pomar de seus avôs, que corria pelo pasto com seus amigos a procura do Louva-a-deus⁶⁹, que seu pai amava muito, e que ela pensava que era o próprio deus. Buscava os ovos de passarinho, do anú⁷⁰, que seu pai dizia que podia pegar aqueles para comer pois o anú é uma ave que rouba os ninhos dos outros pássaros, como ela conta em um trecho da entrevista abaixo:

[...] desde pequena, eu vivia procurando. Primeiro a gente queria achar deus no meio do pasto né (risos), eu e meus amigos, a gente ficava procurando deus porque meu pai uma vez falou assim, tem um bichinho que se tiver lá vocês não matam, porque ele se chama louva deus e o pai gosta muito daquele bichinho, não é para matar aquele bichinho, se matar aquele bichinho dá azar. Ai a gente pensou ai vamos lá no pasto procurar deus, e ai a gente ficava lá, de bem pequenininho, ficava lá. Uma vez o pai perguntou o que vocês estão fazendo? A gente tá procurando deus aqui no meio do pasto. Ai nós ficava assim, muita relação mesmo assim. Da minha infância eu trabalhava muito, tinha que fugir para brincar, mas nas minhas fugidas sempre procurava assim, andar no meio do mato e pegar fruta e procurar ovinho de pássaro. Mas meu pai também, ele sempre falava pra mim que a gente só podia tirar o ovo do anú, se não fosse de anú não podia porque ele dizia assim que todos os pássaros fazem casa e o anú não, o anú é vagabundo, é malandro, ele usa a casa dos outros para aponha, então do anú podia comer todos os ovos (risos). E algum ovo de quero-quero, se só tivesse dois no ninho, se tivesse mais não podia. No tempo em que eu era criança tinha muito pássaro, muito ovo, então se a gente andasse uma tarde a gente, se quisesse, enchia o balde de ovo de passarinho, era muito mesmo. A gente não pegava mais porque meu pai já falava que não era pra pegar, no caso dele quando criança, eles eram criados com ovo de passarinho né, eles catavam pra comer e tals (Francisca, produtora).

⁶⁷Como chamam o local que é plantada a cebola.

⁶⁸Cercado chamado por Francisca que ficavam as crianças enquanto os pais trabalhavam.

⁶⁹Inseto da ordem Mantodea, de nome científico *Mantis religiosa*.

⁷⁰A ave de nome científico *Guira guira* da família Cuculidae.

Francisca conta que foi na sua infância e com sua paixão pela natureza que começa sua ligação com a agroecologia, e também pelos problemas de saúde que teve por conta do uso de agroquímicos, pois quando trabalhavam com o plantio de cebola convencional passava muito mal ao se abaixar e tratar a cebola, como ela conta:

[...] eu sempre trabalhando na cebola. Só que quando chegou um ponto que eu tava muito, tava cada vez pior, eu baixava pra colher a cebolinha, colher cebola, eu botava muito sangue pelo nariz, era muita dor de cabeça, eu passava mal, vinha pra casa mal. Aí eu comecei a falar, bah não está me fazendo bem, essas coisas não está me fazendo bem. Tanto que muitos anos antes do COVID eu já usava máscara (risos), muito antes da máscara existir eu já fazia, de eu saber que tinha, eu já fazia os pedacinhos de lençol assim, de lençol velho, rasgava o canto e já amarrava, tipo máscara mesmo para trabalhar. Porque eu me sentia melhor, porque eu não respira aquilo aí né. Isso que a gente sempre cumpriu o prazo de carência, tudo certinho, mas mesmo assim, o meu esposo não passava mal, mas eu passava, para mim aquilo era muito forte (Francisca, produtora).

Por perceber que os insumos agroquímicos não faziam bem, como coloca acima, procurou outros modos de produzir alimentos. Assim, fez um primeiro curso sobre insumos biológicos, quando aprendeu a fazer caldas biológicas, mas que como não tinha pulverizador, acabou estragando algumas plantas ao passar a calda em muita quantidade, em cima das folhas e em horário de sol, mas conta que nunca desistiu de tentar produzir de forma ecológica. Durante a entrevista, Francisca falou que tem uma natureza comunitária, sendo que desde criança sempre gostou de grupos. O primeiro grupo que participou foi de novena da páscoa e natal, junto à igreja católica de sua comunidade, e contou que já achava incríveis os encontros, se reunir entre várias famílias, sentar na sala, embaixo de árvores, assim desde jovem ela coordenou um grupo de novena. Após mais adiante, Francisca entrou na associação raízes da terra, que inicialmente era um grupo de agricultoras (es) da comunidade e depois se transformou em associação. Participando como diretora da associação, frequentava todos os meses uma reunião em Pelotas, ficou sabendo do projeto do grupo de agroecologia e assim entrou para o grupo Econorte.

2.3.2 Márcia

Márcia, tem 49 anos, é casada há 33 anos com seu Cirandi, tem um filho de 27 anos, um neto de menos de um ano e é presidenta da COOAFAN. Natural de SJN, nasceu na maternidade de Rio Grande, mas somente porque na época não havia maternidade em SJN. Foi criada e cresceu no interior de SJN, tem uma irmã um ano mais nova que se mudou para a cidade, e um irmão mais novo que também é agricultor. Fala que é agricultora desde que nasceu, sendo que

seus pais também eram agricultores, e desde pequena ia para o cercado, ou ainda como chama de “cabidulho”⁷¹ da terra, espaço em que ficava cuidando e brincando com seus irmãos enquanto seus pais trabalhavam com a produção de cebola.

Márcia conta que sua família sempre foi muito consciente em relação ao uso de agroquímicos, sendo que sempre tiveram um cuidado no manejo e na quantidade usada, pois seu pai fazia parte do movimento da igreja católica, da Pastoral da Terra, no qual já ouvia falar sobre os perigos do uso de agroquímicos. Assim, ela conta que já cresceu sabendo do perigo do uso de agroquímicos e procurando utilizar o mínimo possível na plantação de cebola. Conta que nunca quis desistir do campo, que mesmo trabalhando em terras arrendadas por um tempo, e vivendo em uma época em que o interior de SJN tinha pouca estrutura, ela e seu marido persistiram em não abandonar o lugar em que nasceu, e mora até hoje, por acreditar em um espaço rural melhor. Após um tempo, ela conseguiu um pedaço de terra próprio do seu pai, que tinha um pouco mais de terras e até hoje vive da agricultura na comunidade do Gravatá, segundo distrito de SJN.

Logo após se casar, ela e Cirandi entraram e ficaram responsáveis por um grupo de jovens junto à igreja católica, que tinham aproximadamente 27 jovens. Nesse período, conta que a Emater chegou na comunidade fazendo assessoria técnica, formações e viagens, ajudando na organização da comunidade. A partir dessa organização das (os) agricultoras (es), formaram a associação Amigos do Gravatá, e por meio desta construíram uma igreja e uma escola para a comunidade. Há uns 16 anos atrás, Márcia conheceu a cooperativa COOAFAN, como ela coloca,

[...] aí nisso acho que o que uns 16 anos atrás, mais ou menos, eu conheci a cooperativa, que já existia né, a cooperativa hoje tem 21 anos, é acho que vai para 22 no final do ano agora, e meus tios falavam, o tio do meu marido falava da cooperativa e aquilo muito ah me chamava atenção a organização (Márcia, produtora).

Neste período, em meio a formações junto à Emater, o Cirandi, que já era sócio da cooperativa há uns três anos, foi convidado para fazer parte da diretoria da cooperativa, mas como ele não gostava muito de escrever e lidar com papelada, como Márcia contou, sugeriu que convidasse a Márcia. Quando convidada ela aceitou e entrou como secretária da COOAFAN, como ela conta,

[...] e aí eles me convidaram, e eu entrei na diretoria como secretária, meio que caí de paraquedas né, porque até então eu comecei a questionar os cooperados um monte de

⁷¹ Nome chamado por Márcia para designar a beirada da terra na qual não se planta cebola.

coisa, começou a perguntar e eles não sabiam dizer. Tinha a cooperativa, mas a organização, assim, administrativa dentro dela, era muito muito sem informação. O atual presidente na época tava sozinho, ele era presidente, ele tinha que fazer a parte do secretário e tinha que fazer a parte da tesouraria (Márcia, produtora).

Após ficar duas gestões como secretária, e um tempo trabalhando com a cooperativa, assumiu a presidência da cooperativa, na qual ficou por dois anos, e neste ano de 2021 está entregando a presidência para uma outra mulher, como conta com muito orgulho

[...] eu não posso mais ir a reeleição, eu não posso mais estar dentro dessas diretorias, pelo menos por um período, de agora, de dois anos, tu não permite mas o pessoal não quer que eu saia né. Eu vou passar para uma mulher uma nova associada cooperada, que é a esposa do presidente de 10 anos atrás, quando eu entrei com ele sendo secretária dele e ele de presidente da cooperativa. Então eu to muito contente assim, nessa parte assim, dos passos que foram dados, que são novas lideranças né. Quando eu entrei na cooperativa só tinha uma mulher, em um grupo de trinta e poucos cooperados, só tinha uma mulher. A minha entrada meio que revolucionou porque eu comecei a trabalhar muito nisso, em cima disso, da diversificação da cultura e trabalhar para que outras mulheres viessem cooperar (Márcia, produtora).

Como conta, sua entrada na cooperativa foi de grande importância, por ser a única mulher da época, e por buscar mudanças e diversidades dentro da cooperativa, atualmente há muitas outras mulheres cooperadas. Entre seus envolvimento com grupos e associações, ligadas a igreja católica, e na procura por uma produção não convencional e que usasse poucos e/ou nenhum insumo agroquímico, Márcia conheceu Francisca, em um curso sobre os cuidados com os agrotóxicos, e fizeram amizade. Francisca convidou Márcia para fazer parte do grupo Econorte e vender suas ameixas na feira, pois Márcia tinha muitas ameixas que nasciam de forma espontânea na sua propriedade, sem o uso de agroquímicos.

Meu primeiro contato com Márcia e Cirandi foi durante a primeira feira que fui da Econorte, no final de 2019, quando encontrei seu Cirandi e ele me contou que começou a produzir orgânico influenciado por sua mulher Márcia, que começou há uns nove anos atrás e ele entrou junto logo depois. Márcia chegou à feira, nos apresentamos e ela me contou que no início da comercialização vinha de ônibus com as ameixas que produzia no seu quintal, que eram orgânicas, segundo ela “só nasceu ali no quintal, ninguém passava nada”. Nesse movimento de feirantes, começou a vender seus produtos na feira da COOAFAN. Ela falou que, passado um tempo, não dava mais conta de trazer os produtos de ônibus, assim seu marido pegou um carro para trazer seus produtos. Atualmente, Márcia está afastada da feira da Econorte por conta de problemas de saúde de sua sogra, que ela está cuidando, e também por estar envolvida na feira das (os) produtoras (es) da COOAFAN, que não possuem certificação

orgânica, mas que usam o mínimo de agrotóxicos, segundo Márcia, usam somente os adubos químicos.

2.3.3 Cleberson e Heitor

Cleberson, tem 43 anos, é estudante de letras espanhol da FURG, artista plástico, compositor nas horas vagas e participa como consumidor do grupo Econorte. É natural de Canoas, mas se mudou para SJN em 1985, junto com sua família. Atualmente mora no bairro da Croa, no primeiro distrito de SJN, considerado zona urbana, com seu filho e companheira. Seu filho, Heitor, tem 16 anos, nasceu em Passo Fundo, pois na época não tinha maternidade em Tio Hugo, e com um ano veio para SJN. Está no segundo ano do ensino médio, e no ano de 2021 começou a vender mudas com o grupo Econorte.

Por volta dos anos de 1990 Cleberson começa a se envolver com a luta política no município de SJN,

Lá pelos anos 90, eu comecei a me interessar por política, me interessar pela luta política. Pelos anos 2000, eu comecei a me encaminhar para luta ambientalista porque eu acreditei que era uma luta urgente e uma luta que universaliza todas as lutas ao meu ver. Lutar contra o saque das riquezas, contra a destruição do meio ambiente era lutar pela humanidade (Cleberson, consumidor).

Por esse período, Cleberson conheceu a primeira tentativa de construção de um grupo de agroecologia no município de SJN, por conhecer algumas pessoas que faziam parte desse primeiro grupo, chegou inclusive a participar de uma horta comunitária na comunidade do Cocuruto, que o grupo estava construindo, depois acabou se afastando do grupo. Quando fazia parte do Grupo de Preservação Ambiental Nortense (GEPAN), participando como parte do conselho de produção, conheceu algumas (uns) agricultoras (es), que buscavam uma agricultura alternativa à convencional, e que lutavam contra a silvicultura, agrotóxicos e os grandes empreendimentos no município. Participando do Conselho do meio ambiente, conheceu a Francisca pois ela estava junto na luta de resistência contra a empresa Aracruz celulose, como coloca abaixo:

No conselho do meio ambiente, eu fiquei conhecendo a Francisca,⁷² porque ela foi uma que ingressou nessa luta de resistência contra a Aracruz celulose, e essa experiência eu conheci não só a Francisca como a dona Cleusa também. Aí uma coisa

⁷² Nome ajustado pela autora.

foi puxando a outra, e tu sabe como é né então a gente ficou caminhando junto até hoje (Cleberson, consumidor).

Cleberson participou da segunda reunião do grupo Econorte, mas contou que por não ser produtor parou de participar. Por frequentar a feira, semanalmente, e como já conhecia algumas (uns) participantes da luta ambientalista, por volta do ano de 2010 foi convidado a participar como consumidor voluntariado e assim entrou no grupo Econorte como secretário, após foi trocando de cadeiras dentro do grupo. Cleberson coloca que entrou no grupo Econorte pensando neste como um movimento de luta ambientalista,

[...] eu entrei no grupo como pensando no grupo como uma trincheira política né, porque como eu vinha de um movimento político ambientalista, eu ingressei no grupo com esse interesse de me entrincheirar como ator político ambientalista né, pra lutar não só contra os grandes empreendimentos como mineração, como silvicultura e contra os agrotóxicos né, porque o grupo ele é contra os agrotóxicos né também né. Eu ingressei no grupo com esse intuito e tô acabando plantando, acabei plantando esse ano eu plantei né (Cleberson, consumidor).

Assim, após sua entrada no grupo começou a plantar alguns produtos em sua propriedade, além de ter outras mudanças em sua vida, como em sua alimentação, que é ovo-lacto-vegetariano, com pouco açúcar e refrigerante, falando assim que se sente mais jovem hoje do que há 20 anos. Seu filho Heitor também começou a plantar, e aumentou suas plantas, pois sempre gostou, como falou em entrevista.

Ah, desde pequeno eu sempre gostei na verdade, só que eu plantava e deixava ela pra sempre ai quem que cuidava era minha mãe. Daí de uns tempos para cá, acho que uns três a quatro anos eu coloquei uma samambaia no quarto, daí eu comecei a aumentar, comecei a comprar mais planta, comecei a botar no quarto, e chegou um ponto que não dava mais. Aí eu comecei a plantar no quintal, fazer os vasinhos, ai eu percebi que tinha muita planta e não tinha mais o que fazer e eu queria mais. Ai eu pensei que daria de vender, daí meu pai já trabalhava na feira, trabalhava não, ele fazia parte ai ele deu a ideia. Aí eu falei com a Francisca⁷³ se eu podia vender as flores aqui, foi assim (Heitor, produtor).

Como Cleberson, pai de Heitor, já fazia parte do grupo Econorte, Heitor recebeu uma visita da representante da Secretaria do Meio Ambiente de SJN e da Emater para ver se o local era apropriado para plantar produtos orgânicos, e assim começou a vender na feira. A entrada do Heitor ainda está em processo, sendo que por conta da pandemia não houve novos cadastros e atualização neste ano. Por ser o único jovem do grupo, as (os) participantes dão muito

⁷³Nome ajustado pela autora.

incentivo, como ajuda com adubos, receitas de caldas, entre outros, além de ter muita expectativa e ficarem muito animados com a iniciativa do Heitor.

2.3.4 Dona Ana e seu Antônio

Dona Ana é natural de Espumoso, interior do Rio Grande do Sul, se mudou para Porto Alegre com 14 anos, conheceu seu Antônio em um baile e, segundo ela, foi amor à primeira vista. Seu Antônio é natural de Torres, onde trabalhava como agricultor plantando banana, mas como ele tem treze irmãos e seu pai tinha pouca terra, se mudou para Porto Alegre. Seu Antônio e dona Ana trabalharam em uma “feirinha” em Porto Alegre durante 35 anos, na qual vendiam alguns produtos que plantavam em sua chácara e alguns que buscavam no Ceasa.

Quando se aposentaram, se mudaram para São José do Norte, na comunidade da Quinta Secção da Barra, primeiro distrito. Contaram que escolheram SJN para viver pois era o lugar em que passavam as férias, pois gostam de pescar na praia do mar grosso, então tinham o sonho de se mudar para SJN quando se aposentassem, e assim fizeram. Como sempre foram agricultores, continuaram plantando em sua casa em SJN, como Ana conta:

[...] quintais de casa a gente começou a plantar ali mas plantar pro nosso consumo e a gente sempre plantamos sem agrotóxico, isso já tinha desde lá da chácara, a gente não usava coisa química para plantar, veneno esses adubos, eram tudo adubo caseiro esterco essas coisas, aí começamos (Ana, produtora).

Como Ana fala, eles nunca utilizaram produtos agroquímicos em suas plantações, somente adubos caseiros, ela fala que aprendeu os malefícios do uso de agroquímicos com um tio dela que era professor, com quem ela morou por um tempo. Assim, quando se mudaram para SJN, também plantaram sem uso de agroquímicos. Nesse período, alguns vizinhos começaram a pedir e querer comprar alguns alimentos deles,

[...] a vizinha começou a chegar querer. Uns falavam em compra, outros vizinha não tem um pé de alface pra nos dar? Tem um temperinho pra me dar? Ai no início eu até dava, achando bonitinho né, mas aí depois eu vi que tava todo mundo avançando. Eu comecei, aí eu vou começar a vender né, vou plantar vou gastar com semente vou cuidar e depois pra dar pros outros, que moram em cima de pedra de certo, que não tem um temperinho né a comecei a vender (Ana, produtora).

Venderam os produtos que plantavam inicialmente para os vizinhos da comunidade da Quinta Secção da Barra. Até que Gilmar, também participante do grupo Econorte, fez amizade com Antônio, pois moravam na mesma comunidade, e convidou Antônio e Ana para participarem do grupo Econorte. Como Ana conta:

[...] o Antônio fez amizade da vila, ele mora lá perto de casa o Gilmar. Não sei se tu chegou a conhecer ele? Ai o Gilmar começou a frequentar lá em casa, como amigo do Antônio, que de vez em quando vinha lá. E o homem começou a ver a nossa horta e começou a colocar ideia em nós pra nós vim participar do grupo. Ai convidou nos pra vir participar do grupo. Aí tinha aqueles trâmite né, de participar da reunião pra ver se o pessoal aprova, então os técnicos da Emater tinham que vir lá em casa, pra ver se aprovava as terra né. Aí a gente veio participemos de uma reunião, ai depois ficou combinado da Emater ir lá, aí depois a gente veio para conhecer a feira. Depois em uma sexta a gente veio pra conhecer a feira e acho que foi acho um mês depois a gente já tava participando daqui (Ana, produtora).

Ana e Antônio contam que o grupo Econorte foi a primeira organização que participaram, e que consideraram importante pois aprenderam muitas coisas, principalmente sobre as técnicas de plantio, como não retirar os inços que nascem nos canteiros, não deixar a terra exposta, entre outros. Ainda, com a participação no grupo, Ana fez algumas viagens como no Fórum das águas em Brasília, quando foi até Brasília com apoio do MAM e como representante do grupo Econorte. Lembra do Fórum como um momento em que fez muitas amizades, aprendeu receitas, e organizaram uma passeata. Também participou do evento da Via Campesina, em Sarandi (RS), junto com Francisca, sendo que as atividades eram todas auto-organizadas e divididas entre as (os) participantes do evento.

Dona Ana parou de produzir no ano de 2019 por conta de alguns problemas de saúde. Atualmente se encontra melhor, e com algumas mudanças que seu Antônio fez na propriedade no ano de 2020 e 2021, produziram muitos produtos, chegando a produzir 200 quilos de abóbora. Além das plantações, Ana e Antônio têm uma vaca, que seu Antônio tira o leite e dona Ana faz o queijo, que vendem extra feira Econorte. Participam da comercialização na feira virtual, vendendo principalmente leite e queijo. No ano de 2020 e 2021 não está acontecendo a venda na feira virtual por conta da pandemia, sendo que seu Antônio ia todas as semanas até o Rio Grande fazer a entrega dos produtos.

A partir das histórias de vida e relações e ações socioambientais trazidas neste capítulo, percebemos que as (os) sujeitas (os) de pesquisa têm um olhar ecológico sobre as questões ambientais. Percebe-se que a sua percepção e as suas relações com o ambiente ocorrem a partir de outras formas de fazer agricultura e viver no contexto rural, por se organizarem, estarem em coletivo, construindo o movimento ambientalista de SJN. As (os) sujeitas (os) de pesquisa tem uma capacidade de gestão e organização coletiva, por participarem e ocuparem cargos de

movimentos ambientalistas no município de SJN, antes e durante a participação no grupo Econorte. Nesses movimentos constroem ações e relações socioambientais diferentes dos modos hegemônicos de produzir alimentos, de comercializar produtos, reivindicarem os direitos, a terra e a água. Assim, podemos dizer que nestes processos elas (es) se constituem como sujeitas (os) ecológicas (os), segundo a conceituação de Carvalho (2012). A (o) sujeita (os) não é somente o grupo ambientalista que organiza e faz parte, a forma como produz alimentos, a (o) sujeita (o) é uma complexidade de ações, relações, experiências, aspectos culturais, históricos, políticos, econômicos que a (o) permeiam. A complexidade das relações também acontece em um ambiente que é histórico, no caso do rural brasileiro, entre as diversas ruralidades que podem constituir as (os) sujeitas (os) rurais. No caso da presente pesquisa, essas (es) sujeitas (os) constroem essas relações complexas e diversas em meio a um território de conflitos.

No próximo capítulo serão analisadas essas ações em educação ambiental construídas pelas (os) sujeitas (os) do grupo Econorte, em sua organização coletiva, nas relações com seu ambiente e pessoas, na constituição de suas vidas, em suas experiências, no contexto que estão inseridos. Assim, procuramos analisar esses aspectos sobre a perspectiva da educação ambiental e da agroecologia, procurando responder algumas questões que conduzem a presente pesquisa como: Qual agroecologia é construída pelo grupo Econorte? Como a agroecologia é construída? Que movimentos em SJN transpassam a construção da agroecologia? Como, onde, com quem as (os) sujeitas (os) de pesquisa aprendem sobre agroecologia? Em quais contextos e por quais relações acontecem as aprendizagens das (os) participantes do Econorte sobre agroecologia? Como a construção da agroecologia pelas (os) sujeitas (os) do grupo também podem se constituir como uma educação ambiental? Como ocorre a educação ambiental na vida das (os) sujeitas (os)?

CAPÍTULO 3: (REL)AÇÕES AMBIENTAIS DAS (OS) PARTICIPANTES DO GRUPO ECONORTE

Neste último capítulo buscamos analisar as ações em educação ambiental construídas no e pelo grupo de agroecologia Econorte, de SJN/RS. Para isso procuramos identificar os espaços ocupados pelo grupo de socialização, as ferramentas utilizadas para obter informações, as mobilizações, participação política, relações com o ambiente e com agentes externos. Procuramos olhar para as (rel)ações construídas no e pelo grupo Econorte, como espaços que contribuem para a construção da educação ambiental pelas (os) sujeitas (os) do grupo Econorte.

Na primeira parte deste capítulo buscamos dar continuidade à discussão iniciada ao final do capítulo anterior. Para isso identificamos quais são os conhecimentos construídos e que significados são atribuídos pelas (os) sujeitas (os) de pesquisa, a fim de compreender como e onde acontece a construção de conhecimento do grupo Econorte, a partir da perspectiva em educação ambiental. Iniciamos discutindo a construção do conhecimento como algo complexo, que abrange diversos tipos de saberes, como os científicos, populares e técnicos. Após, apontamos alguns exemplos de como e onde o grupo aprende e constrói as suas relações educativas e a relação com o ambiente. Para isso, inicialmente trazemos algumas histórias familiares e comunitárias e a ferramenta da internet, que percebemos, durante o campo, ser um meio utilizado pelo grupo para construção de conhecimento, principalmente sobre técnicas e manejos de base agroecológica. Trazemos também a luta pelo território e o apoio dos agentes externos ao grupo, como um processo educativo que contribui para o fortalecimento da agroecologia no município de SJN e a construção de uma educação ambiental entre as (os) participantes do grupo Econorte.

Na segunda parte procuramos compreender a educação ambiental que acontece na feira do grupo Econorte. Compreendemos o espaço da feira para além das trocas econômicas, mas também como um espaço de socialização, entre feirantes, entre fregueses e entre feirantes e fregueses. Entendemos ainda que esse processo de socialização também pode ser percebido como um processo educativo, nas trocas entre diferentes grupos, que são ainda mais potentes por conta da relação direta entre produtora (or) e freguês. Para auxiliar na reflexão, utilizamos autores da educação ambiental Carvalho (2012) e Layrargues (2020), da agroecologia Caporal e Costabeber (2004). Para compreender o processo de construção do imaginário sobre

alimentação utilizamos Menasche (2009) e alguns estudos que relacionam as feiras como espaços de socialização para além da relação econômica, Souza (2015), Santos e Chalub-Martins (2012), Leite e Teles (2019) e Silva e Stroff (2014).

Na terceira parte deste capítulo, voltamos nossos olhares à agroecologia que é construída no grupo Econorte, interseccionando com as mulheres rurais. Destacando estas como sujeitas impulsionadoras da transição agroecológica nas famílias e comunidade, sendo que percebemos durante a pesquisa de campo uma maior presença das mulheres nos espaços de comercialização e organização do grupo Econorte. Compreendemos que dar visibilidade às mulheres no contexto rural, em pesquisas acadêmicas, é uma das formas de dar visibilidade ao trabalho das mulheres rurais, procurando construir relações de gênero mais equitativas. Sobre as mulheres rurais do grupo Econorte, trazemos alguns contextos observados durante o campo, como a divisão de trabalho e da propriedade entre produção convencional e de base agroecológica, que também se configura como uma divisão de gênero. As mulheres em um lugar de cuidado tanto no núcleo familiar como em respeito ao ambiente, trazendo assim as mobilizações e organizações das mulheres rurais do grupo Econorte e em movimentos ambientalistas do município. Ainda, damos destaque à percepção das (os) sujeitas (os) do grupo sobre o que entendem sobre a agroecologia e como esta é construída pelo grupo, relacionando este modo de ser e estar no contexto rural com um modo de fazer educação ambiental.

3.1 Construindo conhecimento no e pelo grupo Econorte: educação ambiental e educação popular.

Figura 16 - Reunião na casa de uma das participantes do grupo Econorte.



Fonte: autora (2020).

Nos meus primeiros encontros com Francisca, em dezembro de 2019, ela me contou sobre como ela percebe a construção de conhecimento. Na primeira reunião, após me apresentar, ela falou que nenhum saber pode ser considerado melhor que o outro. Os saberes da prática com a terra, que ela vive no seu dia a dia desde criança por nascer e ser agricultora, os saberes dos técnicos, por exemplo, ao identificar pragas, e propor soluções para melhor manejo de práticas de base agroecológica, são tão legítimos quanto os saberes que eu como acadêmica estou construindo ao estar com o grupo realizando a presente pesquisa. Além disso, Francisca fala durante a entrevista que os conhecimentos “andam juntos” e que não podem ser dissociados,

[...] é um troca de experiência, tu tem que misturar a sabedoria popular com a ciência, não dá pra andar separado. Porque hoje em dia a gente tem muito mais bactéria, muito mais vírus, muito mais fungo, muito mais problema né, no meio ambiente em geral, tá tudo muito desequilibrado. Então se tu não procurar ajuda, querer ficar na ignorância de fazer tudo sozinha do teu jeito, não dá certo, e só do jeito deles também não dá certo, precisa da prática. Precisa pegar a informação e pôr em prática, é uma troca na verdade né (Francisca, produtora).

Francisca fala que os conhecimentos são compartilhados, os saberes teóricos da ciência, dos técnicos e as práticas das (os) agricultoras (es) de base agroecológica. Estes podem se complementar e ampliar a visão sobre o ambiente, o que se torna mais importante, como colocado por Francisca, por conta das contaminações do meio natural, que geram novos organismos, mais resistentes aos tratamentos biológicos. A fusão de saberes também é colocada pela agroecologia. Gomes (2011) calcado nas teorias de Richard Norgaard (1995) traz que há cinco premissas epistemológicas para a construção da agroecologia, entre essas a importância do encontro de diferentes tipos de conhecimento, como coloca Gomes, (2011, p. 33)

O conhecimento científico objetivo, o conhecimento desenvolvido nos sistemas tradicionais, o conhecimento de alguns “inputs” desenvolvidos pela ciência agrícola, moderna e as ciências e tecnologias geradas por instituições agrícolas convencionais podem ser combinadas para melhorar significativamente ambos ecossistemas, o tradicional e o moderno.

Para além da dicotomia entre o tradicional e o moderno, o espaço rural é construído por diversas influências, sobre uma pluriatividade de atores sociais que constroem conhecimentos a partir de seu ambiente. Promovendo um diálogo de saberes, articulando o conhecimento científico aos conhecimentos populares (GOMES, 2011), o que também significa negar a posição do conhecimento científico como superior a outros tipos de conhecimento em uma corrente da ciência contra hegemônica.

No campo da educação ambiental, na construção do conhecimento, Carvalho traz que o conhecimento científico é “um entre outros saberes culturais que poderiam ser acionados e problematizados para a compreensão das relações socioambientais” (CARVALHO, 2012, p. 125). Ainda seguindo nas ideias de Carvalho (2012), é preciso superar a prevalência do conhecimento científico sobre outros tipos de saberes, a fim de construir uma nova perspectiva de produção de conhecimento, levando em consideração a pluriatividade de saberes, o que necessita estar com as (os) sujeitas (os) e grupos sociais que constroem os diferentes saberes a partir de seu ambiente. Diante disso, a interdisciplinaridade⁷⁴ é fundamental neste processo, sendo que o campo ambiental perpassa as questões sociais, políticas, econômicas e naturais, assim como a construção da agroecologia precisa ocorrer por meio de uma abordagem inter, trans e multidisciplinar, como uma ciência da complexidade (CAPORAL; AZEVEDO, 2011).

O conhecimento construído no e pelo grupo Econorte acontece por diversos meios e ferramentas, como em espaços de organização coletiva, na relação com os ciclos naturais no caso da agricultura, na procura e criação na internet, em livros, em conversas com pessoas da comunidade, com movimentos ambientalistas, na socialização entre coletivos. Direcionando nosso olhar para a educação popular, Brandão (2019) coloca que o conhecimento sobre o mundo é construído na vivência, no diálogo, na palavra entre pessoas, grupos, e também a partir da busca por informações, pois “entre pessoas e culturas todo indivíduo ou coletivo é uma fonte original de seu próprio e inquestionável saber” (BRANDÃO, 2019, p. 25). Assim, ao socializar em grupos e coletivos, na comunidade ou ainda na procura por informações na internet, em livros, ou com outras pessoas, a (o) sujeita (o) é ativa (o) na procura e construção do conhecimento, em uma perspectiva da educação popular. Como exemplo, em entrevista com Heitor, que é o jovem que está ingressando no grupo, quando perguntado como ele aprende sobre as plantas, o manejo e como fazer as mudas, ele contou que aprende em vários lugares, como em livros da biblioteca municipal de SJN, que ele considera um lugar com bastante informações, em buscas pela internet, e também conversando com as (os) participantes do grupo Econorte.

⁷⁴ Compreendemos a interdisciplinaridade a partir das ideias de Carvalho (1998) como uma nova maneira de produzir e organizar o conhecimento, que busca integrar diferentes dimensões dos fenômenos estudados, a partir de uma compreensão da complexidade e interdependência dos fenômenos da natureza e da vida. A interdisciplinaridade como construção do conhecimento surge em contraposição ao modelo ocidental moderno de construção do conhecimento (CARVALHO, 1998).

O conhecimento construído no contexto rural muitas vezes é por meio da palavra, da fala, dos ensinamentos passados de pais para filhos, como colocado por Leff (2002) e já mencionado no primeiro capítulo, as práticas de base agroecológica podem remeter à recuperação de saberes tradicionais. As (os) participantes do grupo Econorte não se consideram comunidades tradicionais, mas constroem seus conhecimentos a partir de histórias comunitárias e familiares. Uma das participantes do grupo coloca a importância de perguntar e de ir atrás de informações com pessoas antigas, ou também com jovens, que já viveram e tiveram experiência sobre produção de base agroecológica, e que tem conhecimentos da vida, da experiência como agricultoras (es), de cursos e viagens que participam. Como coloca na entrevista:

Quando nós começamos, a gente teve sorte que a gente já tinha seu Alvanir, que é uma pessoa idosa que ele nunca, e a dona Santinha, eles já estavam aqui de outro grupo de agroecologia. Já tinham viajado muito, já tinham feito troca de experiência, já tinham ido muito em seminário, já tinham muito, eles já estavam a muito tempo nessa área. Então foi os primeiros que a gente pode, que a gente pode pegar alguma coisa para aprender. Mas se tu for procurar bastante dentro do município, ou de qualquer lugar, vai ter pessoas, vai ter pessoas que vão saber te dizer, as vezes nem tão idosas, às vezes até um jovem que tem interesse né, porque ele vai saber te dizer né (Francisca, produtora).

A participação das (os) primeiras (os) integrantes do Econorte foi importante para a construção do grupo, pois estes haviam tido experiências com a agroecologia em outros momentos, assim tinham muito a compartilhar. Francisca também fala do conhecimento sobre plantas de seus avós, lembrando que seu avô se alimentava com PANC's como salada no almoço,

[...] lembro que meu vô materno sempre comia no almoço né Ele comia, o mastruz, o caruru, a beldroega, isso fazia parte das saladas do dia a dia. A gente achava tão estranho, o vô tá comendo pasto, mas eu nunca perguntei o porquê ele comia né, provavelmente os pais deles comia né, e eu nunca perguntei. E ainda tinha que ouvir gente falando assim, bah, em vez de comprar uma alface prefere comer pasto pra não gastar dinheiro. Aí eu ficava pensando, bah, será que meu avô é tão seguro assim, mão fechada assim, que não compra uma alface, que na época a alface era comprada né, pra comer pasto né, mas não é né, a gente não pergunta (Francisca, produtora).

É possível perceber que Francisca, quando criança, percebia que a alimentação de seu avô não era convencional, que era diferente, por conta do que os outros falavam. Atualmente, após ouvir em outros meios sobre as PANC's, ela faz a relação com a alimentação de seu avô, em uma relação de saberes das pessoas mais antigas com os saberes obtidos por outros meios. Essa relação entre saberes também é observada no grupo Econorte com as informações que as (os) agricultoras (es) tiram da internet, em uma relação de complementaridade, o que gera

uma maior confiança sobre a informação, além de trazer uma lembrança, como colocado por Francisca,

[...] agora quando é alguma coisa que eu lembro, ah minha vó fazia, aquilo já me passa confiança, porque minha vó fazia mas eu já tinha esquecido. Que nem uma vez eu vi, agora no início do covid né, eu vi um vídeo ensinando abrir a cebola, cortar a cebola em pedaços grandes e colocar em um pratinho em vários lugares da casa né, do quarto, na cozinha e eles explicando porque aquilo ali aquilo ali ele puxa o vírus, ele atrai o vírus. Colocar na sola do pé, ele também te purifica e também puxa o teu vírus pra cebola ou pro alho. É uma informação que eu acreditei de cara, porque eu lembrei que quando eu era criança o meu avô, qualquer resfriado, ele tava com aquele prato de cebola cortado na beira da cama, então eu bah, isso aí meu avô fazia. Aí tu sempre pensa, naquela informação de agora com aquilo que tu já viu, que tu já viveu, que tu tinha esquecido, é mais fácil de acreditar né (Francisca, produtora).

É possível perceber uma fusão dos saberes aprendidos com as pessoas antigas e as informações oriundas da internet, mesmo que estes sejam saberes considerados “mágicos”⁷⁵ (FREIRE, 1983). Ainda a relação entre os saberes pode trazer mais significado aos conhecimentos, o que é relevante no processo educativo, como coloca Carvalho (2012, p. 77) “a educação acontece como parte da ação humana de transformar a natureza em cultura, atribuindo-lhe sentidos, trazendo-a para o campo da compreensão e da experiência humana de estar no mundo e participar da vida”.

A internet como ferramenta é utilizada como um meio das (os) participantes do grupo Econorte obterem e produzirem informações. Conversando com o texto de Viana e Melo (2013), é possível compreender que as formas como nos comunicamos está se transformando, por conta das novas tecnologias e da era digital em que vivemos,

Exatamente por estarmos falando das novas mídias digitais, ao observarmos o referido contexto especificamente a partir da comunicação entre pessoas constatamos que estamos vivenciando um momento em que as formas de nos relacionarmos com os demais está se transformando radicalmente, exatamente por conta dos inúmeros recursos comunicacionais digitais que surgem dia a dia. (VIANA; MELO, 2013, p. 2)

A transformação da comunicação também pode significar mudanças nos modos como produzimos conhecimento e como acontece a educação, sendo que a educação para Freire (1983, p. 46) “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

⁷⁵ Segundo Freire (1983) os saberes mágicos são explicações por meio do sincretismo, dadas pelas (os) sujeitas (os) rurais sobre os fenômenos da natureza e da vida, que se diferenciam dos saberes técnicos, ou ainda saberes científicos. O conhecimento sobre a cebola cortada espalhada pela casa como uma forma de prevenir a gripe é percebido nessa dissertação como um saber mágico. A cebola quando cortada ela atrai muitos vírus e bactérias, o que não significa que esses deixarão de estar no ar, ainda a gripe é transmitida principalmente entre pessoas. Segundo Freire (1983) esses saberes devem ser percebidos como um problema antropológico, epistemológico e cultural, que na presente pesquisa não serão desconstruídos ou interpretados.

A comunicação por meios digitais se diferenciou a partir dos anos de 1990 com a internet, possibilitando que as (os) sujeitas (os) se tornem ativos na procura e produção do conhecimento, diferente do período anterior quando somente a televisão e o rádio ocupava este lugar e a informação era transmitida de forma unilateral. Como coloca Viana e Melo (2013, p. 3)

Os novos recursos comunicacionais digitais mudaram este contexto ao propiciarem que passássemos do papel de “meros receptores” para uma posição na qual nos manifestamos e expressamos nossas impressões e opiniões a partir da leitura interna que fazemos na mensagem recebida. Contudo mais que isso essas mídias passaram a nos estimular enquanto sujeitos ativos à colaboração com outros sujeitos, permitindo, inclusive a realização de ações e dinâmicas impossíveis de serem realizadas anteriormente por conta da ausência de tais ferramentas midiáticas.

Na busca por mais informações na internet e por mais diálogo acerca da agroecologia, Francisca construiu um canal no *Youtube* chamado “Agroecologia em foco”⁷⁶, em que ela mesma faz, edita e posta vídeos. Francisca me falou durante conversa em pesquisa de campo, alguns motivos para fazer o canal no *Youtube*, entre eles, aprender a fazer algo novo e se tornar uma sujeita agricultora ativa na produção de informações de conteúdos sobre agroecologia. Ainda, segundo Francisca, há pouco conteúdo sobre agroecologia no *Youtube*, e ainda os que ela encontra, em sua maioria, são feitos por técnicas (os) ou estudantes que entrevistam as (os) agricultoras (es). Outro motivo para a construção do canal é por este ser um meio de partilhar suas histórias e saberes sobre técnicas agrícolas e de base agroecológica, como coloca durante um dos vídeos do canal, transcrito abaixo,

[...] não pagar nada para postar os meus vídeos, não pagar nada para registrar a minha história, para mim já é um ganho muito importante. Um canal que assim, me deixa muito satisfeita em poder registrar os meus conteúdo, sem também não precisar pagar nada (informação verbal).⁷⁷

Francisca tem satisfação em deixar suas histórias registradas para as “futuras gerações”, como relata durante a entrevista, o que considera uma maneira do seu saber não se perder e sim poder perpetuar pelo tempo. Ainda durante o mesmo vídeo do canal, Francisca fala sobre algumas “vantagens” de fazer um canal:

[...] bom, essa pergunta eu me fiz durante um tempo. Eu assistia os vídeos e pensava eu não vou me inscrever né, qual a vantagem de eu me inscrever no canal. Porém em um momento que eu me inscrevi em um canal, que me chamava atenção, que eu gostei

⁷⁶O canal foi criado em 21 de outubro de 2020, disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCyvLLALh6gbYcJ9knQfjVRw>. No canal há uma diversidade de conteúdo, principalmente sobre plantas e o plantio, com dicas sobre manejos de base agroecológicos e orgânicos, de como lidar com a proliferação de “pragas” indesejadas na plantação, sem usar agroquímicos, sobre semeia, plantio, poda, paisagens do extremo sul do RS, poesia, entre outros.

⁷⁷Informação verbal retirada do canal agroecologia em foco, vídeo: Mostrando brincadeiras de criança e respondendo várias curiosidades sobre o canal!! Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=POvjIDh5eSc> Acessado em 10 de junho de 2021.

do conteúdo eu ganhei muito, porque eu ganhei muito, porque começou a vir pra mim outros conteúdos na mesma área, e eu comecei a aprender muito mais. A partir daí eu já sou inscrita em muitos canais e acompanho na medida do possível a maioria deles, não vou dizer que assisto todos os vídeos porque são muitos mas eu sou assim uma viciada no youtube e eu estou sempre assistindo os vídeos dentro da áreas que eu gosto que são as plantas (informação verbal).⁷⁸

Como Francisca fala no vídeo, e também como contou em alguns encontros que tivemos, ela gosta muito de assistir e se informar pelos canais e vídeos do *Youtube*, pois segundo ela, aprende mais ouvindo do que lendo. Ela relata que estar no *Youtube* construindo conhecimento abriu espaços para outros diálogos de saberes sobre agroecologia dentro desta rede virtual, como por exemplo, a partir das indicações de outros vídeos relacionados ao tema da agroecologia, e por meio dos comentários de outras pessoas nos seus vídeos. Na pesquisa de Sato, Moreira e Luiz (2017), trazem que quanto mais pessoas se envolvem no processo ativo de construção do conhecimento há o fomento do processo pedagógico, sendo que “quanto mais pessoas participam, de forma ativa, do processo de compartilhamento de conhecimento, aprimora-se a educação” (SATO; MOREIRA; LUIZ, 2017, p. 286). Ainda, as (os) autoras (es) trazem que a narrativa transmídia pode servir como um elemento central da educação ambiental no processo pedagógico entre estudantes e professores, viabilizando uma pedagogia diferente (SATO; MOREIRA; LUIZ, 2017).

Desse modo, trago alguns exemplos que foram observados de conhecimentos que as participantes do grupo Econorte obtêm pela internet, aplicam em seu dia a dia e compartilham com o grupo. No início do mês de fevereiro de 2020, quando passei um final de semana na casa da Dona Ana, na comunidade da Quinta Secção da Barra, ela me contou que viu na internet que a planta capuchinha⁷⁹ podia ser consumida. Ela já tinha ouvido falar sobre o termo PANC, assim como havia muitas flores de capuchinha no fundo de seu quintal, que nasceram espontaneamente, colocou as flores na feira virtual e vendeu todas. Como outro exemplo, Francisca, em seu canal no *Youtube*, fala que aprendeu um pouco a mais sobre a planta aroeira, que é nativa, como transcrito abaixo:

A aroeira mansa é nativa aqui da nossa região e hoje eu vim fazer a colheita da pimenta rosa. E antes de colher eu escolhi vir pesquisar aqui no youtube alguma coisa sobre a pimenta rosa, e, para minha surpresa eu percebi que as folhas da aroeira também são medicinais. Eu não sabia, eu fiquei bastante surpresa e também bastante agradecida

⁷⁸Informação verbal retirada do canal agroecologia em foco, vídeo: Mostrando brincadeiras de criança e respondendo várias curiosidades sobre o canal!! Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=POvjLDh5eSc> Acessado em 24 de maio de 2021.

⁷⁹Planta de nome científico *Tropaeolum majus* Uma planta originária das montanhas do México, que se popularizou no Brasil como planta ornamental, de fácil plantio. Também mais recentemente ganha destaque como PANC, por ter muitos benefícios à saúde e seu saber remeter ao agrião.

aos amigos ai que postam vídeos no youtube, com comprovação científica, tudo muito legal, eu tenho aprendido bastante com os colegas que postam vídeos no youtube. Agora eu sei que além da pimenta rosa eu também posso estar usando as folhas para tratamento medicinal, para mim, para minha família, meus amigos. (informação verbal).⁸⁰

A procura na internet também envolve uma procura sobre os fatos “científicos” que são publicados. Assim, as (os) participantes criam algumas estratégias para não acreditarem em “fake news” na internet. Como por exemplo, a sujeita de pesquisa conta que assiste vários vídeos, procurando similaridades entre eles, para ver se falam sobre a mesma informação:

Também, eu busco na internet, na internet tem muita coisa que de cara a gente já vê que é falso né. Então tem que também filtrar. Eu quando pego uma informação, gosto de pegar de pessoas, de fontes diferentes assim, né. Pra ver se vai ta, se vão está falando exatamente a mesma coisa. Eu gosto muito de ver no youtube os vídeos, eu tenho aprendido muito, mas tem que, não é assim pegar uma informação e sair fazendo, porque quando é, pra mim, quando é no mínimo estranha, eu vou ver melhor, vou ver com outros, pra ver se vão falar a mesma coisa (Francisca, produtora).

Na procura em diversos canais, a sujeita de pesquisa fala que tem alguns canais que já acompanha há algum tempo como: lua crescente, Agrocafé, entre outros. As (os) participantes do grupo procuram relacionar as informações retiradas da internet com os saberes dos mais antigos, como os saberes construídos em grupos, cursos e das (os) técnicas (os) fazendo uma relação entre as informações. Com isso também podemos dizer que as (os) sujeitas (os) interpretam os conhecimentos construídos no e com o grupo, na internet, e no diálogo com outras (os) sujeitas (os). O ato interpretativo torna a (o) sujeita (o) intérprete da vida, sendo que a interpretação não é única e nem chega a verdades absolutas ou leis, o fenômeno interpretado fala muito do mundo da pessoa que interpreta e a leitura do mundo é um processo de aprendizado que não é igual para todas (os) (CARVALHO, 2012).

Como exemplo de interpretação e ressignificação de informações entre o grupo, uma das participantes coloca em entrevista:

[...] a gente ir visitar né as outras propriedades, visitar as famílias, isso tudo a gente aprende muito. A gente troca semente, a gente troca muda, a gente troca informação, a gente troca receita, a gente troca experiência, ah, não gostei de fazer do jeito que ela faz mas vou fazer do meu jeito, aí tu inventa outra coisa em cima né é muito bom (Francisca, produtora).

É possível perceber que a troca no grupo Econorte é por informações, experiências, mudas e sementes, fortalecendo a produção de base agroecológica a partir dos saberes e fazeres populares e científicos. Sendo que, como colocado pela sujeita de pesquisa, não há uma

⁸⁰Informação verbal retirada do canal agroecologia em foco, no vídeo: Colheita de pimenta rosa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iC0cI9GtFa4>. Acessado em 18 de maio de 2021.

transmissão de conhecimento de uma família a outra e sim observações, interpretações e reinvenções das técnicas de produção de base agroecológica conforme a propriedade, os modos de fazer e as interpretações que cada sujeita (o) tem do mundo. Para Freire (1983) o ato de conhecer não acontece por meio da transmissão de um conhecimento de uma pessoa para outra, e sim “requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção” (FREIRE, 1983, p. 7). Ainda, a interpretação e o ato de conhecer estão relacionados com as culturas que permeiam as (os) sujeitas (os) aprendentes, que irão aprender conforme suas experiências culturais, assim o conhecimento não é algo neutro, mas sim está inserido em uma cultura. Como coloca Gohn (2014, p. 39)

[...] não existem conteúdos “chapados”, absorvidos acriticamente, de fora para dentro. Sempre há recriação, reelaboração interna, mental, de tal forma que o que foi aprendido é retraduzido por novos códigos, de dentro para fora e ao se expressar com linguagem ou comportamento é um conhecimento elaborado.

Entendemos que o grupo Econorte, forma espaços de construção de aprendizagem nas interpretações e observações de cada sujeita (o), durante cursos, visitas técnicas, nas feiras, durante a organização nas reuniões e por estarem em coletivo e viverem as organizações ambientalistas. Compreendendo que a construção de saberes acontece no coletivo, por meio de trocas e, como já mencionado no capítulo 2, a maioria das (os) participantes do grupo faziam parte de alguma organização ambiental antes do grupo Econorte e muitos se conhecerem a partir destas organizações. Segundo Gohn (2014) quanto mais às pessoas participam mais elas tendem a participar, pois “a ideia é que a participação tende a aumentar à medida que o indivíduo participa, ela se constituiu em um processo de socialização e faz com que, quanto mais as pessoas participam mais tendem a continuar nesse caminho (GOHN, 2014, p.36). O processo de participação segundo a mesma autora é um processo educativo, sendo que a educação acontece por meio do diálogo, das trocas, do coletivo, na prática da participação como cidadãos voltados aos interesses coletivos e para as questões políticas (GOHN, 2014). Francisca conta como ela percebe as organizações coletivas:

[...] eu vejo o grupo assim, uma associação, um grupo, assim, têm uma casa enorme né, se tu olhar só por fora, tu vai conhecer a casa só por fora. Tu vai dizer, ah aquela casa é amarela, é verde, azul, tem duas janelas, uma porta, né, tu conhece a casa? Conhece, fica lá em tal rua, tal esquina. Tu sabe quem mora lá, sabe quem entra lá, sabe quem sai de lá, tu conhece a família, ah então tu conhece a casa? Sim eu conheço a casa, casa de tal número tal. Se eu entro na sala dessa casa, eu vou conhecer a sala da casa. É como se eu fosse em uma reunião, eu vou em uma reunião da associação, eu vou em uma reunião daqui, vamos trazer para a Econorte, uma reunião da Econorte, é como se eu fosse conhecer a sala dessa casa né, olha que legal a sala lá, lá o pessoal tava reunido, eu conheci mais gente, trocando informações. Mas pra mim conhecer o

resto da casa eu tenho que avançar, né, eu tenho que busca mais, tenho que ir lá na propriedade, tenho que trocar experiência. Se eu quiser conhecer todos os cômodos da casa, eu tenho que abrir as portas, e eu tenho que ir né, e tem peças que eu não vou gostar. Assim como uma casa, tem a peça da bagunça, tem aquela peça escura, tem aquela peça que vai me dar muito trabalho para mim organiza, tem peça que eu não quero passar. Assim é em um grupo, nem tudo vai ser flores, né, uma hora eu vou me ferrar, como diz o outro, mas tem coisas que eu tenho que passar, porque eu tenho que vivenciar tudo (Francisca, produtora).

Assim é possível relacionar a fala da participante do grupo Econorte sobre organização com as questões de educação que ocorrem nestes espaços, que não se limitam a boas práticas, mas também ao enfrentamento de problemas, conflitos e questões que surgem com o coletivo. Voltando nossos olhares para a educação ambiental em organizações coletivas, Layrargues, Puggian e Menezes (2020)⁸¹ colocam que os movimentos sociais são considerados fontes de construção de saberes, destacando a necessidade de investigar com os movimentos sociais a fim de direcionar os novos sentidos pedagógicos da luta. Os mesmos autores trazem que nas organizações coletivas, a educação ambiental “não se reduz à adoção de novos comportamentos domésticos mas sobretudo à participação política na esfera pública em busca de conquista de direitos por um ambiente saudável” (LAYRARGUES; PUGGIAN; MENEZES, 2020, p. 60). A busca por um território saudável para a produção de alimentos com base agroecológica é uma das lutas do grupo de agroecologia Econorte, como por exemplo, ao defender o território da tentativa de instalação do projeto de mineração no município. Durante a passeata do movimento “não queremos mineração em SJN”, no dia 22 de setembro de 2017, organizada pelo grupo Econorte em apoio com da COOAFAN, uma das participantes declama o poema:

Minha terra, meu chão, São José do Norte é minha terra querida, histórica e hospitaleiro, por ela me torno guerreira e luto de coração, pois são muitos os valores retirados desse chão. Quero sempre cultivar essa terra abençoada, com amor e dedicação. Da semente a explosão, da explosão um broto novo transformando-se em pão, e o pão partilhado por todo esse povão que a milhares de anos alimentam-se deste chão. E tudo que quero agora é apoio e atenção, para que a semente tão bela continue em nossa terra produzindo de montão, preservado nossa vida, alegrando nossos lares. E nossos filhos possam sempre se orgulhar de como a terra lhe dá e continuarem a cultivar para salvar a nossa nação (informação verbal)⁸²

No poema construído pelo grupo Econorte, é possível perceber o sentido de pertencimento ao território nortense, ao falarem que é por SJN que se tornam “guerreiras (os)”

⁸¹Layrargues, Puggian e Menezes (2020) fazem uma análise dos artigos publicados e apresentados no Grupo de Trabalho e discussão de Pesquisa em Educação Ambiental e Movimentos Sociais do X Encontro em Pesquisa em Educação Ambiental, que aconteceu em Sergipe em agosto de 2019. Neste Grupo de Trabalho, percebem que entre os temas mais abordados, os movimentos sociais e suas pedagogias ganham destaque.

⁸²Informação verbal retirado do blog Libelo contracultural, vídeo: Passeata do dia 22-07-17. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6jQgFIaXcXU> Acessado em 10 de junho de 2021.

para a luta contra a destruição ambiental. Na mesma passeata é colocada por outro participante do grupo “defendemos a ideia de que não devemos permitir que sejam feitos rasgos no sentido geográfico, biológico e cultural no nosso município”. Em uma compreensão calcada nas ideias da educação ambiental crítica, o território é compreendido em sua totalidade, o que torna “favorável para revelar as condições de expropriação dos recursos ambientais, as contradições sociais e a indissociabilidade entre degradação ambiental e desigualdade social.” (LAYRARGUES; PUGGIAN; MENEZES, 2020, p. 60). Assim, o território não é somente o natural e geográfico, mas também histórico, cultural e político, construídos pelas pessoas que vivem e se educam no espaço e que também são construídas por estes.

A luta em defesa do território e por uma natureza saudável se torna ainda mais importante quando as pessoas que vivem e se educam nesse espaço dependem deste para a reprodução de suas vidas, trabalho e histórias, o que acontece com os grupos de agricultoras (es) familiares, pescadoras (es), entre outros. Márcia, em uma participação que fez durante a mesa contra projetos de megamineração, específico de SJN, coloca:

Para que isso não aconteça, e a gente sabe né, a gente hoje tem muita consciência disso, que a luta é grande, o envolvimento é necessário. É uma batalha que da nossa parte assim, como agricultor, como produtor, temos que ter consciência que ainda não ta definida né. Eu costumo dizer, eu ainda não tenho netos, mas eu costumo dizer que isso vai ficar para as próximas gerações. Hoje a gente batalha pela nossa terra, pelo nossos solo, por onde a gente vive, mas passando para os nossos filhos e futuramente para os nossos netos que teremos que continuar lutando. E aí no decorrer desses anos que a gente vem se unindo, a muitos companheiros, a muitos agricultores e ajuda também de outros parceiros né. Tem vários parceiros colaborando com a gente né, e temos que continuar na batalha. E agora pouco tempo a gente começou a trabalhar para fortalecer o território né (informação verbal).⁸³

É possível perceber que além da luta das (os) agricultoras (es) contra a destruição ambiental, as parcerias com outros movimentos são importantes para o fortalecimento da luta. Na luta contra a mineração é percebido que o grupo Econorte tem apoio do MAM⁸⁴, e também da COOAFAN. Para compreender a ação dos movimentos sociais a partir da educação ambiental é importante identificar as redes de articulação construídas pelos movimentos, examinando as práticas cotidianas e interconexões com o espaço político-pedagógico, sendo que é a partir das redes que podemos identificar os fatores que produzem aprendizagem e

⁸³SILVEIRA, Márcia da Silveira. Depoimento [julho de 2020]. Entrevistadora Sabrina Lima. Concedida ao Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul.

⁸⁴O MAM chega a São José do Norte para dar apoio ao movimento “não queremos mineração em SJN” no ano de 2018.

estabelecem elementos para a reflexividade e a ética (LAYRARGUES; PUGGIAN; MENEZES, 2020).

Entre as redes de apoio do grupo Econorte, para seu fortalecimento e para a manutenção da produção de base agroecológica, é possível identificar que a Emater é considerada uma grande apoiadora do grupo, tanto para a manutenção do grupo, como para a formação das primeiras organizações coletivas em São José do Norte, como coloca Márcia em entrevista:

[...] o trabalho da Emater, com os jovens, a gente dava uma assessoria né, a gente começou a viajar né, a gente começou a fazer alguns cursos, e, em seguida se criou assim, alguns anos depois, uns cinco a seis anos depois, porque aqueles jovens foram casando, foram tomando outro rumo dentro da comunidade, e se criou-se o grupo comunitário. A associação na localidade, bem como a igreja que tinha, parou de acontecer as missas em uma escolinha de madeira e se construiu uma igreja de alvenaria, que é a igreja sagrada família hoje que tem aqui na comunidade a qual a gente faz parte (Márcia, produtora).

A Emater teve um papel fundamental na organização e construção de coletivos nas comunidades do interior de SJN. Os primeiros coletivos organizados pela Emater foram os grupos de jovens que, segundo Márcia, quando esses jovens casaram e constituíram suas famílias, formaram outros grupos dentro das comunidades. Exemplo disso foi o início da formação da associação de bairro Amigos do Gravatá, comunidade que a sujeita nasceu e atualmente reside. Assim, é possível observar que a extensão rural no município, com a Emater, tem contribuído para a construção de coletivos e organizações no município. Francisca também destaca as formações técnicas que receberam, a partir da FURG e da Emater, que se mantém até hoje e são essenciais para o grupo Econorte,

[...] aí também a parte técnica ajudou muito. Os agrônomos, técnicos, pessoas que estudam que também ajudam muito, trazem aquela informação, que a gente também não sabe, ou não tinha prestado atenção. E as trocas de saberes de quando a gente viaja, também né. Acho que tem que juntar tudo, colocar tudo no mesmo pacote e ver o que dá certo né [...] Mas no início a gente teve muita formação técnica assim, muita informação, muito acompanhamento, muita gente indo na casa, da parte da FURG, que era o Paulo Costa, o técnico, tinha outro que andava com ele, da universidade (Francisca, produtora).

A Emater participa das reuniões com o grupo e, em algumas reuniões, faz visitas nas propriedades para apoio técnico, como por exemplo, pelo o que pude observar na visita que fiz durante uma reunião na casa de uma das participantes, as (os) sujeitas (os) do grupo Econorte pedem auxílio da Emater para identificar pragas, para técnicas de transplante, de fazer mudas, entre outras. Além disso, como colocado no capítulo dois, a Emater fez a parte burocrática da certificação do grupo junto à OCS, além de refazer o cadastro das (os) agricultoras (es)

anualmente e visitarem as propriedades de novas (os) integrantes do grupo, para se certificar das condições de solo e espaço para plantio de base agroecológica.

Sob essa perspectiva, recorremos a Paulo Freire (1983) quando ele aborda a ação do extensionista e a própria palavra extensão, pois esta remete a ação de estender o conhecimento, o que significa entender a educação como uma prática domesticadora, de levar o conhecimento até alguém que não o possui, assim uma prática educativa mecanicista. Assim, Paulo Freire (1983) propõe a substituição do termo extensão por comunicação. Nas observações da ação da Emater, é percebido que essa também exercita de certa forma o que se entende por estender seu conhecimento, por exemplo, ao propor estilos de manejo e uso de plantas, mas também é apoiadora, por ajudar no processo de certificação e regulamentação do grupo, como também por oferecer cursos, organizar viagens, que também são espaços de socialização coletiva.

A partir das reflexões tecidas neste subitem podemos perceber que os processos educativos que transpassam o grupo Econorte é diverso e inclui tanto a curiosidade das (os) participantes em obterem mais aprendizagem sobre a construção da agroecologia, como também no próprio processo de organização coletiva, que proporciona estarem em grupo, organizados, participarem de cursos, viagens e lutarem pelo seu território, com o apoio de agentes externos. Além disso, como colocado no início deste subitem, as (os) participantes percebem a importância da fusão de diferentes saberes a partir das suas práticas educativas cotidianas. Desse modo, na busca pelos saberes construídos pelas (os) sujeitas (os) do grupo Econorte, e destes com atores sociais, no próximo subitem abordamos as relações sociais, econômicas e educativas que acontecem no espaço da feira Econorte. Abordamos o espaço da feira como um espaço de construção de conhecimento, nas trocas que acontecem neste espaço, entre produtoras (es) e fregueses e entre os próprios fregueses e próprias (os) produtoras (es).

3.2 Educação ambiental no espaço da feira do grupo Econorte.

Figura 17 - Comercialização de produtos na feira Econorte.



Fonte: Grupo produtor(a) freguês, do dia 23 de abril de 2021.

Neste subitem buscamos compreender as relações que acontecem no espaço da feira Econorte e, a partir dessas, direcionar os olhares no processo educativo e nas ações em educação ambiental. Para essa compreensão, além da observação participante, utilizamos o questionário com as (os) freguesas (es), acompanhamos o grupo de *Whatsapp* “produtor(a) freguês⁸⁵” e realizamos entrevistas com as (os) participantes do grupo Econorte que constroem o espaço da feira, como especificado na introdução. Inicialmente trazemos uma breve contextualização do histórico das formações das feiras, após a relação das (os) produtoras (es) do grupo Econorte com a feira e um breve perfil das (os) freguesas (es). Entre as relações observadas, destacamos

⁸⁵O grupo produtor(a) freguês foi criado em 18 de março de 2021, e tem 22 participantes até o final da presente pesquisa.

a relação de cumplicidade e solidariedade entre as (os) produtoras (es) e freguesas (es) e a construção de uma educação ambiental no espaço da feira.

As feiras podem ser entendidas como fenômenos econômicos e sociais muito antigos, que caracterizam os primeiros agrupamentos humanos desde que o ser humano se fixou em uma terra e começou a criar animais e produzir seu alimento (SILVA; STROFF, 2014). Os primeiros registros foram com os gregos e romanos, adquirindo maior notoriedade na revolução comercial, na Idade Média quando as feiras são oficializadas (SOUZA, 2015). No Brasil, as feiras surgem no período colonial, junto à vinda dos portugueses. Atualmente as feiras coexistem com os hipermercados, com a exportação e importação de alimentos, sendo que cada vez mais os sistemas agroalimentares são dominados por um número menor de grandes empresas transnacionais, para as quais os alimentos são uma oportunidade de negócio, de geração de lucro e acumulação de riquezas (CAPORAL; AZEVEDO, 2011), o que tem como uma consequência o afastamento entre produtoras (es) e consumidores. As feiras das (os) produtoras (es), de pequenos agricultores são uma proposta diferente de comercialização de alimentos, em circuitos curtos, em uma relação direta entre produtora (or) e freguês.

Ou seja, as feiras são espaços de trocas econômicas, sociais e educativas, como analisado nesta pesquisa. Sendo que “as feiras não é um simplesmente local de comercialização de mercadorias, mas é também um espaço público no qual relações de trocas não comerciais acontecem sendo um lugar de importância fundamental para a produção e reprodução de práticas sociais” (SOUZA, 2015, p. 6). As práticas sociais quando produzidas e reproduzidas por um coletivo também são práticas educativas. Ainda, quando essas trocas envolvem as (os) próprias (os) produtoras (es) dos alimentos, há uma socialização entre estas (es) e também trocas culturais com fregueses.

A comercialização direta entre produtoras (es) e fregueses, em feiras de circuitos curtos, envolve das (os) agricultoras (es) o processo da plantação, com a semeadura, manejo e colheita, a separação e higienização dos alimentos, o transporte até o local, exposição dos alimentos, troca dos produtos com as (os) freguesas (es) e ainda, como colocado por Silva e Stroff (2014) e também observado na feira do grupo Econorte, a conscientização das (os) freguesas (es) sobre a importância de consumir produtos orgânicos de base agroecológica. O que está relacionado ao trabalho das (os) produtoras (es), mas também evita que os produtos passem por atravessadores, o que aumenta o valor da produção e diminui a dependência do mercado para a produção e comercialização dos alimentos de base agroecológica. Sobre a relação das (os)

produtoras (es) com a feira, Heitor fala que gosta muito de participar da feira, que quando acordava para ir para escola, sempre acordava “sem vontade”, mas para feira já acorda mais animado, pois considera o ambiente e a convivência agradável e a casinha de madeira “bonitinha”. Já quando perguntado para Francisca qual sua relação com a feira, ela responde:

Olha, vir pra feira pra mim acho que foi um acidente (risos), e eu acho que é por isso que eu to aqui até hoje. Porque teve pessoas que vieram com o interesse financeiro e saíram, né. E eu vim pra feira, eu não entrei no grupo com essa intenção né, minha intenção era ter mais conhecimento, e aprender a plantar sem usar nenhum produtos químico, isso me encantava e me chamava (Francisca, produtora).

O interesse de Francisca em participar da feira não é apenas financeiro, como também já colocado no capítulo dois, é percebido que as (os) participantes não consideram o lucro da feira como o principal motivo para participarem do grupo Econorte. Também se percebe que fatores como a qualidade de vida que o plantio de base agroecológica pode proporcionar as (aos) agricultoras (es) que estão nesse processo, e também a socialização que acontece por estarem construindo o espaço em coletivo. A comercialização com preço justo e solidário é um dos princípios do grupo Econorte, além de também ser um princípio da agroecologia, sendo que se propõem ser uma ciência contra hegemônica, o que também significa colocar a qualidade de vida e uma relação mais saudável com o ambiente à frente do dinheiro e lucro, diferente do que acontece na agricultura convencional.

Para a construção desse modo de produzir alimentos, também é preciso perceber o ambiente para além de seu uso, utilidade e lucro que pode gerar nas atividades agrícolas, em uma perspectiva utilitarista. Ao contrário, na perspectiva da educação ambiental, Carvalho traz que “ao tomar, por exemplo, o mundo como um bem em si, independente de sua utilidade imediata para os humanos, a educação ambiental, está de certo modo, trazendo a relação com os seres não humanos para a cena educativa, tornando essas relações educadoras” (CARVALHO, 2012, p. 139-140). Assim, a autora compreende o ambiente como relação, no qual há integração de outros valores e saberes, o que está além da relação dos humanos com humanos e com seu ambiente, mas também na relação com a natureza (CARVALHO, 2012).

As relações entre as (os) sujeitas (os) do grupo com a natureza e a própria relação entre a natureza observada pelas (os) sujeitas (os) é compartilhada no espaço da feira. Observou-se que a feira é um lugar de encontro de algumas (uns) participantes do grupo, e, durante a pandemia, o único lugar de encontro do grupo, sendo que as reuniões não estão acontecendo desde o início da pandemia. Assim, a feira da Econorte também é um espaço de troca de experiências entre as (os) produtoras (es) sobre plantio, manejo, ambientalismo, além de ser um

lugar autogestionado que demanda a organização do espaço do quiosque, a divulgação dos produtos pelo grupo do *Whatsapp*, o planejamento de quem irá para feira, sendo que no período da pandemia somente duas (ois) feirantes podem participar da feira por semana.

A socialização na feira pode ser relacionada com a educação ambiental pela (o) autora (or) Santos e Chalub-Martins (2012), presente no primeiro capítulo, as (os) autoras (es) colocam que a prática econômica desenvolvida pelo grupo observado, durante os espaços de feira, também se mostra como uma prática em educação ambiental por contribuir para a construção de conhecimento por meio da vivência e auto formação coletiva. Procurando compreender as relações construídas entre as (os) freguesas (es) e destes com as (os) produtoras (es), procuramos conhecer as (os) freguesas (es) da feira Econorte. Das (os) doze freguesas (es) que responderam ao questionário, dois eram homens e dez mulheres. A maioria mora no centro (cinco das (os) freguesas (es)), ou nos bairros arredores do centro, como Brasília, Carlos Santos, Cidade Alta, Cidade Baixa, Tamandaré, todos com uma freguesa. Há também freguesas (es) em bairros um pouco afastados do centro, mas ainda no primeiro distrito, como uma na praia do Mar Grosso e outra no Recanto dos Pescadores. Sobre a idade das (os) freguesas (es), variou entre 30 anos, sendo a freguesa com menor idade, e 74 anos, a freguesa com maior idade.

Segundo o relato de uma das participantes do grupo Econorte, durante a pandemia, o movimento da feira caiu bastante, principalmente por conta de que as senhoras com mais idade pararam de frequentar a feira desde março de 2020, sendo que havia uma parcela significativa de fregueses com idade avançada. Com isso, o grupo criou algumas estratégias, como a entrega de produtos na casa das (os) freguesas (es) que são clientes fiéis, sendo que uma das famílias do grupo Econorte não está mais vendendo na feira virtual⁸⁶ por conta da pandemia, assim, ao invés de irem entregar os alimentos na cidade de Rio Grande, fazem a entrega no próprio município de SJN para as (os) clientes da feira. Isso demonstra de alguma forma uma relação de fidelidade e parceria entre produtoras (es) e frequentadoras (es) da feira, sendo que se conhecem e mantêm relações dentro da feira e, em alguns casos, para além da feira também. Por exemplo, onze dos que responderam ao questionário dizem conhecer as (os) produtoras (es) e somente uma diz não conhecer. Quando perguntado para as (os) freguesas (es) de onde elas

⁸⁶O grupo Econorte também possui um espaço de comercialização online através da plataforma digital Cirandas.net. Por mais que no período da pandemia não tenha ocorrido às vendas na plataforma, por conta de que a entrega precisa ser feita em Rio Grande, uma das participantes constatou que a venda na feira virtual era um espaço de trocas que dava um retorno financeiro a família, principalmente no período em que a produtora estava doente e não conseguia participar das feiras físicas.

(es) conhecem as (os) produtoras (es), dois disseram conhecer as (os) produtoras (es) dos movimentos políticos ambientalistas do município, outros três conhecem por terem algum vínculo com o interior e praia, aonde as (os) produtoras (es) moram e assim conhecem da localidade, quatro disseram conhecer na própria feira, por procurarem alimentos orgânicos e frequentarem todas as semanas. Sobre a frequência das (os) freguesas (es) as feiras, sete das doze pessoas que responderam ao questionário vão às feiras todas as semanas, quatro duas vezes por mês, e somente uma ocasionalmente.

Francisca comentou que a maioria das (os) freguesas (es) vão à feira por conhecerem as (os) produtoras (es). Como exemplo, contou uma história de uma época em que um dos produtores era frequentador da igreja Batista, e enquanto ele ia vender os produtos na feira, todos os fiéis da igreja viraram fregueses da Econorte, quando por motivo pessoal o produtor parou de vender seus produtos na feira, as (os) freguesas (es) que iam comprar também pararam de consumir. Ainda, Francisca coloca em entrevista que vale mais a palavra de quem está fazendo feira do que o próprio papel que certifica que os produtos são orgânicos,

[...] infelizmente, pro nosso público não importa muito se a feira é orgânica, ou se tem certificado, ou não tem, porque eles confiam mais na pessoa do que no papel. Que nem eu já falei no outro, na outra entrevista, eles vão mais na pessoa que eles confiam do que no documento que a gente tá de pendurado ali na parede, que nem sei se algum dia eles viram, mas enfim (Francisca, produtora).

A garantia dos produtos orgânicos acontece pelas trocas, vivências, confiança e fidelidade entre produtoras (es) e fregueses, aspectos que não são considerados pelo Estado. Ainda, Francisca traz o espaço da feira como um lugar de socialização e de encontro, sendo que as (os) freguesas (es) vão à feira por conta das (os) produtoras (es), seja para apoiar e fortalecer a venda, como também para encontrar seus conhecidos. O que também é afirmado pelas (os) freguesas (es), sendo que quando perguntado a elas (es) como começaram a frequentar a feira Econorte, algumas (uns) freguesas (es) responderam que começaram a frequentar por conta de que já conheciam as (os) produtoras (es), por ter afinidade com elas (es) das comunidades, além de outros motivos como pela procura por alimentos orgânicos, por morar próximo da feira, por conhecerem da feira antiga, por uma apresentação na hidrovíaria. Quando perguntado aos fregueses se tem alguma relação com as (os) produtoras (es) do grupo Econorte fora da feira, oito das 12 pessoas responderam que sim, ou por conta do interior, das localidades em que as (os) produtoras (es) moram, ou por conta de terem conhecidos os feirantes na feira, da relação semanal que constroem.

A relação de amizade entre fregueses e produtoras (es) também é colocado pelo consumidor cadastrado na OCS, participante do grupo Econorte, como transcrito da entrevista:

Tem uma relação de amizade, de conhecimento do pessoal. A gente conhece as pessoas por nome e tals. No fim do ano a gente bota lembrancinhas pro pessoal, no fim do ano no nosso aniversário né. Só que eu acho lamentável, o que eu lamento um pouco, é que ninguém gosta de se envolver muito institucionalmente, porque pelo o que eu conheço eu sou o único consumidor que me ofereci para ajudar o grupo, né, de uma forma que eu pude contribuir. Porque como eu sou estudante da universidade, ainda por cima estudante de letras, eu ofereci pra ser secretário sabe, para fazer as atas, a construir documentos e manifestos. A maioria dos manifestos que o grupo fez eu elaborei (Cleberson, consumidor).

Segundo a fala do sujeito de pesquisa, e as respostas das (os) freguesas (es) da feira, como já colocado acima, é possível perceber a relação de fidelidade entre as (os) produtoras (es) e fregueses, que as pessoas se conhecem pelo nome. O que também é colocado pelo consumidor participante do grupo Econorte, é que ninguém procura se envolver institucionalmente, assim o companheirismo fica nas questões de compra de produtos de base agroecológica e não no movimento e na luta ambientalista construída pelo grupo. Segundo Layrargues (2020) não é possível alterar o padrão de consumo sem alterar a lógica de produção, pois não podemos ficar somente na dimensão de consumir produtos de base agroecológica, mas sim questionar a lógica de produção capitalista, pois o problema é estrutural e não individual, como coloca “não basta aderir ao consumo de produtos orgânicos e tentar consumir produtos livres de agrotóxicos sem concomitantemente se opor ao agronegócio ruralista exportador de commodities” (LAYRARGUES, 2020, p. 53). Mas esse fato não foi levantado por outras (os) participantes do grupo. A partir das respostas nos questionários é possível compreender que algumas (uns) freguesas (es) percebem a falta de incentivo do poder público na feira, sendo que quando perguntado como percebe a feira, um dos frequentadores coloca que “carece de incentivo público”.

A relação de fidelidade entre produtoras (es) e fregueses é mantida por ambas as partes. Pelas (os) feirantes ao entregarem, por exemplo, lembranças de aniversário para as (os) freguesas (es), como neste ano de 2021, no dia 21 de maio, aniversário do grupo que completou 11 anos de feira, as (os) produtoras (es) entregaram como presente do aniversário uma muda de planta (Figura 18). Como também pelas (os) freguesas (es), ao procurarem fazer a feira sempre com o grupo Econorte. Além de um sentimento de reciprocidade que vai muito além da compra e venda de produtos, por conta da feira ser um espaço de socialização, e poder gerar uma relação educativa como a respeito da saúde e alimentação.

Figura 18 - Mudanças de plantas, na porta do quiosque, que foram distribuídas para as (os) freguesas (es) no aniversário do grupo Econorte.



Fonte: grupo de *Whatsapp* produtor (a) freguês, no dia 21 de maio de 2021.

Um dos participantes do grupo Econorte também relata que entre as (os) freguesas (es) e produtoras (es) “existe uma questão solidária pois, os clientes são solidários com nós, os clientes acreditam no poder da alimentação saudável” (Cleberson, consumidor), e complementa

[...] a gente tem um público cativo, a gente tem os nossos clientes que são os nossos clientes, mesmo. Assim, que levam fé, que apoiam, então eu acho um espaço muito rico pra isso né, sem falar que eu sempre enxergo como uma semente né, que tá ficando né, e eu tenho a esperança de aumentar isso aí (Cleberson, consumidor).

O sujeito de pesquisa considera a feira um espaço rico e de esperança, de construção de uma alimentação saudável e de relações mais saudáveis com o ambiente. Junto a fidelidade entre produtoras (es) e fregueses, há a procura de alimentos orgânicos, sendo que quando perguntado aos fregueses por qual motivo elas (es) frequentam a feira Econorte, quatro responderam que é por conta dos produtos orgânicos e também por conta de conhecerem as (os) feirantes. O restante respondeu que frequentam a feira por conta da qualidade dos produtos, que consideram de qualidade por “serem de fora”, “não ter veneno”, “por ser orgânico”, “pela qualidade e segurança alimentar dos produtos”, “pela procedência”, “porque são naturais” “porque não tem remédio”, “porque produzem de forma artesanal”.

Esse fato está para além do alimento e seu gosto, mas também está relacionado à construção de um imaginário e algumas vezes das memórias do passado, nas quais os alimentos de “fora” são considerados melhores, como coloca, mesmo que em outro contexto de pesquisa no RS, Menasche (2009, p. 206-207) “remete a um pertencimento, a uma memória, há um

tempo e a um lugar”. Além disso, um sujeito de pesquisa percebe que algumas (uns) freguesas (es) confundem a produção da agricultura familiar do município com a produção com base agroecológica, como coloca

[...] então existe uma certa confusão entre os produtos da cooperativa e os produtos desse apêndice que é a Econorte. Então, as pessoas tendem a confundir, achar que tudo é agroecológico e não é. A agricultura familiar da cidade não é agroecológica, só que as pessoas elas costumam ver assim, ah, é da agricultura familiar, é agroecológico né. Então, só porque não tem uma aplicação de veneno não quer dizer que seja agroecológico, porque tem os adubos químicos e tem as outras coisas, tem os resíduos na terra, então quer dizer existe essa confusão (Cleber, consumidor).

Assim, é possível perceber esse imaginário das (os) consumidoras (es) com os produtos oriundos da agricultura familiar, sendo que mesmo os produtos comercializados na feira organizada pela COOAFAN terem adubos químicos, as (os) freguesas (es) consideram de melhor qualidade por serem de “fora”, produzidos no interior. Nesse aspecto, Menasche (2009) coloca que a comida, assim como a fala, pode nos contar histórias em busca de imagens e sabores perdidos. Essas histórias são contadas pelos alimentos e suas lembranças, mas também compartilhadas nos espaços da feira, tornando este espaço um lugar de aprendizagens, inclusive de construção de educação ambiental pelas (os) sujeitas (os) que frequentam o espaço da feira.

A educação ambiental pode acontecer nos espaços da feira pela formação de uma consciência ecológica e uma transformação cultural e social a respeito do consumo e produção de alimentos com base agroecológica. A produção com base agroecológica, em um contexto rural construído hegemonicamente com a produção convencional e uso de agroquímicos, é uma proposta de transformação do campo. Essas são transformações culturais, sociais, que andam junto com uma visão ecológica sobre o ambiente, no caso da agroecologia, também podem ser meios para a construção de ações em educação ambiental, entre as (os) sujeitas (os) e seu ambiente. Essas (es) sujeitas (os) quando ocupam o espaço das feiras em centros urbanos, formando espaços de socialização e construindo relações de cumplicidade e reciprocidade com as (os) frequentadoras (es) da feira, como foi observado no caso da feira Econorte, também compartilham a visão ecológica a respeito do ambiente, assim também podemos dizer que estão construindo ações em educação ambiental.

O espaço da feira também é um lugar de construção de conhecimento, sobre plantio, manejo, cuidado com as plantas, receitas e plantas medicinais. Francisca falou durante entrevista que fala muito, ensina muito durante a feira, e que ela percebeu que as pessoas aprendem, o que também é colocado por outro sujeito de pesquisa durante a entrevista:

Eu enxergo o espaço da feira como um espaço de troca de conhecimento, de troca de manejo, de conhecimento de manejo de plantações, porque todo mundo que compra aqui, eu percebo que a maioria tem as suas plantinhas, tanto é que a gente vende mudas e o pessoal compra mudas né. A gente troca experiência, como ficou a casa de fulano que plantou aquela muda, como nós fizemos nossa muda e a minha muda ficou assim, a outra muda ficou assado, a gente vê, o que houve que algumas vezes uma estraga a outra não estraga, outra prospera. Então é uma troca de experiência muito rica, de informações (Cleberon, consumidor).

Cleberon percebe o espaço da feira como um lugar de troca de informação, sobre o manejo e cuidado com as plantas, sendo que, como coloca uma parte das pessoas que participam da feira, também têm seu espaço para plantio, seja nos centros urbanos ou em sítios no interior. Trazemos alguns exemplos das trocas entre fregueses e produtoras (es), durante as feiras que realizei as observações. Durante uma das feiras, uma feirante foi fazer as compras e contou sobre suas plantações no seu sítio, ela comentou que as melancias dela estão tortas, Dona Ana e Francisca ficaram pensando o que poderia ser, pois o vento não seria já que as melancias são baixas e as chuvas também não deveriam ser porque este verão foi chuvoso, sendo que na plantação de melancia da Dona Ana estão lindas, e tem uma grande quantidade, assim a safra vai ser boa.

Outro exemplo, em um dos dias de feira uma cliente pergunta sobre a muda de camomila que comprou na feira e que não estava desenvolvendo, Francisca também comentou que sua muda não estava desenvolvendo. Com isso perguntaram para Heitor qual é o melhor lugar para cultivar a camomila, Heitor respondeu que suas mudas ficam embaixo de um sombrite, assim concluíram que a planta não gosta de muito sol e a cliente e Francisca falaram que trocariam suas mudas de lugar. Além de trocas de informações sobre o plantio e manejo, há trocas de receitas. Mais um exemplo, ocorreu durante uma feira, quando uma cliente perguntou como que as produtoras utilizam as pimentas. Francisca falou que tem uma receita de salada de pimenta com limão, que aprendeu em um curso de quatro dias e que não tinha como explicar a salada completa em quatro minutos, mas explicou a receita, falou que tinha que bater a pimenta no liquidificador com óleo e acrescentar limão.

Quando perguntado às (aos) freguesas (es) se aprendem algo durante a feira, das doze pessoas que responderam somente duas disseram não aprender ou trocar informações, mas somente comprar os produtos, as outras dez pessoas falaram aprender durante a feira, sobre os chás, temperos, cultivos, manejos, receitas. Francisca falou durante um dos dias da feira, que a Econorte proporcionou a mudança de hábitos alimentares de quem frequenta a feira, sendo que, por exemplo, em uma época quando vendiam beterraba e cenoura com rama, as (os) clientes

pediam para tirar a rama para pesar, e ela explicava todas as vezes que as ramas são muito boas na alimentação, cheias de nutrientes. Inicialmente as (os) freguesas (es) ficavam um pouco desconfiados, não queriam levar, mas que com o tempo as (os) clientes queriam somente a cenoura e beterraba com rama.

Santos e Chalub-Martins (2012) trazem em sua pesquisa que nas relações semanais entre consumidores e produtoras (es), de vendas dos produtos, também proporcionam um consumo consciente. Para além da percepção comportamentalista e de uma consciência ambiental, com o relato acima é possível relacionar a relação das (os) freguesas (es) à feira da Econorte como uma mudança de atitude ambiental, dos hábitos alimentares. Assim, percebe-se que a atitude ambiental se diferencia do comportamento ambiental, que surge da psicologia comportamental e coloca que os comportamentos humanos estão ligados únicos e exclusivamente à vontade racional dos indivíduos de produzir transformações, assim mudar o comportamento não significa mudar o significado sobre as coisas, reforçando um comportamento “correto” e punindo os incorretos, adestrando as (os) sujeitas (os), em um caráter normativo e disciplinar (CARVALHO, 2012). Ao contrário de um ensino/aprendizado comportamental, há a aprendizagem significativa, estudos culturais, pedagogias críticas, abordagens construtivistas, que percebem a educação “como um processo permanente, aberto e formativo, no qual a relação de ensino/aprendizagem envolve processos cognitivos e socioculturais de atribuição de significado” (CARVALHO, 2012, p. 187).

Apoiada na perspectiva de Carvalho (2012) é possível compreender que o aprender é visto como um ato cultural, contextualizado e inserido em um universo simbólico. Assim a alimentação das (os) freguesas (es) também com as ramas das beterrabas e cenouras, foi a partir de uma compreensão dos nutrientes presentes nestas partes dos alimentos, com um reforço da produtora, que é considerada uma pessoa de confiança. Procurando dar significado e propor mudanças culturais em relação às plantas medicinais, neste ano de 2021, Francisca começou a levar à feira alguns chás e temperos em rama, como ela falou durante conversa no campo. Até o término dessa pesquisa ela não teve muitas vendas, mas ela relata que começou a levar para “colocar na cabeça” das pessoas o uso e poder das plantas medicinais, pois mesmo não vendendo as pessoas perguntam que planta é e para que serve. Assim, Francisca considera essa relação como “boa” porque quando a pessoa estiver com uma determinada dor vai se lembrar das plantas que fazem bem e poderão ir comprar na feira.

Como colocado por Francisca, a presença de plantas medicinais na feira, proporciona trocas de informações sobre as medicinas alternativas. Como um exemplo, em uma das feiras que estava observando, Francisca estava me explicando sobre os benefícios da salva-do-rio-grande-do-sul⁸⁷, nisso uma das clientes ouviu Francisca falando e contou que curou seu cachorro do mal de intestino que tinha dando chá de Salva por um longo período. Francisca também falou que curou sua gata com o chá de Salva, que ninguém sabia o que ela tinha, que todos achavam que iria morrer, mas que após algum tempo de tratamento com o chá de Salva, a gata se curou.

Na feira de 22 de janeiro de 2021, por exemplo, uma freguesa entrou na feira e comprou alguns produtos, comentou que não podia comprar muita coisa, pois não poderia carregar muito peso por conta de seu problema de coluna. Em seguida Francisca falou para ela fazer compressas da erva baleeira⁸⁸, que é bom para todo o tipo de dor. A freguesa perguntou como fazia e em qual lugar encontrava a erva medicinal. Francisca explicou como se fazia a infusão com tintura de baleeira para fazer a compressa, explicando que mistura a tintura com água, pois se passar direto a tintura somente com álcool, evapora facilmente e não faz tanto efeito, assim explicou que passa essa mistura em um pano e coloca em cima do lugar que sente dor, explicando também alguns benefícios da planta. A freguesa perguntou se eles tinham erva baleeira para vender e Francisca falou que a erva é uma planta que nasce espontaneamente por ser nativa, e falou alguns lugares da cidade que ela poderia encontrar a planta. Heitor ficou de levar a erva para mostrar para senhora na próxima feira, já que tem uma perto de sua casa, quando a freguesa saiu ela disse “que bom que entrei aqui”.

Compreender e conhecer o território e as plantas nativas da região também faz parte do entendimento de base agroecológica, sendo que tem como princípio a transformação dos ecossistemas em agroecossistemas, assim produzir com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Por exemplo, quando perguntado para as (os) freguesas (es) o que costumam comprar na feira, as respostas foram diversas, mas entre a maioria estava “o que tem disponível”, “os produtos da época”, o que mostra uma adaptação ao local e a periodicidade dos produtos, assim o consumir é para além dos desejos alimentares, mas também sobre um entendimento do ambiente local. Os exemplos de trocas de informação nos espaços da feira trazidos neste subitem, também são percebidos nesta pesquisa

⁸⁷A salva-do-rio-grande-do-sul é a planta de nome científico *Lippia alba*, da família Verbenaceae. Uma planta típica do Rio Grande do Sul, que nasce espontaneamente nos campos.

⁸⁸ Erva medicinal nativa da mata atlântica, nome científico *Cordia verbenacea*.

como construção de uma educação ambiental, seja pelo entendimento sobre seu ambiente, conhecimento sobre os benefícios e a diversidade de plantas nativas, e na própria socialização e formação de amizades por meio das trocas ecológicas.

Neste subitem, abordamos as relações econômicas, sociais, culturais e educativas que acontecem no espaço da feira Econorte. Com isso percebemos e destacamos a relação de fidelidade e companheirismo construídas entre produtoras (es) e freguesas (es), as trocas de informações e construção de conhecimento entre produtoras (es) e freguesas (es), entre freguesas (es) e entre produtoras (es). Ainda, é possível perceber a importância do espaço da feira como um espaço de socialização e de encontro, principalmente no período de pandemia. A seguir abordaremos mais profundamente a construção da agroecologia no grupo Econorte e na vida das (os) sujeitas (os) do grupo, dando destaque às mulheres rurais nesse processo, por serem a maioria no grupo, estarem mais presentes e à frente da construção da transição agroecológica.

3.3 Intersecção entre agroecologia e as mulheres rurais do grupo de agroecologia Econorte

Figura 19 - Símbolo do feminismo em flores de hortênsia, enfeite da ação do dia da mulher com o grupo Econorte e MAM.



Fonte: autora (2020).

Neste momento procuramos compreender a construção e percepção sobre a agroecologia das (os) participantes do grupo Econorte. Iniciamos trazendo um pouco sobre as mudanças na rotina das (os) sujeitas (os) de pesquisa após estarem em transição agroecológica, relacionando e comparando com a produção convencional de cebola, e com isso as mudanças na vida das (os) sujeitas (os) e na estrutura familiar. Após, trazemos como as (os) participantes do grupo tiveram o primeiro contato com a agroecologia, e, por fim, interseccionam a agroecologia com as mulheres do grupo Econorte a partir de suas relações familiares, econômicas e políticas.

A agroecologia em um viés científico, como perspectiva teórica deste trabalho, é uma das expressões sócio-políticas do processo de ecologização, que busca estilos de agricultura menos agressivos ao ambiente promovendo inclusão social e melhores condições econômicas para as (os) agricultoras (es) (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Neste viés, a agroecologia está além da produção de alimentos de base agroecológica, da instalação de tecnologias consideradas limpas, da mudança de práticas agrícolas, o que vem sendo colocado pelas agriculturas alternativas, como a orgânicas, biológicas, natural, biodinâmica, permacultura. Ao contrário, na agroecologia busca-se transformações na sociedade, o que requer mudar as práticas agrícolas e as relações sociais, políticas, econômicas, culturais, de gênero, classe, raça, que percorrem este ambiente, pois segundo Caporal e Costabeber (2004, p. 10-11)

A prática da agricultura envolve um processo social, integrado a sistemas econômicos e que, portanto, qualquer enfoque baseado simplesmente na tecnologia ou na mudança de base técnica da agricultura pode implicar no surgimento de novas relações sociais, de novo tipo de relação dos homens com o meio ambiente e, entre outras coisas, em maior ou menor grau de autonomia e capacidade de exercer a cidadania.

Como colocado pelos autores, mudar as técnicas agrícolas significa mudar as relações sociais que as (os) agricultoras (es) mantêm com seu território, com sua família, com o trabalho, com os grupos sociais que se relacionam e do envolvimento nos processos por autonomia e cidadania dentro da sociedade. Ideias trazidas também por Paulo Freire (1983) que considera a produção agrícola como resultado da relação humano natureza que se prolonga nas relações culturais, históricas, do ser humano com seu espaço, como condicionantes da produção e do trabalho. Sob essa perspectiva, isto significa entender a produção agrícola não somente como uma técnica exercida, mas também como relação. Ao olhar para o contexto de pesquisa e as sujeitas (os), Francisca fala um pouco sobre a mudança na rotina de seu trabalho após começar a produzir com base agroecológica.

[...] é uma coisa diferente também, tu trabalhar na agroecologia, é essa coisa da rotina. Porque o que eu tava realmente procurando pra minha vida era isso, era conciliar o trabalho com uma coisa agradável de viver. Assim, como uma atividade agradável de viver, que me causasse um bem estar. Não vou dizer que tem, que a gente pode escolher o dia de trabalhar, não, porque se tem uma colheita pra fazer, tu tem que fazer a colheita naquele dia, por exemplo a colheita do feijão, se tu facilitou tu perde toda a safra do feijão. Então, tem coisas na colheita, sim tu tem que colher, a ameixa, o pêssego, tá pronto, tu vai deixar para colher na semana que vem? Não, tu tem que colher no momento que a planta está pronta né, a colheita ela te exige isso. Mas a rotina da planta, como vou dizer, como da cebola né que a gente plantava cebola né, era mais cansativo, era mais estressante, porque tu tem muita planta né, tu não planta um canteiro, tu planta vários hectares da mesma coisa. Aí tu fica todo dia tendo que levanta cedo, trabalha todo dia fazendo a mesma coisa, todo dia, todo dia, não é uma coisa prazerosa porque tu fica muito cansado, tu não vê a hora de chegar o fim, de termina. E a mesma coisa acontece para cuidar e pra colher né, porque é muito desgastante, tu trabalhar muito a mesma coisa. Então é uma vantagem muito grande da agroecologia porque é uma diversidade né (Francisca, produtora).

Quando a sujeita compara a produção de base agroecológica e a produção convencional, percebemos que ocorreram mudanças em sua rotina de trabalho após estar na transição agroecológica, sendo que, segundo a fala da sujeita de pesquisa, trabalhar no campo com a diversidade causa um menor desgaste, pois não há um trabalho repetitivo. A agricultura convencional em grande escala não leva em consideração o trabalho como um saber e fazer, mas sim como reprodução, como colocado por Leff (2002) e destacado no primeiro capítulo desta pesquisa, a fim de obter a maior produtividade e lucratividade por meio do trabalho repetitivo e a produção de uma única cultura.

Ao contrário, a agroecologia pode propor pensar a construção de relações consideradas mais saudáveis entre os humanos e com seu ambiente, o que implica em um trabalho mais agradável, que não tem como objetivo principal o lucro, mas sim a qualidade de vida das (os) agricultoras (es). A agroecologia que é pautada pelo movimento ecologista, surge criticando o progresso ilimitado “tanto do ponto de vista de duração e da qualidade da existência humana quanto a permanência dos bens ambientais e da natureza em que vivemos” (CARVALHO, 2012, p. 68). Francisca complementa sua fala sobre sua transição agroecológica, falando que por mais que a produção de base agroecológica não traga tanto lucro quanto a produção convencional de cebola, ela traz outros benefícios, como qualidade de vida, paz, alegria e saúde.

[...] então essa rotina, ela me traz menos dinheiro com certeza, do que se eu tivesse em uma atividade de cebola, mas ela me traz mais qualidade de vida. Porque é terapêutico, é terapêutico, tu ir lá, tu analisar, tu ver o que tu vai fazer, tu pensar, hoje é bom isso, hoje é bom aquilo, às vezes saio pra fazer uma coisa e fico fazendo outra. Trabalhar com uma infinidade de planta, a planta te traz uma energia te traz saúde, te traz alegria, te traz paz. É um serviço muito diferente, muito diferente. Eu nasci na agricultura, e me criei na agricultura, mas eu to cada vez mais apaixonada por esse mundo, por essa rotina, que eu tô recém, vamos dizer começando, porque é um universo muito grande. (Francisca, produtora).

Além da qualidade de vida, Francisca traz que o trabalhar com a agroecologia exige o exercício de observação, de experimentação, de analisar as plantas, do que precisa ser feito no dia, como uma “produção agrícola dentro de uma lógica em que a natureza mostra o caminho” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 6). A observação, interpretação e agir no mundo é parte do processo educativo, quando Francisca coloca que analisa o que precisa ser feito, está em diálogo com a natureza, com seu ambiente, assim construindo saberes nesta relação. Como exemplo de aprendizagem com o ambiente, Francisca, em entrevista, fala que aprendeu observando o que poderia ou não colocar no minhocário, como transcrito abaixo:

[...] claro que eu tive uma incidência de rato no minhocário, e eu por conta disso eu parei de colocar semente né. Eu vi que a semente não era boa no minhocário, eu vi isso sozinha, semente de feijão, de milho, de alguma coisa que às vezes eu vi que tava meio mofado, isso não é bom colocar lá, não é o local muito certo pra tu colocar essas coisas. Aí, até porque dá muito, aí dá rato, claro porque eles vão fazer, porque o rato do campo também não é igual ao rato da cidade né, ele faz toca na areia, eles são diferente né, acho que são até uns ratinhos mais limpinhos (risos), não são rato de esgoto (Francisca, produtora).

A fala de Francisca é um dos exemplos da aprendizagem dela com seu ambiente e com sua prática de compostagem, que acontece com a observação das condições locais, com experimentos sobre diferentes formas de cultivo e neste caso de compostagem. Além disso, a sujeita de pesquisa coloca que não utiliza mais nenhum tipo de veneno dentro da sua casa após entrar para a agroecologia, sendo que após começar a compostar seu alimento com o minhocário diminuíram muito os insetos que ficavam em sua casa, e que com alguns bichos aprendeu a conviver, como coloca:

[...] então, com a agroecologia eu também parei de usar inseticida, com a mosca, veneno pra isso, veneno pra aquilo, lá em casa eu não uso veneno pra nada há muitos anos. Na minha casa, tem uns bichinhos? Tem! Algumas aranhas, algumas aranhinhas, mas não tem, engraçado que quando eu usava (veneno) minha casa vivia infestada de mosca, parece que quanto mais tu usa, mais mosca tem, e agora não tem (Francisca, produtora)

É possível perceber as mudanças na vida da Francisca após entrar para a agroecologia, sendo que não somente retirou os venenos de sua plantação, mas também de dentro de casa, criando outra relação com seu ambiente e com a natureza. A relação de reciprocidade e de acolhimento com o ambiente não humano é contrária e questionadora da postura onipotente e controladora que tem orientado o processo civilizatório da (o) sujeita (o) moderna (o) (CARVALHO, 2012). Do mesmo modo contraria aspectos do modelo da revolução verde, quando voltamos nossos olhares para o contexto rural, sendo que os monocultivos e os pacotes

de agroquímicos chegam ao campo como algo moderno, como um tipo de progresso. Quando perguntado as (aos) integrantes do grupo Econorte como percebem e quando tiveram contato com a agroecologia. Francisca responde:

[...] é, na verdade eu não tinha me relacionado com esse nome né, agroecologia, porque eu acho que eu já nasci agroecológica. Porque desde criança, assim, eu tenho muito, uma relação muito forte com a natureza, com o meio ambiente, muito forte mesmo. Só que daí a gente foi perdendo na verdade, acho que a agroecologia é uma coisa que já existia, porque a agroecologia não é uma coisa moderna, pelo contrário, é uma coisa muito antiga né, muito simples. Mas aí, o que aconteceu, eu nasci no ano em que o veneno estava entrando aqui no município, aí eu fui crescendo aí, em uma mistura assim tipo, era uma ecologia mas que já estava entrando o veneno, que já tava entrando o anticoncepcional, que já tava entrando antibiótico, que já tava entrando um monte de coisas que supostamente seria bom, seria o futuro, seria o progresso chegando para ajudar as pessoas (risos) e tals. Ai a monocultura já abafando muito as hortas, cada vez menores, os pomares cada vez menores, porque já tava mais fácil de produzir cebola. Então já tava aumentando as plantações, mas eles ainda plantavam milho, lá a gente tinha pomar, tinha de tudo um pouco, mas pra sobrevivência cebola né. No nosso caso a minha família não era de pescador, mas a gente também comia muito fruto do mar por conta, até porque aonde eu nasci e me criei era muito perto da praia né (Francisca, produtora).

A sujeita de pesquisa expressa que a diversidade na produção, o não uso de agroquímicos já fazia parte de sua infância, que era o modo como seus avós trabalhavam com a agricultura, e que, mesmo ela não conhecendo o termo agroecologia, já gostava de passar seu tempo livre nos espaços ecológicos que havia na propriedade em que morava. Este jeito de viver a agricultura, assim como os espaços de policultivos, foram abafados com a chegada dos agroquímicos no território, como consequência da chegada da revolução verde. Ainda, Francisca coloca durante entrevista que as informações sobre os malefícios do uso de agroquímicos não chegavam as (aos) agricultoras (es), mas que os produtos chegavam como “remédio”, como coloca:

[...] 1969, então bem por aqueles anos, o veneno estava chegando forte no município, e o pessoal chamando de remédio né. Ah, remédio pra cebola, remédio pro pasto, remédio pra isso, remédio pra aquilo, não tinha nem um décimo do veneno que tem hoje, mas também foi no ano, que pelo menos lá, né, na minha infância, aonde eu morava, que a gente morava meio isolado da cidade, naquele tempo era isolado, porque não tinha luz elétrica, não tinha caminho, então também foi no ano que entrou o anticoncepcional né. As mulheres começaram a né, aí agora eu tenho um remédio, que a mulher não fica grávida. Daí só que totalmente desinformada, tanto sobre o anticoncepcional, quanto do uso do veneno, as duas informações chegavam mais com interesse comercial e não por causa realmente da mulher né. [...] Junto com isso entrou o veneno, que era o remédio, que meu pai demorou anos para descobrir que aquela porcaria daquele remédio era veneno né (Francisca, produtora).

Percebe-se o interesse político do Estado e das empresas produtoras de agroquímicos na instalação do modelo de produção convencional, com interesse de controle da natureza pelo uso de agroquímicos, como também trazido na fala de Francisca, a chegada do anticoncepcional, a

fim de um controle dos corpos das mulheres. Ainda, a falta de informação para as (os) agricultoras (es) sobre os usos dos produtos e seus malefícios, que chegam como algo que tinha que ser usado na plantação, com promessas de melhorar a vida das (os) agricultoras (es) no campo, como colocado por Francisca, somente com interesse comercial. Em outra entrevista, Márcia coloca que sua família já sabia dos malefícios dos agroquímicos, por meio da igreja, que informava as (os) agricultoras (es)

[...] mas a família sempre foi muito consciente, com relação aos agrotóxicos, um cuidado com os venenos. E o pai já usava o mínimo possível né, porque o pai no movimento da igreja católica, Pastoral da Terra, tinha, a gente ouvia se falar, do perigo do agrotóxico. Então, o mínimo possível, e eu já cresci com isso, eu a gente, no caso e a gente já, e essa coisa do veneno, muito pouco com a cebola, mas sempre a monocultura da cebola né (Márcia, produtora).

É possível perceber que a problemática com o uso de agroquímicos, veio por meio de informações trazidas pela igreja, na Pastoral da Terra, que era e ainda é um meio de informação principalmente nas comunidades do interior. As informações sobre cuidados e malefícios dos usos de agroquímicos, foram importantes, no caso da Márcia, para que sua família usasse menos quantidade e soubesse fazer o manejo com os produtos, mesmo assim a monocultura prevalecia na produção da agricultura familiar da família da sujeita de pesquisa. Ana fala que para ela a agroecologia é cuidar do ambiente e da natureza em que vivemos, como relata em entrevista “entendo que é plantar e cuidar da natureza respeitando os princípios de não agredir o meio ambiente com produtos químicos” (Ana, produtora).

Assim, para Ana, a agroecologia está relacionada à produção sem uso de agroquímicos, como um modo de preservar o ambiente e cuidar do lugar em que vive. Quando perguntado ao Cleberson, como teve contato com o termo agroecologia, ele responde:

Esse termo (agroecologia) já estava em evidência pela minha trajetória ambientalista. Então, quando se pensa em proteção do meio ambiente, se pensa também nos modelos econômicos de produção de commodities e de alimentação e etc. Então a gente não pode apenas criticar o modelo capitalista, a gente tem que apresentar alternativas. Então, naturalmente a questão da agroecologia já vem nessa esteira de ideias né, e conforme a gente vai entrando na discussão de produção agroecológica, é uma coisa sem fim, a gente vai aprendendo sempre, e sempre, e nunca se esgota o assunto. Então quando mais eu converso, quanto mais eu vivo, mais os anos se passam, mais a gente percebe importância da agroecologia, e mais a gente aprende né, sobre plantas nativas, as plantas alimentícias, que nascem a vontade no nosso solo, e que elas são altamente nutricionais, e assim por diante (Cleberson, consumidor).

A agroecologia surgiu na vida de Cleberson a partir dos movimentos ambientalistas que faz parte, que buscam soluções para o modelo de produção convencional de alimentos. Ainda coloca que os assuntos sobre a agroecologia nunca se esgotam, o que relacionamos com as ideias de Caporal e Costabeber (2004), com o termo transição agroecológica, que os autores

trazem como indispensável para a agroecologia, pois esta é entendida “como um processo gradual e multilinear de mudanças que ocorrem através do tempo” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 12). O grupo Econorte também se considera em uma transição agroecológica, como já colocado no capítulo anterior, principalmente por não terem sistemas de produção de base agroecológica considerados consolidados, e a maioria da sua produção ser de forma orgânica, ou por estarem ainda iniciando o processo, ou pela falta de espaço da propriedade, que iremos abordar mais adiante neste subitem. Ao mesmo tempo, as ideologias e perspectivas do grupo estão em consonância com os princípios agroecológicos, como já colocamos no capítulo dois, pois o grupo busca uma transformação da sociedade a partir do ambiente local, procurando produzir sem o uso de agroquímicos, em uma relação mais saudável com o ambiente, lutando pelo território contra a instalação de grandes empreendimentos, buscando manter relações comerciais justas, entre outros.

Com as falas das (os) participantes do grupo Econorte, é possível perceber que a preocupação com o uso de agroquímicos e o termo agroecologia chegou por diversos meios na vida das (os) sujeitas (os), mas em todos os casos foram por estarem organizados em algum grupo ambientalista. Como também no caso da Francisca que, mesmo já se considerando agroecológica desde sua infância, como coloca na fala anterior, em entrevista traz que ouviu falar pela primeira vez sobre agroecologia a partir de agentes externos, durante uma reunião da Embrapa, que participou por fazer parte da Associação Amigos da Terra,

[...] eu vim pra casa assim, (após reunião do fórum da Embrapa por ser da associação raízes da terra) parecia que estava pisando em nuvens. Eu nem sabia direito que bicho era esse tal de agroecologia, na real era aquilo que eu vivi minha infância toda, mas eu não sabia por que eu lembro, assim, muito, os momentos mais felizes da minha infância era quando eu corria na horta dos meus avós, pegando frutas, subindo em árvores, pegar fruta roubando fruta da avô, comendo escondida antes do almoço que não podia (risos). Aí, a gente fazia a festa dentro das hortas, minha tia avó tinha um pomar, a gente chama de horta né, mas é um pomar imenso assim, tinha mato, tinha tudo misturado, era uma verdadeira agroecologia né (Francisca, produtora).

A fala da Francisca relaciona a agroecologia à infância, às hortas e pomares que tinham na propriedade de seus avós, com uma diversidade de produtos e alimentos plantados. Compreendemos que a agroecologia está além dos plantios em policultivos, mas entendemos que estes também são espaços de encontro do humano com a natureza e são modos de produzir mais equilibrados com o ambiente. As hortas familiares ainda são os espaços, dentro das propriedades convencionais, nos quais há a produção de alimentos em policultivos e sem uso de agroquímicos. Muitos estudos evidenciam que as mulheres, historicamente e socialmente são as responsáveis pelas hortas familiares, como Burg (2005) que traz em sua pesquisa que as

mulheres estão em maior relação com a agroecologia por conta de a prática agroecológica orientar para a diversidade dos policultivos e de atividades, que fazem parte do cotidiano das mulheres (BURG, 2005).

Com isso, damos destaque às mulheres rurais que participam do grupo Econorte e que constroem a agroecologia no município de SJN, trazendo a intersecção entre agroecologia e mulheres rurais. Trazemos esta intersecção, pois percebemos durante o campo de pesquisa que as mulheres do grupo Econorte são as mais presentes, nas reuniões, nas feiras, no envolvimento político ambientalista do município, em formações nas comunidades, e ainda são as que tomaram a frente na produção de base agroecológica dentro das famílias, esses aspectos ocorrem por diversos motivos, que iremos desenvolver neste capítulo. Ainda compreendemos a importância de dar destaque às mulheres rurais, que constroem diferentes formas de produzir alimentos, em pesquisas acadêmicas, pois é uma forma de dar visibilidade ao trabalho das mulheres que historicamente é invisibilizado e considerado como um não trabalho.

Dialogando com os textos de Moreira, Ferreira e Siliprandi (2018) é possível perceber que por mais que os homens apareçam na história como protagonistas da construção da agroecologia, são as mulheres que sempre estiveram presentes nesta construção, representando mais de 70% da mão de obra da agricultura familiar, ainda são as responsáveis por iniciar e divulgar as experiências agroecológicas e de segurança alimentar (MOREIRA; FERREIRA; SILIPRANDI, 2018). As relações das mulheres rurais com a agroecologia, no caso do grupo Econorte, também é observado pelo participante do grupo cadastrado na OCS como consumidor, que fala durante a entrevista,

[...] mas a minha observação é que as mulheres tomaram a linha de frente da agroecologia, da proteção ao ambiente e principalmente da agroecologia né. Se a gente chega e lançar um olhar atento, existe uma cisão entre os casais, porque os homens, eles ainda trabalham em um modelo do agroquímico, no modelo tradicional de produção e do lucro, os homens estão preocupados com o lucro de sua produção. Então por eles ter essa preocupação com essa demanda, eles investem nos agroquímicos, porque cristalizou-se um pensamento na cidade que o agroquímico vai assegurar a produtividade, e vai assegurar a safra. Então eles tem medo de não colocar o agroquímico, e o medo deles é de perder a safra da cebola, de não lograr um produto bom, então os homens acreditam muito nisso. Mas as mulheres não, as mulheres têm mais fé na agroecologia, elas não têm medo das perdas. Elas não consideram as perdas que existem, elas não consideram como perdas, tu não vê as mulheres se lamenta nas perdas né. Elas eu acho assim, é um prazer pra elas estar no manejo agroecológico, o manejo já é, como se fosse, uma terapia pra elas, elas se sentem bem, se sentem felizes, no puro e simples manejo, com produção ou sem produção (Cleberson, consumidor).

Cleberson considera que as mulheres do grupo Econorte tem uma maior proximidade com a agroecologia, sendo que são as que se arriscam a produção no modelo não convencional e não se importam tanto com os lucros, mas sim com a qualidade de vida oriundo deste modo de produção. Esse aspecto também é colocado por Karam (2004) em sua pesquisa interseccionando as mulheres rurais e a agroecologia, traz que as mulheres são sujeitas importantes na construção da agroecologia, por assumir o desafio de iniciar algo novo (KARAM, 2004).

Direcionando os olhares para o contexto de pesquisa, foi percebido que em algumas famílias do grupo Econorte, somente a mulher participa do grupo e que nestas famílias, as propriedades são divididas entre a produção convencional e a produção de base agroecológica. Essa separação também caracteriza uma divisão de gênero, sendo que a produção convencional é de responsabilidade dos homens e a de base agroecológica das mulheres. Além de representar uma diferenciação de valor financeiro entre as produções, sendo que, como já colocado durante este capítulo e nos capítulos anteriores, a produção agroecológica não tem tanto envolvimento de dinheiro, quanto a produção convencional. Francisca conta em entrevista sobre a separação entre trabalho na sua família,

Foi um divórcio que a gente fez lá em casa, assim, no serviço né. Eu falo que a gente é divorciado no trabalho né, foi bem difícil no começo, a relação né, a relação de casal, porque a gente mudou toda uma rotina. Então por isso que eu tive que fazer tipo uma transição né, primeiro ano, segundo ano, eu fiquei trabalhando nas duas coisas mas aí, quando chegou no segundo ele, ele mesmo disse pra mim, não, não dá, tu tem que ficar em uma coisa ou outra porque, porque eu fui pra cebola e aí eu não tinha produto pra vender na feira depois, por causa daquele período que eu fiquei na cebola que eu não fiz outra coisa né. Então ele também viu que não tava legal, que teria que ser separado (Francisca, produtora).

A família da Francisca é um exemplo de separação dos casais no modo de produzir alimentos, sendo que ela produz com base agroecológica e seu marido convencional. Como outro exemplo, na família da Márcia, o casal trabalha junto, mas como seu companheiro me contou durante uma feira, foi ela que começou a produzir com base agroecológica e ir para a feira de ônibus vender seus produtos. Somente após alguns anos que ele, seu companheiro, começou a produzir junto com sua companheira, quando viu que a produção sem uso de agroquímicos também dava “certo”.

Para reflexão sobre a divisão de trabalho conforme o gênero, utilizamos Federici (2017), que traz que essa separação no trabalho, conforme o gênero aconteceu ainda com o surgimento do capitalismo, como uma consequência negativa deste sistema. A separação do trabalho entre produtivo e reprodutivo ocorreu com a privatização das terras e o fim das unidades coletivas de

subsistência familiar (FEDERICI, 2017). Assim, a produção destinada para o mercado era uma atividade de valor, e o trabalho reprodutivo começou a ser considerado como algo sem valor do ponto de vista econômico e inclusive deixou de ser considerado um trabalho (FEDERICI, 2017, p. 145). Com isso, o trabalho reprodutivo começou a ser visto como uma vocação natural das mulheres, sendo designado como trabalho de mulher. Essas mudanças históricas tiveram seu auge no século XIX com a criação das figuras das donas de casa, o que aumentou a dependência das mulheres com os homens.

Voltando nossos olhares para a divisão de trabalho conforme o gênero no contexto rural, utilizamos Paulilo (1987). A autora coloca que o trabalho no campo é dividido como leve ou pesado conforme o gênero que o faz, tendo uma valoração econômica diferenciada. Assim, o trabalho dito leve, menos proeminente e de baixa remuneração é de responsabilidade das mulheres, enquanto os homens ficam com o trabalho dito pesado e de valoração econômica. Em seu estudo, Paulilo (1987) em diferentes partes do Brasil, com diferentes culturas, percebeu que em algumas regiões o trabalho considerado leve era considerado pesado em outras regiões, concluindo que o trabalho é leve não por suas características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar (PAULILO, 1987, p. 115).

Como consequência da divisão de trabalho nas famílias do grupo Econorte, foi observado no campo de pesquisa que nas famílias do grupo Econorte quando o casal trabalha com a base agroecológica a produção é de maior quantidade e variedade, enquanto que somente a mulher trabalha na produção de base agroecológica tem uma menor produção. Um dos motivos é por conta de que as mulheres que trabalham com base agroecológica separadas dos homens acabam ficando com espaços menores para produção dentro da propriedade, ou ainda com os espaços que “sobram”, seja por conta de começarem depois a produzir com base agroecológica e a propriedade já estar tomada pela produção convencional, ou por conta de a produção de cebola ter maior valoração econômica comercial. Como interpretado da fala de Francisca sobre o início do plantio de base agroecológica em sua propriedade:

[...] aí fomos fazer as hortas, lá aonde, aonde? Meu marido só dizia assim, ah não tem lugar. Por que não tem lugar? Porque tudo tomado por cebola né, tudo contaminado, aí eu disse, vamos fazer aonde não tem cebola. Aonde não tem cebola? Aonde que a muitos anos não tem cebola? Dentro da lagoa e em cima daquela areia seca aí. Ah, mas aí não dá nada, não, mas é aí que tem, então é aí que vai ser. E aí que foi, e até hoje eu tô trabalhando nesses dois locais, dentro da lagoa, praticamente, dentro da lagoa em um modo de dizer né, em um lugar baixo assim que quando chove a água sobe, subia, porque agora a gente fez umas valas e não sobe. Não é lagoa, não é APP, isso não (risos), é no lugar tão baixo, assim, que quando chove muito alaga tudo né. E na areia, que a cinquenta e poucos anos atrás era duna, então não dava para plantar nada ali supostamente (Francisca, produtora).

Francisca fala sobre o início de sua produção, da dificuldade de encontrar um espaço na propriedade que ainda não estivesse contaminado pelo uso de agroquímicos. Por conta disso, acabou ficando com alguns espaços não tão apropriados para o plantio, seja pelo solo arenoso, ou pelos alagamentos. Assim, no início da plantação, seus produtos eram muito pequenos e com algumas colorações que mostravam a baixa quantidade de nutrientes do solo. Mesmo assim persistiu no cultivo e recuperou o solo, e hoje, como falado no capítulo dois, tem um espaço agroecológico em sua propriedade. A dificuldade em encontrar um espaço na propriedade que não tenha veneno também é colocada por outra participante do grupo, sendo que comenta que precisa convencer o marido a não plantar com veneno em todo o terreno, para ela poder ter um espaço reservado para o plantio sem o uso de agroquímicos, que seja afastado do resto da produção.

Com isso, a sujeita deixou um grande espaço ao lado da casa, o qual construiu uma estufa para plantar com base agroecológica, pois como comenta durante a observação que “não queria ficar de cara com o veneno” e queria um espaço para plantar uma diversidade de produtos, como pimentão, tomates, pois para ela essa é a “vantagem” de morar no interior. Esta participante do grupo tem sua plantação quase toda em saquinhos e vasos (Figura 20), por conta de morar em um terreno bem arenoso e, como está a pouco tempo na propriedade, o solo ainda está sendo tratado. Chama a atenção a adaptação da sujeita ao seu espaço, sendo que utiliza a terra de sua composteira para colocar nos saquinhos e nestes produz uma diversidade de produtos.

Figura 20 - Produção de base agroecológica de uma das participantes do grupo Econorte, na comunidade do Retiro.



Fonte: autora (2020).

Outro aspecto que trazemos nesta pesquisa é a questão da sobrecarga de trabalho das mulheres rurais que produzem com base agroecológica separadas do marido. Sendo que, além da lida com os cultivos, que fazem praticamente sozinhas, também são responsáveis pela limpeza da casa e preparo das refeições. Este trabalho é colocado por Butto (2011, p. 14) “como uma mera extensão dos cuidados dos filhos e dos demais membros da família, um trabalho concebido como ajuda decorrente também do ocultamento do trabalho delas”. Assim, um trabalho que é a base de outros trabalhos, mas que por não ser remunerado é invisibilizado. No contexto de pesquisa, Francisca fala em entrevista:

[...] ah, a mulher faz toda lida né. Eu faço toda a lida, na função de cozinhar, raramente eles cozinham, muito difícil eles cozinharem, a não ser quando eu não tô em casa. A lida da casa é toda comigo, a função de lavar roupa, de cuidar de tudo. Então tudo isso é uma coisa que a gente ajuda né. Às vezes alguma coisinha, tipo, como que eu vou dizer, ah, vai chover, corre pra fechar um galpão, pra tapar uma cebola, isso é outra coisa né, eu não vou deixar perde a planta, isso não né. E na parte deles, eles fazem as terra, os canteiros, as coisas pesadas, só, também tipo, as vezes levam um esterco que é muito pesado, faz a terra e tchau (risos) o resto é comigo, na parte do orgânico (Francisca, produtora).

O trabalho do cuidado com a casa, como colocado por Federici (2017), é visto como uma vocação natural das mulheres. Segundo Siliprandi (2012) a invisibilidade do trabalho doméstico e das tarefas relacionadas com o cuidado e com a reprodução da vida reforça o não reconhecimento das mulheres como agentes econômicos que ocupam um lugar específico dentro do capitalismo, como se fosse possível prescindir desse trabalho fundamental para a manutenção e reprodução dos trabalhadores e de toda a sociedade (SILIPRANDI, 2012).

Siliprandi (2012) coloca que o trabalho na esfera privada, dentro das propriedades também é recorrente no campo, com as mulheres rurais:

As mulheres, em geral, são responsáveis pela aquisição e preparação dos alimentos para a família. No meio rural é também parte de suas responsabilidades a produção direta dos alimentos, por meio das hortas, pequenos animais, transformação de produtos como queijos, doces e pães. As mulheres são, ainda, as principais envolvidas com as questões da saúde e educação dos filhos e filhas, sendo estratégicas para a promoção de hábitos saudáveis no seio da família”. (SILIPRANDI, 2012, p. 146)

É observado no campo de pesquisa que as mulheres do grupo Econorte se identificam no lugar de cuidado da família, sendo que em diversos momentos os assuntos se voltavam às questões de saúde da família e as mulheres se colocam como responsáveis por esse trabalho. Além disso, foi observado na pesquisa de campo que este lugar da mulher como cuidadora da família é um dos motivos da maior participação das mulheres no grupo, na visão das participantes, segundo a fala de uma das sujeitas de pesquisa, isso ocorre por conta do “instinto materno” das mulheres. A sujeita de pesquisa fala sobre o instinto materno, das mulheres com

a proteção ao solo, água, terra, das sementes, que são as mulheres que têm a iniciativa em guardar, que tem esse instinto de proteção com a família e conseqüentemente com as questões ambientais. Este como um trabalho no ambiente privado, que invisibilizado não conta na divisão e percepção do trabalho humano em um grupo familiar.

As mulheres historicamente são mais preocupadas com as questões ambientais, como colocado por Siliprandi, (2012, p. 148)

Há muitos anos as camponesas vêm chamando a atenção para a destruição dos meios produtivos na agricultura (biodiversidade, água, recursos energéticos) promovida pela lógica produtivista dominante, que usa e abusa dos insumos externos e das energias não renováveis, e utiliza o meio ambiente como uma fonte inesgotável de riqueza, em nome de um aumento da produtividade e dos lucros de poucos.

Historicamente as mulheres estão presentes nas lutas pelo território e preservação ambiental. Um exemplo conhecido é o caso da destruição do laboratório de plantas da Aracruz Celulose, na cidade de Barra Ribeiro (RS) no dia 8 de março de 2006, por duas mil mulheres ligadas aos movimentos de defesa dos trabalhadores do campo (PAULILO; MATIAS, 2006). Durante as observações de pesquisa uma participante do grupo colocou que, por conta do maior cuidado com o ambiente, são as mulheres que mais se preocupam com as problemáticas dos grandes empreendimentos que “assombram” o município de SJN, assim são mais afetadas psicologicamente com essas questões, complementando a fala cima sobre o instinto materno.

Na pesquisa feita por Layrargues, Puggian e Menezes (2020) identificaram que entre as temáticas que mais apareceram do Grupo de discussão e Pesquisa em Educação Ambiental e Movimentos Sociais, no X Encontro em Pesquisa em Educação Ambiental, a ação das mulheres e a dimensão pedagógica na luta ambiental foram as que mais receberam destaque. No que diz respeito à ação das mulheres nos movimentos sociais, os autores colocam que os movimentos de mulheres têm uma forte relação com o movimento por justiça ambiental, sendo que as mulheres pautam aspectos como o fim das opressões e dominações que são marcas do sistema capitalista, denunciando a dominação das mulheres e da natureza e apontam outras possibilidades de ser e estar no mundo, fomentando a produção de novas subjetividades, construindo assim uma pedagogia de luta⁸⁹.

Uma das participantes do grupo Econorte foi durante dois anos diretora da cooperativa COOAFAN, como colocado no capítulo dois, o que mostra o envolvimento político das mulheres rurais no território de SJN. Segundo a fala desta participante sua entrada na

⁸⁹Compreendemos na presente pesquisa uma pedagogia de luta, saberes e conhecimentos construídos pelas (os) sujeitas (os) a respeito do ambiente a partir da luta pelo território, pelo ambiente e bens naturais.

cooperativa instigou as (os) agricultoras (es) familiares a começar a produzir produtos mais diversos dentro das propriedades, além de ela iniciar a feira da COOAFAN, como coloca abaixo

[...] eu vou passar (a diretoria da COOAFAN) para uma mulher uma nova associada cooperada que é a esposa do presidente de 10 anos atrás quando eu entrei com ele sendo secretária dele e ele de presidente da cooperativa então eu to muito contente assim nessa parte assim dos passos que foram dados que são novas lideranças né quando eu entrei na cooperativa só tinha uma mulher em um grupo de trinta e poucos cooperados só tinha uma mulher a minha entrada meio que revolucionou porque eu comecei a trabalhar muito nisso em cima disso da diversificação da cultura e trabalhar para que outras mulheres viessem cooperar (Márcia, produtora).

É possível perceber que Márcia entende a importância de as mulheres ocuparem os espaços de poder e de decisão, sendo que coloca que no início, quando entrou na cooperativa como secretária, só havia ela de mulher, e que neste ano ela está passando a diretoria para outra mulher, o que é falado com orgulho pela participante do grupo. Outro exemplo do envolvimento político das mulheres no território de SJN é a formação e organização de combate à mineradora que pretende se instalar no município. No dia 8 de março de 2020, uma das participantes fez uma formação e explicou sobre o que havia no RIMA da RGM, que pretendia instalar a mineradora, explicando sobre o projeto Retiro e falando sobre os malefícios que a mineradora causará na comunidade nortense. As organizações coletivas têm potencial para a transformação da realidade local, da sociedade, das famílias e das (os) sujeitas (os) sobre as questões de gênero e de igualdade. Mas somente as organizações agroecológicas não dão conta de incluir as questões de gênero, é preciso que haja uma organização que aborda também as questões das mulheres especificamente, para conseguir essa aproximação.

A agroecologia é percebida pelo grupo Econorte sob diferentes perspectivas, como trazido neste subitem. Entre as diferentes perspectivas, a agroecologia é percebida como o trabalho com a diversidade, com os policultivos, o não uso de agroquímicos, como um trabalho simples, que remete ao trabalho de antigamente e não como algo novo e moderno. Como por exemplo, quando uma das sujeitas de pesquisa traz a agroecologia como uma lembrança de sua infância. Também como um sistema, um modo de se relacionar com o ambiente que é diferente dos impostos hegemonicamente, na produção convencional de alimentos com uso de agroquímicos. Ainda, é percebido que os conhecimentos em agroecologia chegaram as (aos) participantes do grupo Econorte por estarem organizados em movimentos ambientalistas. Como grupo, as (os) sujeitas (os) percebem a construção da agroecologia como uma possibilidade de transformação da sociedade, por meio de uma visão ecológica sobre o ambiente e as relações sociais. Assim, é possível relacionar a construção da agroecologia com a construção de um tipo

de educação ambiental, que busca transformações socioambientais, a fim da construção de sociedades mais justas, igualitárias a partir de relações mais saudáveis com o ambiente.

A educação ambiental primeiramente é educação, e o ato educativo pode acontecer nas relações, entre pessoas e com seu ambiente, isto é, uma educação para com as questões ambientais, estas vistas como complexas, que abrangem os aspectos culturais, econômicos, sociais, naturais, históricos e políticos. Assim, a educação ambiental no caso do grupo Econorte, está presente na construção da agroecologia, na ação de plantar de uma forma ecológica, sem poluir o ambiente com o uso de agroquímicos nem a saúde das pessoas que consomem estes alimentos, na comercialização com preço justo, nas práticas cotidianas, na organização política, como no Conselho do meio ambiente do município, em associações e outros movimentos ambientalistas, nas reivindicações sobre o território, inclusive das mulheres sobre um espaço dentro da propriedade para produção de base agroecológica. Ainda, o grupo considera que sua forma de fazer agroecologia é através da visão ecológica sobre a sociedade e o ambiente, de estar e se relacionar no contexto rural, de forma coletiva, e em torno das questões ecológicas.

Neste capítulo trazemos as relações e ações em educação ambiental construídas pelo grupo Econorte de SJN. Com isso, percebemos que o grupo Econorte constrói a educação ambiental em diversos espaços e com diversas ferramentas. Damos destaque à ferramenta da internet, como um meio para obterem informações acerca do plantio de base agroecológica, principalmente, mas também para a produção de informações, como no caso do canal “Agroecologia em foco”. Em relação aos espaços de socialização construídos e ocupados pelo grupo Econorte, damos destaque às mobilizações junto aos movimentos ambientalistas do município, que são espaços de construção da luta ambiental. Ainda, o espaço da feira como um espaço de socialização e, a partir dessa, a construção de um processo educativo, inclusive em educação ambiental, principalmente nas trocas entre fregueses e produtoras (es) sobre os benefícios de consumir produtos ecológicos, e nas mudanças de hábitos alimentares das (os) freguesas (es) após começarem a consumir produtos da feira Econorte.

Ainda, destacamos o modo como o grupo percebe a agroecologia, as mudanças que a transição agroecológica trouxe para a vida das (os) participantes, entre elas, percebemos um novo modo de se relacionar com seu ambiente, como por exemplo ao não usar mais nenhum

tipo de agroquímicos nas plantações e dentro de casa, e com isso uma forma de educação ambiental que emerge ao observar e se relacionar com a natureza como agricultoras (es) agroecológicas (os). Por último, destacamos as mulheres rurais participantes do grupo Econorte, que se mostram lideranças políticas comunitárias a respeito das questões ambientais do município, seja por participarem de movimentos coletivos ambientalistas, por estarem à frente da produção agroecológica no município e dentro de suas famílias. Assim, damos destaque às mulheres como sujeitas chaves da proteção ambiental, seja na organização política do município e na luta contra grandes empreendimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa buscamos compreender as ações em educação ambiental construídas pelas (os) participantes do grupo de agroecologia Econorte do município de São José do Norte no estado do Rio Grande do Sul. Para isso, realizamos observações participantes durante as feiras, reuniões, eventos e na casa de uma das famílias do grupo, entrevistas semiestruturadas com cinco participantes do grupo, questionário com as (os) freguesas (es) da feira, intercruzando com dados secundários, e analisamos a partir da perspectiva teórica da educação ambiental e da agroecologia. A partir desta pesquisa percebemos que o grupo Econorte constrói ações em educação ambiental nas experiências de produção, organização e comercialização, nas trocas entre produtoras (es) e fregueses, entre familiares e na relação da (o) sujeita (o) com a natureza, por meio de um olhar ecológico sobre o ambiente e em diversos espaços no município de São José do Norte.

Para chegarmos a essas considerações, realizamos uma discussão sobre o contexto geral em volta da temática agroecologia e educação ambiental. Buscamos compreender o contexto socioambiental em que o grupo Econorte está inserido a partir da contextualização do espaço rural brasileiro, do município de SJN e das histórias de vida e relações ambientais construídas pelas (os) sujeitas (os) de pesquisa. Por fim analisamos como ocorre a educação ambiental no processo de construção da agroecologia no e pelo grupo Econorte. Compreendemos que as pesquisas em educação ambiental precisam estar contextualizadas na realidade, pois é nessa que as (os) sujeitas (os) se encontram, percorrem e constroem suas histórias, experiências, lutas, vida, trabalho, e a educação ambiental acontece no diálogo entre o humano com seu ambiente.

A partir disso, percebemos que o contexto rural brasileiro é formado historicamente por relações políticas específicas que também são específicas das políticas brasileiras, como uma persistência das estruturas e relações sociais consideradas do passado (latifúndio, assistencialismo, clientelismo, mandonismo etc.) que formam o espaço rural brasileiro (MARTINS, 1994). Essa formação acaba por gerar desigualdades como, por exemplo, na distribuição de terras, sendo que 0,04% dos estabelecimentos possuem maior quantidade de terra do que os outros 80% dos estabelecimentos (IBGE, 2017). Isso, pois, em nenhum momento houve uma distribuição de terras desde o período colonial. Ainda, os projetos desenvolvimentistas contribuem para gerar desigualdades e conflitos ambientais, sobre diferentes interesses de ocupação do território, sendo que considera um único modo de viver e

se relacionar como o “certo”, sem levar em consideração as diferentes formas de ser e estar em diferentes ambientes.

Como apontamos no primeiro capítulo, no ano de 2020, foram mapeadas 721 iniciativas de políticas públicas de agroecologia nos municípios brasileiros. Essas são principalmente de âmbito municipal, já que nos últimos anos vivemos um desmonte das políticas públicas federais, com destaque às ambientais, em um governo que instaurou uma ordem social ecocida. Para a construção de políticas públicas é necessário conhecer a realidade dos municípios, por conta disso as pesquisas do Censo se tornam importantes, mesmo que não abranjam as complexidades das relações sociais, políticas e econômicas que formam e transformam os municípios, são instrumentos avaliadores de um modo geral da situação socioeconômica, e podem ser utilizados para direcionar e construir políticas públicas específicas conforme as necessidades de cada município. Ainda, a organização coletiva da sociedade civil e a participação nas decisões públicas são indispensáveis para pressionar as estruturas de poder e direcionar as políticas públicas para as necessidades das (os) sujeitas (os) sociais, além de ser um meio de sujeitas (os) terem voz e poder de decisão sobre seu território.

Percebemos, a partir dos dados censitários (IBGE, 2017), que a produção orgânica só é maior em comparação a produção convencional, no território brasileiro, nas organizações coletivas como as associações de bairro. Esse dado pode nos mostrar a dificuldade de produzir alimentos orgânicos em um país que incentiva o agronegócio, a importância de estar organizado para a produção orgânica como, por exemplo, na compra de insumos biológico em grupo, como apontado pelo Econorte, e também que as (os) sujeitas (os) organizados procuram formas diferentes das hegemônicas de produzir alimentos. Em uma comparação de dados, o município de São José do Norte tem uma maior produção orgânica em comparação com a média nacional.

A construção de pesquisas que visam dar visibilidades as (aos) sujeitas (os) que constroem outras formas de se relacionar com o ambiente, como com a construção da agroecologia, também são uma forma contra hegemônica dentro do campo científico. Mesmo assim, foi percebido na revisão bibliográfica temática, do primeiro capítulo, que há poucas pesquisas que trabalham com a agroecologia sob um viés social, sendo que a maioria destas são sobre técnicas de produção de alimentos de base agroecológica. O que evidencia a importância da presente pesquisa. Ainda, quando interseccionado a agroecologia com a educação ambiental, é percebido que há uma maior reflexão crítica a respeito das questões da crise ambiental que são emergentes na sociedade atual. Com isso, utilizamos durante o trabalho a perspectiva de

uma educação ambiental popular crítica e libertadora, que é construída pelas (os) sujeitas (os) em seus ambientes, em relação com a natureza, com organizações coletivas e com todo o tecido social. Para que as questões ambientais sejam observadas, discutidas, interpretadas, problematizadas, para uma liberdade do ser e estar no ambiente negando uma única forma de se relacionar em sociedade.

Essa perspectiva da educação ambiental se aproxima da perspectiva científica da agroecologia, que busca transformações das relações do humano com a natureza, nas relações sociais, políticas, econômicas, culturais, a fim de construir sociedades mais igualitárias e justas. Utilizamos para análise a perspectiva científica da agroecologia, mas durante a pesquisa podemos perceber que o grupo Econorte compreende a agroecologia sob diferentes perspectivas. Para as (os) participantes do grupo Econorte, a agroecologia remete a um modo de plantio simples, como seus avós faziam, sem uso de agroquímicos, a partir da diversidade, tendo como principal objetivo a alimentação da família e não o lucro com as vendas. Ainda, a agroecologia é entendida pelo grupo como um posicionamento político, ao procurar construir diferentes formas de se relacionar com o ambiente e viver o território, procurando construir um novo modelo de sociedade a partir de uma visão ecológica, em contraposição à revolução verde. A agroecologia construída pelo grupo Econorte foi compreendida nesta pesquisa como uma forma de construir ações em educação ambiental, como, por exemplo, na organização do próprio grupo como um movimento ambientalista, no modo de produzir alimentos, na participação e manifestações políticas no município de SJN, na relação entre fregueses e produtoras (es).

Essa agroecologia é construída pelo grupo Econorte no município de SJN. O município de São José do Norte é um município histórico, que teve importância nas lutas do período colonial. Passou por diversos ciclos de produção, com a produção de trigo, após queda da produção desse cereal, o auge da produção de cebola até os anos de 1990, quando pela abertura da exportação de cebola do Mercosul e o início da produção por outros estados, de forma extensiva, perdeu a importância no cultivo deste bulbo. Com isso SJN sofreu grande êxodo rural, sendo que no ano de 2000 somente 25% da população ainda estava no campo (SANTOS, 2007). Como justificativas ao não desenvolvimento do município, SJN passa pela abertura a grandes empreendimentos, que começam nos anos de 1970 com a empresa Âmbar e atualmente com a tentativa de instalação de uma mineradora. Essas aberturas afetam principalmente agricultoras (es) e pescadoras (es) que dependem de boas condições ambientais para

reproduzirem suas economias. Além disso, acaba por aumentar o êxodo rural, sendo que as oportunidades se concentram na cidade e de forma temporária.

O grupo Econorte é um movimento que se denomina ambientalista e que busca construir outras formas de se relacionar com o ambiente, através do plantio de alimentos orgânicos de base agroecológica, da construção coletiva do grupo Econorte e de outros movimentos ambientalistas no município, da participação política com reivindicações relativas a um ambiente saudável e defesa do território. O grupo entende que estão no início da transição agroecológica, mesmo com 13 anos de formação do grupo, pois algumas técnicas de plantio são orgânicas, ainda dependem de alguns insumos biológicos comprados, por estarem recuperando o solo, e, em alguns casos, por terem pouco espaço da propriedade para o plantio de base agroecológica. Mesmo assim, o grupo considera que tem uma visão política e ideológica que faz parte dos preceitos da agroecologia. A partir do que observamos, nas relações e ações das (os) participantes do grupo Econorte é possível dizer que estas (es) são sujeitas (os) ecológicas (os) (CARVALHO, 2012). Por conta de que, como trazido pelas (os) sujeitas (os) do grupo Econorte, elas (es) têm um olhar ecológico sobre as questões ambientais, sendo que falam “isso é ecológico” “isso não é ecológico”. A ecologia compreendida como uma forma de se relacionar com o ambiente, que não é somente no âmbito individual, de ações cotidianas, mas também ao se organizar, estar em coletivo, construir ações e relações socioambientais (CARVALHO, 2012).

Percebemos que o grupo Econorte busca conhecimento sobre a agroecologia de diversas formas, por diversas ferramentas, meios, nas relações comunitárias e com agentes externos. Como com as pessoas mais antigas que já construíram a agroecologia no município, com o próprio grupo nas visitas que fazem nas propriedades e, a partir dessas informações, interpretarem e reinventarem em suas propriedades. Também se observou a atuação na internet, com buscas e também construindo conhecimento, como, por exemplo, na construção do canal agroecologia em foco, sendo que a participante que constrói o canal observa que há pouco conteúdo sobre agroecologia na internet e os que têm não são realizados por agricultoras (es). Ainda, foram registradas a participação em cursos e viagens que as participantes fazem por estarem organizadas em grupos, trocando experiências com outras organizações. Na participação política do município, as formas de construção de resistência, por exemplo, atualmente são relacionadas a manifestações contra a instalação da mineradora, a participação em outras organizações coletivas do município de SJN, como na COOAFAN e associações de

bairro e a criação de apoios junto a Emater, que auxilia na assistência técnica e na atualização do cadastro junto à OCS. Assim, podemos dizer que o grupo Econorte constrói saberes em educação ambiental de diversas formas e por diversos meios, o que inclui a curiosidade dos participantes, o processo de organização coletiva, e o experimentar conhecimentos e práticas agrícolas de base agroecológica por meio de um diálogo de saberes populares, científicos e técnicos.

Também observamos, analisamos e destacamos nesta pesquisa o espaço da feira construído pelo grupo Econorte. A feira do grupo já passou por diversos momentos, desde a venda em barracas montadas no meio da rua, até a conquista do quiosque para a comercialização dos produtos. Foi percebido que na feira acontecem relações para além das trocas econômicas, mas também sociabilidades que foram analisadas nesta pesquisa como troca de saberes. Essas relações ocorrem na relação de fidelidade e companheirismo entre produtoras (es) e fregueses, que se conhecem do cotidiano do município e mantêm uma relação semanal na feira e, em alguns casos, fora da feira. Essa relação é construída pelas (os) participantes do grupo Econorte, por exemplo, ao organizarem eventos, entregarem presentes em comemoração ao aniversário do grupo, e por parte das (os) freguesas (es) ao realizarem as compras semanais na feira do grupo. Além disso, é um espaço de trocas de informações, que são intensificadas pela relação direta entre produtora (or) e freguês. Como, por exemplo, ao trocarem informações sobre plantio, manejo das hortas, sobre benefícios das plantas medicinais e PANC's. Essas trocas mostraram que o grupo Econorte em alguns momentos influencia também na mudança dos hábitos alimentares das (os) freguesas (es) ao estimular, por exemplo, o consumo dos ramos da beterraba e cenoura que geralmente são partes desprezadas para o consumo, mas contém um alto teor de nutrientes. E a partir da perspectiva da educação ambiental pode ser percebida como uma mudança de atitude em relação ao ambiente e seus elementos naturais de flora e fauna (CARVALHO, 2012).

A relação com o plantio que as (os) agricultoras (es) fazem também são entendidas como ações em educação ambiental na presente pesquisa. O trabalho da (o) agricultora (or) tem uma maior proximidade com as questões naturais (FREIRE, 1983). A partir deste trabalho se observam os ciclos da natureza, como o frio, as geadas, tamanho dos dias, chuvas, intempéries, e são esses ciclos que apontam o trabalho que precisa ser feito. Com isso também experimentam como aprimorar e obter uma maior colheita. Neste trabalho de construção de uma agricultura orgânica de base agroecológica, na pesquisa de campo, em relação a isso, às mulheres rurais se

destacaram, sendo que observamos que as mulheres do grupo Econorte são mais presentes na produção, organização e comercialização do grupo. Na construção da agroecologia as mulheres tomam a frente no município de SJN, seja nos núcleos familiares, pois são elas que tomaram a iniciativa de uma produção sem uso de agroquímicos, em alguns casos os homens também participam e em outros casos há uma cisão de casais, na qual o homem continua plantando no modo convencional, enquanto que a mulher planta com base agroecológica. O que relacionamos nesta pesquisa com a separação do trabalho de mulher e o trabalho de homem (PAULILO, 1987; FEDERICI, 2017). Por conta dessa separação, as mulheres historicamente são destinadas aos quintais familiares, espaços que produzem sem uso de agroquímicos e uma diversidade de alimentos (BURG, 2005).

Ainda, foi percebido que as mulheres do grupo Econorte estão mais presentes nas organizações coletivas do município. A maior participação das mulheres rurais no plantio de base agroecológica e nas organizações coletivas é vista pelas mulheres do grupo Econorte como um “instinto materno”, de cuidado, que transpassa o cuidado com a família, comunidade e natureza. Assim, no grupo Econorte, dentre essas diversas ações discutidas é que se constrói a educação ambiental junto ao processo de produção de base agroecológica, isto é, na relação que criam com o ambiente e com sua natureza, em busca de uma “vida mais saudável”.

Como dificuldades do grupo Econorte, foi observado e apontado por algumas (uns) participantes do grupo que as intempéries climáticas são uma dificuldade na comercialização, sendo que muitos tem uma produção pequena e os produtos que sobram ficam para o consumo da família. Ainda, algumas (uns) sujeitas (os) de pesquisa e as (os) freguesas (es) do grupo Econorte relatam a falta de incentivos públicos, seja para a produção de forma orgânica de base agroecológica, com o transporte dos produtos para a comercialização na feira e no incentivo a população nortense da importância do consumo de alimentos orgânicos de base agroecológica. Sendo que o grupo relata ter dificuldade de diálogo com o poder público municipal, principalmente nos últimos anos.

A presente pesquisa não irá funcionar como uma ferramenta política, mas a partir das interpretações e análises da realidade do contexto socioambiental de pesquisa e as ações ambientais construídas pelo grupo Econorte é possível utilizar a presente pesquisa como um instrumento de reivindicação política. Também pretendemos dar um retorno à comunidade com a construção de um vídeo de divulgação do grupo Econorte e do espaço da feira, que não foi

possível construir durante a pesquisa por conta do tempo e das ondas de COVID-19, mas que já foi dialogado e pensado em um roteiro com o grupo.

Esta pesquisa buscou dar voz e visibilidade às (os) sujeitas (os) que participam e constroem o grupo de agroecologia Econorte. Consideramos de importância realizar a pesquisa com um grupo que constrói diferentes tipos de existências e resistências ecológicas, nos modos de produzir alimentos, na organização e participação política, ainda mais em um território com conflitos socioambientais, como SJN. A partir disso, o grupo Econorte também cria estratégias para permanecer em seu espaço considerado rural questionando e construindo alternativas críticas aos modelos de produção da revolução verde e aos modelos desenvolvimentistas que contribuíram para o êxodo rural, inclusive no município de SJN. Além do êxodo rural, esses modelos econômicos geram outros danos ambientais, como poluição de águas, terra, ar, exclusão e invisibilidade dos conhecimentos construídos pela (o) agricultora (or) negando a diversidade da sociedade. A agroecologia pode ser entendida como uma contraposição a esse modelo e na direção de construir sociedades a partir de uma visão ecológica, que são tão emergentes na realidade atual.

Além disso, a construção desta pesquisa, em uma dimensão pessoal, foi importante para eu poder me aprofundar no campo científico das ciências humanas e abrir meus pensamentos para a construção de outros tipos de ciência. Com isso, também me proporcionou uma maior compreensão das questões rurais, do ser agricultora (or), que também fazem parte de quem sou e de onde eu venho. Ao mesmo tempo me proporcionou reconhecer histórias da minha família, e relacionar estas com pesquisas científicas, como por exemplo a partir do texto de Menasche (2009) que traz o imaginário da alimentação dos colonos italianos do RS.

Como reflexões finais trazemos algumas questões que ficaram em aberto neste trabalho e que podem ser abordadas em pesquisas futuras. Como o trabalho com as questões de gênero com o grupo Econorte, que não foi possível realizar na presente pesquisa por conta do distanciamento necessário para diminuir o contágio da pandemia causada pelo COVID-19 e com isso não foi possível frequentar a casa e demais espaços cotidianos das (os) participantes e observar com maior profundidade as relações de gênero que ocorrem nos núcleos familiares. Também por conta da pandemia, as reuniões mensais do grupo foram canceladas em março de 2020 e se mantiveram sem acontecer no ano de 2021, o que não nos permitiu observar de perto a organização do grupo. Ainda, pensamos que para o aprofundamento de futuras pesquisas poderíamos realizar entrevista com participantes da Emater e com representantes do poder

público municipal. Mesmo assim, esperamos que esta pesquisa contribua para futuras pesquisas científicas, no município de São José do Norte, com o grupo Econorte, com a construção da agroecologia em um viés social a partir dos olhares da educação ambiental. Sendo que a presente pesquisa não tem como objetivo esgotar o assunto, mas sim refletir e analisar as ações de educação ambiental construídas pelo e no grupo Econorte.

Também cabe ressaltar ao final desta pesquisa as dificuldades de realizar uma pesquisa científica sobre a temática da educação ambiental em tempos de uma política sombria e uma crise humanitária e sanitária, que fica mais evidente com a pandemia e que vem nos mostrando que é um projeto que está em continuidade no atual governo. As políticas sociais adotadas pelos governos nas suas diferentes esferas, em especial o federal, para o enfrentamento da pandemia causada pelo COVID-19 evidenciou e aprofundou as desigualdades da sociedade brasileira. São mais de 55,2 % da população que vive em insegurança alimentar, sendo que entre esses 9% convivem com a fome, esse número aumenta nos domicílios do contexto rural para 12% (Rede PENSSAN, 2021). Os dados mostram que a população do campo é a que mais passa fome, mesmo assim, a agricultura familiar é responsável por 70% da alimentação da população brasileira. Em meio a essa realidade, temos um governo que faz piadas com minorias, apoia o agronegócio, o negacionismo científico, políticas anti ambientais, como o desmatamento, e atua fortalecendo falsas polêmicas e a polarização política.

Nestes últimos anos a educação ambiental está sendo apagada das ações públicas. Precisamos assim construir uma educação ambiental da subversão, indo contra a ordem política hegemônica, cobrando os direitos de acesso à terra, a alimentação, a liberdade, e não somente apontando os deveres de nós como cidadãos. Precisamos da luta coletiva para construir um ambiente mais saudável, sendo que não é o somatório das ações individuais que mudarão a ordem de poder político instaurada. Mesmo assim, compreendo que precisamos criar novas resistências para garantir os direitos mínimos, como casa, alimentação, um ambiente saudável que proporcionam o mínimo de dignidade para a vida. Assim, ao fazer uma pesquisa, em universidade pública, principalmente sobre educação popular e sobre as questões ambientais, considero que seja um ato de resistência e de procurar mostrar que outros modos de vida são possíveis e estão sendo construídos.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ANDRADE, H. M. L. S. *et al.* *Agrofamiliar: construindo conhecimento e semeando a agroecologia*. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 13, n. esp, p. 155-167, 2018.
- BARCELLOS, Sérgio Botton, *et al.* Apontamentos sobre o mapeamento dos conflitos socioambientais no Brasil relacionados com a juventude rural. *In: BARCELLOS, Sérgio Botton. Juventude rural e conflitos socioambientais no Brasil: existências e resistências*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021. p. 25.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A quem serve a educação. *Revista FAEEBA – Ed. e Contemp., Salvador*, v. 28, n. 56, p. 12-32, set./dez. 2019.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Reflexões de como fazer o trabalho de campo*. Revista Sociedade e Cultura, v. 10, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2007.
- BRANDENBURG A. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. *Ambiente e Sociedade*, v. 8, n. 1, p.1-13, jan./jun. 2005.
- BUNSE, Henrique A. W. *Aspectos linguístico-etnográficos do município de São José do Norte*. Porto Alegre: Of Gráfica e Livraria do Globo S. A., 1959.
- BURG, Ines Claudete. *Mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudeste do Paraná*. 2005. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- BUTTO, Andrea. Política para mulheres rurais: Autonomia e cidadania. *In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. Autonomia e Cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2011.
- CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira. (Org.). *Princípios e perspectivas da Agroecologia*. Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Paraná, 2011.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico* 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental*. Brasília: IPÊ-Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1998.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, abr./jun. 2001.

CARVALHO, Murilo José. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CASSOL, Abel, et al. *Observatório da Problemática da seca e da Covid-19 na Agricultura Familiar da região Sul do Rio Grande do Sul*. Informe Nº 10, Universidade Federal de Pelotas, 2020. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/dcsa/files/2020/10/Observatorio-do-DCSA-Situacao-Rural-Informe-10.pdf>> Acesso em: 13 set. 2021.

CORADIN, Lidio; SIMINSKI, Alexandre; REIS, Ademir. (ed.). *Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial: plantas para o futuro - Região Sul*. Brasília: MMA, 2011.

COSTA, Cristiane Simões Netto. *A empresarização do espaço em cidades locais: um estudo no município de São José do Norte/RS*. 2017. Tese. (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

COSTAMILAN, José Fernando Almeida; TORRES, Luiz Henrique. *São José do Norte: o início de um povoamento*. Rio Grande: FURG; São José do Norte: Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte, 2007.

CPEA - Consultoria, Planejamento e Estudos Ambientais; HAR - Engenharia e Meio Ambiente. *RIMA - Relatório de Impacto Ambiental Projeto Retiro. São José do Norte, RS*. Rio Grande Mineração S.A., 2014. Disponível em: <<http://rgminer.com.br/wp-content/uploads/2014/09/rgm-2014-07-03-BAIXA.pdf>> Acesso em: 21 maio 2021.

DINIZ, Debora. *Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*. 2. ed. Brasília: Letras Livres, 2013.

EMBRAPA. *Fórum de Agricultura Familiar da região Sul do Rio Grande do Sul*. Folder. Embrapa Clima Temperado, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2018. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/175470/1/folder-forum-agricultura-familiar.pdf> Acesso em: 29 out. 2021.

FARINHA, Alessandra Buriol. *Memória e História da Mui Eróica Villa de São José do Norte: a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes*. 2007. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

FEDERICI, Sílvia. *O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Aline Guterres. Agroecologia e Educação Ambiental. In: SOGLIO e KUBO, Fábio Dal e Rumi Regina (Org). *Desenvolvimento, Agricultura e Sustentabilidade*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 12.

FLICK. Uwe. *Introdução a pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da antropologia 'em casa'. In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam Steffen; PETERS, Roberta (Org.). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010. p. 205-227.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, Gabriella Rocha de. *Colonialidade, desenvolvimento e resistência subalterna: a instalação de projetos de infraestrutura de grande escala em São José do Norte*. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

GAUTÉRIO, Luiz Bravo; FREITAS, Gabriella Rocha de. Distopia e desenvolvimento: a Rio Grande Mineração em São José do Norte. In: DURIGON, Jaqueline; FORNECK, Eduardo Dias; WALTER, Tatiana (Org). *Impactos dos projetos de mineração: o que sabemos? O que queremos? Para onde vamos?* 1. ed. Rio Grande: Ed. Do autor, 2020.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. *Revista Investigar em Educação*, n. 1, p. 35-50, 2014.

GOMES, João Carlos Costa. As bases epistemológicas da Agroecologia. In: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de (Org). *Princípios e Perspectivas da Agroecologia*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2011. p. 13-42.

HERDT, Samyra Orben. *A percepção ambiental e a agroecologia no município de Santa Rosa de Lima, Santa Catarina*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2013.

HORA, Karla; NOBRE, Miriam; BUTTO, Andrea. *As mulheres no censo agropecuário 2017*. Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2021. Disponível em: < <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17954-20210816.pdf> > Acesso em: 13 set. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Cidades*, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-jose-do-norte/panorama>> Acesso em: 10 ago. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola*, 2017. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>> Acesso em: 5 maio 2021.

KARAM, Karen Follador. Mulheres da agricultura orgânica e novas ruralidades. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 303-320, jan./abr. 2004.

- LARANJEIRA, Nina Paula *et al.* *Para uma ecologia de saberes: trajetória da construção do conhecimento agroecológica na Associação Brasileira de Agroecologia. Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 14, n. 2, p. 65-79, 2019.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. Manifesto por uma educação ambiental indisciplinada. *Ensino, Saúde e Ambiente*, n. esp., p. 44-88, jun. 2020.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo. v. 17, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier; PUGGIAN, Cleonice; MENEZES, Anne Kassiadou. Educação, Movimentos Sociais e Mulheres: Redes de articulação e resistência. *Revista Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 15, n. 1, p.51-62, 2020.
- LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p.36-51, jan./mar. 2002.
- LEITE, Daniel Carvalho; TELES, Elton Carlos Pereira Vieira de Alencar. Comercialização de produtos agroecológicos a partir de circuitos curtos: a experiência das feiras agroecológicas de Recife, Pernambuco. *Extramuros*, Petrolina, v. 7 n. 2. p.026-044, 2019.
- LONDRES, Flavia *et al.* (Org.) Municípios agroecológicos e políticas de futuro: iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional. 2. ed. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, 2021.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez, 2012.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Trajетória e Fundamentos da Educação Ambiental*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- LOURENÇO, Andréia Vigolo, *et al.* Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia. In: SOGLIO e KUBO, Fábio Dal e Rumi Regina (Org). *Desenvolvimento, Agricultura e Sustentabilidade*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 18.
- LUZ, Lidiane Fernandes da; KUBO, Rumi Regina; MARQUES, Flávia Charão. O espaço de diálogo sobre a agrobiodiversidade no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: ambientes de aprendizagem coletiva e construção de conhecimento. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 9, n. 1, p. 141-157, 2014.
- MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, Josenei. Pedagogias agrícolas: continuidades e rupturas – Uma abordagem educacional sobre a transição agroecológica. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MARTINS, Maristel Coelho San. Caracterização socioeconômica e espacial das comunidades pesqueiras de São José do Norte/RS. *Mares*, v. 1, n. 2, p.67-78, 2019.

MATTEI, Lauro. A política Agrária e rural do governo Temer. (In) MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges (Org.) *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p.169-177.

MENASCHE, Renata. Percepções do rural à mesa: campo e cidade, comida e imaginário. *Ruris – Centro de Estudos Rurais*, v. 3, n. 2, p. 195-218, ago. 2009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Guia prático: Formação de Organização de Controle Social (OCS)*. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Brasília: MAPA/AECS, 2020.

MONTEIRO FILHA, Maria José. *AMA-Gravatá: uma estratégia de associativismo, de agroecologia, educação ambiental e desenvolvimento local Pernambuco (BR)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2008.

MORAES, Fernanda Correa de; SILVA, Rafael Falcão da; SORRENTINO, Marcos. Agroecologia e Educação Ambiental: ferramentas de análise e a construção de conhecimento. *Revista Ambiente e Educação*, v. 24, n. 2, p. 211-235, 2019.

MOREIRA, Sarah Luiza de; FERREIRA, Ana Paula; SILIPRANDI, Emma. Memórias das mulheres na agroecologia do Brasil. In: SÁNCHEZ, Gloria Patricia Zuluaga; CATAFORA-VARGAS, Georgina; SILIPRANDI, Emma. (coord.). *Agroecología en femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias*. La Paz: SOCLA, 2018. p. 61-74.

MOURA, Iracema Ferreira de. Antecedentes e aspectos fundamentais da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. In SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017. p. 25-51.

MPMG- Ministério Público de Minas Gerais; CIMOS-Coordenadoria de inclusão e Mobilização Social (Org.) *Cartilha Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Belo Horizonte: MPMG; CIMOS, 2014. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/producao-editorial/direitos-dos-povos-e-comunidades-tradicionais.htm#.YT_xq51KjiU> Acesso em: 13 set. 2021.

MULLER, Lilian Espindola et al. Experiências em Educação Ambiental com Ênfase em Agroecologia no município de Jaguarão/RS. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2. p. 1769-1799, nov. 2009.

NASCIMENTO, Fábio Schwab do. *Sistema agroalimentario de base ecológica: el caso brasileño*. 2019. Tese (Doutorado em Recursos Naturais e Gestão Sustentável) Universidad de Córdoba, Córdoba, 2019.

NEVES, Sérgio Leandro; AUGUSTO, Hélder dos Anjos; GERASEEV, Luciana Castro. Dos saberes tradicionais à agroecologia: um estudo de caso das práticas agrícolas na comunidade de vazanteira na ilha de Jenipapo Itacarambi – MG. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 8, n. 12, p. 44-61, ago. 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p.13-37, 1996.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro. v. 5 n. 28, p.64-70, jan./fev. 1987.

PAULILO, Maria Ignez; MATIAS, Iraldo Alberto Alves. *Mulheres e eucaliptos: fertilidade e aridez*. Ambiente Brasil, 2006. Disponível em: <<https://noticias.ambientebrasil.com.br/artigos/2006/03/24/23700-mulheres-e-eucaliptos-fertilidade-e-aridez.html>> Acesso em: 14 set. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Organizador Emir Sader. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

Rede PENSSAN. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. – Rede Brasileira de Pesquisa e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf> Acesso em: 15 set. 2021.

SANTOS, Caio Floriano dos *et al.* São José do Norte (RS/BRASIL): meio ambiente como mercadoria. *Geografares*, v. 2, n. 22, p. 82–94, jul./dez. 2016.

SANTOS, Fernando Passos dos; CHALUB-MARTINS, Leila. Agroecologia, consumo sustentável e aprendizagem coletiva. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 469-483, abr./jun. 2012.

SANTOS, Jefferson Rodrigues dos. Análise do processo de especialização produtiva e da crise do sistema de produção de cebola em São José do Norte – RS. *Sinergia*, Rio Grande, v. 11, n. 2, p.53-65, jan. 2007.

SANTOS, Mariana Moreira; OLIVEIRA, Taynara Laís Martins de; BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira. Uma breve análise da feira agroecológica do Parque do Sabiá em Uberlândia – MG. *Revista Ambiente e Educação*, Edição Especial para o X Encontro e Diálogo com a Educação Ambiental – EDEA, v. 23, n. 2, p. 382-397, 2018.

SATO, Michèle; MOREIRA, Benedito Dielcio; LUIZ, Thiago Cury. Educação Ambiental e narrativas transmídia: pedagogia popular e fenomenologia recriando o espaço escolar. *Momento: diálogos em educação*, v. 26, n. 2, p. 282-296, jan./jun. 2017.

SILIPRANDI, Emma. A Alimentação como um tema político das mulheres. *Ariús*, Campina Grande, v. 18, n. 1, p. 143-158, jan./jun. 2012.

SILVA, Maria de Fátima Santos. *Limites e contribuições da Educação Ambiental na agricultura de base agroecológica no extremo sul do Brasil: o projeto de agricultura urbana e periurbana em Rio Grande e São José do Norte – RS*. 2013. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande. 2013.

SILVA, Merli Leal; STROFF, Luiz Gabriel. *Pedagogia freireana nas feiras livres: integrando comunicação e educação no campo*. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 15., 2014, Palhoça. *Anais [...]*. Palhoça, SC: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - INTERCOM, 2014.

SOUZA, Carolina Rezende de. As feiras livres como lugares de produção cotidiana de saberes do trabalho e educação popular nas cidades: alguns horizontes teóricos e analíticos no campo trabalho-educação. *Trabalho Necessário*, ano 13, n. 22, p.126-144, 2015.

SOUZA, Ingrid Tatiany Gomes de; LIMA, José Júlio Ferreira. Ensaio sobre a ruralidade: um resgate do rural puro e a apropriação de outras definições. *Geografias*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 86-95, jul./dez. 2006.

TAGLIANI, Carlos Roney Armanini. *A mineração na porção média da Planície Costeira do Rio Grande do Sul: Estratégias para a gestão sob um enfoque de Gerenciamento Costeiro Integrado*. 2002. Tese. (Doutorado em Geociências) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2002.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VIANA, Claudemir Edson; MELO Luci Ferraz de. Cultura digital e educomunicação como novo paradigma educacional. *Revista FGV online*, v. 3, n. 2, p.31-49, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (Org.). *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.21. Brasília: IICA, 2013. P. 413-472.

ZANONI, Magda. A questão ambiental e o rural contemporâneo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 10, p. 101-110, jul./dez. 2004.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ANEXO A - Entrevistas semiestruturadas com as (os) participantes do grupo Econorte de São José do Norte (RS).

QUESTÕES DE VIDA/ BIOGRAFIA

1. Me conte um pouco sobre sua história de vida; é de SJN? Se não, como chegou? Pais/avós trabalhavam no que? Escolaridade? Estrutura da família? Tem filhos? Netos? Idade?
2. Se morava em outro lugar, era muito diferente daqui?
3. Em qual localidade se SJN você mora?
4. Me conte um pouco sobre o seu dia a dia, suas atividades cotidianas.
5. O seu dia a dia é diferente do cotidiano de sua (seu) companheira (o)?
6. Você trabalha/ajuda com produção de cebola convencional?
7. Você trabalha no mar/lagoa com pescado?
8. Você sempre foi agricultora (or)? Desde quando? Já trabalhou em outro lugar?

AGROECOLOGIA

9. Como você enxerga a agricultura/questões rurais de São José do Norte?
10. Como você conheceu a agroecologia?
11. Como você começou a produzir produtos orgânicos em sua propriedade? Em que momento?
12. Ocorreram mudanças em sua vida, na vida de sua família após sua entrada para o grupo e após começar a produzir de forma ecológica?
13. O que você produz na propriedade?
14. Precisou mudar técnicas de produção ao passar para a agroecologia?
15. Qual o tamanho de sua propriedade?
16. Alguém da sua família trabalha/ajuda na produção?
17. Na tua opinião, qual a importância da agroecologia/produção orgânica para a sociedade?
18. Quais as dificuldades que você enfrenta na produção agroecológica?
19. Para você quais são as diferenças entre a produção agroecológica e a convencional?

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

20. Você acha que os grandes empreendimentos de SJN, como o polo naval, a mineração, afetam a produção orgânica/agroecológica do município?

21. Você já participou de eventos sobre o meio ambiente/produção orgânica? Foi através do grupo? Você acha importante a participação? Aprendeu algo durante?
22. Você já participou de passeatas, caminhadas, manifestações? O que você acha desses momentos? Como você se sente participando?
23. Você procura informações sobre produção orgânica? Onde?
24. Como e com quem aprendeu a plantar de forma agroecológica? Quais técnicas utiliza para produção?

GRUPO DE AGROECOLOGIA ECONORTE

25. Como você conheceu o grupo Econorte?
26. Como aconteceu a formação do grupo Econorte?
27. Como acontece o processo de certificação do grupo e de cada agricultora (or)?
28. Como você imagina/enxerga que será o futuro do grupo Econorte?
29. A partir da entrada do grupo, houve mudanças em sua vida? E da sua família?
30. Como é sua relação com o grupo Econorte?
31. Você já tinha participado de algum grupo/organização antes do Econorte?
32. Você acha importante participar de grupos? Organizações? Porque?
33. O que você acha do grupo e da feira?
34. Quais as maiores dificuldades do grupo, em sua percepção?
35. Você participa das reuniões do grupo?
36. Para você, como é a relação do grupo com a Emater e FURG?

FEIRA ECONORTE

37. Como é para você comercializar os seus produtos na feira? Você já tinha trabalhado fora da propriedade antes?
38. Você participa da feira? Se sim, gosta? Ela traz algum retorno financeiro?
39. Como você começou a participar da feira?
40. Você se sustenta e sustenta sua família pela feira? Ou tem alguma outra renda?
41. Se você participa da feira, mantém alguma relação com as (os) fregueses? Se sim, como percebe essa relação com os fregueses? Você conhece as (os) fregueses?
42. Como foi para você a conquista do quiosque para comercialização?

ANEXO B: Questionário aplicado com as (os) freguesas (es) da feira do grupo de agroecologia Econorte.

1. Permito usar os dados respondidos nesse questionário para pesquisas futuras? [] Sim
2. Gênero [] Feminino [] Masculino [] Outro
3. Idade
4. Reside em qual bairro de SJN? Ou em qual município?
5. Quais produtos você procura e costuma comprar na feira?
6. Qual produto você mais compra na feira?
7. O que você acha dos produtos que compra? [] ótimo [] bom [] regular [] ruim
8. Como você avalia a feira? [] ótima [] boa [] regular [] ruim
9. Como você conheceu e começou a frequentar a feira do grupo Econorte?
10. Por qual motivo você escolhe a feira Econorte para comprar seus produtos?
11. Com que frequência você vem à feira? [] todas as semanas [] três vezes ao mês [] duas vezes ao mês [] uma vez ao mês [] ocasionalmente
12. Como você percebe a feira?
13. Você aprende algo durante a feira? Troca informações?
14. Conhece as (os) feirantes? [] sim [] não
15. Se conhece, de qual lugar?
16. Mantém alguma relação cotidiana com as (os) feirantes?
17. Algo que você queira falar sobre a feira